

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS GANDIN

EU, NÓS E ELES:  
A LUTA POLÍTICA NOS PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS  
DE DILMA ROUSSEFF

CURITIBA

2018

LUCAS GANDIN

EU, NÓS E ELES:  
A LUTA POLÍTICA NOS PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS  
DE DILMA ROUSSEFF

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política, Setor de Ciências Humanas,  
Universidade Federal do Paraná, como requisito  
parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência  
Política.

Orientação Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE  
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS  
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR  
Bibliotecária: Rita de Cássia Alves de Souza – CRB9/816

Gandin, Lucas Eu, nós e eles: a luta política nos pronunciamentos  
presidenciais de Dilma Rousseff / Lucas Gandin. – Curitiba, 2018.  
235 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de  
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.  
Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi.

1. Brasil - Política e Governo - 2011-2016. 2. Discursos  
parlamentares - Brasil - 2011-2016 3. Rousseff, Dilma, 1947-. 4.  
Comunicação na política - Brasil - Séc. XXI. 5. Presidentes - Brasil.  
I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 320.981



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **LUCAS GANDIN**, intitulada: **EU, NÓS E ELES: A LUTA POLÍTICA NO DISCURSO PRESIDENCIAL DE DILMA ROUSSEFF**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

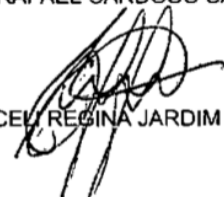
Curitiba, 25 de Abril de 2018.

  
EMERSON URIZZI CERVI(UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

  
LUCIANA PANKE(UFPR)

  
NELSON ROSÁRIO DE SOUZA(UFPR)

  
RAFAEL CARDOSO SAMPAIO(UFPR)

  
PI CEL REGINA JARDIM PINTO(UFRGS)

ATA Nº 01

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA.

No dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezoito às 14:00 horas, na sala 914, UFPR do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição do Doutorando **LUCAS GANDIN** para a Defesa Pública de sua Tese de Doutorado intitulada: **EU, NÓS E ELES: A LUTA POLÍTICA NO DISCURSO PRESIDENCIAL DE DILMA ROUSSEFF**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: EMERSON URIZZI CERVI(UFPR), RAFAEL CARDOSO SAMPAIO(UFPR), LUCIANA PANKE(UFPR), CELI REGINA JARDIM PINTO(UFRGS), NELSON ROSÁRIO DE SOUZA(UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a(o) discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela Aprovação do aluno. O Doutorando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de Doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **EMERSON URIZZI CERVI**, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Observações: orienta-se a substituição do termo "discurso" por "proveniências" em todo o trabalho

Curitiba, 25 de Abril de 2018.

  
EMERSON URIZZI CERVI(UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

  
LUCIANA PANKE(UFPR)

  
NELSON ROSÁRIO DE SOUZA(UFPR)

  
RAFAEL CARDOSO SAMPAIO(UFPR)

  
CELI REGINA JARDIM PINTO(UFRGS)

*À minha mãe, doutora em conhecimentos tácitos da vida, que (hoje)  
ausente se faz presente nas horas em que minhas certezas vacilam.*

## AGRADECIMENTOS

Em *Grande Sertão: Veredas*, quando Riobaldo, menino, titubeia atravessar o Rio São Francisco numa simples canoa, é outro menino, que mais tarde viria ser seu companheiro de jagunçagem, que o faz seguir adiante: “Carece de ter coragem”, diz Diadorim. Poucos dias após a publicação do edital de seleção, quando ainda tinha dúvidas em fazer o doutorado fora da minha área de formação, recebi o primeiro empurrãozinho: “Vai e faz!”, disse-me **Kelly Prudêncio**. Professores nunca deixam de o ser – passam de mestres a gurus. À época, eu já estava trabalhando na Vara da Infância de Colombo e também como professor substituto do curso de Comunicação Social da UFPR, numa jornada de trabalho que passava em muito as 60 horas permitidas em lei. Não sabia se daria conta de incluir o doutorado na minha vida.

Fui.

Mas não sem medo.

“Será que o projeto era bom o suficiente para ser aprovado?” foi a segunda dúvida que me passou pela cabeça. E foi num café com a **Taiana Bubniak** com quem discuti o projeto e ajustamos o que parecia fraco. Na verdade, acredito que eu buscava mais o empurrãozinho que as dicas de pesquisa. Os conselhos e as discussões acadêmicas continuaram ao longo desses quatro anos, bem como as risadas, as alegrias, o universo, a vida e tudo o mais.

Precisei de outro empurrãozinho. No dia da inscrição, o funcionário estava de atestado médico e não havia ninguém para conferir a documentação e me entregar o protocolo. “E se estiver faltando alguma coisa?”, pensei. E na mesma hora pedi para **Patricia Belz** ir lá me ajudar. O dia da seleção chegou rápido. Ao ver quem seriam meus concorrentes, me resignei.

Não passaria.

Para mim, havia outros candidatos melhor alinhados às linhas de pesquisa. Lembro até hoje da pressão da entrevista e de ter ido dar aula logo após ela ocorrer com as pernas tremendo de nervoso. Dias depois saiu o resultado da entrevista e eu havia sido aprovado para a próxima fase, a análise de currículo. Eu só não havia me tocado que essa fase não era mais eliminatória. E foi justamente a **Kelly Prudêncio** quem me alertou desse detalhe e primeiro me cumprimentou pela aprovação. Sabe quando a coisa leva algumas horas para cair a ficha? Estava movimentando os processos com os quais trabalho quando comecei a receber mensagens e notificações. Ainda meio sem entender, me levantei e fui à sala ao lado e contei para **Wanessa Souza**: “passei”. Acho que nem ela esperava. Coitada, de tantas caronas que ela me dá, nesse período, ela teve a paciência de escutar por vários dias todos meus medos e todas minha

insegurança em cada etapa da seleção. Foi para ela que disse, após a entrevista, que não seria aprovado.

O primeiro dia de aula foi em março e aí realizei de que para fazer esse doutorado eu ia carecer de muita coragem. De coragem não só para dar conta de todas as responsabilidades com as aulas, as leituras, a produção de artigo, a participação em eventos, com a tese. E junto havia o trabalho na Vara da Infância, as aulas na UFPR, a vida, o universo e tudo o mais. Carecia de ter coragem.

E justamente os primeiros dias de aula coincidiram com o período que minha vida afetiva entrou em revés. Faltava-me concentração para as aulas e as leituras; as ideias tentavam entender o que não deu certo e descobrir como, sozinho, faria a vida voltar aos eixos. Foi quando senti o peso da idade, a necessidade da família e de todas aquelas coisas que nos dão chão para sustentar a vida. Aí veio o empurrãozinho de **Isabele Mito**, amiga-irmã das aventuras de curso, das angústias acadêmicas e, agora, de moradia, de alegrias, dos jantares caseiros, de filmes, séries, baladas e bares. Não sei dizer quantas vezes apenas a presença dela aqui onde moramos foi essencial para não me abater a solidão. Como também não saberei nunca dizer quantas vezes ela pacientemente ouviu todos meus medos, minhas tristezas, minhas alegrias, as confusões de minha família, os desabafos.

Eis que veio 2015 e eis que veio a porrada mais forte. Da qual ainda não me recuperei totalmente. A manhã do dia 11 de setembro me visita quase todos os dias. Era perto das oito e meia, quando meu pai me ligou. Numa das raras vezes, ouvi em sua voz medo e desespero. As palavras ainda me são fortes, ainda ecoam nas lembranças: “me ajude, a mãe está morrendo e não sei o que faço”. Não sei o que fiz, apenas troquei de roupa e fui ao hospital. Eles haviam saído para a mãe fazer exames, quando ela se sentiu mal e desmaiou. Era o coração. Foi um infarto. E assim, do jeitinho dela, ela foi.

Minha mãe teve muitos filhos: nossos amigos todos eram um pouco seus filhos, que ela fazia questão de agradar e mimar com meias de lã de tricô, garrafas de chá mate fresquinho, almoços de mãe, bolos, tortas e patês. Não raros, eles saíam de casa com um potinho cheio de alguma guloseima – mas com a condição de devolver o potinho. Além de trabalhar com meu pai, cuidar da casa, educar os filhos, ela ainda guardava tempo para fazer casaquinhos e meinhas de nenê e bonecos de tricô e crochê para os amigos, os familiares e principalmente para doar à hospitais e maternidades. Quando fomos mexer nas coisas delas, encontramos mais de trinta pares de sapatinhos prontos. Ela era assim. Sentiu quando eu vim morar no meu canto e ficou feliz de alegria quando precisei ficar umas semanas lá por conta de uma reforma em meu



apartamento. Minha mãe era mãe de todos. Como disse meu pai no velório, não houve uma pessoa que não bateu à porta dela e saiu sem uma palavra de carinho ou sem a ajuda necessitada.

Durante muito tempo persegui os porquês. E até hoje me penso sobre a vida. Minha mãe vestiu muitas crianças, sobrinhos, filhos de amigos e achegados, mas não teve o prazer de vestir os netos. Eu não tive a alegria de lhe dar netos. Muitas, muitas vezes me perguntei até que ponto valeu ou valia a pena me dedicar para a vida acadêmica e profissional e deixar a vida afetiva e familiar para depois. Muitas vezes me peguei pensando o quanto eu estaria perdendo por decidir não formar família nesse momento... E hoje, quando minha ascendência começa a seguir o rumo da vida, me pego pensando na importância de ter uma descendência.

Minha mãe era simples. Estudou o primário, não completou o secundário. Mas da experiência da vida nos ensinou a ser o que somos: bons filhos, educados, humanos, morais e éticos. Aliás, nossa família é uma das tantas famílias brasileiras, cujos pais se esforçam para prover aos filhos aquilo que o Estado não faz em suas obrigações. Meus pais deram muita importância à nossa educação. Muitas vezes, nós deixamos de ganhar presentes caros no natal ou de viajar nas férias para que eles pudessem pagar escola particular. Nós, crianças, não entendíamos. Queríamos ir para a praia e ter os brinquedos legais. Mas graças ao esforço, meus pais formaram três filhos e me formaram mestre. Sei que minha mãe, na sua simplicidade de dona de casa e sem dimensionar exatamente o que é um doutorado, está dando seu jeito para me fazer doutor.

A gente ainda estava tentando entender o que havia acontecido, quando tivemos outra despedida. Em maio de 2016, minha madrinha **Matilde**, a segunda mãe, irmã de minha mãe, foi lhe fazer companhia. Após um ano e meio lutando contra o câncer, ela descansou. De novo, a tristeza, os dias sem graça, os porquês da vida. O câncer consome não só o enfermo como as pessoas em volta. Foram dias no hospital em que me partia o coração ver minha madrinha, que sempre foi uma pessoa boa e querida, sofrer para comer, respirar e falar. Se por um lado a gente sofria por vê-la sofrer, por outro lado fui compreendendo que minha mãe partiu sem sofrimento; hoje entendo que sua partida foi abençoada. Como também hoje sei que as duas irmãs guardam nossos passos. Mas a ausência ainda dói. Os natais não são mais felizes, nem os aniversários, nem as festas de família. Às vezes tenho a impressão de que o telefone toca às quintas à noite, quando a mãe e eu costumávamos combinar os almoços de domingo. O silêncio que se fez na casa de meus pais é cortante e a ausência dela no dia da minha defesa será o pior desafio do dia.

Escrevo isso porque eu não teria enfrentado os dias que se seguiram sem as pessoas que estiveram conosco nesses momentos. No velório de minha mãe compareceram tantos amigos e conhecidos, muitos talvez a conheciam pouco. Alguns eu não via há mais de dez anos.

Foi essa rede de apoio que me deu forças para seguir adiante e, aos poucos, reencontrar os motivos para sonhar e ter um sonho azul da cor do mar.

Lembro que logo após o falecimento de minha mãe, minha madrinha, já em tratamento contra o câncer, sempre se despedia de mim com votos de coragem. Coragem se tornou uma espécie de mantra, que me deu forças todas as vezes que o caminhar ficou pesado.

E com o peito cheio de coragem eu parti para a maior aventura da minha vida e os meses mais felizes desses últimos quatro anos: o doutorado sanduíche na Inglaterra. Tinha eu uns 14 anos quando comprei meu primeiro livro da Agatha Christie numa dessas coleções de banca de jornal. Em pouco tempo, era um leitor voraz das histórias de assassinatos do Poirot e Sherlock Holmes. Deles pulei para Oscar Wilde e outros escritores ingleses. Sem a tecnologia da internet, conhecer a Grã-Bretanha só era possível pelos jornais e revistas. Mas minha imaginação voava, recriando na fantasia de minha mente aqueles cenários dos livros.

As poucas reportagens que chegavam de lá envolviam um pouco de política, que eu nem entendia direito, e os causos da monarquia. Minha mãe era fascinada por essas histórias. Ao final das reportagens, sempre me dizia: "Lucas, vamos ir ver a rainha?". Era um sonho, não mais que isso. As condições não permitiam uma viagem dessas e tampouco um intercâmbio, algo que eu também desejava fazer. Meus pais, com muito esforço, investiram na nossa educação. Não sabiam eles e muito menos eu que esse era o caminho para que eu realizasse meu sonho de ir pra Inglaterra e de fazer um intercâmbio.

Mais de 20 anos duas faculdades, um mestrado e um doutorado em andamento e todos os desvios e ajustes da vida me levam a um dia que não sabia quando iria chegar. Demorou, tive de ter paciência, determinação e muito esforço. Mas chegou. Quantas vezes pensei que esse dia não chegaria, quantas vezes me perguntei por que era tão distante e difícil, quantas vezes me perguntei se eu não era merecedor de realizar esse sonho. E assim de repente fui coroado rei de mim. Foram os seis meses mais felizes. Foram seis meses para me redescobrir. Foram seis meses em que todos os dias eu me perguntava se tudo isso era real – e era.

Tentei ser o mais breve possível nesses agradecimentos, mas sei que não consegui. Contudo, essa memória era mais que necessária. Como também é necessário nominar algumas pessoas que estiveram comigo nesses quatro anos. Em maior ou menor grau essa tese que está escrita nas páginas a seguir tem um pouco de cada uma dessas pessoas. Além de ter me ajudado a conferir a papelada das inscrições, a **Patricia Belz** é, talvez, a pessoa que mais esteve comigo nesse processo. Nós nos falamos todos os dias, repetindo as mesmas piadas internas, as mesmas confusões, os mesmos cafés, os mesmos passeios e as mesmas risadas. A gente é meio bobo, ri de qualquer coisa e também reclamamos de muita coisa. Patis, obrigado!

Penso que a **Wanessa Souza** ficará feliz com a defesa do doutorado, pois eu alugo a cabeça dela com a minha vida acadêmica quase todos os dias. Mas também compenso caçando vinhos legais para nós. Sou lhe grato não só pelas caronas, como pela amizade ao mesmo fraternal e maternal. Obrigado!

A amiga-irmã, parceira das angustias de trabalho e, principalmente, das aventuras das viagens e das diversões em baladas, **Fernanda Ullmann**. Não sei dizer quantas vezes nossas diversões foram essenciais para limpar a mente após dias e dias estudando e escrevendo. Fer, agradeço a parceria da vida.

Nesses quatros anos, precisei me ausentar do trabalho para assistir aula, comparecer a orientações e ficar em casa estudando. Em 2017, foram sete meses de licença para fazer o doutorado sanduíche na Inglaterra. Além disso, por diversas minha cabeça estava mais nas demandas do doutorado que nas do trabalho. Sou grato a Deus, ao universo e tudo o mais às pessoas especiais que compartilham os deveres laborais e as alegrias da vida comigo. Essa tese só existe porque nos momentos de minha ausência eles davam continuidade ao trabalho na Vara da Infância. **Alindsay Rocha, Daniele Grando, Nélío D'Agostin e Tarcísio Souza**, queria poder dizer que vocês são f\*\*\*, mas devo manter a polidez neste texto de agradecimento. Mas vocês são! Aliás, nós somos. Nós somos exemplos da nova geração de funcionários públicos comprometidos com o trabalho. Saímos de uma vara com mais de dois mil processos e muita coisa atrasada, para uma vara com pouco menos de mil e o trabalho praticamente em dia. Vivemos a realidade de uma Comarca um tanto esquecida, cujas melhorias estruturais demoraram muito para acontecer. Trabalhamos em um prédio antigo; muitas vezes temos de extrapolar nossas funções para fazer os equipamentos funcionarem e fazer vaquinha para comprar um mero galão de água. Trabalhamos com três funcionários a menos do que o próprio Tribunal de Justiça considera ideal para o bom andamento da prestação jurisdicional na Vara da Infância de Colombo. Lidamos com casos pesados, que muitas vezes exaurem nossas energias. E todo dia estamos lá, cansados ou dispostos, animados ou não, fazendo o melhor que podemos fazer. Sou eternamente grato, pelo apoio que recebi de vocês para cursar o doutorado, para fazer o intercâmbio, para suportar as agruras da vida e, principalmente, por poder compartilhar de tantos momentos alegres e felizes.

Essas palavras também dedico aos nossos estagiários, em especial **Eduarda Gusso, Sofia Cavassin e Keli Carneiro** – sem vocês a gente não teria chegado à excelência que chegamos – e às meninas do Serviço Auxiliar da Infância, **Ana “do SAI”, Ana Paula Misuta, Daniela Guidolin, Elaine Faés e Márcia Skorupa**.

Agradeço à nossa juíza e superiora **Shaline Yamaguchi**, que sempre nos apoiou em nossos objetivos pessoais e não impôs qualquer tipo de objeção, o que me possibilitou cursar o doutorado e realizar o doutorado sanduíche.

Fui muito feliz em minha estada na Inglaterra. Desde o primeiro contato, encontrei em **Michael Farrelly**, meu supervisor na Inglaterra, um grande amigo, que não apenas aceitou supervisionar minha pesquisa nos seis meses do sanduíche, como me ofereceu hospedagem nas primeiras semanas em terras britânicas e me recebeu em sua família. Sem o seu aceite, minha viagem nunca teria acontecido. Só pude realizar o maior sonho da minha por causa do apoio incondicional do **Michael** e de sua esposa **Lucy**.

Agradeço também aos meus amigos ingleses **Alex, Sofie, Tireni, Peadar e Carlos**. Morei em uma cidade pequena. Até onde soube, haviam apenas cinco brasileiros morando lá, mas não os conheci. Ou seja, era só eu e eu. Tinha medo de me sentir solitário. Graças aos cinco, tive não só companhia, como a oportunidade de conversar e melhorar minhas habilidades com a língua inglesa. Carlos me é ainda mais especial. Foi minha companhia em Londres – a viagem de turista em Londres ficou ainda mais especial ao seu lado. Thanks, mates!

Ao longo desses quatro anos, não sei quantas vezes meus amigos fizeram o papel de Diadorim e estendendo-me a mão me disseram “carece de ter coragem, Lucas”. São eles também que fazem pôr os pés no chão quando exagero em algo ou que me levam a sonhar quando desopilar a cabeça. **Luíza Lenardt, Juliana Brusque, Fabiane Nicolote, Alexandro Kurovski, Eduardo e Mariane Rohn, Willian Amaral**, já se vão mais de dez anos de amizade e carinho; a vida parece querer levar cada um para um caminho, mas a gente está sabendo manter nos trajetos próximos e os corações unidos. **Adriana Melo**, sempre presente para um bom papo e risadas soltas – obrigado! **Ana Paula Lazier**, nos conhecemos praticamente desde que o mundo se fez para nós (quase trinta anos, não?). Juntos, somos arrojados, menina... você nos seus empreendimentos culinários e eu nos acadêmicos. Sempre torcendo por mim e estando do meu lado nos momentos mais necessários. Que a gente nunca seja um desses do bando dos alienados. **Eva Duarte e Yara Pacheco**, minhas amigas mimosas, sabidas e estimadas do Fórum, parceiras das aventuras jurídicas e das diversões da vida. **Mônica Pinto, Sheila Gorski, Anderson Moreira, André Dias e Hendryo André**, a turma do mestrado, dos diversos pankadões, das bobearas sem fim (a **Taiana** também faz parte) e, os dois últimos, da saga de cursar um doutorado. **Sheila**, seu cabelo está sempre lindo! **Douglas Moreira**, sou-lhe grato pelo carinho, pela parceria, pelos conselhos acadêmicos e pelos anos felizes – guardo-te com carinho. **Bruno Nichols**, obrigado pelas conversas todas que me ajudaram a resolver minhas

dúvidas e angústias com a redação da tese, pelos conselhos todos e pela companhia virtual durante minha viagem na Inglaterra.

Agradeço aos meus colegas da primeira turma do doutorado em Ciência Política, pelas dicas nas disciplinas, nos cafés e bares, onde discutimos os assuntos importantes da tese e da vida. **Mabelle Bandoli**, guardo-te um carinho maior.

Agradeço o apoio da minha família, em especial de meus tios **Teresa** e **Vani**, que sempre compreendeu as necessárias ausências e sustentaram os dias mais difíceis.

Agradeço meu pai e meus irmãos, que compartilham comigo a saudade das horas ausentes e as lembranças das horas felizes.

Aos meus alunos do curso de Comunicação Social, em especial os de Relações Públicas, obrigado pelos dois anos mais intensos, por tudo que pude lhes ensinar e por tudo que pude aprender. Aos meus colegas de departamento, em especial, **Luciana Panke**, **Mário Messagi**, **Kelly Prudêncio**, **Regiane Ribeiro**, obrigado pelo companheirismo.

Agradeço aos professores **Luciana Panke** e **Rafael Sampaio**, dois grandes amigos e conselheiros, não só pelas sábias orientações no exame de qualificação, como pelas horas felizes e divertidas que vivemos.

Por fim, agradeço imensamente ao meu orientador **Emerson Cervi**, por ter escolhido meu projeto e acreditado que chegaria à sua conclusão. Essa tese nunca teria acontecido se não fosse sua dedicação nas orientações e na condução da pesquisa, bem como sua compreensão em relação às minhas obrigações trabalhistas e aos momentos em que estive afastado da dedicação e atenção aos estudos.

Em *A Estrada*, uma distopia pós-apocalíptica, há um recorrente diálogo entre um pai e um filho, que tentam viver com ética e humanidade em um mundo sem esperança, no qual as pessoas lutam para sobreviver. Nesse diálogo, o pai sempre explica ao filho que eles são os homens bons pois “carregam o fogo”. Sim, carregamos o fogo. O fogo do conhecimento, o fogo da solidariedade, o fogo da amizade, o fogo do amor. Mas nenhum fogo se mantém aceso se não houver o que o alimente. Obrigado, a todos vocês, inclusive aqueles que não citei aqui, que alimentaram meu coração com a coragem que fez o fogo em mim se manter aceso.

## RESUMO

A presente tese aborda a construção das figuras do “eu”, do “nós” e do “ele/eles” e a luta política entre elas materializada nos pronunciamentos proferidos por Dilma Rousseff durante o exercício da Presidência da República, entre 2011 e 2016. Parte-se do pressuposto de que a construção das três figuras se modifica ao longo dos cinco anos e cinco meses de governo da mandatária em razão de três períodos-chave: (1) da posse até meados do primeiro mandato, o “eu” é construído sob a guarda do “nós” e o “ele/eles” caracterizado pela oposição legítima derrotada nas urnas; (2) da metade do primeiro mandato até a reeleição, caracterizado pela dissociação do “eu” em relação ao “nós”; e (3) da posse do segundo mandato à deposição de Dilma, o “eu” novamente se ampara no “nós”, travando luta política com “ele/eles”. A pesquisa utiliza como referencial teórico as definições e os conceitos de Comunicação Política, Retórica Presidencial e Campanha Permanente, a fim de situar o objeto no campo da Ciência Política e da Análise de Discurso para a construção das categorias analíticas para a Análise de Conteúdo, metodologia à qual será submetido o objeto de pesquisa. A análise foi realizada sob um enfoque quantitativo e qualitativo. Quanto ao primeiro, classifica-se o objeto de acordo com as seguintes variáveis: Ano de Enunciação, Dimensão Temática, Temática Específica, Tipo de Audiência, Público e Local de Enunciação. Procedem-se, então, a uma análise informatizada por meio da interface Iramuteq, com vistas a compreender os principais temas abordados por Dilma em seus pronunciamentos. Dessa análise, os achados revelaram que a maioria dos pronunciamentos pertencem à Dimensão Temática “Social e Estado”, concentram-se nas Temáticas Específicas “Relações Internacionais”, “Saúde”, “Habitação” e “Mobilidade Urbana e Transporte” e foram enunciados dentro do país para uma Audiência “Popular”. No enfoque qualitativo, analisamos a construção das figuras do “eu”, do “nós” e do “ele/eles” e a luta política travada entre elas nos tocante às crises econômica, política e institucional. Os achados dessa análise nos permitiram concluir que, no primeiro período, a luta política é travada por Dilma, na posição de chefe da equipe de governo, para convencer a sociedade brasileira de que o Brasil está vencendo a crise; no segundo, a luta é travada por Dilma, na posição de representante do Estado brasileiro, para cooptar os manifestantes a aderir às propostas e ações para vencer a crise política e, enquanto chefe da equipe de governo, para convencer os segmentos sociais das fortalezas do país para superar a crise; e, no terceiro, a luta política é travada por Dilma (na qualidade de ator político) contra a oposição política (sob a identidade do inimigo algoz), que ameaça a democracia, as conquistas e o povo brasileiro.

Palavras-chave: Pronunciamento. Discurso Político. Dilma Rousseff. Presidente. Comunicação Política. Ciência Política.

## ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the construction of the discursive figures of “I”, “We”, and “They” in Dilma Rousseff’s speeches, especially related to the political struggles amongst them when this politician was President of Brazil, between 2011 and 2016. We presuppose that the three figures construction through Rousseff’s pronouncement, during the five years and five months of her government, can be divided in three moments: (1) from the beginning of her first mandate (January 2011) until the beginning of 2013, when the “I” is built underneath “We”, and “They” is characterized by the political opposition who failed the elections; (2) from 2013 until reelection, characterized by the dissociation between “I” and “We”; and (3) from her second inauguration as President in 2015 until her impeachment, when “I” reconnects to “We” to start a political fight against “They”. The research adopts as theoretical references concepts from the fields of Political Communication, Presidential Rhetoric and Permanent Campaign, in order to locate the empirical object inside the Political Science area. We use Discourse Analysis to elaborating analytical categories for Content Analysis, the methodology adopted by this research. The analysis was conducted under both qualitative and quantitative lenses. Firstly, we classify the analytical object (Rousseff’s speeches) concerning the following variables: Year of Enunciation, Theme Dimension, Specific Theme, Audience, Public, Place of Enunciation, and Length of Discourses. We proceed then to a computer-based analysis through R’s interface *Iramuteq* to identify the main themes mentioned by the former president. Results show that most of the speeches approach the Theme Dimension “Social and State”, and the main Specific Themes are “International Relations”, “Health”, “Housing” and “Urban Mobility and Transportation”. They also were delivered in Brazil to a ‘Popular’ Audience. Then, we analyzed qualitatively the construction of “I”, “We” and “They” related to the political struggles between them concerning the economic, political and institutional crises. The results here point that “I” characterizes Dilma Rousseff fighting to convince the Brazilian society that the country is winning the context of crisis. “We” marks her struggles as a representative of the Brazilian State to coopt people who blamed on her government to believe in her proposals and actions to overcome the political crisis, and to convince society about the national strengths to do it. Through “They” the political fight is waged by Rousseff against the opposition, which achieves the identity of cruel enemy and menaces democracy, previous political and social conquers and the Brazilian people.

Keywords: Speech. Political Discourse. Dilma Rousseff. Brazilian President. Political Communication. Politics.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>O DISCURSO POLÍTICO E O CAMPO DA CIÊNCIA POLÍTICA.....</b>	<b>25</b>
2.1	O DISCURSO POLÍTICO NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA.....	29
2.2	CONCEITOS EM TORNO DA NOÇÃO DE DISCURSO POLÍTICO.....	39
2.3	RETÓRICA PRESIDENCIAL E CAMPANHA PERMANENTE.....	47
2.4	CONTEXTO POLÍTICO DO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF.....	54
2.4.1	O cenário político do governo de Dilma Rousseff.....	54
2.4.2	O processo de <i>impeachment</i> .....	58
<b>3</b>	<b>O MÉTODO DE PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>62</b>
3.1	DESENHO METODOLÓGICO.....	67
3.1.1	A construção do objeto de pesquisa.....	67
3.1.2	A construção das variáveis analíticas para a pré-análise.....	69
3.1.3	A análise informatizada.....	74
3.1.4	A construção das categorias analíticas para a Análise de Conteúdo.....	75
<b>4</b>	<b>ANÁLISE CLASSIFICATÓRIA E EXPLORATÓRIA DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF.....</b>	<b>76</b>
4.1	A LEITURA FLUTUANTE DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF.....	76
4.2	ANÁLISE CLASSIFICATÓRIA DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF.....	81
4.2.1	Ano de Enunciação.....	81
4.2.2	Dimensão Temática.....	82
4.2.3	Temática Específica.....	85
4.2.4	Audiência e Público.....	92
4.2.5	Local de Enunciação.....	95
4.3	ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF.....	99
4.3.1	O Iramuteq e a preparação dos pronunciamentos.....	99
4.3.2	Análise léxico-freqüencial dos pronunciamentos de Dilma Rousseff.....	100
4.3.3	Análise fatorial dos pronunciamentos de Dilma Rousseff.....	102
<b>5</b>	<b>ANÁLISE CONTEXTUAL DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF.....</b>	<b>135</b>
5.1	A FIGURA DO “EU”.....	138
5.2	A FIGURA DO “NÓS”.....	143



5.3	A FIGURA DO “ELE/ELES”.....	149
5.4	A CRISE ECONÔMICA NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF.....	157
5.5	DA CRISE ECONÔMICA À CRISE POLÍTICA NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF.....	169
5.6	DAS CRISES ECONÔMICA E POLÍTICA À CRISE INSTITUCIONAL NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF.....	191
5.7	O PERCURSO TEMPORAL DA LUTA POLÍTICA NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF.....	216
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>221</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>232</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde o retorno da eleição direta para a Presidência da República, em 1989, os brasileiros conviveram com presidentes de diferentes personalidades, mas com uma característica em comum: a boa oratória. Tancredo Neves, considerado o primeiro presidente após o fim do regime militar mesmo sem ter tomado posse do cargo, tinha um estilo de discursar peculiar, inflamado, direto, típico dos políticos que discursavam em comícios. José Sarney (1985 a 1990) também tinha um estilo discursivo objetivo, mas com tom ora conciliador ora contundente e, por vezes, rebuscado. Fernando Collor de Melo, presidente entre 1990 e 1992, ficou conhecido por seus pronunciamentos emotivos, bem enunciados, por alguns tido como elegante, ainda que usasse algumas palavras e expressões pouco conhecidas da população. Fernando Henrique Cardoso, que governou por dois mandatos entre 1995 e 2002, mesmo com alguns problemas de dicção, notabilizou-se como bom orador em função das atividades docentes que exerceu. Seus pronunciamentos eram formais, pouco emotivos e, às vezes, um pouco complexos em razão da retórica acadêmica (POLITO, 2006).

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente também por dois mandatos, entre 2003 e 2010, pode ser colocado em oposição a Collor e Fernando Henrique. Líder sindical, oriundo das massas, Lula falava para grandes públicos, incitava-lhes emoção, compartilhava experiências. No lugar da formalidade, uma fala mais coloquial, permeada de exemplificações, metáforas, lugares comum e vícios de linguagem. Por outro lado, Itamar Franco, que ocupou a presidência após o *impeachment* de Collor, pelo período de 1992 a 1994, não se notabilizou como bom orador; suas habilidades discursivas estavam à sombra de sua capacidade de gerência e de articulação política. (POLITO, 2006).

Em dezembro de 2010, pela primeira vez na história da República brasileira, uma mulher foi eleita presidente do Brasil. Ao tomar posse em janeiro do ano seguinte, Dilma Vana Rousseff entrou para história não só por ser a primeira pessoa do sexo feminino a ocupar o mais alto cargo público do país, como também pelo governo conturbado que marcou seu segundo mandato e culminou na sua deposição do cargo, por um *impeachment*, em agosto de 2016. Ao longo de seu governo, a presidenta ficou conhecida por sua inabilidade oratória, o que a colocaria ao lado de Itamar Franco. No senso comum, consolidou-se a impressão de que a presidente não possuía dom para a oratória e, por isso, era uma péssima enunciatória.

Quando se fala em discurso político, é preciso ter em mente que ele é inerente ao ato de governar. Além da atividade prática de administrar o país, governar também significa tomar a palavra. Conforme expõe Arendt (2008), o discurso político é sempre uma fala pública; o ato

de fazer política, de decidir sobre a vida em comum e fazer os outros aderirem à causa e à ação só existem porque as palavras são ditas diante dos outros. Analisando os verbos gregos e latinos, a autora explica que havia duas formas de designar aquilo que denominamos de agir: enquanto para aqueles *árkhein* significava iniciar algo, conduzir e governar e para estes *agere* se referia pôr algo em movimento; a palavra grega *práttein* e romana *gerere*, significavam respectivamente levar a cabo alguma coisa e continuar algo já iniciado no passado (ARENDR, 2008). Ou seja, para os gregos e romanos, a ação política podia tanto levar o ouvinte a iniciar algo como a dar continuidade a alguma coisa.

Acima dissemos que governar é tomar a palavra. Aliando essa noção à abordagem de Arendt (2008), podemos completar que tomar a palavra é, por sua vez, um ato social, político e linguístico. Linguístico, pois o discurso, antes de ser uma fala sobre algo, deve ser compreendido enquanto uma fala que materializa algo e que confere sentido ao mundo social. Sobretudo, em um país das dimensões do Brasil, a inauguração de um hospital, por exemplo, necessita da materialidade discursiva para lhe auferir existência real ante a população. Do contrário, apenas os indivíduos que residem, trabalham ou transitam pela localidade saberão do novo hospital. É inviável politicamente que o governante governe sem se reportar, por meio da palavra, à população e à sociedade. Político, porque envolve uma tomada de decisão acerca do que dizer, de como dizer e do que não dizer e articula um espaço público no qual o falante busca convencer, persuadir e cooptar o ouvinte à sua causa. Social, pois entre o falante e o ouvinte funda-se um ato comunicativo, com a materialização do “eu” emissor e de um “tu” receptor. Segundo Pêcheux (1997), ao falar, o orador pratica dois tipos de esquecimentos; no primeiro, o sujeito rejeita, de modo inconsciente, tudo o que não está inserido em seu dizer; no segundo, apaga outras formas ou sentidos de seu dizer, o resultado é a ilusão de ser a origem do discurso e de que o que diz tem apenas um significado. Portanto, o sentido de qualquer discurso somente se completa no processo de interpretação e compreensão do que foi dito pelo ouvinte – daí sua face social.

Basicamente, podemos partir do pressuposto que um governante utiliza o discurso com três finalidades: assegurar aos cidadãos que o governo conhece a vontade, a opinião e as demandas dos cidadãos, prometer o cumprimento de determinadas ações afim de atender tais anseios e mostrar de que maneira eles foram atendidos. Tomemos um exemplo a título de ilustração (e não de análise): por algumas ocasiões parte da população vai às ruas em protesto contra o governo e pede solução a uma crise econômica pela qual o país passa. Nesse momento, o governante pode vir a público dizer que o governo está atento a tais demandas e está analisando as melhores medidas a serem tomadas. Posteriormente, esse mesmo governante

pode anunciar à população um pacote de estímulos à economia para superar a crise. Por fim, em um terceiro momento, o governante pode avaliar se as medidas tomadas tiveram efeito, explicar como ocorreu a superação da crise bem como anunciar a retomada de investimentos em áreas que foram deixadas de lado durante a crise.

Desse pressuposto, origina-se um segundo que necessita ser considerado. Se um governante precisa tomar a palavra para governar e materializar planos, programas, projetos, ações e feitos de seu governo para os cidadãos de todas as regiões do país, espera-se que ele possua habilidade oratória e consiga se dirigir à população de forma clara, objetiva e adequada. De acordo com Aristóteles (2006), cabe ao orador executar bem o discurso, evitando erros e adequando sua fala ao público a que se dirige, mostrando, assim, conhecimento, sabedoria, singularidade e excelência.

Charaudeau (2008) explica que, para persuadir o ouvinte, o político constrói certa percepção da opinião pública, de modo a apreender os assuntos, problemas e dilemas da sociedade. Concomitante, efetua a percepção de sua própria identidade pessoal e social e da posição dos outros políticos e, a partir daí, adapta seu discurso conforme o ouvinte, principalmente diferenciando-o se das massas ou das elites, e se posiciona como sujeito crível e legítimo para dizer o que fala. Para Manin (1995), nas sociedades atuais, mediadas pelos meios de comunicação, os eleitores tendem a votar de modo diferente de uma eleição para outra, enfraquecendo o elo de identidade entre ele e o partido e aumentando a confiança na autoridade e personalidade dos políticos ou candidatos em detrimento da identidade ideológica.

Se partirmos dessa visão proposta por Charaudeau (2008) e Manin (1995), podemos pensar que o governante exerce papéis sociais relativos não somente às atribuições do cargo que ocupa, mas também relacionados a caracteres de ordem pessoal. Por exemplo, o presidente da República é, ao mesmo tempo, um indivíduo único, com crenças e ideologias próprias, com determinada constituição psíquica e moral, portador de história e experiências pessoais diferentes dos outros indivíduos da sociedade. Ao ocupar tal cargo, ele passa a representar uma instituição política, torna-se uma espécie de gestor que determina os caminhos a serem tomados pela administração do país e um tipo de símbolo, que congrega elementos representativos da nacionalidade, da soberania e da identidade coletiva.

A partir das ideias de Arendt (2008), Aristóteles (2006), Charaudeau (2008) e Manin (1995), podemos considerar que o discurso político está ligado à questão da identidade e da imagem de quem o enuncia. Conforme explica Gomes (2004), a palavra imagem designa dois fenômenos diferentes: a imagem visual, real e técnica, como, por exemplo, as pinturas, fotografias e desenhos, e a imagem conceitual, ou seja, a ideia que alguém faz de outrem ou de

algo. Quando um indivíduo se refere a uma pessoa ou instituição é comum que esse pensamento venha acompanhado de uma configuração mental do objeto. Assim, quando se fala da imagem pública de algum sujeito, refere-se à sua imagem visual – aparência, eugenia, vestimenta etc. – e à sua imagem conceitual, formada por um complexo de informações partilhadas por uma coletividade

Weber (2004) partilha da mesma noção de imagem pública e acrescenta que ela também é construída mediante informações negativas e positivas a que a sociedade e os indivíduos têm acesso e que “não é necessário conhecer uma figura pública para formar uma imagem” (p. 274). Gomes (2004) destaca que as imagens públicas são construídas por meio de ações e discursos e só começa a existir na recepção dessas informações. Segundo este autor, o mecanismo de produção de imagens transforma fatos e falas em mensagem e valores simbólicos destinados a produzir determinada impressão no receptor. Aqui começamos a nos aproximar do objeto de nossa pesquisa.

Acima, dissemos que nos inquieta compreender se os trechos pelos quais se atribui a Dilma a imagem de má oradora são, de fato, significativos perante o volume de pronunciamentos enunciados por ela. Dissemos também que, ao enunciar, o orador institui a figura do “eu”, centro da subjetividade discursiva. Agora, é necessário relacioná-los. Para entender a dinâmica discursiva de Dilma Rousseff é preciso olhar para o conjunto de seus pronunciamento, debruçando-nos sobre o conteúdo integral das enunciações e, quando necessário, extraíndo recortes que respeitem o contexto em que eles foram enunciados e respaldando-os em um método ou procedimento científico claramente definido. Além disso, não podemos proceder a nenhuma análise de seus pronunciamentos se não considerarmos a figura do “eu” que se institui devido à sua materialização e aos procedimentos enunciativos que a constituem. Desse modo, o primeiro enfoque de nossa pesquisa é a constituição do “eu” nos pronunciamentos presidenciais de Dilma Rousseff.

Também é preciso ir mais além: se ao tomar a palavra o falante engendra seu discurso a fim de cooptar o ouvinte à sua causa, podemos pensar em uma situação em que a adesão desse indivíduo o faz passar de uma condição de neutralidade para com o falante à de apoiador. Logo, esse “tu” passaria ao status de um “nós”. A pessoa gramatical do “nós” é aquela na qual se verifica a presença do “eu” acompanhado de outrem, sendo que ambos figuram como sujeitos da ação. Assim, o “eu” também se materializa nos pronunciamentos sob a pessoa “nós”. Eis o nosso segundo enfoque de pesquisa: a constituição do “nós” nos pronunciamentos de Dilma.

Contudo, há uma terceira característica do discurso que ainda não abordamos e que nos auxiliam no estabelecimento do terceiro e último objeto de pesquisa. Os estudiosos do

discurso de orientação crítica o compreendem como ação e não como efeito, pois ele estrutura a ordem semiótica das práticas sociais, conferindo-lhe significado. Nessa dimensão da prática social, as práticas discursivas engendram os sistemas de crenças e as manifestações de poder, tornando-se ideológicas e hegemônicas (FAIRCLOUGH, 2001). Já Howarth e Stavrakakis (2000) expõem que tais práticas envolvem relações de força determinadas historicamente, uma vez que mediam relações de forças entre quem está dentro e fora da ordem social subjacente. Nesse sentido, o discurso político se configura como prática política, na qual se praticam também relações de forças e lutas de poder.

Parece-nos óbvio pensar que o discurso político é um espaço de lutas de poder. Tal noção nos leva a inferir que governar é uma forma de prática dessas lutas. Ao longo desta introdução, afirmamos que para governar é preciso que o governante tome a palavra e enuncie seu dizer em um espaço público. Amparados nas ideias de Fairclough, Howarth e Stravrakakis, podemos completar a afirmação acima dizendo que o discurso político também se configura como prática pela qual o governante exerce poder e luta por ele. Essa noção nos permite pensar em uma outra figura que se organiza na enunciação discursiva, ainda que hipoteticamente.

Ao enunciar, o falante engendra a figura do “eu”, referência das coordenadas históricas, temporais, situacionais e comunicativas do ato discurso em razão de um “tu”. Esse “tu” pode dar origem a duas figuras. Quando cooptado pelo “eu” à sua causa, o “tu” se transforma no “nós”, figura de que falamos acima, que ascende à mesma posição discursiva do “eu”. Quando não convencido ou persuadido pelo falante, o “tu” se torna o “ele” (ou “eles”, caso se trate de mais de um indivíduo ouvinte), figura que o “eu” tentará cooptar à sua causa ou então contra quem irá medir forças e lutar politicamente. Aqui encontra-se o terceiro enfoque de nossa pesquisa: a constituição do “ele/eles” nos pronunciamentos de Dilma Rousseff.

A figura do “ele/eles”, juntamente com a do “nós”, é importante para nossa tese. Lembremos que consideramos o como ato comunicativo que engendra ao mesmo tempo o “eu” enunciador e o “tu” interlocutor, ou seja, a pessoa com quem ele fala. Quando pensamos no discurso político, o “tu” ascende ao status de ator político, pois ao mesmo tempo, recebe o discurso e faz com que o falante organize o dizer em sua razão. Enquanto ator político, o interlocutor pode ser o grupo ou o indivíduo que apoia o enunciador bem como o que lhe faz oposição. Quando o enunciador assume esse papel, na qualidade de governante, tenta cooptá-lo à sua causa ou neutralizar possíveis ataques e influências negativas. Quando o “tu” se encontra no papel de apoiador do governante, este utiliza o discurso para prestar contas dos seus feitos no governo. Em ambos os casos, o governante ou as organizações eleitas utilizam o

discurso, amparados nos recursos do ofício de que dispõem, para construir e manter o apoio e o suporte popular, como forma de assegurar a permanência no poder.

Embora tenhamos organizado nossa pesquisa em três enfoques, é preciso ressaltar que as três figuras que os compõem são analisadas em face da interação discursiva entre elas, sobretudo no tocante à luta política que se estabelece entre o “eu”, o “nós” e o “ele/eles”. Isto é, nossa pesquisa se debruçará tanto sobre cada um deles individualmente, com vistas a entender sob quais atributos e identidades eles são construídos, quanto sobre como as figuras interagem discursivamente entre si. Anteriormente, dissemos que o discurso político materializa relações de forças e luta de poder. Aqui, vale lembrar as peculiaridades que marcaram o governo de Dilma Rousseff.

Em meados de 2008, durante o segundo ano do segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), a questão da sucessão começou a agitar o ambiente político e midiático brasileiro. Nomes fortes dentro do PT, como Delúbio Soares, José Jenuíno, Antônio Palocci, José Dirceu e Ricardo Berzoini estavam maculados devido às denúncias e às suspeitas de envolvimento nos escândalos e se tornaram escolhas inviáveis para a sucessão de Lula. Políticos como Marta Suplicy, Fernando Haddad e Eduardo Suplicy ou careciam de carisma junto aos eleitores ou seriam utilizados como candidatos para outros cargos eletivos. Faltava para o PT e para Lula um nome confiável, limpo de qualquer denúncia ou suspeita e forte para vencer o pleito e garantir mais quatro anos de governo ao partido. Foi assim que Dilma Rousseff apareceu como uma opção plausível. Contudo, para garantir a eleição de Dilma era preciso conquistar os votos dos eleitores de Lula. Não parecia tarefa fácil. Embora a popularidade e a aprovação de Lula fossem altas, elas não seriam suficientes para garantir que Dilma herdaria o carisma do ex-presidente e, por conseguinte, os votos do seu eleitorado. A alternativa encontrada pelo PT foi colocar Lula como o principal cabo eleitoral de Dilma para mostrá-la como coautora das realizações do governo Lula e, assim, transferir-lhe parte do prestígio do ex-presidente.

Essa estratégia continuou depois de sua eleição. Em pesquisa anterior<sup>1</sup>, identificamos no pronunciamento de posse do primeiro mandato de Dilma Rousseff o argumento da continuidade em relação à administração de Lula, atrelada a um sentido de extensão do governo, em detrimento da noção de inauguração de um modo de governar próprio à presidenta. Ao

---

<sup>1</sup> CERVI, Emerson U.; GANDIN, Lucas. Da continuidade de Lula em 2011 ao “novo governo” reeleito em 2015: as principais características dos discursos de posse de Dilma Rousseff ao Congresso Nacional. In: 24º Encontro Nacional da Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2015, Brasília. **Anais do 24º Encontro Nacional da Compós**, 2015.

longo de seu governo, a presidenta enfrentou alguns problemas provocados pela crise econômica internacional, as manifestações populares contra o aumento das tarifas do transporte coletivo municipal em 2013, os protestos contra os gastos públicos para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, as passeatas contra a corrupção, a repercussão da Operação Lava-Jato com a condenação de políticos da base governista e o processo de *impeachment*.

As circunstâncias que marcaram o governo de Dilma nos levam a pensar em uma prática discursiva da presidenta na qual ela luta politicamente, por meio da articulação entre as figuras do “eu”, do “nós” e do “eles”, em todos os momentos do exercício do poder. Pressupomos que as lutas político-discursivas são menos intensas nas situações corriqueiras da ação de governos, como inaugurações de obras, assinaturas de leis e contratos, lançamento de programas e projetos, reuniões com representantes, eventos relativos a datas comemorativas (Dia da Mulher, Dia do Trabalhador, Natal e Fim de Ano), e cuja audiência é formada por grupos e indivíduos que compõem sua base de apoio. A intensidade aumenta em situações nas quais estão presentes políticos de outros partidos e filiações ideológicas, assim como segmentos da sociedade que não compõem sua base de apoio, mas também não chegam a ser seus opositores. Nesses eventos, os pronunciamentos visariam mostrar a essas audiências os feitos do governo de forma a cooptar o apoio delas. A intensidade da luta político-discursiva atinge seu ápice quando Dilma discursa para a oposição, de modo a medir força com seus antagonistas e lutar pelo poder.

Assim, diante das contextualizações que realizamos até aqui, formulamos nosso problema de pesquisa: como ocorre a constituição do “eu”, do “nós” e do “eles” nos pronunciamentos presidencial de Dilma Rousseff, como eles mudam ao longo dos cinco anos e cinco meses de governo e como se articula a luta político-discursiva entre eles? Para responder a essa questão partimos da hipótese de que a constituição dessas figuras ocorre em três momentos-chaves do governo de Dilma Rousseff: no primeiro, que vai da posse até meados do primeiro mandato, o “eu” é construído sob a guarda do “nós”, marcado pela presença de Lula para conferir legitimidade a sua eleição com base no argumento da continuidade de governo, e o “eles” caracterizado pela oposição legítima derrotada nas urnas. O segundo momento inicia na metade do primeiro mandato e vai até a reeleição da presidenta, caracterizando-se pela dissociação do “eu” em relação ao “nós”, na tentativa de estabelecer identidade própria e independente ao governo de Dilma, e o “eles” ganha reforço com a entrada de parte da sociedade que passa a contestar o governo devido à crise econômica pela qual passa o país. No terceiro momento, que inicia logo após a posse do segundo mandato e termina com a deposição



de Dilma, o “eu” novamente se ampara no “nós”, desta vez incluindo o Partido dos Trabalhadores e os eleitores, que ao eleger Dilma teriam chancelado seu governo, enquanto o “eles” agrega tanto a oposição legítima como a oposição social que defende a deposição da presidenta pelo *impeachment*.

O objetivo geral de nossa pesquisa é verificar como ocorrem a constituição e articulação do “eu”, do “nós” e do “eles” nos pronunciamentos presidenciais de Dilma Rousseff, o que muda e o que se mantém na construção dessas três figuras ao longo dos cinco anos e cinco meses de governo. Já os objetivos específicos da pesquisa são:

- descrever analiticamente os pronunciamentos proferidos por Dilma Rousseff em razão do exercício da presidência da República;
- identificar como Dilma Rousseff se constitui como “eu” em seus pronunciamentos e quem ela constitui como “nós” e como “eles”;
- analisar, pela materialidade discursiva, as relações entre as três figuras; e
- compreender as relações de poder e o jogo político que está por detrás dessas relações.

A pesquisa a ser realizada articulará tanto abordagens quantitativas como análises qualitativas e utilizará como método analítico a Análise de Conteúdo. Inicialmente, será conduzida uma pesquisa exploratória com vistas a categorizar os pronunciamentos quanto a temática, duração e tempo. O objetivo aqui é obter um panorama acerca dos pronunciamentos de Dilma Rousseff. O *corpus* de pesquisa englobará os pronunciamentos realizados pela presidenta em eventos oficiais, durante os cinco anos e cinco meses de governo, excluindo, portanto, mensagens enviadas ao Congresso, notas publicadas no *site* da presidência da República e entrevistas à imprensa.

O aporte teórico virá dos conceitos sobre Campanha Permanente, vertente da qual trataremos abordagens sobre as estratégias políticas usadas pelo político ou grupo governante para assegurar a continuidade no poder. Em relação à noção de discurso, buscaremos conceitos e definições na interface da Ciência Política com a Comunicação e na Linguística. Embora a Análise de Discurso seja uma orientação teórico-metodológica que se atrela mais à Linguística, identificamos nela abordagens teóricas consistentes para o delineamento das categorias de análise nas quais enquadraremos o objeto de pesquisa. Desse modo, ainda que a Análise de Discurso não instrumente nossa análise empírica, ela auxiliará a construir teoricamente o olhar e as categorias de análise que aplicaremos na Análise de Conteúdo.

A presente tese está dividida em seis capítulos, além desta introdução. No segundo capítulo, discutimos a questão do discurso político no campo da Ciência Política e sua interface com o campo da Comunicação, de modo a situar nossa pesquisa naquele. Também trabalhamos os principais conceitos e abordagens em torno da noção de discurso, relacionando-os ao nosso objeto de pesquisa. Ainda no segundo capítulo, procedemos à contextualização política do governo de Dilma Rousseff, com vistas a compreender os momentos-chaves de sua gestão. No terceiro capítulo, apresentamos nosso objeto de pesquisa, realizamos a descrição dos procedimentos metodológicos de coleta de dados e estabelecemos as categorias e ferramentas de análise. No quarto capítulo, trazemos os resultados da análise classificatória e exploratória dos pronunciamentos de Dilma Rousseff, cumprindo as duas primeiras etapas da Análise de Conteúdo. No quinto capítulo, continuamos a discussão dos achados de pesquisa por meio da análise contextual do nosso objeto, na qual abordamos a constituição do “eu”, do “nós” e do “ele/eles” e a articulação da luta político-discursiva entre essas figuras, perfazendo a terceira etapa da Análise de Conteúdo. Por fim, o sexto capítulo traz a síntese do que foi trabalhado nesta tese, evidenciando as conclusões de nossa pesquisa.

## 2 O DISCURSO POLÍTICO E O CAMPO DA CIÊNCIA POLÍTICA

Quando pensamos sobre o discurso político, há duas noções básicas determinantes para qualquer abordagem mais específica. A primeira é a de que o discurso é uma forma de relação entre indivíduos que dá sentido às práticas sociais desses indivíduos. A segunda é a de que o discurso político é enunciado sob a guarda do campo da Política (RUBIM, 2000). O discurso enquanto prática política decorre do processo civilizatório dos agrupamentos humanos. À medida que as sociedades se tornavam mais complexas, fez-se necessário o estabelecimento de regras de conduta para garantir a boa convivência entre os indivíduos. É nesse momento que surge o que podemos denominar de prática política, como forma de resolver a vida comum (RUBIM, 2000). De acordo com Rubim (2000), as primeiras práticas políticas surgem na Grécia clássica. Utilizando-se da retórica, técnica de persuasão e convencimento por meio de procedimentos discursivos, os gregos geriam “a prática política com a atuação dos cidadãos e o exercício de um debate público para criar e implementar alternativas de governo de sociedade” (RUBIM, 2000, p. 18).

A ideia de debate é importante para pensarmos o discurso político. Conforme trabalharemos mais detalhadamente adiante, não podemos tomar a ideia de discurso como sinônimo de fala, texto ou enunciação. Isto é, um debate ou uma discussão em torno de determinado assunto não é um momento em que várias pessoas falam e essas falas se sobrepõem umas às outras. Pelo contrário, é a ocasião em que cada falante confere significado à sua noção de mundo em torno de uma questão com vistas a convencer os ouvintes a recebê-la e aceitá-la como a mais ideal ou adequada para o grupo (RUBIM, 2000). A enunciação dessa visão de mundo, por meio da fala ou de outro suporte de materialização linguística, é o que teóricos denominam de discurso (ORLANDI, 2000; BRANDÃO, 2004).

Se no início da formação das sociedades mais complexas o discurso era a forma pela qual os cidadãos ou governantes discutiam as propostas e ideias para o governo daquilo que era comum a todos, após as revoluções burguesas o discurso passa a ser uma forma pela qual ocorre parte da relação entre representantes e representados. Até por volta do final do século XVII, os parlamentos funcionavam quase como um conselho do rei e era convocado quando este precisava de apoio, geralmente financeiro, para empreendimentos muito caros ou grandes, ou para aprovar uma lei. Durante toda a Idade Média, pouco a pouco o povo foi obtendo assentos nos parlamentos, o que não significava que a política havia se tornado mais democrática. Apenas homens adultos podiam ser escolhidos para os parlamentos e a escolha geralmente se dava por sorteio (MANIN, 1995). Os comuns, como costumavam – e costumam – ser

chamados, eram em número muito inferior aos nobres e clérigos, sendo facilmente vencidos em todas as votações que ocorriam nos parlamentos. Além disso, esses representantes exerciam o que se chamou de mandato imperativo, devendo cumprir estritamente aquilo que lhes foi determinado pelos seus eleitores. As decisões arbitrárias dos reis, apoiadas pelas câmaras altas dos parlamentos (nobres e clérigos) levaram os comuns a lutar por direitos dentro das assembleias nacionais. Cada nação à sua época e maneira, essas lutas culminaram nas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, cujas mais conhecidas são as Inglesa, Americana e Francesa.

Já no final do século XVII, Hobbes concebe que o representante deveria agir como um ator, portando as palavras e ações para as quais foi autorizado a agir. Conforme explica Corval (2015), a noção de autoridade para Hobbes era entendida como o direito de seu detentor de praticar qualquer ação em nome daquele que detém o direito e a ele o delega. O representante, portanto, personifica em si, uma multidão de indivíduos, falando conforme a manifestação da maioria.

Nesse sentido, o representante passaria a exercer o mandato representativo, podendo agir de acordo com os interesses e valores do mandante, mas com liberdade para avaliar quais sejam e como melhor resguardá-los. A diferença entre os mandatos imperativo e representativo reside no fato de que neste o representante, uma vez eleito, se desvincula dos seus eleitores, passando a representar a totalidade do povo ou da nação, enquanto naquele, o mandatário fica vinculado aos seus mandantes, o que, segundo Mill (1981), deixa de lado interesses de minorias. Para Mill (1981), o modelo representativo devolve ao povo um direito que lhe deveria ser inalienável, o de poder decidir por quais caminhos conduzir a vida em sociedade, e assegura a participação de todos no governo.

Interessa-nos, aqui, a relação que se estabelece entre representantes e representados. Com base nas ideias de Charaudeau (2008) – que iremos abordar mais detalhadamente adiante –, partimos da noção de que essa relação articula ao menos duas instâncias: a política e a cidadã. Esta é responsável por delegar àquela o poder de decisão que lhe é de direito. A instância cidadã, por sua vez, se configura como um agente do povo, cabendo ao Executivo o exercício para a efetivação das decisões e ao Legislativo o controle e a fiscalização desse exercício.

Conforme nos explica Van Dijk (1999), esse espaço de interação entre as duas instâncias estabelece um domínio que inclui os atores políticos, isto é, os representantes, as relações, os processos e as práticas políticas. Ou seja, nas sociedades democráticas, o exercício da política ocorre em razão da relação entre representantes e representados e articula um grupo de atores políticos, um sistema de crença, saberes e ideologias e um conjunto de práticas e

processos compartilhados entre a instância cidadã e a política. Ainda segundo o autor, essa relação confere significado a essa interação, o que enseja o exercício da política por meio da prática discursiva (VAN DIJK, 1999).

Até meados do século XX, o discurso enquanto prática da política era estudado à luz das noções de retórica e oratória, fortemente amparada nas reflexões realizadas por Aristóteles e Cícero, que tinha por objetivo compreender por quais estratégias argumentativas o orador conquistava a adesão do ouvinte à sua causa. A literatura existente anterior à constituição dos campos da Sociologia, da Ciência Política e da Linguística é vaga no sentido de relacionar a retórica e a oratória à relação entre representante e representado. Se o governo representativo, tal qual conhecemos nas democracias atuais, começa a se desenvolver por volta do século XVII, inferimos que tais abordagens se aproximam mais do debate e da deliberação de ideias e práticas políticas que da relação entre mandatário e mandante. Ou seja, inferimos que o discurso político tinha local nos espaços onde apenas o grupo dirigente participava e com finalidade de discutir e decidir os caminhos pelos quais a sociedade seguiria. A ideia de uma prática discursiva para convencer os indivíduos a escolher este ou aquele como seu representante só viria a ter lugar a partir do momento em que o modelo representativo é estabelecido ou desenvolvido.

Com o advento da democracia representativa, o discurso político não podia mais ficar restrito aos espaços de decisão. Era necessário que os atores políticos também orientassem seus discursos aos indivíduos que representam, estabelecendo um processo comunicativo entre a instância da política e a instância dos cidadãos. Com o surgimento dos meios de comunicação e a possibilidade de os representantes se comunicarem com um número maior de cidadãos, Charaudeau (2008) explica que o processo comunicativo entre as duas instâncias passa a ser mediado pela instância midiática (aprofundaremos essa discussão mais adiante). Para Manin (1995), é a partir desse momento que os políticos passam a abordar o eleitor diretamente pela mídia de massa, dispensando a estrutura partidária. Assim, os programas políticos cedem lugar às imagens dos candidatos e toda a mensagem política tende a enfatizar sua personalidade. De acordo com o autor, os meios de comunicação oferecem vantagens ao ator político por dois motivos: 1) jornais, canais de TV e rádio são relativamente neutros; embora possam evidenciar preferências políticas, não estão vinculados diretamente aos partidos políticos; e 2) as informações veiculadas na mídia são praticamente homogêneas, levando os eleitores a construir opiniões e imagens com base em elementos parecidos e de domínio comum (MANIN, 1995). O resultado disso é, conforme o autor afirma, a construção de mecanismos de identidade a partir da personalidade e da imagem do candidato, em detrimento da identificação partidária ou ideológica.

Segundo Manin (1995), a forma de composição do governo representativo se organizou em três tipos distintos de organização das relações entre representantes e representados. No primeiro, que ele denominou de parlamentarismo, havia uma estreita relação de confiança entre eleitores e candidatos, baseada nos vínculos locais comuns aos dois e na identificação entre si. Esse modelo se esgota a partir da ampliação do corpo eleitoral, devido ao maior número de cidadãos que passaram a ter o direito do voto. Na democracia dos partidos, as relações de identidade entre eleitor e candidato são enfraquecidas e os cidadãos passaram a votar na pessoa que carregasse as cores de um partido, que, com toda sua estrutura, consegue mobilizar o eleitorado numeroso. No terceiro, a democracia do público, os eleitores tendem a aderir mais ao desempenho individual do líder político que à performance do partido, criando relações de identidade a partir da personalidade e da imagem do candidato/ator político, em detrimento da identificação partidária.

Essa nova configuração da sociedade conduz para uma situação em que a prática política não pode mais ficar restrita aos espaços de decisão, levando o discurso político a também mudar o eixo em que circula. Isto é, tanto nas sociedades antigas quanto na medieval, o discurso político circulava em uma espécie de eixo horizontal, restrito ao espaço de deliberação e decisão e aos indivíduos que ocupavam esses espaços. Ou seja, ele não envolvia as massas. Com a estruturação dos modelos representativos e a extensão do direito de escolher o representante à maioria dos indivíduos de uma sociedade, o discurso político passa a circular numa espécie de eixo vertical, saindo do espaço de deliberação e decisão para se dirigir também às massas. O nosso objeto de pesquisa é um exemplo de discurso político que circula no eixo vertical.

Conforme explica Bourdieu (2011), com o advento da democracia representativa e dos meios de comunicação de massa estruturou-se um campo político definido, com sua lógica e história próprias, estruturando-se como um espaço de jogo, no qual somente quem conhece suas regras possui capital específico e é considerado habilitado para adentrar o campo pode estar. Ainda segundo o autor, o campo político tem sido afetado pelos meios de comunicação social. Jornalistas e especialistas em pesquisa de opinião produzem efeitos sobre o campo político, determinando ou condicionando as regras do seu funcionamento. Os meios de comunicação social têm ainda outro efeito sobre o campo político: consagram os profissionais da política através da exposição pública e controlam o próprio acesso ao campo político, sem abri-lo à sociedade (BOURDIEU, 2011).

Pedroso (1988) atenta para o fato de que, para parte dos pesquisadores, o campo da política não possui um método e um objeto consolidado e definido, compondo mais facilmente

com as demais ciências a busca de uma abordagem de totalidade do fenômeno político, que também é objeto das demais Ciências Sociais. Portanto, a Ciência Política (CP) faria interface com a Sociologia, a História, a Economia, a Psicologia, a Geografia, a Antropologia, a Filosofia e o Direito.

Aqui se configura o espaço dentro do campo da CP onde situamos nossa pesquisa. Antes, porém, faz-se necessário sintetizar as ideias abordadas anteriormente. Para esta pesquisa, a despeito da noção de fechamento de Bourdieu (2011), compreenderemos a CP como o campo de práticas, saberes e ideias políticas relativamente autônomo e com regras próprias, de fronteiras tênues e imbricadas com outros campos. Dito isso, situamos este trabalho no espaço interdisciplinar da CP e da Comunicação, que denominaremos Comunicação Política.

## 2.1 O DISCURSO POLÍTICO NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Os primeiros estudos entre a vida política e os meios de comunicação datam de quase um século. No início, explica Gomes (2004), as abordagens eram esparsas e se concentravam em analisar os impactos da mídia sobre a opinião pública, a decisão do voto e a propaganda política. Nessas três perspectivas, que vão da década de 1920 até meados dos anos 1960, a comunicação de massa era vista como instrumento entre o polo da sociedade e o da política, uma visão que atribui pouca importância às propriedades institucionais da comunicação e que exagera seus efeitos. Destacam-se, nesse período, as pesquisas de Lippman<sup>2,3</sup>, Lazarsfeld<sup>4</sup> e Lasswell<sup>5</sup> (GOMES, 2004). A partir dos anos 70, os enfoques mudam na tentativa de compreender, sob uma perspectiva crítica, as relações entre a comunicação e a política, colocando a comunicação não mais como instrumento, mas como instituição. Gomes (2004) cita como pioneiros os trabalhos de Fagen<sup>6</sup>, cujas abordagens partiam do pressuposto de que qualquer exercício de poder entre dois indivíduos somente ocorre mediante algum tipo de

---

<sup>2</sup> A pesquisa desenvolvida nesta tese não possui como objeto o mapeamento dos campos da Ciência Política, Comunicação e Linguística. Abordamos este assunto tão somente na intenção de situar nosso objeto de pesquisa e destacar sua pertinência ante o primeiro. Nesse breve mapeamento, citamos alguns pesquisadores que desenvolveram trabalhos relevantes ou pioneiros para os campos, porém eles não fazem parte do escopo teórico desta tese. Portanto, as referências que trataremos em notas de rodapé terão apenas a finalidade de informar que obras ou estudos são estes que citamos e, por isso, conterão somente o nome do autor e o título. As obras que utilizaremos para instrumentalizar teórica e metodologicamente nossa pesquisa, quando em notas de rodapé, terão a referência completa, conforme as normas ABNT/UFPR utilizadas neste trabalho.

<sup>3</sup> LIPPMAN, W. **Opinião Pública**.

<sup>4</sup> LAZARSFELD, P. **The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign**. Em conjunto com BERELSON, B. e GAUDET, H.

<sup>5</sup> LASSWELL, H. **A Linguagem da Política**.

<sup>6</sup> FAGEN, R. **Política e comunicação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

comunicação entre eles e de que muitos aspectos da vida política podem ser vistos como tipos de comunicação. Essa fase pode ser considerada uma transição entre a primeira e a próxima fase. Conforme expõe Gomes (2004), aos poucos as pesquisas vão deixando o tom negativo e surpreso do papel central da comunicação de massa na vida social e vai se estruturando um contexto interdisciplinar que se consolida nos anos 1990, em que se acumulam pesquisas empíricas e teóricas em volume elevado e temática diversificada.

No Brasil, os estudos sobre Comunicação e Política se estruturam nos anos 1970. De acordo com Chaia (2007), antes dessa década eles eram esparsos e não privilegiavam a comunicação enquanto instituição da sociedade, preocupando-se mais com os processos eleitorais e a conjuntura político-social do país. Para a pesquisadora, no final daquela década, os estudos se voltam para a complexidade da relação entre a comunicação e a política, porém sob uma perspectiva mais teórica que empírica, cujos enfoques se restringem aos estudos de propaganda política, ideologia e combate aos regimes autoritários (CHAIA, 2007). Ainda segundo a autora, nos anos 80, o enfoque muda de lado; as análises se concentram nos meios de comunicação, incorporando a dimensão da política.

Contudo, Chaia (2007) identifica o contexto das eleições presidenciais de 1989 como marco da sistematização da Comunicação Política enquanto área de conhecimento e de pesquisa no Brasil. O enfoque se volta para a compreensão do papel da mídia no processo eleitoral, pós-redemocratização. É oportuno refletir que, nesse momento, os dois fatores que levam ao crescimento dos estudos acerca da comunicação política ocorrendo ao mesmo tempo. Primeiro, em 1989, e nos anos posteriores, tanto a CP como a Comunicação já estão estruturadas enquanto campos sociais, conforme as ideias de Bourdieu (2011). Apropriando-nos das ideias deste autor, poderíamos considerar também a estruturação de um campo acadêmico à CP e à Comunicação. Obviamente, tomamos emprestadas as expressões de Bourdieu (2011) numa noção muito trivial, uma vez que as pesquisas acadêmicas também fazem parte dos campos mencionados. A ideia aqui é evidenciar que o contexto acadêmico possui práticas específicas que nem sempre se desenvolvem e evoluem pareadas às práticas sociais, não acadêmicas. Em suma, o que se quer dizer é que tanto no campo da CP como naquele da Comunicação identificam-se práticas sociais que já foram ou estão sendo objeto de estudo acadêmico<sup>7</sup>. Com o ambiente acadêmico estruturado, as pesquisas deixam de ser realizadas em outros campos interdisciplinares (Sociologia, Direito, Psicologia, etc.), como antes da década de 70. O segundo fator está relacionado ao contexto social e eleitoral de 1989. A última eleição direta para a Presidência da

---

<sup>7</sup> A discussão sobre o campo acadêmico ser ou não um espaço dentro do campo social conforme a teoria de Bourdieu não é o objeto desta tese.



República fora em 1960 e, após 29 anos, a escolha do presidente era novidade para parte da população brasileira. Além disso, em 1989 a televisão já estava consolidada como veículo de abrangência nacional, o que assegurou a cobertura midiática com destaque. Ou seja, na primeira eleição pós-redemocratização, os contextos social e político estavam agitados, a mídia realizando a publicização das campanhas e do processo eleitoral e o ambiente acadêmico dos dois campos consolidado.

Nesse período, os estudos se concentram na temática eleitoral, abordando o papel da imprensa, da televisão e das telenovelas e do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Destacam-se as pesquisas realizadas por Sousa<sup>8</sup>, Aguiar<sup>9</sup>, Carvalho<sup>10</sup>, Soares<sup>11</sup> e Albuquerque<sup>12</sup>. O tema das eleições continuou e continua recebendo atenção da academia, coincidindo os momentos de ápice com os períodos eleitorais. Atualmente, os estudos dessa área enfocam também o impacto da internet e das redes sociais virtuais nos processos eleitorais.

Podemos notar a centralidade das eleições nos estudos de Comunicação Política. Dela, desdobram-se pesquisas que buscam compreender o comportamento dos eleitores, os partidos políticos, a conjuntura de cada eleição, as formas de cooptação e persuasão do eleitor, as estratégias comunicativas usadas pelos candidatos, o mito político, a imagem e a agenda do candidato, a retórica e as adaptações linguísticas das mensagens políticas e eleitorais por meio da incorporação da estética da comunicação ao discurso etc. (CHAIA, 2007). O número de pesquisadores também aumenta: somam-se aos citados no parágrafo anterior Rubim<sup>13</sup>, Figueiredo<sup>14</sup>, Aldé<sup>15</sup>, Fernandes<sup>16</sup>, Chaia<sup>17</sup>, Panke<sup>18</sup> e Weber<sup>19</sup>.

Outros estudos que enfocam a interface entre a Comunicação e a Política abrangem temáticas como a participação política, representação e política institucional/governamental. Diferentemente dos enfoques de pesquisa anteriores, nas quais é possível notar certa predominância da Comunicação sobre a CP, nesses estudos se verifica o inverso: a mídia se torna espaço para onde aspectos da vida política convergiram. Se há alguns anos a representação

---

<sup>8</sup> SOUSA, L. C. **The role of television 'free-time' in Brazil.**

<sup>9</sup> AGUIAR, C. B. **Eleições 89: a razão e a sedução das elites.**

<sup>10</sup> CARVALHO, F. L. **O centro do labirinto: um estudo sobre a competição eleitoral na televisão.**

<sup>11</sup> SOARES, M. C. **Construindo o significado do voto: retórica da propaganda política pela televisão.**

<sup>12</sup> ALBUQUERQUE, A. **Aqui você vê a verdade na tevê – a propaganda política na televisão.**

<sup>13</sup> RUBIM, A. A. C. **Mídia e política – transmissão de poder e Comunicação e Política.**

<sup>14</sup> FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto.**

<sup>15</sup> ALDÉ, A. **A construção da política.**

<sup>16</sup> FERNANDES, L. V. **Em busca de razões para o voto: o uso que o eleitor faz da propaganda política e O Horário Eleitoral, o eleitor e a formação da preferência.**

<sup>17</sup> CHAIA, V. **Um mago do marketing político e A Liderança Política de Jânio Quadros.**

<sup>18</sup> PANKE, L. **Lula do sindicalismo à reeleição.**

<sup>19</sup> WEBER, M. H. **Imagem Pública e Comunicação e Espetáculos da Política.**

política perpassava construções de sentido mediada pelos meios de comunicação, mas a participação política e a política institucional/governamental ficavam mais à parte deles, atualmente ambas passaram a prescindir de técnicas de comunicação mais aprimoradas, bem como do ambiente virtual das redes sociais na Internet. No que toca à participação política, nos estudos mais recentes, realizados nos últimos dez anos, as redes sociais virtuais foram incluídas como objeto de estudo. Vale lembrar que o Facebook e o Twitter se tornaram populares no Brasil por volta do ano de 2010<sup>20</sup>. As pesquisas sobre participação política abordam as ações de cidadãos comuns com o objetivo de influenciar alguns resultados políticos (BRADY, 1999). Na interdisciplinaridade com a Comunicação, pesquisa-se a participação política no tocante ao engajamento dos cidadãos em discussões políticas ou fóruns virtuais, ao apoio ou obsto a governo, partido, político ou candidato, quer em suas próprias páginas e perfis pessoais ou naqueles dos atores políticos, e à participação dos usuários nos canais de contato, busca de informação e transparência disponibilizados pelo poder público (CHAIA, 2007; GOMES, 2004). As pesquisas nesse escopo seguem as abordagens de Bucy e Gregson<sup>21</sup>, Inglehart<sup>22</sup>, Norris<sup>23</sup>, Booth e Seligson<sup>24</sup>; no Brasil, a temática é pesquisada por Gomes<sup>25</sup>, Ribeiro<sup>26</sup>, Avritzer<sup>27</sup> e Maia<sup>28</sup>.

Quanto à representação política, as pesquisas enfocam as estratégias comunicativas utilizadas pelos representantes na cooptação dos representados para continuar com a adesão dos eleitores e assim garantir votos nos próximos pleitos. Os enfoques vão desde as técnicas de marketing eleitoral até a construção de *ethos*, passando pelos estudos que enfocam a construção da imagem, a personalização e a espetacularização da política e os conceitos de campanha permanente. Conforme explica Gomes (2004), a estreita relação da política com os meios de comunicação de massa forçou os discursos políticos a se adaptarem à linguagem específica dos meios em que circulam. Os públicos passam a ser vistos como audiência e a política perde parte

---

<sup>20</sup> Segundo dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, 42% dos brasileiros afirmaram usar a internet. “Entre as redes sociais mais usadas estão o Facebook (83%), o Youtube (17%), o Instagram (12%) e Google+ (8%). O Twitter, popular entre as elites políticas e formadores de opinião, foi mencionado apenas por 5% dos entrevistados” (BRASIL, 2015, p. 50). Ressalta-se que foram trazidos os dados referentes a 2015, pois no questionário da pesquisa de 2016 não havia perguntas específicas acerca da utilização das redes sociais pelos entrevistados.

<sup>21</sup> BUCY, ERIK P.; GREGSON, K. S. **Media participation** - a legitimizing mechanism of mass democracy.

<sup>22</sup> INGLEHART, R. F. **The Silent Revolution e Rising Tide: gender equality and cultural change around the world**

<sup>23</sup> NORRIS, P. **Democratic Phoenix: reinventing political activism**

<sup>24</sup> BOOTH, J.; SELISON, M. A. **Political participation in Latin America.**

<sup>25</sup> GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa.**

<sup>26</sup> RIBEIRO, E A. **Participação política na América Latina** (com BORBA, Julian).

<sup>27</sup> AVRITZER, L. **Experiências nacionais de participação social e A dinâmica da participação local no Brasil.**

<sup>28</sup> MAIA, R C. M. **Internet e participação política no Brasil e Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política.**

de sua autenticidade uma vez que a política segue *scripts* orientados para agradar ao público-audiência. Sob esta ótica, o político ascende como ente de destaque perante o partido e atua numa espécie de teatro em que ele encena um personagem construído sob determinada política de imagem (GOMES, 2004). Esse enfoque da CP localiza suas bases teóricas nos estudos de Dader<sup>29</sup>, Garzia<sup>30</sup>, Kolovos e Harris<sup>31</sup>, McAllister<sup>32</sup>. No Brasil, pesquisas sobre esta temática são realizadas por Figueiredo, Aldé, (Wilson) Gomes, (Neusa) Gomes<sup>33</sup>, Weber, Leal<sup>34</sup>, Chaia e Rubim.

Em relação às políticas institucionais/governamentais, estamos considerando os estudos de Comunicação Política que englobam as estratégias comunicativas usadas pelos governos e pela administração pública para se comunicar com os cidadãos. É necessário ressaltar que incluímos nesse escopo as pesquisas realizadas no âmbito de políticas públicas, políticas governamentais, comunicação pública e *accountability* sem, contudo, aprofundar as diferenças teóricas e conceituais em torno de cada nomenclatura. Primeiramente, o enfoque dessa breve descrição dos estudos acerca da Comunicação Política pressupõe a estreita relação entre a CP e a Comunicação; assim, nesta seção, concentramo-nos nas estratégias de comunicação entre o ente público e o cidadão e nos fluxos de comunicação entre ambos – conforme os modelos assimétrico e simétrico de duas mãos de Grunig<sup>35</sup>. Segundo, esta tese não refuta as diferenças entre as nomenclaturas, apenas as agrupa por se tratarem de estratégias similares, ainda que entre elas haja diferenças mais ou menos sutis no conteúdo das mensagens, nos canais utilizados e no público constituído. Por exemplo, a comunicação de uma política pública difere da prestação de contas de um governo e ambas diferem da propaganda governamental ou das campanhas de cidadania. Contudo, a discussão dessas diferenças não é pertinente ao estudo desta tese.

Das nomenclaturas que trouxemos, a mais consolidada é a comunicação pública, considerada uma das atividades das Relações Públicas (RP). As RP entendem a comunicação política como um tipo de comunicação pública, ao lado da comunicação governamental. Porém,

---

<sup>29</sup> DADER, J. L. **La personalización de la política.**

<sup>30</sup> GARZIA, D. **The personalization of politics in Western democracies.**

<sup>31</sup> KOLOVOS, I.; HARRIS, P. **Political Marketing and Political Communication.**

<sup>32</sup> McALLISTER, I. **The Personalization of Politics.**

<sup>33</sup> GOMES, N. D. **Comunicação e política: olhares convergentes e divergentes.**

<sup>34</sup> LEAL, P. R. F. **Identidades políticas e personagens televisivos.**

<sup>35</sup> Os outros modelos são: a) “agência de imprensa/divulgação”, unidirecional, com vistas à promoção favorável da instituição por meio da divulgação nos meios de comunicação de massa; b) “informação pública”, unidirecional, cujo objetivo é mudança de comportamento do público/receptor pela disseminação de informações; e c) “assimétrico de duas mãos”, no qual a instituição realiza pesquisas de opinião e feedback para compreender o comportamento do público e assim persuadi-lo. O modelo “simétrico de duas mãos”, quase utópico, propõe uma relação de compreensão mútua entre a instituição e seu público, um moldando o outro.

entre os próprios teóricos das RP existe falta de consenso e diferenças de enfoque acerca das nomenclaturas. Para Matos (2013, p. 17),

[...] a comunicação pública configura um conceito complexo que permite extrair múltiplas abordagens teóricas e reflexões sobre sua prática nas diferentes perspectivas do campo comunicacional. Ela implica várias vertentes e significações, podendo-se entendê-la, basicamente, segundo estas quatro concepções básicas: comunicação estatal; comunicação da sociedade civil organizada que atua na esfera pública em defesa da coletividade; comunicação institucional dos órgãos públicos, para promoção de imagem, dos serviços e das realizações do governo; e comunicação política, com foco mais nos partidos políticos e nas eleições.

Para Brandão *et al.* (2007), a comunicação pública poderia ser entendida sob cinco vieses: a) identificada como comunicação organizacional, atividade voltada para a divulgação institucional no âmbito da opinião pública com o objetivo de criar a imagem da instituição; b) identificada como comunicação científica, realizada pelo Estado, com o objetivo de levar à sociedade conhecimentos científicos; c) identificada como comunicação governamental, de responsabilidade do Estado e do governo com vistas à promoção da cidadania e da democracia; d) identificada como comunicação política, utilizada para a expressão de pensamentos, ideais, programas e ideologias; e) identificada como comunicação da sociedade civil organizada, sob a forma de mídias alternativas, desenvolvidas por comunidades e movimentos sociais com o objetivo de confrontar as mídias tradicionais e garantir a liberdade de expressão e a democratização dos meios de comunicação.

Embora esta tese não vise discutir as implicações das nomenclaturas, tampouco se a comunicação pública abrange a comunicação política ou vice-versa, trouxemos a tipologia descrita nos parágrafos acima, pois entendemos que, na intersecção entre os campos da CP e da Comunicação, as estratégias comunicativas no âmbito de políticas públicas, políticas governamentais, comunicação pública, *accountability* e outras formas de relação entre o Estado ou governo e os cidadãos se enquadram nos conceitos discutidos acima. Para esta tese, consideraremos tais estratégias como Comunicação Política, sem entrar no mérito da discussão entabulada acerca das expressões “comunicação pública”, “comunicação governamental”, “comunicação estatal” e “comunicação política”.

Os estudos sobre a comunicação entre o Estado ou o governo e os cidadãos seguem tradições teóricas que se originam da discussão em torno do conceito de esfera pública de Habermas. Nessa linha, os teóricos europeus são mais profícuos que os norte-americanos.

Destacam-se Wolton<sup>36</sup>, Zémor<sup>37</sup>, Jensen<sup>38</sup>, van der Meiden<sup>39</sup> e, excepcionalmente, o norte-americano Grunig (van RULER, VERIC, 2003). Os teóricos norte-americanos estudam a comunicação política/pública sob o enfoque eleitoral ou do marketing. São eles: Blumer<sup>40</sup> e Ferguson<sup>41</sup>, além do próprio Grunig. No Brasil, esta área possui produção acadêmica expressiva, sendo que parte dessa discussão ocorre no escopo das Relações Públicas. Aqui destacam-se os estudos de Kunsch<sup>42</sup>, Matos<sup>43</sup>, Peruzzo<sup>44</sup>, Torquato<sup>45</sup>, Duarte<sup>46</sup>, Lima<sup>47</sup> e Novelli<sup>48</sup>.

A discussão realizada até aqui ainda não contemplou o objeto desta pesquisa, etapa que cumprimos agora. Antes de passar a tais discussões, é preciso tecer algumas considerações. Primeiro, a palavra discurso guarda pluralidade de sentidos. Em um sentido coloquial, pode-se conceituar o discurso como qualquer manifestação linguística produtora de sentido – ou seja, uma palestra, argumentação ou exposição de ideias. No sentido *lato*, o discurso adquire aura oral, referindo-se à fala de alguém. Numa acepção mais específica, a palavra pode remeter ao conjunto de saberes e enunciados de uma determinada disciplina ou área do conhecimento humano e nesse caso ela vem sempre adjetivada: discurso político, pedagógico, religioso etc. (BRANDÃO, 2005). Também é muito comum que palavras como “texto” e “fala” sejam usadas em sinônimo a discurso conforme a situação linguageira em que são inseridas. Da mesma forma o discurso político ora pode remeter à fala de um ator político, bem como a qualquer outra manifestação linguística produtora de sentido que tenha por tema a política. Portanto, nosso objeto de pesquisa – a lembrar, os pronunciamentos de Dilma Rousseff em razão do exercício da presidência da República – se enquadra nas duas acepções, sendo tanto a fala de um ator político – no caso, Dilma Rousseff – como uma manifestação linguística produtora de sentido cujo tema é a política, haja visto que esses discursos trazem à materialidade e ao imaginário sócio-coletivo assuntos, ideologias, práticas, políticas, programas, ações e atos concernentes ao seu governo.

---

<sup>36</sup> WOLTON, D. **Comunicação Política.**

<sup>37</sup> ZÉMOR, P. **La communication publique.**

<sup>38</sup> JENSEN, I. **Public relations and the public sphere in the future.**

<sup>39</sup> VAN DER MEIDEN, A. **Wat zullen de mensen ervan zeggen?**

<sup>40</sup> BLUMER, H. **O Lado Humano de Planejamento Social e Psicologia social.**

<sup>41</sup> FERGUSON, M. **Public Communication.**

<sup>42</sup> KUNSCH, M. M. K. **Comunicação pública, sociedade e cidadania e Relações Públicas e modernidade.**

<sup>43</sup> MATOS, H. **Comunicação pública, democracia e cidadania**

<sup>44</sup> PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**

<sup>45</sup> TORQUATO, G. **Comunicação na administração pública federal**

<sup>46</sup> DUARTE, J. **Comunicação pública e Instrumentos de comunicação pública.**

<sup>47</sup> LIMA, V. A. **Comunicação, poder e cidadania.**

<sup>48</sup> NOVELLI, A. L. R. **Políticas de comunicação legislativa: estudo de casos do “Alô Senado”.**

Segundo, durante a pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico, deparamo-nos com algumas dificuldades para situar o discurso político na produção acadêmica dos campos da CP e da Comunicação. A partir do levantamento documental, poderíamos inferir que as pesquisas realizadas até agora se concentram em três grandes grupos: o discurso político-eleitoral, o enfoque linguístico do discurso político e o discurso político propriamente dito. Ainda que possamos compreender o discurso eleitoral como uma das formas de discurso político, é preciso ponderar que o contexto eleitoral apresenta características particulares: o período curto de campanha, as estratégias de persuasão do eleitor, os jogos de ataques e defesa, a construção da imagem do candidato, o teor das mensagens amparado em promessas etc. Desse modo, preferimos nos referir a esses discursos como eleitoral em vez de político, a fim de marcar as diferenças entre os dois tipos de discurso. No enfoque linguístico, as abordagens investigam as técnicas de oratória e retórica, as técnicas argumentativas, as construções de *pathos* e *ethos*, a presença ou ausência de determinado tema, assunto ou elemento semiótico, as posições ocupadas pelo falante e as ideologias que ele materializa. Contudo, o aporte teórico desse enfoque advém da linguística e da análise de discurso e o objetivo dessas pesquisas se concentra nas estratégias e usos linguísticos sem, necessariamente, elucidar jogos e relações políticas. Vale lembrar que para os teóricos da linguística, a manifestação languageira pressupõe uma decisão política, uma tomada de posição: não existe discurso neutro, pois a enunciação de determinada formação discursiva implica a assunção de uma posição social, historicamente determinada, e um processo político-decisório.

No tocante ao terceiro enfoque, as pesquisas são mais recentes e mais esparsas. Na falta de uma expressão mais adequada, denominamos esse enfoque de discurso político propriamente dito para designar as pesquisas cujo suporte teórico se localiza dentro do campo da CP, em intersecção ou não com a Comunicação. Essas pesquisas visam compreender os discursos em razão do jogo político explícito ou implícito na materialidade linguística e nas estratégias comunicativas. Por meio da pesquisa bibliográfica, identificamos que as pesquisas acerca do discurso político propriamente dito se destacam a partir da metade da década de 1990 e se avolumam nos últimos quinze anos. A partir do levantamento realizado, podemos destacar as pesquisas sobre o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva realizadas por Panke, a tentativa de traçar conceitos e definições a ele de Pinto<sup>49</sup>, os estudos acerca do discurso parlamentar de

---

<sup>49</sup> PINTO, C. R. J. **Elementos para uma análise de discurso político.**

Miguel<sup>50</sup>, Espírito Santo<sup>51</sup> e Paiva<sup>52</sup>, as abordagens em torno das estratégias de persuasão de (Neusa) Gomes e construção de imagem política de Weber.

Em relação ao nosso objeto de pesquisa, os pronunciamentos presidenciais de Dilma Rousseff, encontramos algumas pesquisas tanto na Linguística como na Comunicação. No âmbito da primeira, os estudos enfocam a argumentação e a produção de sentido (Carvalho<sup>53</sup>, Campos e Ferreira<sup>54</sup>) e a construção de identidades e de *ethos* (Oliveira<sup>55</sup>, Pereira<sup>56</sup>, Pontes<sup>57</sup>). No âmbito da Comunicação, as pesquisas focam nas estratégias de marketing (Pillar<sup>58</sup>) e nas estratégias comunicativas ou construção de identidade e representações (Costa<sup>59</sup>, Souza<sup>60</sup> e Santos e Lopes<sup>61</sup>). Embora algumas dessas pesquisas se debrucem sob enfoques semelhantes, o corpo teórico utilizado pelas pesquisas da Linguística é diferente da Comunicação e por esse motivo consideramos prudente agrupá-los em conjuntos distintos. Como já trabalhado anteriormente, as pesquisas do campo da Linguística se preocupam com a elucidação dos mecanismos linguísticos utilizados pelo enunciador para materializar, implícita ou explicitamente, determinada ideologia, posição, conhecimento, preconceito, inclusão, exclusão ou sentido. Já nas pesquisas da Comunicação, investigam-se as estratégias de construção das agendas públicas, os meios pelos quais os entes públicos mantêm contato com os representados/cidadãos, o conteúdo das mensagens, as formas de silenciamento, a promoção da democracia e da cidadania por meio da comunicação, a produção, a veiculação e a publicização de imagens públicas, as análises de opinião pública. Quando mais ligados ao campo da CP, ainda em intersecção com a Comunicação, os estudos visam compreender o jogo político presente nas práticas discursivas. Aqui, situamos nosso objeto de pesquisa. Embora o aporte

---

<sup>50</sup> MIGUEL, L. F. **Mídia e representação política feminina e Em torno do conceito de mito político.**

<sup>51</sup> ESPÍRITO SANTO, P. **A mensagem nos discursos presidenciais de tomada de posse: 1976-2006.**

<sup>52</sup> PAIVA, C. G. **Discurso parlamentar: uma proposta de sistematização.**

<sup>53</sup> CARVALHO, C. S. **Discursos da presidenta da República, Dilma Rousseff: estudo sobre a argumentação da primeira voz feminina no poder executivo do Brasil.**

<sup>54</sup> CAMPOS, M. A.; FERREIRA, F. J. F. V. **Produção de sentido e argumentação no discurso político.**

<sup>55</sup> OLIVEIRA, A. S. Z. **Análise textual das representações discursivas no discurso político brasileiro: o discurso da primeira posse da presidenta Dilma Rousseff.**

<sup>56</sup> PEREIRA, D. V. **A construção do feminino no discurso de Dilma Rousseff: identidade, performatividade e *ethos*.**

<sup>57</sup> PONTES, V. S. **A identidade da mulher pela voz do discurso político.**

<sup>58</sup> PILLAR, D. M. **A influência do marketing eleitoral na construção do discurso de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais.**

<sup>59</sup> COSTA, A. A. **A segunda tela e a mudança de estratégia os pronunciamentos de Dilma Rousseff no segundo mandato.**

<sup>60</sup> SOUZA, A. L. C. F.; SANTOS, V. S. **A análise da política externa do governo Dilma Rousseff na perspectiva dos pronunciamentos oficiais na ONU.**

<sup>61</sup> LOPES, M. S. **Presidenta da República, mulher e cidadã: uma análise da identidade de gênero nos discursos de Dilma Rousseff (2011-2013).**

teórico encontre raízes em campos do saber interdisciplinares à CP, nosso objeto de pesquisa bem como o estudo realizado nesta tese estão mais relacionados a ela.

Esse breve mapeamento do campo da CP e da produção acadêmica acerca da Comunicação Política nos permite realizar cinco inferências. Primeiro, o discurso político ainda precisa se constituir como objeto de estudo da Ciência Política, com teoria, conceitos e definições próprios. Segundo, o discurso político pode ser alocado em uma região do campo da CP em intersecção com a Linguística e a Comunicação. Dois procedimentos podem ser adotados: a importação de conceitos e definições desses dois campos relativos ao discurso político e a adequação deles ao campo da CP, adaptando o que for necessário e excluindo o que foge às regras do campo. A partir daí, abrem-se caminhos para a construção de uma espécie de teoria política do discurso político, cujo referencial teórico se localiza ao menos na intersecção dos campos ou, preferencialmente, apenas na CP, sem a necessidade de buscar conceitos teóricos fora. Ou seja, entendemos ser imprescindível que se estabeleça uma possível teoria política do discurso político para que as pesquisas se situem dentro deste campo. Quando o referencial teórico advém da Linguística, por exemplo, estamos diante de uma pesquisa que pode ser tida como mais afeta ao campo da Linguística que ao da CP, por exemplo. Esta, aliás, foi uma inquietação que permeou a construção do referencial teórico desta tese, uma vez que parte dos conceitos que trabalharemos mais adiante advém dos estudos linguísticos. Em suma, o discurso político é realizado por agentes e sob as regras do campo da política, conforme as ideias de Bourdieu (2011), porém estudado a partir de conceitos externos ou muito incipientes a este campo.

A terceira inferência desdobra-se das anteriores. Como sustentam alguns autores (GOMES, 2004; CHAIA, 2007; OLIVEIRA; FERNANDES, 2007), o discurso é uma forma de fazer política e é utilizado pelos atores políticos desde a Antiguidade Clássica. As primeiras pesquisas sobre o discurso político o tomaram como meio de materialização de ideologias, pensamentos, saberes e práticas e não como objeto empírico. Conforme veremos mais detalhadamente no tópico a seguir, a Análise Crítica de Discurso compreende o discurso como prática produtora de sentido que altera o mundo e os indivíduos deste mundo. Para Fairclough (2001), o discurso engendra o nível da prática social em razão de estruturar a ordem semiótica das práticas sociais e políticas. Na falta de uma teoria política para o discurso político, o enfoque teórico e analítico não recai sobre a ordem discursiva e a prática enunciativa. Desse modo, inferimos que qualquer prática social necessita ser analisada também em sua ordem discursiva. Ou seja, infere-se a necessidade de olhar para o discurso como objeto e não apenas como meio.



A quarta inferência tange à necessidade de uma teoria política para o discurso político a despeito das abordagens da Linguística e da Comunicação. No próximo tópico traremos alguns conceitos e definições que consideramos interdisciplinares e que já fazem parte do arcabouço teórico destes dois campos. Entendemos que esses conceitos podem servir de ponto de partida para o desenvolvimento dos postulados de uma teoria política para o discurso. O campo da CP também precisa empreender mais pesquisas tendo o discurso político como objeto, de modo que gradativamente e cientificamente se identifiquem as características específicas que tornam o discurso político um gênero diferente de outros tipos de discurso. Atualmente, essa noção existe apenas enquanto categoria linguística dos gêneros discursivos, mais próxima de uma qualidade que de uma teoria. Faz-se necessário ao campo da CP elencar, à luz de suas teorias, as características do discurso político, suas particularidades e o papel que desempenha dentro do campo.

A quinta e última inferência está relacionada à relevância e à pertinência desta pesquisa para o campo da CP. Embora tenhamos consciência de que nosso objeto é apenas uma manifestação discursiva dentre várias que ocorrem diariamente no espaço social, os objetivos traçados colocam-nos num caminho que visa, em última instância, agregar achados ao campo em área e enfoque pouco privilegiados, preenchendo parcialmente essa lacuna. Tomamos a precaução de não considerarmos nossa pesquisa inédita, uma vez que o discurso político vem sendo objeto de outros estudos. O que insinua relativo ineditismo em nosso trabalho é, além do objeto, a análise que realizaremos adiante (os procedimentos analíticos serão descritos no capítulo 3). Conforme já expusemos na introdução desta tese, adotaremos alguns conceitos da Linguística e da Comunicação para, a partir deles, observar a dinâmica do jogo político nos pronunciamentos analisados. Aqui, a ideia é de apropriação e adaptação dos conceitos, uma vez que nosso objeto se localiza num espaço interdisciplinar da CP com os dois campos citados, contribuindo para fomentar e aprofundar as discussões do campo da CP acerca do discurso político.

A seguir, discutiremos mais detalhadamente as definições e os conceitos afetos ao nosso objeto de estudo, apontando inferências de como elas podem ser apropriadas e adaptadas pela Ciência Política.

## 2.2 CONCEITOS EM TORNO DA NOÇÃO DE DISCURSO POLÍTICO

Conforme expusemos anteriormente, consideramos pertinente nos apropriarmos de alguns conceitos e definições que encontramos nos estudos dos campos da Linguística e da

Comunicação para construir um referencial teórico, ainda que incipiente, para o nosso objeto de pesquisa. Entendemos que essas abordagens podem ser incorporadas e adaptadas pelo campo da CP, pois elas se debruçam sobre o estatuto do discurso político. Obviamente, deixaremos de lado, para esta pesquisa, conceitos que pertençam apenas às teorias da Linguística e da Comunicação.

Antes mesmo dos primeiros estudos do discurso tomarem forma no campo da Linguística, por volta dos anos 1960, algumas abordagens já tentavam compreender estruturas e funcionamentos da linguagem e da capacidade do ser humano de projetar ideias e representações por meio da palavra. Em sua obra “A Política”, Aristóteles (2006) conceitua o homem como um animal político, que se realiza no âmbito da *pólis*. Em comparação aos outros animais gregários, Aristóteles afirma que o ser humano é o único animal capaz de utilizar a razão (*logos*) como capacidade de julgamento entre o bem e o mal, o certo e o errado, para atingir a virtude, em desprezo dos vícios, e agir conforme a razão dos valores universais de uma determinada *pólis*. Contudo, a noção de linguagem não pode ser confundida com a de discurso ou texto, bem como estes dois últimos não são sinônimos. Para Charaudeau (2001), texto nada mais é que a materialidade de um ato de linguagem, enquanto o discurso implica coordenadas situacionais e temporais que dependem do momento da enunciação. O autor também postula que o sentido de um discurso exige coordenadas comunicacionais; em razão da situação comunicativa estabelecida entre eles, é preciso que o emissor e o receptor comunguem as mesmas coordenadas de tempo e lugar, para que o enunciado faça sentido.

Neste momento, localizamos o primeiro enquadramento teórico do nosso objeto de pesquisa. Os discursos presidenciais que serão analisados cumprem situações comunicativas entre Dilma Rousseff, no estatuto do enunciador, e a sociedade, destinatária do discurso. Vale ressaltar que Charaudeau é um linguista cujos trabalhos se concentram na Análise de Discurso. Em sua obra *Discurso Político*, o autor traz reflexões sobre natureza, funções, regras e procedimentos do discurso político enquanto processo complexo de influência social. Em meio a conceitos de retórica e argumentação, interessa-nos a descrição que Charaudeau (2008) apresenta acerca funcionamento do discurso político na sociedade, conforme veremos mais adiante. A linguagem, por sua vez, é constituída de cinco traços universais: a *semânticidade*, pois é constituída de significado e também dá significado ao mundo real; a *criatividade*: pois produz uma forma de pensamento ou ação em razão das infinitas possibilidades de organização sintática e semântica da frase; a *alteridade*, ou seja, institui o outro; a *materialidade*, posto que “a linguagem se apresenta como um fato físico”; e a *historicidade*, pois ela “se realiza em formas historicamente determinadas” (CORSERIU; LAMAS, 2010, p. 57).

Os conceitos em torno do discurso e da linguagem podem ser apropriados ao campo da CP. Partindo de que o discurso político é um tipo específico de discurso e uma forma de manifestação da linguagem, ele também demanda coordenadas situacionais e comunicacionais, auferindo alteridade e historicidade. Ele adquire significados porque produz sentido e atividade ao mesmo tempo material, semântica e criativa.

Ainda sobre a noção de discurso, Iñiguez (2005), numa visão mais ampla, oferece a seguinte tipologia:

- a) Discurso como enunciado ou conjunto de enunciados efetivamente falados por um/a falante.
- b) Discurso como conjunto de enunciados que constroem um objeto.
- c) Discurso como conjuntos de enunciados falados em um contexto de interação – nesta concepção ressalta-se o poder de ação do discurso sobre outra ou outras pessoas, o tipo de contexto (sujeito que fala, momento e espaço, história, etc.).
- d) Discurso como conjunto de enunciados em um contexto conversacional (e, portanto, normativo).
- e) Discurso como conjunto de restrições que explicam a produção de um conjunto de enunciados a partir de uma posição social ou ideológica específica.
- f) Discurso como conjunto de enunciados em que é possível definir as condições de sua produção (IÑIGUEZ, 2005, p.123).

A tipologia apresentada por Iñiguez (2005) evidencia que as noções e os conceitos de discurso têm diferenças muito sutis, o que nos permite sintetizar uma acepção à palavra como a manifestação de uma enunciação em determinadas condições sociais e históricas. Desse modo, com base nas ideias de Charaudeau (2001) e de Corseriu e Lamas (2010), tomaremos como discurso (e discurso político) o ato comunicativo de linguagem, semântico, criativo, altero, material e histórico que partilha saberes ou crenças entre um determinado grupo ou disciplina. Além disso, a discussão abordada até agora é genérica à questão do discurso e por esta razão se adequa a qualquer tipo de discurso, tais como o religioso, o jurídico, o pedagógico. Como o objeto deste trabalho é o discurso político, é necessário conceituar o discurso político para, então, discuti-lo à luz das abordagens teórico-metodológicas escolhidas para esta pesquisa.

Partindo da noção de discurso enquanto prática de linguagem produtora de sentido marcada pela alteridade, o discurso se estabelece, portanto, como uma forma de mediação necessária entre pelo menos dois indivíduos e a realidade natural e social na qual eles estão inseridos (ORLANDI, 2000). Se para Aristóteles (2005) o homem é um animal político, capaz de se organizar politicamente em sociedade, podemos inferir que a dimensão política faz parte da realidade social humana. Logo, o discurso político se configura como um espaço de trocas

simbólicas, no qual a comunidade toma decisões coletivas para o bem-estar de todos (CHARAUDEAU, 2008, p.23).

Cyrre (2008) e Panke (2010) afirmam que o discurso político não se refere somente aos assuntos do Estado; antes disso, refere-se a um modo de sociabilidade, materializada sob a forma de manifestação pública e linguística, mediante as quais ideias e opiniões são conhecidas e compartilhadas. Nas palavras de Charaudeau (2008), o discurso político é produzido enquanto um sistema de pensamento, que visa fundar um ideal político em função de princípios que devem servir de referência para a construção de opiniões e posicionamentos; enquanto ato de comunicação, de que comungam os atores que participam de uma cena política com o objetivo de obter adesões, rejeições ou consensos; e como um comentário, um discurso inscrito fora do campo político, mas a seu respeito.

Segundo o autor, entre a palavra que funda a política e que deve geri-la, é estabelecido um contrato que articula três instâncias: a política, a cidadã e a midiática. Na primeira, está contido o lugar de governança, no qual os atores têm um poder de fazer e um poder de fazer pensar. Nesse círculo, articulam-se todas as instituições políticas e públicas: partidos políticos, instituições jurídicas, financeiras, científicas e técnicas e organismos supranacionais, além da instância adversária, que é movida pelas mesmas motivações. A instância política, diz o autor, é a responsável por levar ao cidadão um projeto de sociedade ideal e persuadi-lo de sua legitimidade.

A instância cidadã se define pela filiação simbólica dos indivíduos a uma mesma comunidade, na qual os indivíduos se reconhecem em função do convívio e do exercício de soberania ao eleger os seus representantes, e é a responsável por delegar o poder à instância política. Charaudeau (2008) a divide em dois subgrupos: a sociedade civil, pouco estruturada, oposta ao Estado e à família, funcionando como um lugar de opinião, e a sociedade cidadã, que reúne indivíduos com consciência de um papel a desempenhar na organização política da vida social. Por fim, a instância midiática é responsável pelos modos de mediação usados para unir as duas instâncias anteriores. A instância política deve agir em função do que a instância cidadã deseja; esta influencia aquela, mas forma sua opinião fora dela, num espaço articulado e criado pela instância midiática (CHARAUDEAU, 2008).

Novamente, as ideias de Charaudeau (2008) se mostram apropriadas para o campo da CP. Ao conceituar as três instâncias, o autor está debatendo espaços afetos aos campos da CP (instância política e cidadã) e da Comunicação (instância midiática), nenhuma das três objeto direto da Linguística, que em sua teoria se constitui pelo discurso. É possível inferir que cada uma dessas instâncias possui estatutos próprios, com regras e lógica de funcionamento que

não dependem diretamente do campo linguístico. Explica-se: a escolha de representantes, o jogo político ou a construção da agenda midiática não ocorre segundo as regras de sintaxe, argumentação, retórica, enunciação e, por isso, a ideia de um discurso que articula as três instâncias, pode, sem prejuízo, ser apropriada pela CP. Além disso, as ideias de Charaudeau (2008) são adequadas para disciplinar o olhar ao objeto desta pesquisa. Como o *corpus* de análise é composto pelos discursos proferidos por Dilma Rousseff nos eventos oficiais relacionados ao exercício da Presidência da República, nos quais a instância política se relaciona diretamente com a instância cidadã sem recorrer ou se submeter à mediação da instância midiática, esta última não será considerada. Retirá-la do foco de análise, nos permite também evitar desvios subjetivos que podem ocorrer pelo fato de a mensagem midiática ser recortada e editada.

A dinâmica do jogo político visa, para Panke (2010), a busca pela manutenção ou alteração do *status quo* vigente. “Enquanto espaço de divulgação ideológica, [o discurso político] procura levar o público a se tornar favorável a: primeiro prestar atenção, segundo pensar a respeito, terceiro mudar a percepção sobre o que foi tratado” (PANKE, 2010, p. 36). Para a autora, se a intenção do discurso político é mudar a ordem estabelecida, o objetivo recai em levar o ouvinte a tomar uma atitude; se o desejo é manter as normas vigentes, o discurso se configurará como um espaço para a manifestação de ideias.

Conforme Charaudeau (2008), para conseguir adesão ao seu discurso e cooptar o ouvinte, o político constrói certa percepção da opinião pública, de modo a apreender os assuntos, problemas e dilemas da sociedade. Concomitante, efetua a percepção de sua própria identidade social e da posição dos outros políticos. A partir daí, ele adapta seu discurso conforme seu ouvinte, principalmente diferenciando-o se das massas ou das elites.

Para Pinto (2006, p. 89), a característica fundamental do discurso político é sua provisoriedade:

[...] [o discurso político] necessita para sua sobrevivência impor a sua verdade a muitos e, ao mesmo tempo, é o que está mais ameaçado de não conseguir. É o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro. É, portanto, dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória.

A questão da provisoriedade é importante para o nosso objeto. Esta pesquisa trabalha com a hipótese de que o conteúdo dos pronunciamentos de Dilma Rousseff muda em três momentos-chaves do governo de Dilma Rousseff: do início do primeiro mandato até as manifestações de junho de 2013, dessas manifestações até a articulação do *impeachment* por

volta de agosto de 2015 e da articulação do *impeachment* até sua deposição. Ou seja, nossa hipótese foi formulada ante a condição dinâmica dos pronunciamentos de Dilma. Além disso, pronunciamentos cujo sentidos transitam entre as figuras do “eu”, do “nós” e do “eles” o faz com o objetivo de mudar o imaginário coletivo e o *status quo* vigente.

Conforme expõe Pinto (2006), o discurso político depende da democratização dos espaços de enunciação: “quanto mais o discurso político for enunciado por mais pessoas, mais democrático tende a ser o país e menos sentidos fixos os discursos dominantes conseguirão deter” (PINTO, 2006, p. 92). Além disso, a autora parte da premissa de que todo discurso expõe uma relação de poder, uma vez que pretende impor verdades a respeito de um tema específico ou de uma área da ciência, da moral, da ética etc. “Entretanto, o discurso político se destaca de todos neste particular, porque enquanto os outros tendem a deslocar seus desejos de poder, tornando-os opacos, o discurso político explicita sua luta pelo poder” (idem).

Van Dijk (1999) expõe que, embora todos os discursos visem a uma prática social e política, o discurso político é somente aquele realizado dentro do campo da política e de contextos políticos. Utilizando o exemplo do autor, o editorial de um jornal pode objetivar finalidades políticas, mas circula em um espaço midiático e, por isso, não se configura como um discurso político:

[...] para evitar a extensão dos conceitos de política e discurso político a um domínio que coincidiria com o estudo do discurso público em geral, não trataremos as formas discurso-com-possível-efeito-político como discurso político. O discurso educacional, médico ou jurídico, mesmo que sejam públicos e afetem a vida dos (muitos) cidadãos, aqui não serão considerados como formas de discurso político<sup>62</sup> (VAN DIJK, 1999, p. 16-17, tradução livre).

Nessa visão, discurso político se configura em uma situação interacional que necessariamente implica participantes e contexto específicos. Ou seja, o discurso político é aquele proferido pelos atores políticos, profissionais/oficiais ou não. Nesse grupo, além de estarem inseridos os políticos que exercem cargos eletivos ou nominativos no legislativo e no executivo, também estão presentes indivíduos da sociedade civil que interagem com eles quando participam em uma ação política.

A atividade política e o processo político também envolvem pessoas como cidadãos e eleitores, membros de grupos de pressão e grupos emergentes, ativistas,

---

<sup>62</sup> No original: A fin de evitar a extensión de los conceptos política y de discurso político a un dominio que coincidiría con el estudio del discurso público en general, nosotros no trataremos tales formas de discurso-con-possibles-efectos-políticos como discurso político. El discurso educativo, médico o corporativo, aun cuando sea público y afecte la vida de (muchos) ciudadanos, aquí no se le incluirá como formas de discurso político.

dissidentes... Todos esses grupos e indivíduos, assim como também suas organizações e instituições, podem tomar parte do discurso político, e muitos deles se envolvem ativamente com o discurso político<sup>63</sup> (VAN DIJK, 1999, p. 16-17, tradução livre).

O contexto ao qual o autor se refere é o campo da política, ou seja, um espaço engendrado pelos sistemas políticos, que organizam a distribuição do poder e os princípios de tomada de decisão e que professam valores e ideologias políticas. As organizações e os grupos políticos estruturam a ação política, isto é, atos concretos nos quais se alocam os objetivos e as finalidades de tais ações; a sucessão dessas ações efetivam uma forma de processo político e uma forma de compreensão sobre a política. Nessa configuração, o discurso político é um dos atos concretos pelo qual se faz política (VAN DIJK, 1999). Logo, na visão do autor, o discurso com efeitos políticos não pode ser considerado discurso político pois não articula os atores, as estruturas e as instituições do campo político.

Outro conceito que podemos nos apropriar da Linguística é a noção de *ethos*. Aristóteles, ao propor os postulados da retórica, afirmava que no momento em que o orador fala, ele deixa transparecer uma imagem daquilo que ele é por meio do que diz. Para Charaudeau (2008), o *ethos* perpassa uma construção social. Inicialmente, funda-se na identidade social do locutor, ser legitimado e que tem direito à palavra. Por outro lado, essa identidade do sujeito passa por construções sociais que circulam em um dado grupo social e são configuradas como “imaginários sócio-discursivos”. Essas identidades são possíveis de serem vistas no discurso político. Esse enquadre teórico é adequado e importante para disciplinar a análise do nosso objeto de pesquisa.

Conforme expõe Charaudeau (2008), o *ethos* pode conferir ao discurso e à imagem do falante as noções de credibilidade e identificação. A primeira é resultado “da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito” (p. 119). Na segunda, os atributos que o enunciador comunica provocam no receptor um processo de identificação. Sintetizando as ideias do autor, as duas noções organizam identidades como a do chefe, do líder, do sábio, do comandante, etc.

Vale ressaltar que esta pesquisa não analisará a construção do *ethos* de Dilma Rousseff, porém conceitos desenvolvidos por Charaudeau (2008) oferecem elementos para pensar que a construção do “eu” se dá na articulação de atributos de credibilidade e identificação. É possível proceder à análise do objeto a partir do pressuposto de que a figura do “eu” se ampara nos

---

<sup>63</sup> No original: La actividad política y el proceso político también involucran a la gente como ciudadanos y votantes, miembros de grupos de presión u grupos emergentes, activistas y disidentes... Todos estos grupos e individuos, así como también sus organizaciones e instituciones, pueden formar parte del proceso político, y muchos de ellos se involucran activamente en el discurso político.

atributos de credibilidade, enquanto o “nós” naqueles de identificação, independente de quem é alocado ao lado do falante no discurso. Na introdução, afirmamos que nossa pesquisa trabalha com a hipótese de que o “nós” aparece em dois momentos do governo de Dilma, no início do primeiro mandato e após a reeleição, quando o “eles” articula o *impeachment*. No primeiro momento, o “nós” é construído pela presença de Lula, num processo que engendra identificação entre Dilma e seu antecessor; esse é um agrupamento, portanto, aceitável e cabível. No segundo momento, o “nós” congrega os eleitores de Dilma; o *impeachment* vem de encontro à vontade democrática da maioria – aqui o processo de identificação ocorre entre Dilma e essa parcela dos cidadãos com o objetivo de legitimar sua permanência no governo e rechaçar o *impeachment*.

O último conceito da Linguística de que nos apropriaremos advém da Análise Crítica de Discurso (ACD). Nessa orientação teórico-metodológica, o discurso é visto como forma de ação social e política e a sua análise visa compreender como o discurso confirma, legitima, reproduz ou desafia relações de poder e de domínio. Para os teóricos da ACD, tanto o enunciador quanto o receptor são moldados pelas práticas discursivas, mas também são capazes de remodelar e reestruturar tais práticas. Isto é, os sujeitos têm capacidade de agir criativamente no sentido de executar suas próprias conexões com as ideologias bem como reestruturar as práticas e as estruturas: “o equilíbrio entre o sujeito ‘efeito’ ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Por isso a ACD concebe o discurso como ação e não como efeito:

Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

O discurso, explica o autor, estrutura a ordem semiótica das práticas sociais por conferir significado às relações interacionais. Uma vez que essas relações se encontram numa rede, organiza-se uma configuração na qual várias práticas linguísticas se inter-relacionam discursivamente. Na dimensão da prática social, as práticas discursivas engendram os sistemas de crenças e as manifestações de poder, tornando-se ideológicas e hegemônicas (FAIRCLOUGH, 2001).



Os conceitos que trabalhamos anteriormente advêm dos estudos da Análise de Discurso, tanto em sua orientação francesa quanto crítica. Conforme explica Guerra (2003), a Análise de Discurso é uma orientação teórica para análise de textos, que defende a tese de que a linguagem possui relação com o que lhe é exterior e o sentido do que é enunciado se constrói a partir da relação do dito e do não-dito com outras construções discursivas cristalizadas no meio social. Para a nossa tese, interessa-nos o arcabouço teórico dos estudos da Linguística e da Comunicação, principalmente no tocante aos conceitos em torno do discurso político e não as técnicas de análise de discurso. Isto é, utilizaremos como metodologia a Análise de Conteúdo, cujos referenciais apenas descrevem as etapas de aplicação do método, que podem ser aplicados a vários tipos de objeto e por isso não traz conceitos e definições aprofundadas sobre eles – ou seja, a Análise de Conteúdo não define nem conceitua o discurso político. Por isso, entendemos ser pertinente buscar em outras abordagens o embasamento teórico necessário para disciplinar nosso olhar sobre o objeto. Tanto no tópico anterior como neste, foi possível verificar que o discurso político não está restrito apenas a um campo do saber, mas a um espaço interdisciplinar no qual a CP, a Comunicação e a Linguística compartilham abordagens e estudos, além do próprio objeto.

Em síntese, a discussão teórica realizada até aqui nos oferece definições e conceitos epistemológicos importantes para olhar e analisar nosso objeto de pesquisa. Quanto à noção de discursos, entendemos que o objeto de pesquisa se enquadra nas ideias de van Dijk (1999), Charaudeau (2001) e Fairclough (2001). Ou seja, os pronunciamentos de Dilma Rousseff são realizados por um ator político, em uma determinada situação do campo da política (VAN DIJK, 1999), que articula coordenadas comunicativas situacionais de tempo e lugar entre a instância política e a cidadã (CHARAUDEAU, 2001, 2008) e se apresenta como prática social com vistas a organizar a distribuição e o exercício do poder, evidenciar os princípios de tomada de decisão e professar valores e ideologias políticas (FAIRCLOUGH, 2001). Embora nossa pesquisa não tenha como objetivo analisar as estratégias de retórica, identificamos nos estudos sobre retórica presidencial e campanha permanente alguns conceitos pertinentes para instrumentalizar nossa análise, conforme veremos a seguir.

### 2.3 RETÓRICA PRESIDENCIAL E CAMPANHA PERMANENTE

Na segunda metade do século passado, as Ciências Sociais nos Estados Unidos começam a englobar em seus campos de pesquisa alguns estudos acerca das estratégias de exercício de poder por parte do presidente (WINDT JR, 1986). O enfoque, conforme explica

Windt Jr (1986), é o poder de persuasão da opinião pública. A este, somam-se os poderes constitucionais e estatutários do presidente, garantidos pela Constituição do país, e o poder político, em função de sua liderança partidária. Em 1960, Richard Neustadt publicou o livro *“Presidential power: the politics of leadership”*, no qual analisa o papel do presidente enquanto no exercício de seu poder de persuasão. Windt Jr. (1986) inclui o livro *“The permanent campaign”*, de Sidney Blumenthal, publicado em 1980, como outra obra que se concentra nas estratégias de persuasão da opinião pública. Contudo, conforme veremos a seguir, a noção de campanha permanente não se restringe ao conteúdo organização do argumento das mensagens ou pronunciamentos. Em 1981, a revista *“Presidential Studies Quarterly”* publica um número especial sobre os estudos de retórica presidencial. Para Windt Jr. (1986), esta temática aos poucos foi se tornando objeto de estudos tanto nas Ciências Sociais como na Linguística. Além disso, o autor identifica que esses estudos apontam para uma mudança significativa na natureza do ofício presidencial: de constitucional e administrativo, passa a ser executivo e retórico. Conforme explica Windt Jr. (1986, p 103): “eles atribuem essa mudança a três influências: (1) a doutrina moderna da liderança ativista na presidência; (2) o avanço das tecnologias da comunicação; e (3) as campanhas presidenciais modernas<sup>64</sup>” (tradução livre).

Essa visão de Windt Jr. (1986) é oportuna para disciplinar a análise do nosso objeto de pesquisa. Em outras palavras, o autor afirma que em algum momento – que inferimos ser a partir dos anos 1960 – houve uma mudança na forma do exercício do ofício presidencial. Se antes o presidente ficava no escritório envolvido com as atividades administrativas e burocráticas cumprindo seu dever constitucional, a partir de então ele passou a exercer atividades mais decisórias e de liderança, como também a discursar mais. Anteriormente, afirmamos que o ato discursivo sempre materializa algo. Essa afirmação vem ao encontro das ideias de Windt Jr. (1986). Vale lembrar que, antes do momento de mudança proposto pelo autor, a atividade do presidente também se constituía pela execução de obras e implantação de programas ou políticas. O que o autor propõe é que, após tal momento, esses atos deixam de estar registrados apenas na burocracia oficial e administrativa e passam a ser publicizados, o que requer sua transposição ao nível discursivo e comunicativo. Quando observamos nosso objeto de pesquisa à luz dessas ideias, conseguimos identificar ressonâncias. Parte dos pronunciamentos de Dilma Rousseff, conforme veremos nos capítulos a seguir, foram enunciados em eventos de atos administrativos e protocolares, como a posse de ministros de Estados ou a assinatura de leis e contratos, o que evidencia a ascensão desses atos ao nível

---

<sup>64</sup> No original: They attributed this change to three influences: (1) the modern doctrine of activist leadership in the presidency; (2) the advances in communication technologies; and (3) the modern presidential campaign.

discursivo ou retórico. Além disso, o fato de pronunciamentos como esses serem gravados e disponibilizados nos canais de comunicação da presidência da República evidencia a estratégia de publicização e comunicação das atividades de governo.

Segundo Windt Jr. (1986), a disciplina da retórica presidencial está preocupada em estudar a persuasão presidencial e como ela afeta a capacidade de o presidente exercer o cargo. “Trata-se de um estudo sobre como os presidentes ganham, mantêm ou perdem o apoio público<sup>65</sup>” (p. 103, tradução livre). Hoffmann e Howard (2010, p. 4) vão mais além: “a retórica presidencial pode ter muitos propósitos, entre eles: educar, explicar, persuadir, proclamar, tranquilizar, criticar, culpar e reivindicar crédito<sup>66</sup>” (tradução livre). São vários os exemplos encontrados no nosso objeto de pesquisa. Por diversas vezes, Dilma Rousseff critica a visão pessimista de alguns grupos da sociedade em relação ao desempenho da economia brasileira. Em fevereiro de 2016, a presidenta ministra uma espécie de aula sobre o vírus Zika e as formas de combater o mosquito *Aedes aegypti* para alunos do ensino fundamental e médio de uma escola em Juazeiro, na Bahia. Enquanto luta contra a articulação do *impeachment*, ela usa os pronunciamentos para apontar culpados e explicar porque ele se configura como golpe de Estado.

Conforme expõe Zarefsky (2004), “retórica” é ao mesmo tempo um tipo de evidência para os pesquisadores como um campo de estudo propriamente dito. Enquanto evidência, ela é reduzida a dados variáveis e mensuráveis, o que a enquadra a apenas uma dimensão da transação retórica, os seus efeitos sobre a audiência. Enquanto campo de estudo, analisa as escolhas que o orador realiza em função da audiência com vistas a atingir seus objetivos diante de uma situação específica.

Essas escolhas – tais como seleção de argumentos, enquadramento, formulação, evidência, organização e estilo, bem como a afirmação, a coreografia e outros aspectos da atuação presidencial - são incorporadas no texto que o orador compõe e no contexto no qual ele é entregue. A audiência, também influenciada pelo contexto, percebe este texto, interpreta-o, participa determinado seu significado e é afetada por ele<sup>67</sup> (ZAREFSKY, 2004, p. 609, tradução livre).

<sup>65</sup> No original: It is a study of how Presidents gain, maintain, or lose public support.

<sup>66</sup> No original: Presidential rhetoric can have many purposes, among them: educating, explaining, persuading, proclaiming, reassuring, criticizing, blaming and credit claiming.

<sup>67</sup> No original: Those choices - about such matters as argument selection, framing, phrasing, evidence, organization, and style, as well as about stating, choreography, and other aspects of the presidential performance - are embodied in the text that the rhetor composes and the context in which it is delivered. An audience, also influenced by context, perceives this text, interprets it, participates thereby in determining what it means, and is affected by it.

Windt Jr (1986) apontou quatro categorias de pesquisa, todas com enfoque crítico: discursos simples ou de temática única; estudos dos movimentos retóricos, que compreende o surgimento e a evolução de uma ideia ou política; gêneros discursivos, concentrando-se nas diferenças e semelhanças entre os discursos; e estudos variados. O autor aponta alguns enfoques cujas pesquisas, na década de 1980, ainda eram incipientes, mas que, conforme expõem Hoffmann e Howard (2010), ganharam destaque recentemente: a natureza da retórica presidencial e seu espaço na modernidade; o *ethos* presidencial; as mudanças na retórica presidencial ao longo do mandato; a influência da discussão política, da agenda política e dos meios de comunicação na retórica presidencial e as diferenças retóricas entre fazer campanha e governar.

A pesquisa de Lim (2002) tornou-se referencial quando se aborda mudanças na retórica presidencial ao longo dos anos. Analisando os pronunciamentos de posse de todos os presidentes dos Estados Unidos da América, desde George Washington (1789) até Bill Clinton (2000), Lim (2002) identificou mudanças significativas: a retórica presidencial se tornou menos intelectual, mais abstrata e assertiva, mais democrática e mais conversacional: “a retórica presidencial nos últimos trinta anos tornou-se dramaticamente mais orientada para as pessoas e compassiva, mais íntima, mais focada na confiabilidade do orador e mais anedótica<sup>68</sup>” (p. 345, tradução livre).

É preciso destacar que os estudiosos da retórica presidencial encontraram achados de pesquisa que contradizem a definição de retórica de Aristóteles. De acordo com Zarefsky (2004), o filósofo grego a definiu como a faculdade de descobrir os meios disponíveis de persuasão em um determinado caso. Ou seja, o conceito aristotélico é situacional, o que impede generalizações. Contudo, afirma o autor, algumas pesquisas<sup>69</sup> apontam para o fato de que, em situações parecidas, os padrões retóricos tendem a se repetir. Além disso, na concepção aristotélica, a audiência também seria determinada e definida pela situação. Contudo, os enfoques da retórica presidencial partem da assunção de que a audiência é massiva, o que entra em confronto com a abordagem de Aristóteles (ZAREFSKY, 2004).

Aristóteles (2006) compreende a retórica como uma arte de procurar, entre os meios disponíveis, aquilo que faz um discurso ser persuasivo. A partir da definição aristotélica da retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), desenvolvem o conceito de retórica como “o

---

<sup>68</sup> Presidential rhetoric in the past thirty years has become dramatically more people-oriented and compassionate, more intimate, more focused on the trustworthiness of the rhetor, and more anecdotal.

<sup>69</sup> CAMPBELL, K. K.; JAMIESON, K. H. Deeds done in Words: presidential rhetoric and the genres of governance and HART, R. P. The sound of leadership: presidential communication on the Modern Age.

estudo das técnicas discursivas que visam a provocar ou a aumentar a adesão das mentes às teses apresentadas a seu assentimento” (p. 5) com base nos juízos de valor, relacionados à dimensão social e histórica do pensamento, presentes nos discursos. O trabalho que realizamos aqui não tem como objetivo analisar a retórica nos pronunciamentos de Dilma Rousseff, porém os conceitos de Aristóteles e Perelman e Olbrechts-Tyteca em relação às pesquisas sobre retórica presidencial nos permitem direcionar o olhar para melhor estruturar a análise que pretendemos realizar (os procedimentos analíticos e as categorias de análise serão abordados no capítulo 3) para compreender as estratégias discursivas utilizadas para a construção das figuras do “eu”, do “nós” e do “eles” e como, discursiva e retoricamente, o argumento engendra a adesão, sem, contudo, verificar se a adesão é, de fato, conquistada.

A noção de campanha permanente é muito próxima à de retórica presidencial. Ela se desenvolveu nos anos 1970, nos Estados Unidos. À época, o presidente Jimmy Carter foi aconselhado por seu assessor de sondagem pública, Patrick Caddell, a continuar a campanha política de modo a assegurar a aprovação pública. Em 1980, o jornalista político Sidney Blumenthal popularizou a expressão “campanha permanente” com a publicação de seu livro intitulado “*The permanent campaign*”. Para o autor, nesse contexto, o ato de governar se torna uma tática constante que combina produção de imagem e cálculos estratégicos para manter a popularidade de um político eleito.

Das várias definições encontradas na literatura (HECLO, 2000; GALICIA *et al.*, 2010; NOGUERA, 2011), destacamos aquela oferecida por Lilleker (2007, p. 143):

[...] a campanha permanente se refere ao uso dos recursos do ofício, por parte dos indivíduos ou organizações eleitas – governo, partidos no governo, membros do parlamento, congressistas ou qualquer outro representante –, para construir e manter o apoio e o suporte popular.

Conforme explica Hecló (2000), o surgimento das práticas de campanha permanente nos Estados Unidos ocorre em razão de seis fatores que modificaram a cultura política vigente e criaram o ambiente propício para o seu desenvolvimento. O primeiro fator, expõe o autor, foi o declínio dos partidos políticos e a ascensão do candidato. “O século XX para os partidos americanos representa uma mudança geral de eleições centradas nos partidos, para eleições centradas nos candidatos<sup>70</sup>” (HECLO, 2000, p. 19). O segundo fator está relacionado à extensão do voto a todas as pessoas, incluindo as mulheres e os analfabetos, sem distinção quanto à renda

---

<sup>70</sup> No original: The twentieth century change in American parties represents a general shift from party-centered to candidate-centered elections.

dos eleitores. Para o autor, a inclusão desses indivíduos no processo eleitoral gerou uma abertura do cenário político e aumentou a participação dos cidadãos na política, exigindo que os políticos também a eles se reportassem.

O terceiro fator foi o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação. Segundo Heclo (2000), o surgimento da televisão possibilitou que as mensagens chegassem a um público maior e mais rapidamente. Se pensarmos também no contexto da internet e das redes sociais, as novas tecnologias da comunicação garantem ao mesmo tempo a visibilidade necessária aos políticos, bem como possibilitam condicionar o eleitor à condição de um público de massa. É necessário destacar que, para utilizar o aparato comunicativo, o político (candidato ou eleito) precisa cooptar a mídia a seu favor. A visibilidade oferecida pelos meios de comunicação pode ser negada ao político, que passa a ser apagado ou silenciado no espaço midiático, caso ele entre em choque com os interesses da elite midiática. Contudo, ainda que seja necessário o apoio desta, as novas tecnologias da comunicação engendram ao governante a possibilidade de estar sempre presente perante o público. Em paralelo, o próprio campo político desenvolveu tecnologias específicas que auxiliam o governante/candidato a identificar as principais demandas e vontades do público para colocá-las em debate. Por meio de técnicas de relações públicas e de sondagem de opinião pública, os governantes podem identificar anseios específicos de determinados grupos e assim modular as estratégias de cooptação desses indivíduos.

O quinto fator elencado por Heclo (2000) é a necessidade de dinheiro político. Para custear tanto as despesas das sondagens e pesquisas de opinião pública como o trabalho dos consultores políticos, os partidos necessitam constantemente de arrecadar dinheiro. A lógica da campanha permanente, explica o autor, configura-se como uma forma de os partidos e os políticos sempre prestarem contas àqueles que os financiam. O sexto e último fator se relaciona às expectativas envolvidas num governo ativista. Para Heclo (2000), uma vez que o governo se torna cada vez mais presente na vida dos cidadãos em razão dos fatores anteriores (o declínio dos partidos, o aumento do número de eleitores, a evolução das novas tecnologias da comunicação e da política e o aumento da necessidade de fundos por parte dos partidos), faz-se necessário que partidos e governantes desempenhem um trabalho constante para conquistar, manter e ampliar o apoio dos cidadãos e atender seus anseios. Aqui, podemos citar, a título de ilustração, os pronunciamentos de Dilma Rousseff nas cerimônias de entrega de residências do Programa Minha Casa, Minha Vida e nas formaturas de estudantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), eventos nos quais se verifica tanto uma

espécie de prestação de contas como também uma tentativa de manter o apoio dos cidadãos, conforme veremos nos próximos capítulos.

Noguera (2001) entende que a confluência entre campanha e governação ocorre em razão de um contexto político-social no qual a democracia se torna mais participativa, a comunicação gera poder, o fluxo de informações sobre as diversas questões sociais obriga os governos a estabelecer uma comunicação constante com a sociedade e o campo político incorpora as técnicas de marketing. Para o autor, as estratégias de campanha permanente integram técnicas e abordagens de comunicação governamental e de comunicação eleitoral. Em síntese, a comunicação eleitoral tem como objetivo ser persuasiva e se organiza mais informalmente, haja visto que é direcionada para o curto prazo e por isso estrutura a mensagem em um único problema por vez. Já a comunicação governamental é planejada para o médio prazo e busca estabelecer com os receptores uma relação de compromisso. A mensagem se organiza mais formalmente e trabalha mais de um tema, concentrando-os em um discurso unificado. Dia após dia, esse compromisso é reforçado e atualizado quanto a sua realização (NOGUERA, 2001).

Antes de passarmos à próxima seção deste capítulo, faz-se pertinente apresentar algumas observações acerca da noção de campanha permanente. Primeiro, a teoria em torno da noção de campanha permanente estabelece conceitos e definições e analisa alguns casos, porém não propõe fases, etapas, ou procedimentos definidos necessários. Ou seja, não há uma forma específica de se fazer campanha permanente. Qualquer estratégia contínua para dar visibilidade às ações de governo pode ser tomada como estratégia de campanha permanente. Segundo, os pronunciamentos presidenciais de Dilma Rousseff podem ser compreendidos como uma estratégia do governo para buscar apoio nos diversos públicos com os quais se relaciona. Parte desses pronunciamentos é direcionada a grupos muito específicos como, por exemplo, empresários e políticos. Com base da noção de campanha permanente, pode-se inferir que tais pronunciamentos visam mais à obtenção de suporte do que de voto. A noção de retórica presidencial e de campanha permanente nos permitem tentar identificar se há mudanças nas estratégias comunicativas e discursivas à medida que a presidenta perde apoio político e a tramitação do *impeachment* avança. A partir de nossa hipótese, é nesse momento que acreditamos que a figura do “eu” se ampara novamente no “nós”, desta vez constituído pelos eleitores de Dilma Rousseff ou do PT que veem no processo de *impeachment* uma tentativa de golpe de Estado, em direto confronto com o “eles”.

Na discussão teórica contida neste capítulo, realizamos um breve mapeamento do espaço interdisciplinar da Comunicação Política, com vistas a delinear nosso objeto de pesquisa no campo da CP, bem como evidenciar as lacunas existentes no campo e, por conseguinte, a pertinência e o ineditismo de nossa pesquisa. Após, trabalhamos os principais conceitos acerca do discurso político, de modo a delinear e disciplinar nosso olhar teórico para analisar o objeto de pesquisa compreendendo como as abordagens oriundas da Linguística e da Comunicação podem ser apropriadas pela CP. Por fim, discutimos conceitos acerca da retórica presidencial e da campanha permanente por entender que eles são adequados e pertinentes para fixar nosso objeto de pesquisa no campo da CP e instrumentalizam nossa análise. A fim de compreender melhor nosso objeto e a dinâmica política por trás dos pronunciamentos de Dilma Rousseff, no tópico a seguir iremos discorrer sobre o governo de Dilma Rousseff, contextualizando o cenário político destacando os três momentos chaves com os quais trabalhamos: a eleição para o primeiro mandato, a eleição para o segundo mandato e o processo de *impeachment*.

## 2.4 CONTEXTO POLÍTICO DO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF

Para compreender melhor nosso objeto de pesquisa, faz-se necessário discorrer sobre o contexto político e social do governo de Dilma Rousseff, além de trazer informações sobre sua biografia e o processo de *impeachment*. O objetivo é compreender a conjuntura que a levou à presidência, e sua constituição enquanto ator político e sua deposição, assuntos que abordaremos neste tópico.

### 2.4.1 O cenário político do governo de Dilma Rousseff

Em meados de 2008, quando o ambiente político e a mídia começaram a especular nomes para as eleições de 2010, não se pensava no nome de Dilma. À época, o próprio presidente Lula chegou a afirmar que ela não era uma opção por lhe faltar um ingrediente político (KRIEGER, 2008). Ainda que Dilma fosse ministra do referido governo, faltava-lhe aura política e sobressaía-lhe a competência técnica. Essa identidade de Dilma fora identificada já em 2002, quando foi convidada pelo PT para desenvolver o plano eleitoral de governo de Lula para a área de energia em razão de seu desempenho como Secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul (CARVALHO, 2008). Durante os dois mandatos de Lula, Dilma manteve a identidade de pessoa técnica, contudo ela carecia de identidade relacionada a habilidades políticas e, por isso, não era tida como opção do PT para a sucessão presidencial (KRIEGER,



2008). Já em meados de 2009, na falta de nomes fortes, livre de denúncias de corrupção ou suspeita de envolvimento em atos ilícitos, a então ministra surge como uma opção plausível à Presidência do Brasil.

Nas eleições de 2010, pela primeira vez foi possível comprar dois governos que ficaram o mesmo tempo no poder e cujo exercício do cargo se deu sob a estabilidade da economia. De um lado, havia a estabilidade econômica brasileira, marcada pelo sucesso do plano real, atribuída ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do PSDB. De outro, os programas econômicos e sociais do governo Lula (2002-2010) conseguiram aliar a política econômica de austeridade fiscal, elevadas taxas de juros e controle da inflação com programas de assistência social e transferência de renda. Conforme afirma Avritzer (2015, p. 8):

No que diz respeito à condição social da população, o Brasil é um dos países que mais evoluíram no mundo. A pobreza diminuiu significativamente, com aproximadamente 22,5 milhões de pessoas deixando de ser pobres no país entre 2002 e 2012. Mesmo a desigualdade caiu muito, com a renda dos mais pobres crescendo, até 2012, de modo mais acelerado que a renda dos mais ricos.

Embora seja possível encontrar algumas semelhanças e continuidades na política econômica dos governos de FHC e Lula, o discurso construído pelo PT na campanha eleitoral de 2010 seguiu o caminho contrário: mostrar as diferenças do modelo de governo entre o PSDB e o PT. Pela primeira vez no Brasil pós-redemocratização, houve a possibilidade de comparar dois governos que ficaram o mesmo tempo no poder. Segundo Segalla e Villaméa (2010), nas áreas econômica e social, a gestão petista tem resultados melhores para apresentar.

Nos dois mandatos de FHC, a taxa média anual de crescimento [do PIB] foi de 2,3%. Nos governos Lula, o índice foi de 4%. Lula também conseguiu uma proeza notável: elevou a renda per capita brasileira a US\$ 10 mil, um marco que aproxima o índice brasileiro do indicador observado em países desenvolvidos. Nesse ponto, FHC não brilhou. Entre 1995, primeiro ano do governo Fernando Henrique, e 2002, quando ele deixou o poder, a renda per capita brasileira caiu de US\$ 4,85 mil para US\$ 2,86 mil (SEGALLA; VILLAMÉA, 2010, s/p).

O governo Lula é marcado pela política desenvolvimentista orientada para o crescimento regional bem distribuído, e pelas políticas sociais e econômicas com foco na transferência de renda e na erradicação da pobreza. Esse cenário ao mesmo tempo favorecia a continuidade do PT no governo como também delineava uma polarização política entre os eleitores brasileiros. Essa polarização se acentua à medida que a campanha petista destaca as

diferenças dos modelos de governo de Lula e de FHC. Além disso, a campanha de 2010 foi marcada também pelas estratégias do PT para tornar Dilma Rousseff candidata elegível.

Ainda que fosse desconhecida do eleitorado, Dilma possuía longa trajetória de vida política. Nascida em Belo Horizonte em 1947, filha da professora Dilma Jane da Silva e do imigrante búlgaro Pedro Rousseff, aos 16 anos, começou sua militância política, ao fazer parte da A Política Operária – Polop, organização que teve origem no Partido Socialista Brasileiro, em 1961. Depois, integrou a Colina e a VAR-Palmares, organizações clandestinas, que lutavam contra a repressão do regime militar.

Em 1970, Dilma foi presa, torturada e condenada a dois anos e um mês de prisão, tendo, contudo, cumprido quase três anos de detenção. Em 1973, mudou-se para Porto Alegre onde reconstruiu a vida ao lado do marido Carlos Franklin Paixão de Araújo, que também foi preso durante o governo militar. Três anos depois, nasceu sua única filha, Paula Rousseff Araújo, e em 2010, o primeiro neto.

Em 1979, Dilma dedicou-se à campanha pela Anistia. Com o marido Carlos Araújo, ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul, em cuja assessoria trabalhou entre 1980 e 1985 e permaneceu filiada até 2001, quando entrou para o PT. Em 1986, o então prefeito da capital gaúcha, Alceu Collares, escolheu Dilma para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda. Também foi Secretária Estadual de Minas e Energia do Rio Grande do Sul entre os anos 1999 e 2002. Neste mesmo ano assumiu o Ministério de Minas e Energia, em que permaneceu até 2005, quando foi nomeada Ministra-Chefe da Casa Civil, cargo que ocupou até 2010. Dilma também presidiu o Conselho de Administração da Petrobrás entre 2003 e 2010. No Ministério de Minas e Energia, Dilma implantou no Brasil o programa “Luz Para Todos”, que levou energia elétrica para a população carente e para as áreas rurais do país. Já no cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil, passou a coordenar o Programa de Aceleração do Crescimento 1 e 2 e o programa Minha Casa, Minha Vida.

A eleição presidencial de 2010 ocorreu em dois turnos. No primeiro, os candidatos de maior destaque foram Dilma Rousseff, José Serra (PSDB), Marina Silva (Partido Verde – PV) e Plínio de Arruda Sampaio (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL). No segundo turno, Dilma venceu Serra com 56,05% contra 43,95% dos votos, concentrando seu eleitorado nas regiões Norte e Nordeste, além de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás e Tocantins, enquanto Serra obteve a maioria dos votos nos Estados do Sul, em São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Roraima.

O primeiro governo de Dilma Rousseff manteve o modelo petista tanto no plano econômico como no social. Foram lançadas novas edições dos Programas de Aceleração do

Crescimento, Minha Casa, Minha Vida, além da manutenção e ampliação do Bolsa Família, Luz para Todos e de investimentos em transporte e logística. Em contrapartida, o PIB brasileiro teve crescimento tímido, com média de 2% ao ano e, ao final do primeiro mandato, a inflação passou a ficar acima da meta estabelecida. Vale lembrar que entre 2008 e 2010 eclode uma crise econômica nos Estados Unidos e na Europa, principalmente em Grécia, Portugal e Espanha, que lentamente chega ao Brasil, se agravando a partir de 2013. Conforme explica Garcia (2016, s/p),

[...] para manter a economia aquecida, o governo decidiu apostar em medidas anticíclicas e estimular o consumo. A taxa básica de juros foi reduzida em 2009 e 2010, impostos foram cortados e o gasto público expandido por meio de ambiciosos programas de investimento em infraestrutura. [...] A diferença é que, enquanto em vários países desenvolvidos as taxas de juros são nulas ou negativas, no Brasil a taxa de juros está acima de 14%, o que encarece muito o pagamento da dívida e amplia o risco de calote.

Além da crise, os protestos de junho de 2013 (que abordaremos mais adiante), provocaram queda na avaliação do governo e na aprovação pessoal de Dilma Rousseff. Embora ainda concentrasse favoritismo para disputa eleitoral de 2014<sup>71</sup>, a presidenta também enfrentou críticas relacionadas à condução da política econômica, ao baixo crescimento do PIB, às elevadas taxas de juros, ao aumento da inflação e às denúncias de corrupção.

A disputa eleitoral de 2014 também ocorreu em dois turnos. No primeiro, os candidatos de destaque foram Aécio Neves (PSDB), Marina Silva (desta vez pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB), além da própria presidenta. Luciana Genro (PSOL) e Eduardo Jorge (PV) também tiveram relativo destaque devido a suas campanhas e participações em debates, porém não obtiveram expressivo número de votos<sup>72</sup>. No segundo turno Dilma derrotou Aécio por uma diferença muito pequena: foram 51,64% contra 48,36% (TSE, 2014).

Dilma Rousseff iniciou seu segundo mandato enfraquecida em face da crise econômica que se intensificava no Brasil. Após as manifestações de junho de 2013, a presidenta foi perdendo popularidade e apoio político. A insatisfação com a administração nacional, a crise econômica e as denúncias de corrupção levaram a população a realizar painéis<sup>73</sup> e protestos contra o governo Dilma. O primeiro grande protesto ocorreu em 15 de março de 2015, com

---

<sup>71</sup> Conforme pesquisas realizadas pelo Data Folha, Ibope, Vox Populi e Confederação Nacional do Transporte, em parceria com o MDA, entre 15 de fevereiro e 4 de outubro de 2014. As pesquisas podem ser consultadas no site do Tribunal Superior Eleitoral (<http://pesqele.tse.jus.br/pesqele/publico/pesquisa/Pesquisa/consultaPublica.action>). Acesso em: 27, 28 e 29 mar. 2017.

<sup>72</sup> Respectivamente, 1,55% e 0,61%. (TSE, online).

<sup>73</sup> Termo adotado para representar uma manifestação popular em que se batem painéis e outros utensílios de metal em forma de protesto.

demandas que iam desde o combate à corrupção até a renúncia da presidenta e a intervenção das forças armadas. No dia 18 de março, o governo envia ao Congresso uma série de medidas para fortalecer a legislação para combater à corrupção no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, tais como a aplicação da lei Ficha Limpa para todos os servidores públicos nos três poderes e o decreto de regulamentação da Lei Anticorrupção. No final de maio, o governo anunciou cortes no orçamento, estimados em quase setenta bilhões de reais. Em 5 de outubro de 2015 foi instituída a Comissão Especial de Reforma do Estado com o objetivo de propor aos órgãos competentes medidas para aumentar a eficiência na gestão pública e reduzir custos por meio de reestruturação organizacional do Poder Executivo federal, fomento à inovação e à adoção de boas práticas na gestão pública federal e aprimoramento dos instrumentos de governança, transparência e controle da administração pública federal<sup>74</sup>.

#### 2.4.2 O processo de *impeachment*

O processo de *impeachment* começou oficialmente em 2 de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acolheu um dos pedidos contra Dilma, protocolado pelos juristas Hélio Bicudo, Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior. A justificativa era que a presidenta teria realizado manobras conhecidas como pedaladas fiscais<sup>75</sup>, operações financeiras não previstas na legislação para maquiar as contas públicas, em desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa, cometendo, assim, crime de responsabilidade. No dia seguinte, Cunha autorizou a criação da Comissão Parlamentar Especial, com 65 deputados proporcionalmente à bancada de todos os partidos representados, que elaborou um parecer favorável à admissibilidade da abertura do processo.

O rito do processo somente foi estabelecido em 16 de março de 2016, pelo Supremo Tribunal Federal. No dia seguinte, a Câmara elegeu, por votação aberta, os 65 integrantes da

---

<sup>74</sup> As informações obtidas aqui advêm de sites noticiosos e de jornais como G1, UOL, Folha de São Paulo, Correios Braziliense, Estado de São Paulo etc. As fontes foram consultadas no período de 27 a 31 de março de 2017, por meio de sites de buscas. Deixo de informar a referência completa de tais fontes uma vez que as informações se encontram dispersas em diversos portais, tornando complexa a reunião delas para esta breve contextualização.

<sup>75</sup> Ainda há muita controvérsia sobre se as manobras de pedaladas fiscais se configuram crime de responsabilidade. Juristas como Celso Antônio Bandeira de Mello e Fabio Konder Comparato refutaram a tese de Bicudo, Paschoal e Reale Junior, além de entenderem que o pedido foi feito com base em uma suposta irregularidade fiscal, ocorrida em 2014. Como o primeiro mandato de Dilma Rousseff terminou em 31 de dezembro de 2014, não haveria cabimento jurídico pedir *impeachment* de um mandato, se o suposto crime de responsabilidade ocorreu no mandato anterior, já encerrado. Para mais sobre este assunto: MELLO, Celso A. B. de; COMPARATO, Fabio K. **Parecer de Celso Antônio Bandeira de Mello e Fabio Konder Comparato acerca do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff**, 2016. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/10/art20151014-13.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

comissão especial. Em 11 de abril, essa comissão, com 38 votos a favor e 27 contra, aprovou o parecer do relator pela a admissibilidade do processo de afastamento da presidenta. O parecer elaborado pelo deputado Jovair Arantes seguiu para apreciação pelo plenário da Casa. No dia 17 de abril, domingo, a Câmara dos Deputados, com 367 votos favoráveis e 137 contrários (além de 7 abstenções e 2 ausentes), autorizou o Senado Federal a instaurar processo de *impeachment* contra a presidenta. O Senado, por sua vez, em 12 de maio de 2016, autorizou a abertura do processo de *impeachment*, e determinou o afastamento de Dilma da Presidência da República pelo período de até 180 dias. Foram 55 votos favoráveis, 22 contrários e 2 ausências. Com isso, o vice-presidente Temer passou a exercer as funções de presidente da República. No dia 31 de agosto de 2016, com 61 votos a favor e 20 contra, o Senado Federal aprovou o pedido de *impeachment* e afastou definitivamente a presidenta do cargo<sup>76</sup>.

Ainda que localizemos o início oficial do processo de *impeachment* em dezembro de 2015, suas raízes se encontram nas manifestações populares ocorridas em 2013. Conforme afirma Souza (2016), entre o intervalo das chamadas “jornadas de junho” e a deposição da presidenta, o governo federal foi alvo de sucessivos ataques que foram preparando o contexto ideal para que o processo encontrasse apoio junto à sociedade. Para o autor, há quatro elementos-chaves na articulação desse contexto. O primeiro é a mudança de alvo dos protestos de junho de 2013. Liderado pelo Movimento Passe Livre, as manifestações tinham por objetivo frear o reajuste das passagens de ônibus em algumas cidades brasileiras. Os protestos já vinham acontecendo no primeiro trimestre daquele ano, mas se tornaram mais frequentes no final de maio e junho de 2013. Houve casos de vandalismo e violência policial; muitas pessoas ficaram feridas e foram detidas, sem o registro de flagrante, para explicações e averiguações – práticas comuns no período militar<sup>77</sup>.

A primeira resposta do governo federal foi desonerar as empresas de transporte do pagamento de alguns impostos, como uma tentativa de segurar o aumento da tarifa do transporte coletivo. Contudo, as manifestações continuaram e, aos poucos, foram mudando de foco, passando a incorporar pautas como o combate à corrupção e os gastos para a realização da Copa do Mundo de 2014. Souza (2016) explica que até 17 de junho de 2013, os protestos eram retratados pela mídia como atos de vandalismo e desordem. Porém, a partir desse dia, a cobertura jornalística passou a mostrar as manifestações como uma forma de expressão democrática dos anseios dos brasileiros. Pouco a pouco, ocorreu o que Souza chama de

---

<sup>76</sup> Em uma segunda votação, os senadores decidiram por 54 votos contra 42 manter os direitos políticos da presidenta.

<sup>77</sup> Idem nota 72.

“federalização” dos protestos: os grupos eram vistos como pacíficos, deu-se destaque a demonstrações de nacionalismo e patriotismo, como as entoações do hino nacional, o uso da bandeira e das cores nacionais. As críticas, antes direcionadas à administração municipal – e eventualmente estadual – e aos valores das tarifas do transporte coletivo municipal, agora se voltavam ao governo federal. Conforme sintetiza o autor:

Era o sucesso absoluto da campanha midiática pela federalização das manifestações e pela personalização do descontentamento na pessoa da presidente da República: ocorrera queda de 35 pontos na popularidade de Dilma se a comparação se der o com mês de março de 2013, quando a presidente gozava de sua maior taxa de aprovação popular. A rejeição também aumentara de inexpressivos 7% para 25%. Sucesso total da violência simbólica. Esse foi o efetivo começo do golpe (SOUZA, 2016, p. 95).

O segundo elemento está relacionado com o casamento entre a mídia e a classe conservadora brasileira, com o objetivo de deslegitimar o governo eleito. Segundo o autor, a imprensa brasileira assumiu o *status* de porta-voz da classe conservadora, dando visibilidade para os seus descontentamentos em relação ao governo federal e convertendo a classe conservadora, até então avessa a manifestações, em herói revolucionário nacional:

A nova estética foi extremamente importante. A camisa da seleção brasileira e a bandeira nacional se tornam os símbolos que ninguém mais conseguiu retirar ou sequer disputar com essa fração de classe. [...] Esses símbolos conseguiram passar a impressão para boa parte do público de que essa fração privilegiada, branca e bem-vestida representava o “interesse nacional” em uma mudança para o melhor para todos (SOUZA, 2016, p. 101).

Além disso, a classe conservadora passa a transparecer certo preconceito em relação aos indivíduos da classe pobre que ascendem à classe média. As políticas de inclusão social e transferência de renda permitiram aos mais pobres acesso a oportunidades de consumo nunca antes experimentadas. A classe média, então, passa a ter medo que os mais pobres tenham acesso aos seus privilégios e ameacem seus empregos. Daí se revela uma espécie de racismo de classe, até então velado na sociedade (SOUZA, 2016). Para Avritzer (2016), a classe média foi atingida por uma adequação de *status*: “ao mesmo tempo que se vê pressionada pelo aumento dos preços no setor de serviços, está cada vez mais distante da classe alta, que manteve seu padrão de consumo” (p. 21). Com o acesso às oportunidades e à inclusão, a nova classe média, formada pela ascensão da classe mais pobre, aufere o capital cultural da classe média conservadora.

Com a expansão da educação superior para os setores populares, estaria ocorrendo uma “inflação do diploma” universitário, uma vez que ele não “comprava” mais o que

prometia: o acesso a melhores empregos, com maior qualificação, que não são tão numerosos quanto os de baixa qualificação. [...] estaríamos experimentando uma frustração típica do público mais jovem, que não recebe mais o que as gerações anteriores puderam desfrutar (SOUZA, 2016, p. 99).

O resultado, afirma Avritzer (2016), é que a proposta de desenvolvimento da democracia e de aumento da inclusão social encontra seu limite político na incapacidade de ampliar a participação popular, o que culmina na classe média tradicional contra o governo.

O terceiro elemento, aponta Souza (2016), é a cooptação da elite política. Tão logo a apuração do segundo turno da eleição presidencial de 2014 foi encerrada, o candidato Aécio Neves, descontente com a derrota, e o coordenador jurídico da campanha, Carlos Sampaio entraram, quatro dias após a divulgação do resultado, em 30 de outubro de 2014, com um pedido de auditoria no Tribunal Superior Eleitoral para verificar os sistemas de votação e de totalização dos votos. Sem sucesso, o legislativo é articulado para conferir a aura de legalidade necessária ao processo de *impeachment*, em troca de favores, financiamento de campanha e acobertamento de escândalos de corrupção (SOUZA, 2016).

O quarto elemento é a cooptação do complexo jurídico-policial do Estado. Conforme o autor, houve uma série de ilegalidades que permitiram à mídia expor o governo a uma espécie de linchamento público: vazamentos de ilegais e seletivos das delações premiadas, simplificação das questões complexas, eliminação do contraditório e do direito de defesa, pré-julgamento, dramatização do rito processual. Nas palavras do autor, “nos tempos recentes não tivemos apenas a judicialização da política, mas muito pior, a politização da justiça” (SOUZA, 2016, 118).

Em suma, tanto para Souza (2016) quanto para Avritzer (2016) o processo de *impeachment* nunca teve a ver com as pedaladas fiscais praticadas por Dilma Rousseff. O golpe, como consideram a retirada da presidenta do poder, foi todo orquestrado pela elite financeira, com o apoio cooptado das elites midiática e política e a máquina jurídico-policial do Estado, para retornar a um *status quo* no qual os interesses da elite – sobretudo o lucro – se sobrepõem aos da população.

No capítulo a seguir, trabalharemos os conceitos acerca do método utilizado em nossa pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos de construção do objeto e das etapas de investigação.

### 3 O MÉTODO DE PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a análise do objeto desta tese, utilizaremos como metodologia as técnicas de Análise de Conteúdo (AC) quantitativas e qualitativas. A AC é um método de investigação destinado a analisar qualquer forma de comunicação oral ou escrita, por meio de técnicas e procedimentos sistemáticos e objetivo de descrição do conteúdo das mensagens. A primeira definição da AC foi proposta por Berelson (1952, p. 18), que a designa como “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”.

Conforme nos explica Bardin (2011), a AC surge de uma herança positivista, fazendo com que o método fosse delineado sob uma perspectiva quantitativa, amparado no rigor sistemático e na crença da neutralidade do pesquisador, visando a mensuração frequencial de determinada característica ou elemento presente no texto. Após a década de 1960, continua a autora, foram incorporadas perspectivas qualitativas cujo objetivo era a inferência e a interpretação dos dados obtidos por meio da categorização do objeto de pesquisa. Desse modo, a autora propõe uma definição de AC que engloba as duas abordagens do método:

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 42).

Krippendorff (1989) define a AC como uma técnica de pesquisa para fazer inferências replicáveis e válidas dos dados ao seu contexto. Moraes (1999, s/p) oferece outra definição, porém próxima às ideias de Bardin:

[...] a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

Embora haja diversas definições para a AC<sup>78</sup>, nota-se que o conceito oferecido pelos autores é muito próximo. Por isso, é oportuna a articulação de definições realizada por Vala (1986):

---

<sup>78</sup> Para mais definições: HOLSTI, O. R. **Content Analysis**; KERLINGER, F. N. **Foundations of behavioural research**; North, R.C., HOLSTI, O.; ZANINOVICH, M.G.; ZINNES, D. A. **Content analysis: A Handbook with**



[...] uma ‘descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação’ (Berelson, 1952), extensível a ‘todo o comportamento simbólico’ (Cartwright, 1953<sup>79</sup>), ou de que se extraíam ‘inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto’ (Krippendorff, 1980).

Na perspectiva de Bardin (2011), a AC permite ao pesquisador compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos materiais analisados, explicando-lhes o sentido explícito e implícito dessas mensagens. Bauer (2002) explica que a AC não deve ser considerada como uma leitura verdadeira do texto, mas um meio caminho entre a leitura singular verídica e o “vale tudo”, que oferece ao pesquisador a possibilidade de produzir inferências do contexto textual considerado em princípio inacessível ao pesquisador.

Bardin (2011), identifica alguns procedimentos similares aos da AC desde o século XVII, quando alguns pesquisadores e teólogos estabeleceram categorias para compreender as metáforas e parábolas de textos bíblicos e hinos religiosos. Contudo, a autora localiza o surgimento da AC no início do século XX nos Estados Unidos e o seu impulso entre os anos 1940 e 1950, quando os cientistas começaram a estudar e analisar textos jornalísticos e discursos políticos, influenciados pelo modelo comunicativo de Lasswell, de 1948. Atualmente, a AC se baseia na descrição do objeto de estudo e na inferência dos sentidos implícitos. A descrição é parte do processo de desconstrução, categorização e reconstrução do objeto a partir dos objetivos traçados pelo pesquisador. A inferência está relacionada com o significado que se pode apreender do discurso por meio de deduções lógicas dos padrões identificados (BARDIN, 2011).

Segundo Alonso, Volkens e Gómez (2012) a AC surge inicialmente como um método para a investigação dos meios de comunicação, mas rapidamente os pesquisadores percebem que as técnicas poderiam ser aplicadas para a análise de textos políticos, como a propaganda política e os pronunciamentos de posse de presidentes. Em menos de vinte anos, explicam os autores, a AC já estava consolidada nos campos da Antropologia Social, da Comunicação e da Ciência Política. Atualmente, o campo político se interessa por três enfoques de AC: a análise interna de um texto, as causas de um texto e os efeitos de um texto.

Para Krippendorff (1980), há seis características que são relevantes para o conceito e a aplicação da AC:

---

applications for the study of International crisis; STEMPEL, G. H. **Content analysis**; WEBER, R. P. **Basic content analysis**.

<sup>79</sup> CARTWRIGHT, D. P. Analysis of quantitative material. In: FESTINGER, L; KATZ, D. (Eds.). Research methods in the behavioral sciences. New York: Holt, 1953.

- 1) os textos/objetos não possuem qualidades objetivas e não existem sem um leitor que os interpreta. Logo, não há um sentido inerente ao texto/objeto; ele é trazido ou construído por quem o interpreta;
- 2) os textos/objetos não possuem sentido pelo o que são, pois podem ser lidos e interpretados a partir de diferentes perspectivas, arcabouços e contextos;
- 3) os sentidos atribuídos aos textos/objetos não devem ser compartilhados com o objetivo restringir as maneiras pelas quais outros leitores/pesquisadores os interpretam e os sentidos que eles lhes atribuem;
- 4) os textos/objetos dialogam seus sentidos com outros elementos, fatores, contextos etc. além do texto/objeto dado. Daí a necessidade de ler os textos decodificando as informações em relação ao contexto em que os textos se referem e são inseridos;
- 5) o sentido dos textos/objetos é relativo a contextos, propósitos e discursos particulares, fazendo com que o enfoque analítico mude conforme os objetivos de pesquisa. Por isso, cabe ao pesquisador/leitor construir um contexto analítico no qual os textos/objetos façam sentido e possam responder aos problemas estabelecidos para a pesquisa.
- 6) a natureza do texto/objeto exige que os analistas de conteúdo estabeleçam inferências específicas a partir de um corpo de textos para o contexto escolhido. A leitura de um texto/objeto aponta para uma gama de interpretações cujas inferências dependem das informações contidas nele. Desse modo, o contexto é sempre construído em função dos objetivos de análise.

A partir das definições apresentadas acima e dos conceitos expostos por Krippendorff (1980), podemos sintetizar a AC como um conjunto de procedimentos e técnicas para investigar o sentido de um texto por meio de unidades elementares (palavras-chave, léxicos, temas etc.), a fim de identificar a frequência ou regularidade dessas unidades e realizar inferências acerca dos significados contidos no texto.

Enquanto técnica, Bardin (2011) explica que a AC costuma ser realizada por meio da dedução frequencial ou por análise por categorias temáticas. A primeira consiste em mensurar a frequência simples ou percentual de determinada ocorrência, geralmente uma palavra ou expressão, mas podendo ser aplicada a algum tipo de construção semiótica definida, invariável e repetitiva. A análise por categorias temáticas opera a partir do desmembramento do texto em unidades que são reagrupadas em categorias conforme os temas que emergem do texto (BARDIN, 2011). Já Alonso, Volkens e Gómez (2012) expõem que a AC tem por objetivo

reduzir o universo empírico em dados, quantificando-os a valores mais manejáveis, porém sem perder a confiabilidade e a validade da técnica. Por confiabilidade, os autores entendem a possibilidade de o estudo ser reproduzido, chegando aos mesmos resultados. Já a validade tem a ver com o grau de relação entre os resultados e os conceitos teóricos e a realidade que se pretende mensurar.

Para a redução de dados, os autores propõem três passos. O primeiro consiste em identificar as unidades de texto, que podem ser palavras-chaves ou alguma construção linguística simples (ideias que remetem à construção da identidade nacional, por exemplo) e atribuir-lhes um código numérico. No segundo passo, a quantificação obtida anteriormente é reduzida em frequências. Por fim, as frequências são cruzadas com base na hipótese e nos objetivos de pesquisa. A partir daí inicia-se a AC propriamente dita.

Bardin (2011) propõe três etapas para a realização da AC. Na pré-análise, compõe-se o *corpus* de pesquisa, de modo a torná-lo operacional. Essa fase se estrutura em quatro passos: a leitura flutuante, o contato inicial com o objeto de pesquisa já coletado, no qual o pesquisador tem o primeiro contato com o material a ser analisado e extrai as primeiras impressões sobre ele; a escolha dos documentos, na qual se procede aos recortes e demarcações; a formulação das hipóteses e dos objetivos; e a elaboração de indicadores para classificação e categorização do objeto. Bardin (2011) explica que nessa fase é preciso observar alguns quesitos: a) exaustividade, ou seja, esgotar todo o assunto sem omissão de nenhuma parte; b) representatividade, preocupar-se com amostras que representem o universo; c) homogeneidade, os dados devem referir-se ao mesmo tema ou grupo; d) pertinência, adaptar os documentos aos objetivos da pesquisa; e e) exclusividade, não classificar um elemento em mais de uma categoria.

Na segunda fase, realiza-se a exploração do material, com a identificação das unidades de registro, visando à categorização e à contagem frequencial, e das unidades de contexto, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e pelos referenciais teóricos. Por fim, realiza-se o trabalho de inferência, a partir do qual o pesquisador promove a interpretação dos dados, buscando o que se esconde por trás dos dados levantados.

As etapas propostas tanto por Krippendorff (1980) quanto por Alonso, Volkens e Gómez (2012) para a AC são um pouco mais detalhadas, embora não tragam diferenças significativas ao modelo bardiniano. A primeira etapa é a construção da amostra.

A amostra é o processo no qual o investigador limita o número de observações a analisar em um subgrupo de unidades que é representativa, estatística ou conceitualmente, do conjunto de todas as unidades possíveis do universo de interesse<sup>80</sup> (p. 16, tradução livre).

Os autores explicam que, se a hipótese de análise é mais específica, menos se necessita separar subgrupos de amostra. Nesta pesquisa, utilizaremos para a AC a questão, a hipótese e os objetivos estabelecidos para a pesquisa na Introdução desta tese, sem criar outros complementares. Assim, diante da especificidade desta pesquisa, trabalharemos com um universo composto por todos os pronunciamentos realizados por Dilma Rousseff nos quase cinco anos e cinco meses de governo.

A segunda etapa é a decomposição da amostra em unidades de codificação. Segundo Alonso, Volkens e Gómes (2012), as unidades de codificação mais usualmente empregadas são a palavra e a frase. Quando se escolhe pela primeira, os autores advertem que as palavras devem ser reduzidas ao seu radical. Além disso, muitas vezes analisam-se as palavras em unidades conceituais mais amplas, como a frase ou o segmento frasal, a fim de compreender o contexto em que um termo é usado. Há ainda unidade de codificação: “holística”, quando o pesquisador considera o documento inteiro para classificação. Essa unidade é pouco utilizada na AC, pois o documento pode apresentar mais de um conteúdo trazendo dificuldades para a classificação correta da amostra. A codificação pode ser manual ou informatizada, porém não há forma perfeita. Enquanto a codificação manual apresenta vantagens no que toca ao rigor conceitual e à possibilidade identificar nuances que apenas os humanos podem captar, ela carece de confiabilidade, uma vez que duas pessoas obtêm resultados diversos ao realizar uma classificação. Já a codificação informatizada permite trabalhar com grandes quantidades de texto e confere confiabilidade à classificação, contudo os programas não leem os textos e não apreendem os contextos subjacentes. Assim como em Bardin (2011), os autores explicam que a classificação deve ser inclusiva e exclusiva: as categorias devem incluir todos os elementos que se identificam com ela e um elemento não pode pertencer a outra categoria. (ALONSO; VOLKENS; GÓMES, 2012). Em nossa pesquisa, parte da codificação será manual e parte informatizada, conforme veremos no próximo tópico mais adiante.

A terceira etapa proposta pelos autores é a aferição da confiabilidade e da validade. A confiabilidade pode ser assegurada por três medidas: a estabilidade, quando o pesquisador realiza a codificação em dois momentos distintos (modelo teste e reteste); a reprodutibilidade,

---

<sup>80</sup> No original: El muestro es el proceso mediante el cual el investigador limita el número de observaciones a analizar a un sub grupo de unidad que es representativo, estadística i conceptualmente, del conjunto de todas las unidades posibles, el grupo o universo de interés.

quando dois pesquisadores realizam a codificação e então a comparam (modelo teste e teste); e a exatidão, quando se submete a codificação a um determinado padrão. Já a validade da codificação pode ser de três tipos: a nominal, quando as conclusões obtidas fazem sentido; a social, quando o resultado da análise faz sentido para a sociedade; e a empírica, quando os achados de pesquisa confirmam as teorias e dialogam com outras pesquisas (ALONSO; VOLKENS; GÓMES, 2012).

Ainda que Bardin (2011) e Alonso, Volkens e Gómes (2012) utilizem nomenclaturas diferentes, percebe-se que o procedimento analítico é parecido. Inicialmente, realiza-se uma pré-análise do objeto de pesquisa, com vistas a apreender suas características gerais e extrair as primeiras regularidades e singularidades. Após, realizam-se os recortes, quando necessários, e se estabelecem as categorias de codificação. A classificação é a etapa subsequente, na qual se extraem as frequências das categorias para, então, realizar as etapas de mensuração, cruzamento de dados e inferências. A partir das inferências, relacionam-se os achados com a teoria trabalhada, chegando-se à conclusão da pesquisa.

A seguir, detalharemos melhor o desenho metodológico e as etapas de análise que realizaremos nesta pesquisa.

### 3.1 DESENHO METODOLÓGICO

#### 3.1.1 A construção do objeto de pesquisa

A pesquisa que se realiza nesta tese tem como objeto os pronunciamentos da presidenta Dilma Rousseff durante os pouco mais de cinco anos e quatro meses de governo, desde a posse em janeiro 2011 até seu afastamento em maio de 2016. Durante seu governo, verificam-se mais de um tipo de ato enunciativo: pronunciamentos, entrevistas, notas oficiais, artigos, mensagens ao Congresso, a coluna “Conversa com a Presidenta” e o programa “Café com a Presidenta”, além de galeria de fotos, áudios e vídeos. Para esta pesquisa, escolhemos analisar apenas os pronunciamentos, disponibilizados sob esta denominação no site da Presidência da República. Os atos enunciativos categorizados como pronunciamentos são manifestações orais da presidente em atos oficiais enquanto chefe de Estado e/ou Governo do Brasil, em eventos como, por exemplo, visitas diplomáticas, reuniões de Cúpula, cerimônia de assinatura de atos, leis e decretos, cerimônias de posse de ministros de Estado, reuniões com empresários, comerciantes e industriais, com representantes de Organizações Não-Governamentais, lideranças sociais, sindicais e militares entrega de residências do programa Minha Casa, Minha Vida, formatura

de alunos do Pronatec e do instituto Rio Branco, inauguração de obras como ferrovias, estaleiros, plataformas petroquímicas, escolas, creches, hospitais, entrega de comendas de mérito e prêmios, entre outros. A característica comum de todos esses eventos é que os pronunciamentos foram enunciados de forma oral, sendo posteriormente transcrito à forma textual para veiculação no site da Presidência da República – em alguns pronunciamentos havia, inclusive, o *link* para que o leitor pudesse assistir ao vídeo do evento ou até mesmo a sua veiculação logo abaixo do texto.

Optamos por excluir da pesquisa outros tipos de atos enunciativos por alguns motivos. No tocante às entrevistas, à coluna “Conversa com a Presidenta” e ao programa “Café com a Presidenta”, entendemo-los como pronunciamentos de caráter mais midiático que político, além do fato de que o espaço ou o tempo deles costuma ser pequeno ou curto, dificultando o desenvolvimento e o aprofundamento da argumentação (e analisar se o tempo ou o espaço traria tal limitação não é o objetivo desta pesquisa). Além disso, os veículos que publicam ou exibem as entrevistas têm o poder de efetuar edições e cortes, sem a necessidade de autorização da presidente. Diante do caráter midiático e do fato de que esta pesquisa não reunia condições de atestar que as entrevistas, as colunas e os programas foram veiculados tal qual produzidos, decidiu-se excluí-los da pesquisa. As notas oficiais e os artigos foram excluídos pelo fato de não serem pronunciados por Dilma Rousseff. Por fim, excluimos as mensagens enviadas ao Congresso pelo fato de serem destinadas a um público muito específico, o que não contemplaria os objetivos desta pesquisa.

Também foram excluídos as versões em espanhol, inglês e francês de pronunciamentos em português e os pronunciamentos proferidos por Michel Temer, vice-presidente, Marco Maia, presidente da Câmara de Deputados e José Sarney, presidente do Senado Federal, – os três em exercício da presidência na ocasião dos pronunciamentos – e um pronunciamento referente ao lançamento da Pedra Fundamental de Ampliação da Fibria Celulose S/A em Minas Gerais, que foi lido pela então Ministra da Agricultura Kátia Abreu. Além disso, em cinco eventos a presidenta realizou manifestações complementares à sua fala principal. As intervenções complementares com menos de dois de minutos foram reagrupadas às principais. Excluiu-se da pesquisa também o pronunciamento de abertura dos 5º Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro, em 16 de julho de 2011, por se tratar de uma enunciação protocolar e muito curta<sup>81</sup>, que não evidencia conteúdo argumentativo ou disputa política.

---

<sup>81</sup> O pronunciamento de abertura teve apenas 22 segundos de duração. Reproduzimo-lo: “Boa noite a todos. Bem-vindos ao Brasil. Declaro aberta a 5ª edição dos Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar. Desejo boa sorte a todos. Muito obrigada”.

Em razão do teor e da luta política materializada, incluímos dois pronunciamentos proferidos por Dilma em agosto de 2016, quando ela já estava afastada do cargo. O primeiro é o pronunciamento de defesa enunciado no Senado Federal antes do julgamento do *impeachment*, em 29 de agosto. O segundo é uma declaração à imprensa concedida minutos após a votação no Senado que terminou com a aprovação do seu *impeachment*, em 30 de agosto. Embora Dilma Rousseff estivesse afastada desde 12 de maio e sem participar de eventos oficiais da Presidência, entendemos que esses dois últimos pronunciamentos foram enunciados por ela sob o status de presidenta e, por isso, eram pertinentes à nossa pesquisa. Desse modo, o objeto de pesquisa é formado por 900 pronunciamentos enunciados por Dilma Rousseff entre sua posse em janeiro de 2011 e sua deposição em agosto de 2016.

Desse modo, nas duas primeiras etapas da AC, realizaremos uma abordagem quantitativa, visto que esta tese se trata de uma análise das manifestações enunciativas de Dilma Rousseff durante seu governo. Embora o alto número de pronunciamentos do nosso objeto de pesquisa possa parecer alto, nossa pesquisa não parte do princípio de que seja possível selecionar, *a priori*, um pequeno número que seja representativo do todo, por dois motivos: para extrair uma amostra ou realizar um recorte para a análise qualitativa é necessário primeiro explorar todo o material que compõe o objeto de pesquisa, o que, por sua vez, cumpre um dos requisitos da metodologia da Análise de Conteúdo, conforme já expusemos no tópico anterior.

### 3.1.2 A construção das variáveis analíticas para a pré-análise

Para a pré-análise desta pesquisa, na qual realizamos a leitura flutuante, estabelecemos sete variáveis para uma classificação inicial do objeto de pesquisa: Ano de Enunciação, Dimensão Temática, Temática Específica, Tipo de Audiência, Público e Local de Enunciação dos pronunciamentos, que explicaremos a seguir:

#### a) Ano de Enunciação

Esta variável nos possibilita testar nossa hipótese de pesquisa, a de que os pronunciamentos de Dilma Rousseff mudam ao longo dos cinco anos e quatro meses de mandato. As mudanças nos pronunciamentos de Dilma não só podem ocorrer em razão das construções do “eu”, “nós” e “eles”, como também em relação aos temas abordados, aos destinatários e local dos eventos nos quais ela discursa.

#### b) Dimensão Temática

Consideramos como Dimensão Temática os assuntos dos pronunciamentos, numa esfera ampla, como que grandes eixos de assuntos nos quais pode haver mais de um tema. Estabelecemos as categorias desta variável em função das preocupações básicas institucionais de um presidente. Aqui, a variável se estrutura como as ordens de discurso conceituadas por Fairclough (2001). Tanto para essa variável como para a próxima, tomamos por base o livro de códigos desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral<sup>82</sup> (CEL), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), do qual o autor da tese faz parte. Nesse livro de códigos<sup>83</sup>, foram realizadas algumas adaptações: primeiro, agrupamos os indicadores nas cinco dimensões que iremos descrever abaixo; em seguida, procedemos à exclusão de indicadores que não eram pertinentes e criamos novos. Assim, a variável “Temática Específica” se comporta como categoria da variável “Dimensão Temática”.

A dimensão “Estado” está relacionada com o papel institucional de chefe de Estado quanto às relações internacionais e diplomáticas do país – pronunciamentos proferidos em reuniões de cúpulas, jantares recebidos por ou ofertados a Chefes de Estado e Governo estrangeiros e em assembleias de Mercosul, Brics, ONU, Fórum Social Mundial e Fórum Econômico Mundial e sobre a realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, em 2016.

As dimensões “Administração”, “Economia”, “Infraestrutura” e “Social” vinculam-se ao papel de chefe de governo. A primeira se refere aos pronunciamentos proferidos diante de situações ou eventos de caráter administrativo: nomeação de ministros e secretários, apresentação de oficiais militares e assinatura de contratos de obras. Nesses pronunciamentos, Dilma Rousseff figura como gestora do país e chefe de equipe e o teor da enunciação cumpre a função de ressaltar as qualidades dos empossados ou a importância da assinatura do contrato de obras. Na dimensão “Economia”, os pronunciamentos são relativos a questões econômicas, como inflação, política econômica, participação da presidenta em reuniões, encontros de cúpulas e assembleias, posse de diretoria de federações e congregações de industriais e

---

<sup>82</sup> O Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral (CEL) é coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Panke e pelo Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi e certificado pela CAPES desde 2011. Entre os objetivos, o grupo visa analisar os processos de mediação comunicacional entre diferentes atores sociais (tanto individuais quanto coletivos) na relação com as elites e partidos políticos nos momentos eleitorais. Procura-se identificar a apropriação de instrumentos de comunicação na construção da identidade de candidatos e de partidos políticos, quantificando temáticas abordadas na divulgação com seus públicos. Mais informações sobre o grupo podem obtidas pelos sites: <<http://www.comunicacaoeleitoral.ufpr.br>> e <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5919657880700458>>.

<sup>83</sup> O livro de código está disponível no artigo: PANKE, Luciana; CERVI, Emerson. Análise da comunicação eleitoral: uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. *Contemporanea*, v. 09, n.03, set.-dez. 2011, p. 390-404.



empresários, e assuntos atrelados a indústria, agricultura, pecuária, empresas e empreendedorismo.

Na dimensão “Infraestrutura”, incluem-se os pronunciamentos sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a inauguração de obras rodoferroviárias, portuárias, aeroportuárias, metroviárias, que se apresentavam destoantes das demais categorias. Desse modo, esses subtemas foram reagrupados na nova dimensão. Por fim, a “Social” é composta por pronunciamentos relacionados às políticas sociais do governo bem como por aqueles proferidos em situações e eventos que, de alguma maneira, geram impactos na vida dos brasileiros. São eles: formaturas do Pronatec, entrega de casas do programa Minha Casa, Minha Vida, inauguração de postos de saúde, hospitais, *campus* universitário, entrega de máquinas para municípios e pronunciamentos à nação feitos no dia internacional da mulher, no dia do trabalho e no final do ano.

#### c) Temática Específica

A variável Temática Específica contém os temas dos pronunciamentos, funcionando como unidades menores da Dimensão Temática. Foram identificados os seguintes temas específicos: Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviço, Atos Oficiais, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informação, Cultura, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Urbano, Direitos Humanos, Economia, Educação, Efeméride, Esportes, Forças Armadas, Gestão Governamental, Habitação, Infância e Juventude, Infraestrutura, Investimentos, Matriz Energética, Meio Ambiente, Mobilidade Urbana e Transporte, Outros, Petroquímica, Política, Políticas Econômicas, Políticas para as Mulheres, Políticas Sociais, Recursos Hídricos e Saneamento, Relações Internacionais, Saúde, Segurança, Terceiro Setor e Trabalho e Emprego. O indicador “Outros” carece de explicação – durante a leitura flutuante, percebemos que alguns pronunciamentos abordavam temas muito específicos, mas passíveis de mais de uma classificação. Por exemplo, em 2012, Dilma proferiu pronunciamento na cerimônia de entrega da quarta edição do Prêmio Objetivos do Milênio – Brasil. Os Objetivos do Milênio foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas em 2000: oito metas para serem atingidas pela sociedade civil e pelos governos até 2015 em áreas como saúde, educação, segurança, meio ambiente e direitos humanos. Esse é um pronunciamento sobre a entrega de um prêmio, no qual se elogiam ações da sociedade civil, não é um pronunciamento cujo tema seja Saúde, Educação ou Esportes, por exemplo. Assim, o indicador “Outros” foi criada para a reunião desses tipos de pronunciamentos que, de alguma maneira, não puderam ser classificados nos outros indicadores da variável.

#### d) Tipo de Audiência e Público

As variáveis Tipo de Audiência e Público têm a ver com os receptores dos pronunciamentos. Para a elaboração dos indicadores da variável Tipo de Audiência, foi considerado o destinatário imediato, primário e óbvio dos pronunciamentos, presente no ato da enunciação e no local do evento. Nos eventos dos quais participa, a presidenta está sempre acompanhada de parte da equipe de governo e de jornalistas. Nos eventos realizados fora de Brasília, a presidenta costuma ser recebida pelos governadores, prefeitos e outros políticos locais. Ainda que a equipe de governo, os jornalistas e os demais políticos também sejam receptores dos pronunciamentos, somente os consideraremos audiência quando eles se configurarem como destinatários imediatos e primários dos pronunciamentos. Ao longo da leitura flutuante, estabelecemos as seguintes categorias:

- **Diplomática:** chefes de Estado e Governo, delegações estrangeiras, embaixadores e cônsules etc.;
- **Econômica:** indivíduos ou grupos dos segmentos que denotam a força produtiva do país, como empresários, agricultores, industriais, pecuaristas, representantes de órgãos de classe (FIEP, FIERGS) etc.;
- **Midiática:** jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos;
- **Militar:** oficiais militares das Forças Armadas, policiais civis, militares, federais e rodoviários;
- **Política:** atores políticos, ministros, deputados federais e estaduais, senadores, governadores, prefeitos, vereadores, secretários de estados e de municípios etc.;
- **Popular:** indivíduos e grupos da sociedade, como estudantes, trabalhadores, artistas, esportistas, minorias (mulheres, população LGBTs etc.), catadores de recicláveis e demais populares.

A variável Público, por sua vez, está relacionada à maneira pela qual a audiência participa dos eventos. Para esta categorização, estabelecemos três indicadores: fechado, aberto e semiaberto. O primeiro corresponde a um grupo de pessoas determinadas e apenas elas tinham permissão de participar do evento, como no caso das recepções a Chefes de Estado e de Governo. Esses eventos geralmente ocorreram nos espaços públicos da Presidência, de acesso restrito, como os Palácios do Planalto e da Alvorada, as salas de reuniões nos Ministérios,

gabinetes etc.; como também em espaços públicos de acesso restrito dos estados e municípios e de outros países. O público semiaberto é formado pelo grupo de pessoas em eventos de acesso controlado, não sendo restrito a pessoas específicas, porém não aberto a qualquer pessoa. Esses eventos geralmente ocorreram em universidades, escolas, federações de indústrias, centros empresariais, sindicatos. O critério de inclusão nesse indicador era a possibilidade de qualquer indivíduo do grupo ou local em questão de participar do evento. Por fim, o público aberto é composto por participantes em ambiente cujo controle de acesso é baixo ou não existe. Geralmente esses eventos são destinados à participação da população; porém preferiu-se nominá-los populares, uma vez que a palavra “população” pode remeter a uma parcela muito grande de indivíduos da sociedade brasileira – nesses eventos, obviamente, há a presença de uma parcela menor de indivíduos.

Estes indicadores não se aplicam para os pronunciamentos proferidos em cadeia nacional de rádio e televisão.

#### e) Local de Enunciação

Nesta variável, classificamos os pronunciamentos pelos estados brasileiros e países onde o pronunciamento foi proferido. Quanto ao primeiro, escolheu-se o ente federado em detrimento das cidades pelo fato de que a maioria delas recebeu apenas um evento oficial, o que nos levaria a obter um subconjunto extenso que poderia comprometer as inferências da última etapa da Análise de Conteúdo. Os pronunciamentos proferidos no exterior foram reagrupados conforme a divisão geográfica tradicional de continentes, com divisão da América em Latina e do Norte, em razão do papel de liderança regional que o Brasil exerce na América Latina. Esses indicadores permitem pensar a hipótese de que o número de pronunciamentos proferidos na América Latina é significativo. Também foram especificados os pronunciamentos proferidos nos espaços da Organização das Nações Unidas (ONU); a decisão de computá-los em apartado é devido ao fato de os eventos da ONU congregarem os países filiados de forma igual e seus espaços serem dotados de neutralidade.

Entendemos que o local de enunciação pouco se relaciona com nosso problema e nossa hipótese de pesquisa, uma vez que as figuras do “eu”, do “nós” e do “eles” ocorre mais por um processo de identificação (inter)peçoal que regional. Contudo, não podemos prescindir esta variável, pois tal pressuposto pode se mostrar inválido.

Esses indicadores nos permitem realizar uma pesquisa exploratória para compreender o objeto de pesquisa em seus aspectos gerais. Além disso, é possível cruzar a categoria Duração

com a Dimensão Temática, Temática Específica e Audiência para verificar como os pronunciamentos mudam ao longo dos cinco anos e cinco meses de mandato. O cruzamento apontará como os temas e assuntos se intensificam ou se amenizam nos três momentos chaves do governo de Dilma Rousseff e se os destinatários dos pronunciamentos mudam ao longo do tempo.

### 3.1.3 A análise informatizada

Para a codificação informatizada, utilizaremos o Iramuteq, uma interface gratuita e com fonte aberta, desenvolvido por Pierre Ratinaud, que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas indivíduos/palavras. Ele se ancora no *software* R<sup>84</sup> ([www.r-project.org](http://www.r-project.org)) e na linguagem Python. A principal vantagem da interface é a possibilidade de submeter uma grande quantidade de texto à análise informatizada, bem como filtrá-la conforme as variáveis estabelecidas. Outra vantagem é a exclusão de palavras de ligação entre termos oracionais, como preposições, conjunções, artigos definidos e indefinidos, chamadas de palavras suplementares. Ou seja, a análise textual feita pelo Iramuteq se concentra apenas nas palavras ativas do texto. Por fim, a interface permite o afastamento de influências e pré-conceitos do pesquisador, que podem impregnar o objeto de pesquisa.

O foco principal é a análise fatorial, que reagrupa segmentos do texto em *clusters*, conforme a unidade temática proposta pela própria interface. Isto é, os textos são decompostos em unidades menores, porém com o mesmo contexto e posteriormente reagrupados em classes, formadas por um conjunto de determinadas palavras que se relacionam entre si, o que permite ao pesquisador inferir o tema ou subtema de cada classe. Para realizar esse reagrupamento, o Iramuteq realiza o procedimento de lematização, que é a redução das palavras ao seu radical. Além disso, o programa oferece a tabela frequencial das palavras ativas dos textos analisados, com a classe gramatical delas e o grau de pertinência ao *cluster* em que se encontram. Ele também permite destacar determinada palavra e verificar em quais *clusters* ela aparece com maior pertinência como também com quais outras palavras ela se relaciona e o grau de interação entre elas.

Além da análise estatística simples, a qual fornece a frequência das palavras e das formas ativas e suplementares, o Iramuteq realiza a Análise Fatorial por Correspondência (AFC) e a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). A primeira permite ao pesquisador

---

<sup>84</sup> O R é uma linguagem de programação utilizada para cálculos estatísticos e análise de dados.

visualizar num plano cartesiano as unidades pesquisáveis conforme a proximidade ou a distância entre elas. O Iramuteq relaciona em uma tabela as palavras ativas e/ou suplementares identificadas na análise estatística com os 900 pronunciamentos, considerando cada um deles como uma variável, identifica o grau de significância pelo chi-quadrado de cada palavra em cada um dos 900 pronunciamentos e, posteriormente, as distribui no plano cartesiano levando em consideração a proximidade e similaridade entre elas. A AFC permite à CDH reagrupar palavras em conjuntos que representem unidades de contexto. A base de funcionamento da CDH é o método de análise léxica por contexto de conjuntos de segmentos de texto (ALCESTE na sigla em francês). Conforme explica Reinert (1990), a regularidade de uma ocorrência de um vocabulário específico indica a existência de certo “campo contextual”, um espaço semântico específico de representações coletivas entre os indivíduos de uma classe que revelam um contexto típico de um grupo. Essas unidades de contexto são entendidas, no caso do nosso objeto e da nossa pesquisa, como uma espécie de unidade temática e contextual dos pronunciamentos.

#### 3.1.4 A construção das categorias analíticas para a análise de conteúdo

Na etapa de exploração do material, na qual realizamos a análise de conteúdo propriamente dita, com vistas a responder o problema de pesquisa, atestar a hipótese delineada e atingir os objetivos propostos, cumprimos as etapas da terceira fase do modelo de Bardin (2011), com a codificação informatizada abordada por Alonso, Volkens e Gómes (2012). Em relação ao modelo bardiniano, as unidades de registro são formadas pelo conjunto de pronunciamentos, classificado nas variáveis da pré-análise, e as unidades de contexto são as construções das figuras do “eu”, do “nós” e do “eles/eles”.

A figura do “eu” é identificada pela posição de sujeito falante, ponto de vista das referências de tempo e lugar, correspondente à 1ª pessoa gramatical, a que fala. A figura do “nós”, pela posição de falante na qual um sujeito fala em nome de um grupo no qual ele se inclui, corresponde à primeira pessoa gramatical no plural. Por fim, a figura do “eles/eles” é marcada pela posição de objeto da fala de um falante, ou seja, a pessoa de quem se fala, e constitui-se em oposição ao “nós”. A figura corresponde, então, a um grupo no qual o sujeito falante não se inclui. Essa codificação será realizada manualmente e também informatizada.

Por meio dos achados da pré-análise e da exploração do material que realizaremos, procederemos às inferências e cruzamentos de dados, cumprindo assim todas as etapas da AC. A seguir, passamos à análise de conteúdo desta pesquisa.

## 4 ANÁLISE CLASSIFICATÓRIA E EXPLORATÓRIA DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os resultados obtidos a partir da primeira etapa da AC, denominada por Bardin (2011) de pré-análise. Vale lembrar que Alonso, Volkens e Gomes (2012) também propõem uma fase exploratória do objeto de pesquisa. Essa etapa da pesquisa atendeu aos cinco quesitos estabelecido por Bardin. A análise é exaustiva, pois exploração do material foi realizada em todos os pronunciamentos proferidos pela presidenta; é representativa, pois não houve extração de amostra; é homogênea, pois os documentos pertencem ao mesmo conjunto; e é pertinente, porque se adapta aos objetivos da pesquisa. O quesito da exclusividade também foi atendido, porém é necessário fazer uma ressalva: percebeu-se que três pronunciamentos poderiam classificados em mais de uma temática específica, pois se dividiam claramente dois temas<sup>85</sup>. Para cumprir as exigências da exaustividade, decidiu-se classificá-los pela primeira temática específica abordada na parte inicial dos pronunciamentos.

### 4.1 A LEITURA FLUTUANTE DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

Na primeira etapa da nossa análise, foi realizada a leitura flutuante dos 900 pronunciamentos de Dilma Rousseff, procedimento pelo qual estabelecemos os primeiros contatos com o objeto de pesquisa a fim de extrair suas impressões mais gerais. É necessário destacar que Bardin (2011) não propõe regras para este procedimento, apenas explica que a leitura flutuante deve ser atenciosa e livre de quaisquer motivações. De modo geral, foi possível identificar três estilos enunciativos no nosso objeto de pesquisa: o argumentativo, o dialógico e o didático. O primeiro está presente nos pronunciamentos em que Dilma fala sobre algo, discorrendo sobre o tema que enseja o evento no qual ela participa e expondo os planos, programas, feitos e ações do governo. Esses pronunciamentos costumam ser mais longos, permitindo à gestora aprofundar questões mais complexas, principalmente no tocante a economia e políticas sociais.

---

<sup>85</sup> São eles: Discurso durante cerimônia de sanção do projeto de Lei que garante o acesso a informações públicas e do projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade (11 nov. 2011), cujas temáticas específicas eram Gestão Governamental e Direitos Humanos; Discurso durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida e inauguração de escola de Educação Infantil do Proinfância (11 mai. 2012), cujas temáticas específicas eram Habitação e Educação; Discurso durante cerimônia de entrega de 300 unidades habitacionais do Condomínio Residencial Iguape e de 84 ambulâncias para o SAMU 192 do município de São Paulo, cujas temáticas eram Habitação e Saúde (25 jan. 2013).

O segundo estilo identificado é o dialógico, que aparece nas declarações à imprensa e nos pronunciamentos em rede nacional de rádio e televisão. Devido ao tempo – geralmente esses pronunciamentos têm menos de 12 minutos de duração –, são pronunciamentos objetivos. O tom dialógico é marcado pela referência ao interlocutor, ainda que indeterminado, o que também ocorre nos eventos de maior apelo popular. Em eventos como almoço ou jantar com Chefes de Estado e Governo e posse de ministros, Dilma utiliza construções que exprimem proximidade e afetividade, como “meu querido amigo”, “minha grande amiga”, “espero que o senhor se sinta em casa aqui no Brasil”. Em outros eventos, tais quais entrega de máquinas a prefeituras e cerimônia de posse de ministros, as marcas de diálogo estão presentes em frases como “quero agradecer essa parceria que tivemos com o governador Cabral e o prefeito Eduardo Paes” e “reitero meus cumprimentos a cada um dos novos oficiais-generais e às suas famílias e desejo sucesso nas novas e importantes responsabilidades que assumem a partir de agora”. Tanto nos pronunciamentos dialógicos quanto nos coloquiais aparecem com mais força palavras que exprimem sentimentos, como: “eu quero dizer para vocês que eu estou muito orgulhosa de estar aqui”, “me alegra muito voltar a esta cidade”.

O terceiro estilo discursivo é o didático, que se manifesta principalmente nos pronunciamentos com mais de 20 minutos de duração e nos proferidos em eventos mais populares, quando Dilma tem a possibilidade de explicar suas decisões e os programas econômicos e sociais do seu governo. A estratégia, contudo, está mais relacionada à exposição das políticas sociais do governo que na tradução de temas mais complexos para linguagem simples. Esse estilo também é marcado pela repetição do mesmo argumento em vários pronunciamentos, pois, embora o público seja o mesmo – estudantes, populares, trabalhadores etc. –, ele é formado por indivíduos diferentes.

Nas formaturas do Pronatec, Dilma repete duas histórias: a de que o ex-presidente Lula teve dois diplomas na vida, o que recebeu após o curso técnico de torneiro mecânico e o de presidente, e o pedido de um formando para que o Pronatec fosse um programa permanente, de Estado e não apenas do governo de Dilma. Nas entregas de moradias do Minha Casa, Minha Vida – quarta temática específica mais trabalhada; entraremos em detalhes mais adiante –, Dilma conta como surgiu a ideia do programa, a preocupação com as pessoas mais pobres que comprometiam parte da renda com aluguel, a recusa de Lula em fazer menos de 1 milhão de casas na primeira fase do programa, o número de casas que serão construídas na segunda e terceira fase do programa<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Lá em 2009, na época do governo do presidente Lula, resolvemos que a gente ia fazer um programa para as pessoas terem seu lar, o Minha Casa, Minha Vida. [...] nós começamos o programa com 1 milhão de casas. Ah,

Os três estilos acompanham o grau de formalidade do evento em que a presidenta participa. Nos eventos com alto grau de formalidade, como por exemplo, as cerimônias de posse no Congresso Nacional, as aberturas das reuniões da Assembleia Geral da ONU, as reuniões de cúpula e as visitas de Estado, o pronunciamento é, geralmente, lido, o que o faz ser menos truncado, mais objetivo e até mesmo, mais eufônico. Mesmos em pronunciamentos longos nessas ocasiões, percebe-se construção frasal, sintática e semântica mais clara e coesa, sem digressões e sem o uso do que poderíamos chamar de retórica vazia. Até mesmo expressões que denotam afetividade refletem formalidade e respeito: “Amiga e companheira Cristina [Kirchner], quando fui eleita, você declarou que me aguardava com muito carinho. Desejo aqui lhe retribuir essa expressão de amizade que eu não esqueci”. Nos eventos de formalidade média, como palestras, reunião com empresários, assinatura de contratos, decretos e leis, os pronunciamentos ainda têm forte objetividade, mas começam a apresentar construção frasal mais longa, algumas digressões e breves explicações de improviso.

Já em ocasiões de baixa formalidade, como formaturas do Pronatec, entrega de máquinas a municípios, entrega de moradias do Minha Casa, Minha Vida, cerimônia de premiações etc., notam-se pronunciamentos mais improvisados e mais truncados, construídos por estruturas frasais longas e orações sem significado substancial ao assunto que eles abordam, ou seja, retórica vazia. Expressões como “sem sombra de dúvida”, “sem dúvida alguma”, “eu queria dizer para vocês que”, são utilizadas mais de 800 vezes cada. Vale lembrar que a oralidade permite ao enunciador o uso de linguagem mais simples, o que poderia conferir maior clareza àquilo que fala. Durante a leitura flutuante ficou evidente que essa característica da oralidade não é bem explorada por Dilma, ainda que a presidenta busque argumentar de forma menos complexa. O que se percebe é uma intenção de simplificação que se realiza por meio de estrutura argumentativa repetitiva e truncada, que torna a compreensão do que está sendo dito mais difícil. Vejamos um exemplo: “temos de respeitar os direitos humanos. Esse processo é um valor. É um valor, por quê? É um valor, porque o nosso povo é um povo que tem espaço de manifestação, a nossa imprensa tem liberdade e nós estamos acostumados com a diferença”. O

---

mas disseram que era impossível, que nós não íamos fazer porque 1 milhão de casas não tinha sido feito e que não ia dar para fazer. Mas nós teimamos e insistimos que tínhamos de fazer, e aí começamos. As primeiras casas, elas foram contratadas ao longo de 2010 e construídas na sequência, 2011, 2012, até agora. Mas aí a gente aprendeu como é que dava para fazer esse programa e resolvemos fazer mais 2,750 milhões de casas. Bom, então começamos com 1 milhão, mais 2,750 milhões, e agora, até o final deste ano, nós chegamos aos 3,750 milhões de casas. Mas o que é importante é como é que nós resolvemos o principal problema. Qual era o principal problema? Como que uma pessoa que ganha até 1,6 mil reais pode pagar por uma casa [...] se a casa sai R\$ 63 mil? Não dá, não fecha a equação, não dá para pagar. Aí é que veio, eu vou dizer para vocês, a grande solução, que é a seguinte: para essa faixa de renda, o governo coloca uma coisa que se chama subsídio. O governo tira do dinheiro arrecadado dos impostos a diferença para que as pessoas possam pagar essa casa e viver também. Nós pagamos entre 90% a 95% da casa. Até o salário de 1,6 mil reais.



processo a que Dilma se refere é o de construção da democracia brasileira, daí porque o considera um valor. A frase pode ser dividida em duas partes: a primeira – do início até “um povo” –, truncada, com repetições e pergunta retórica; a segunda – de “que tem espaço” até o final –, mais clara e objetiva, em que estão as palavras que conferem significado à sentença.

À medida que a informalidade do evento aumenta, intensificam-se também certas marcas da oralidade, digressões, atos falhos e construções de sentido estranho ou bizarro, como a vez em que Dilma afirmou que, por trás de toda criança, havia sempre uma figura oculta que era um cachorro<sup>87</sup>. Nos pronunciamentos coloquiais, marcados pela improvisação da fala no ato enunciativo, nota-se que, muitas vezes, a presidente começa uma frase seguindo uma linha de raciocínio e a muda no meio da enunciação, fazendo com que haja uma visível ruptura de pensamento, o que, por sua vez, provoca a quebra sintática da sentença. Isso acontece quando Dilma decide trocar uma palavra por outra mais adequada àquilo que deseja expressar no meio da enunciação de uma frase.

Os atos falhos insinuam gravidade maior. Em 2011, a presidente errou o lema de seu governo mais de 10 vezes, trocando o nome de “Brasil: País Rico é País sem Pobreza” para “Brasil: País Rico é País sem Miséria”, inclusive no evento de lançamento da marca, e confundindo os programas sociais que seriam implantados a fim de atingir os objetivos sintetizados no lema. O nome do programa “Ciência sem Fronteiras” foi trocado mais de 12 vezes por “Brasil sem Fronteiras” ao longo do ano de 2011, sendo que no mesmo ano o programa foi abordado em apenas 20 pronunciamentos. A gravidade reside no fato de que atos falhos como esse alimentam o senso comum da inabilidade oratória de Dilma Rousseff, afinal, presume-se que um presidente tenha domínio daquilo que fala, principalmente dos programas, planos e políticas de seu governo.

Outra marca da oralidade presente nos pronunciamentos de Dilma é a repetição de palavras e expressões com finalidades estéticas ou para reforçar uma ideia ou posicionamento. Por exemplo, no trecho a seguir: “eu nunca prometo o que eu não faço, não tem jeito, eu não prometo mesmo. Então eu vou prometer aqui uma coisa, vou prometer para vocês uma coisa”. Ainda que a oralidade apresente estrutura frasal diferente da linguagem escrita e formal, elementos de retórica vazia, digressões, atos falhos, truncagem etc. alimentaram a inabilidade oratória de Dilma Rousseff no senso comum.

---

<sup>87</sup> A título de exemplo, trazemos a fala completa, dita em 12 de outubro de 2013, na cerimônia de anúncio de investimentos do PAC Mobilidade Urbana e entrega de máquinas em Porto Alegre. Essa construção faz parte dos cumprimentos iniciais e foi excluída da próxima etapa da pesquisa. “Se hoje é o Dia das Crianças, ontem eu disse que criança... o dia da criança é dia da mãe, do pai e das professoras, mas também é o dia dos animais. Sempre que você olha uma criança, há sempre uma figura oculta, que é um cachorro atrás, o que é algo muito importante”.

A leitura flutuante permitiu notar que essas construções se repetem com mais intensidade no segundo semestre de 2013 e no primeiro semestre de 2014. É nesse período que as primeiras turmas de alunos do Pronatec se formaram<sup>88</sup> e que as casas da segunda fase do Minha Casa, Minha Vida estão prontas. As cerimônias de formatura e de entrega de moradia ocorreram em diversas localidades no Brasil, ou seja, os ouvintes desses pronunciamentos são diferentes e apenas os indivíduos que acompanharam a presidenta em todos esses eventos poderiam notar a repetição dessas histórias. Nos pronunciamentos compreendidos nesse período é possível identificar uma espécie de prestação de contas à sociedade na qual Dilma relata os principais feitos do seu governo para a melhoria da vida das pessoas. Em praticamente todos os pronunciamentos da dimensão Social deste período, independentemente da temática específica, a presidenta aborda o programa Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida, o Pronatec, o ProUni. Inferimos que essa prestação de contas tem objetivos eleitorais, pois que esses pronunciamentos ocorrem em meses próximos à eleição presidencial de 2014 (voltaremos a essa inferência mais adiante, quando analisaremos os dados que permitirão confirmar ou refutar essa ideia com mais segurança). A repetição de informações em mais de um evento também ocorre quando Dilma Rousseff começa a denunciar o golpe do *impeachment* que estava sendo articulado. A partir de agosto de 2015, a maioria dos seus pronunciamentos contém uma parte em que a presidenta explica o que são as pedaladas fiscais, porque elas não se configuram crime de responsabilidade, e expõe o que acredita ser as verdadeiras motivações por detrás da tentativa de depô-la do governo.

Conforme já expusemos nos capítulos anteriores, esta pesquisa visa identificar se há mudanças nas estratégias comunicativas e discursivas de Dilma Rousseff ao longo dos dois mandatos e como ela engendra sua imagem política, articulando as figuras do “eu”, “nós” e “ele/eles” em três fases do seu governo: após a primeira eleição, da metade do segundo mandato à reeleição subsequente e diante da articulação do *impeachment*. Os parágrafos que escrevemos acima têm como objetivo situar o leitor perante o objeto de pesquisa. A ideia foi escrever algo como uma descrição flutuante, uma resposta a uma indagação simples, mas necessária: após a leitura livre e flutuante de 900 pronunciamentos, o que se pode dizer deles? A resposta foi apresentada acima. Por isso, nestas breves palavras não trouxemos dados nem estatísticas, o que faremos a seguir. Entendemos ser relevante e pertinente incluir esse panorama, ainda que muito generalista, pois a análise informatizada não daria conta de evidenciar as características que descrevemos acima, assim como não diferencia pronunciamentos formais de informais,

---

<sup>88</sup> O programa iniciou em 2011 e os cursos técnicos têm duração de dois a três anos.

objetivos de truncados. A partir daqui, concentraremos nossa análise na abordagem que adotamos para esta tese e as informações que traremos na sequência deixarão o plano da descrição genérica para a análise segundo os preceitos metodológicos da AC.

## 4.2 ANÁLISE CLASSIFICATÓRIA DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

Nesse tópico, traremos os dados relativos à classificação do objeto de pesquisa conforme as variáveis elaboradas após a leitura flutuante, que explicamos no capítulo anterior.

### 4.2.1 Ano de Enunciação

Embora os dados encontrados para esta variável sejam mais simples, o Ano de enunciação possibilita compreender como outras variáveis oscilam ao longo do tempo. Vale lembrar que Dilma Rousseff governou por 5 anos, 4 meses e 12 dias, por isso consideramos pertinente para algumas variáveis a análise semestral. No Quadro 1, abaixo, trazemos o número de pronunciamentos proferidos por semestre.

Ainda que haja diferença significativa no número de pronunciamentos entre alguns semestres, entendemos que esse dado oscila de forma normal. No primeiro ano de governo, o valor encontrado para o segundo semestre é quase o dobro do primeiro. A explicação pode ser o fato de, no primeiro semestre de 2011, Dilma concentrar atenção na organização da equipe de governo e na transição entre a gestão anterior e a sua, deixando para participar mais de eventos oficiais do governo no segundo semestre.

TABELA 1 – NÚMERO DE PRONUNCIAMENTOS POR ANO E SEMESTRE<sup>89</sup>

ANO	SEMESTRE	N. DE PRONUN.	PORCENTAGEM	TOTAL (POR ANO)	PORCENTAGEM
2011	1º	61	6,8	181	20,1
	2º	120	13,3		
2012	1º	79	8,8	155	17,2
	2º	76	8,4		
2013	1º	84	9,3	186	20,7
	2º	102	11,3		
2014	1º	95	10,6	144	16,0
	2º	49	5,4		
2015	1º	73	8,2	170	18,9
	2º	97	10,8		
2016	1º	64	7,1	64	7,1

FONTE: O autor (2018).

<sup>89</sup> Dados até 12 de maio de 2016, porém incluídos os dois pronunciamentos de agosto de 2016.

Já o alto valor para o segundo semestre de 2013 pode ser explicado pela eleição de 2014, na qual Dilma Rousseff disputou a reeleição. O artigo 74 da Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece algumas proibições aos agentes públicos, servidores ou não, que possam afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos e que também se aplicam àqueles que disputam reeleição. Dentre as vedações, estão a cessão de bens, imóveis e funcionários para partidos e coligações; o uso promocional eleitoral da distribuição de bens e serviços de caráter social; a nomeação ou exoneração de servidores públicos; a transferência voluntária de recursos; a autorização de publicidade institucional de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; o pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito; a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, entre outros<sup>90</sup> (BRASIL, 2017). As proibições justificam o baixo número de pronunciamentos no segundo semestre de 2014<sup>91</sup> e o auto índice para 2013-2<sup>92</sup> e 2014-1. Se compararmos o número de pronunciamentos do primeiro com o segundo semestre de 2014, uma diferença de quase o dobro entre um e outro, podemos inferir antecipação dos eventos para a primeira metade de 2014.

#### 4.2.2 Dimensão Temática

A variável Dimensão Temática foi estabelecida para compreendermos os grandes eixos temáticos abordados por Dilma Rousseff. As categorias englobam quatro principais áreas de atuação do governo federal e a função de chefe de Estado. A Tabela 2, abaixo, traz a classificação dos pronunciamentos nesta variável:

TABELA 2 – DIMENSÃO TEMÁTICA DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

<b>DIMENSÃO TEMÁTICA</b>	<b>Nº. DE PRONUNCIAMENTOS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Social	345	38,3
Estado	245	27,2
Infraestrutura	121	13,5
Economia	105	11,7
Administração	84	9,3
<b>Total</b>	<b>900</b>	<b>100</b>

FONTE: O autor (2018).

<sup>90</sup> A lei completada pode ser consultada em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504compilado.htm)>.

<sup>91</sup> A campanha eleitoral teve início em 6 de julho de 2014, três meses antes da votação para o primeiro turno, conforme determina a Lei nº 9.504/97, que estabelece as normas para as eleições, e terminou em 2 de outubro de 2014. A propaganda no rádio e TV compreendeu o período de 19 de agosto a 2 de outubro.

<sup>92</sup> De modo a melhorar a fluidez da leitura do texto e a eliminar as redundâncias, usaremos também os números 1 e 2 após o ano para fazer referência ao primeiro e ao segundo semestre, respectivamente. Assim, o termo “2011-1” se referirá ao primeiro semestre de 2011, por exemplo.

A dimensão Social é aquela que apresenta o maior número relativo e percentual de pronunciamentos. O dado encontrado confirma, em partes, a noção do senso comum de que o governo PT é um governo orientado às questões sociais. Obviamente precisaríamos dos dados do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para validar cientificamente tal informação. Porém, os valores encontrados nos permitem afirmar a importância dessas questões no governo de Dilma. Vale ressaltar também que essa categoria é a mais abrangente, agrupando pronunciamentos sobre saúde, educação, cultura, direitos humanos, políticas sociais, segurança, esportes, habitação etc.

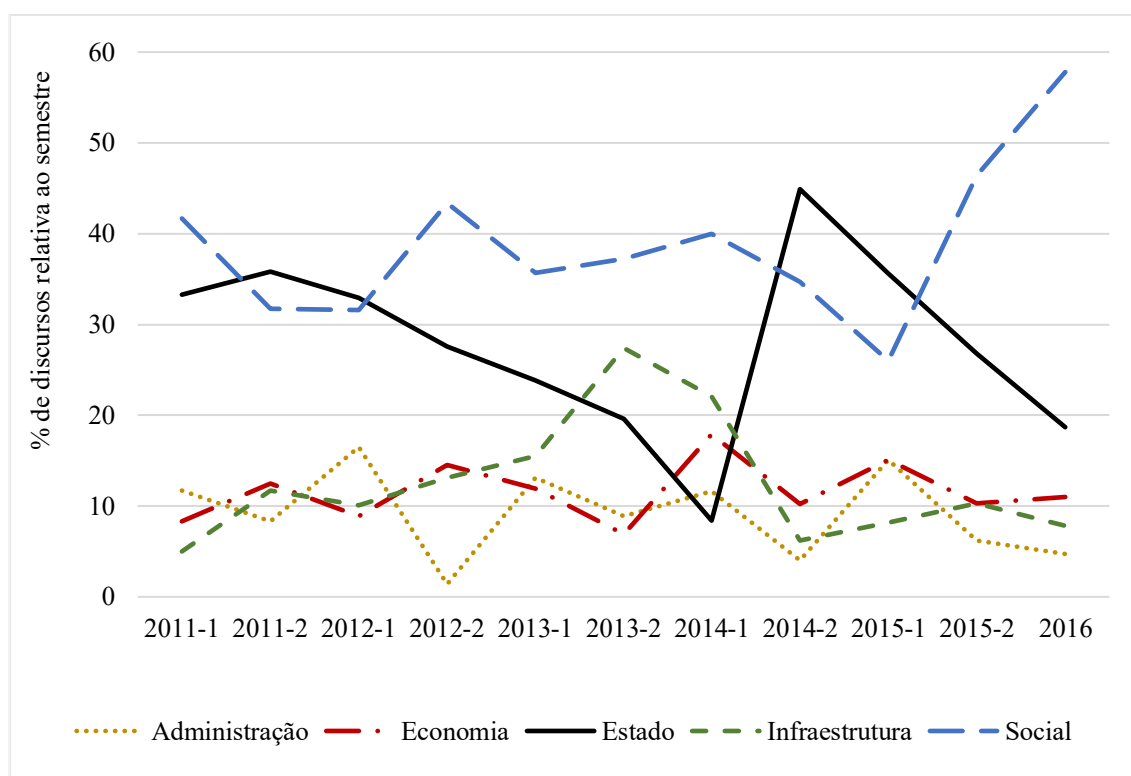
Destaca-se o número de pronunciamentos da dimensão Estado, que se pressupunha ser pequeno. Tal achado pode indicar que o governo de Dilma considera importantes as relações internacionais e estratégico marcar a presença do Brasil no cenário internacional, bem como referenda seu papel institucional como chefe de Estado. Na maioria das visitas e recepções de Estado ocorrem dois tipos de pronunciamentos, um realizado nos almoços ou jantares e outro direcionado à imprensa. Esses pronunciamentos são diferentes em conteúdo, bem como se dirigem a audiências diferentes, contudo ainda se encaixam na mesma Dimensão. O terceiro tipo de evento mais recorrente incluído nesta categoria são as reuniões de Cúpula (Mercosul, Brics etc.); assim, temos situações em que sucessivamente ocorrem a reunião de cúpula, o almoço ou jantar com Chefes de Estado e Governo e a declaração à imprensa, o que justifica o alto valor encontrado.

Acreditávamos que os temas relacionados à Economia seriam mais abordados que os classificados na categoria Infraestrutura, intensificando quando o governo passou a admitir que o país enfrentava crise econômica. Contudo, não foi o que encontramos. Algumas explicações são possíveis. O primeiro mandato do governo Dilma herdou parte dos programas do governo anterior, dentre eles o PAC, cujos resultados apareceram no final do segundo mandato de Lula e nos primeiros anos do mandato da presidente. Esse programa foi mantido e ampliado no governo de Dilma, com variantes como o PAC Cidades Históricas, PAC Copa do Mundo, PAC Mobilidade Urbana e o PAC Entidades Rurais. Além disso, em 2014 o Brasil sediou a Copa do Mundo de Futebol e, em 2016, os Jogos Olímpicos, o que demandou obras de infraestrutura, principalmente nos grandes centros urbanos (parte dos investimentos em estrutura viária e logística do Rio de Janeiro foram realizados para os dois eventos, portanto, tendo sido entregues ainda no primeiro mandato de Dilma). Quanto à dimensão Administração, o resultado encontrado está dentro do esperado.

O Gráfico 1, a seguir, traz a evolução das dimensões considerando o percentual de pronunciamentos em cada semestre, ou seja, a soma das parciais em cada período totaliza 100%.

Isso nos permite compreender o peso de cada dimensão, enquanto o número absoluto nos oferecerá apenas a quantidade. Desse modo, podemos inferir com mais rigor a importância de cada uma das dimensões nos períodos que estabelecemos para a análise. Destaca-se a dimensão Estado em 2011-1, que supera até mesmo aqueles da Social, dimensão com o maior número total de pronunciamentos. Aqui, podemos inferir a tentativa de Dilma Rousseff para se firmar como chefe de Estado perante a comunidade internacional, além de poder ser também uma estratégia para consolidar o papel de liderança do Brasil, como afirmamos acima.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS DIMENSÕES TEMÁTICAS POR SEMESTRE



FONTE: O autor (2018).

A evolução semestral da dimensão Infraestrutura nos oferece outros dados relevantes. Em 2011-2, os pronunciamentos relativos a essa dimensão mais que quadruplicam; nesse semestre ocorrem os lançamentos de novas edições do PAC e assinatura de contrato para execução de obras de infraestrutura. No segundo semestre de 2013, ocorre novo aumento de pronunciamentos nessa dimensão temática, com valores que se mantêm altos no semestre seguinte. Esse dado nos permite corroborar a inferência que fizemos acima, de que nesse período ocorre a entrega das obras de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo de 2014.

As informações contidas no Gráfico 1 também confirmam a inferência que fizemos a respeito do número de pronunciamentos no segundo semestre de 2014. Com exceção da dimensão Estado, todas as demais decrescem nesse período, quando a lei eleitoral impõe limitações ao governante candidato à reeleição. Vale lembrar que os valores encontrados para essas dimensões não zeram, pois o período eleitoral não compreende todo o semestre – cessando, neste caso em específico, em 26 de outubro. Nota-se que o número de pronunciamentos aumenta em todas as dimensões no primeiro semestre de 2013 ou no primeiro de 2014, com a exceção da dimensão Estado, que tem o menor número de pronunciamentos em 2014-2. Esta dimensão também apresentou comportamento atípico em 2011-2, quando o número de pronunciamentos quase dobra em relação ao semestre anterior e aos posteriores. Chama a atenção também o baixo número de pronunciamentos da dimensão social em 2015-1. A inferência que se faz é a de que nesse semestre, Dilma concentra os pronunciamentos em outras dimensões, o que pode ser visto no gráfico, em razão da reforma ministerial no início do segundo mandato e do reconhecimento do agravamento da crise econômica.

#### 4.2.3 Temática Específica

Se a Dimensão Temática nos permite compreender os assuntos abordados por Dilma num plano geral, esta variável visa entendê-los em um nível mais específico. O objetivo principal dela é eliminar quaisquer distorções que possam haver nas categorias da Dimensão Temática. Por exemplo, acima exploramos o alto valor encontrado para a categoria Infraestrutura no segundo semestre de 2011, o que poderia nos levar a acreditar que se tratavam de pronunciamentos realizados em eventos de inauguração ou entrega de obras, quando, de fato, são pronunciamentos para o anúncio de investimentos, programas e obras. O mesmo pode acontecer com a dimensão Estado, na qual nem todos os pronunciamentos são relativos às questões diplomáticas. Abaixo, trazemos a Tabela 3 com o índice encontrado para cada categoria desta variável e, em seguida, procedemos à explicação dos dados e das características dos pronunciamentos que as compõem (as categorias com menos de 3% foram agrupadas).

A Temática Específica mais abordada por Dilma Rousseff tange a questões relativas à diplomacia. Incluímos nessa categoria os pronunciamentos proferidos em recepções de Estado, reuniões de cúpula e declarações à imprensa realizadas em conjunto com outros chefes de Estado e Governo. O alto índice encontrado se justifica pelo fato de haver dois pronunciamentos em uma mesma visita de Estado – um durante a recepção e outro à imprensa. Não foram incluídos pronunciamentos cujo tema estava mais relacionado a questões como Meio Ambiente,

Direitos Humanos ou Economia ou Forças Armadas. A temática Relações Internacionais apresenta mais que o dobro de pronunciamentos da segunda, o que nos permite inferir a estratégia de colocar o Brasil em papel protagonista no cenário internacional.

TABELA 3 – DIMENSÃO TEMÁTICA DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

TEMÁTICA ESPECÍFICA	Nº. DE PRONUN.	PORCENTAGEM
Relações Internacionais	165	19,1
Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviço	73	8,5
Mobilidade Urbana e Transporte	71	8,0
Educação	62	6,8
Habitação	59	6,7
Atos Oficiais	46	4,7
Políticas Econômicas	44	4,3
Esporte	33	3,9
Políticas Sociais	31	3,7
Saúde	30	3,5
Política	28	3,3
Demais categorias	258	28,5
<b>Total</b>	<b>900</b>	<b>100</b>

FONTE: O autor (2018).

A segunda categoria com mais pronunciamentos é a Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, que engloba os pronunciamentos relacionados à força produtiva brasileira: programas e planos agropecuários, políticas agrícolas e econômicas, inaugurações de unidades e complexos fabris e reuniões com empresários. Quanto ao valor encontrado, entendemos estar dentro do esperado. O mesmo ocorre com as categorias Mobilidade Urbana e Transporte, Educação e Habitação. Contudo, é necessário fazer uma ressalva: enquanto as demais categorias da Tabela 3 agrupam pronunciamentos relativos a mais de um subtema – Educação, por exemplo, poderia ser dividida entre creche, ensino básico e superior –, todos da Habitação são sobre o programa Minha Casa, Minha Vida, abordando o lançamento de novas fases do programa, entrega de moradias e assinatura de contrato para novas construções etc.

Algumas categorias necessitam de explicação. Agrupamos em Investimentos os pronunciamentos em que Dilma anunciou, no mesmo evento, a liberação a Estados e municípios de recursos ou equipamentos para obras ou custeio em diversas áreas, como construção de creche, ampliação da rede de distribuição de água e de esgoto e entrega de máquinas. É como se cada um desses pronunciamentos contemplasse três ou mais temáticas específicas, o que dificultou o trabalho de classificação e nos levou a criar uma categoria específica para esses pronunciamentos. Ela difere da categoria Outros, que agrupa pronunciamentos de condolências



e de agradecimento pelo recebimento de honrarias, por exemplo. Atos Oficiais é uma categoria que difere de Gestão Governamental, pois percebemos que os pronunciamentos desta última foram realizados em eventos de caráter mais gerencial, enquanto os pronunciamentos daquela ocorreram em eventos para o cumprimento de formalidade administrativa, como as assinaturas de leis e de posse em cargo de ministro e secretários. Decidimos não incluir os pronunciamentos relativos à Petroquímica na categoria Matriz Energética, pois, por meio da leitura flutuante, percebemos que a presidenta confere destaque à questão em seus pronunciamentos, sobretudo nos primeiros três anos do seu governo, quando o Brasil começa a extrair petróleo da camada de pré-sal.

Analisando os dados da Tabela 3, entendemos que os resultados estão dentro do esperado à exceção da categoria Política para as Mulheres, que não chegou a 3%. Dilma Rousseff foi a primeira mulher a ser eleita presidenta da República no Brasil. Sua eleição coincide com um período social de luta pelo empoderamento feminino e de intensificação das questões feministas no debate público. Na pesquisa de mestrado<sup>93</sup>, o autor desta tese identificou a construção do discurso eleitoral de Dilma Rousseff baseado nas imagens de mãe, guerreira e gestora. Acreditava-se que tais questões seriam mais presentes no governo Dilma, resultando número de pronunciamentos maior sobre o tema.

É preciso pontuar que a Temática Específica é uma variável autônoma à Dimensão Temática. Isto é, embora seja possível atrelar a temática Relações Internacionais à dimensão Estado, por exemplo, outras temáticas tiveram pronunciamentos classificados em dimensões diferentes. Contudo, entendemos ser pertinente agregar as informações das Tabelas 2 e 3, uma vez que as Temáticas Específicas se distribuem em relação à Dimensão Temática. Nas próximas cinco tabelas, trazemos os dados desse agrupamento. Para facilitar a leitura e a compreensão das informações, decidimos por elaborar tabelas independentes de cada categoria da Dimensão Temática em vez de agrupar tudo em uma única. Elas serão apresentadas em ordem decrescente de categorias em relação ao percentual encontrado para aquela variável (as categorias com menos de 3% foram agrupadas).

---

<sup>93</sup> Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27424>>.

TABELA 4 – TEMÁTICA ESPECÍFICA EM FUNÇÃO DA DIMENSÃO TEMÁTICA SOCIAL

<b>DIMENSÃO (%)</b>	<b>TEMÁTICA ESPECÍFICA</b>	<b>N. DE PRONUN.</b>	<b>PORCENTAGEM NA DIMENSÃO</b>
Social (38,3%)	Educação	60	17,4
	Habitação	59	17,1
	Políticas Sociais	30	8,7
	Saúde	29	8,4
	Esportes	25	7,2
	Efeméride	18	5,2
	Política	17	4,9
	Direitos Humanos	16	4,7
	Cultura	15	4,4
	Outros	14	4,2
	Ciência e Tecnologia	13	3,8
	Políticas para as Mulheres	13	3,8
	Demais categorias	36	10,2
	<b>TOTAL</b>	<b>345</b>	<b>100</b>

FONTE: O autor (2018).

A dimensão Social nos possibilitou agrupar mais temáticas específicas, o que nos leva a inferir que os pronunciamentos orientados às questões sociais se distribuem mais diluidamente. Isto é, não há uma temática específica que se sobressai perante as outras quando observamos apenas os pronunciamentos da Dimensão Social, evidenciando que as temáticas relacionadas a esta dimensão são mais equilibradas.

Já a Tabela 5, abaixo, mostra comportamento diferente. Na dimensão Estado, há o predomínio da temática Relações Internacionais, cujo número de pronunciamentos é quase 7 vezes maior que o da segunda maior temática, Políticas Econômicas. Chama atenção também o fato de termos identificado pronunciamentos sobre Matriz Energética, Segurança, Ciência e Tecnologia e Saúde na dimensão Estado.

TABELA 5 – TEMÁTICA ESPECÍFICA EM FUNÇÃO DA DIMENSÃO TEMÁTICA ESTADO

<b>DIMENSÃO (%)</b>	<b>TEMÁTICA ESPECÍFICA</b>	<b>N. DE PRONUN.</b>	<b>PORCENTAGEM NA DIMENSÃO</b>
Estado (27,2%)	Relações Internacionais	165	67,3
	Políticas Econômicas	24	9,8
	Forças Armadas	15	6,1
	Meio Ambiente	9	3,7
	Esporte	8	3,2
	Demais categorias	24	9,9
	<b>TOTAL</b>	<b>245</b>	<b>100</b>

FONTE: O autor (2018).

Em relação à dimensão Infraestrutura, encontramos comportamento semelhante ao anterior: a temática Mobilidade Urbana e Transporte prevalece sobre as demais, possuindo mais

da metade do número de pronunciamentos dentre classificados nessa dimensão. Na Tabela 6 a seguir, trazemos as temáticas específicas relacionadas à dimensão Infraestrutura:

TABELA 6 – TEMÁTICA ESPECÍFICA EM FUNÇÃO DA DIMENSÃO TEMÁTICA INFRAESTRUTURA

<b>DIMENSÃO (%)</b>	<b>TEMÁTICA ESPECÍFICA</b>	<b>N. DE PRONUN.</b>	<b>PORCENTAGEM NA DIMENSÃO</b>
Infraestrutura (13,5%)	Mobilidade Urbana e Transporte	63	52,0
	Recursos Hídricos e Saneam.	14	11,6
	Petroquímica	11	9,1
	Matriz Energética	10	8,2
	Investimentos	6	4,9
	Segurança	4	3,3
	Demais categorias	13	10,9
	<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>100</b>

FONTE: O autor (2018).

Quanto à Economia, novamente o comportamento das duas dimensões anteriores se repete. Além de a temática com o maior número de pronunciamentos totalizar quase 62% dos agrupados nessa dimensão, a segunda categoria, Políticas Econômicas, também apresenta quatro vezes mais pronunciamentos que a terceira, Matriz Energética. Juntas, as duas primeiras categorias da Tabela 7, abaixo, reúnem 81% dos pronunciamentos da dimensão Economia, o que nos leva a inferir baixa variedade temática.

TABELA 7 – TEMÁTICA ESPECÍFICA EM FUNÇÃO DA DIMENSÃO TEMÁTICA ECONOMIA

<b>DIMENSÃO (%)</b>	<b>TEMÁTICA ESPECÍFICA</b>	<b>N. DE PRONUN.</b>	<b>PORCENTAGEM NA DIMENSÃO</b>
Economia (11,7%)	Agropec., Indús., Comér. e Serviço	65	61,9
	Políticas Econômicas	20	19,1
	Matriz Energética	5	4,8
	Mobilidade Urbana e Transporte	4	3,9
	Demais categorias	11	10,3
	<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>100</b>

FONTE: O autor (2018).

Por fim, os pronunciamentos agrupados na dimensão Administração também se concentram majoritariamente em duas temáticas específicas, Atos Oficiais e Investimentos, que juntas, totalizaram 66,6% do total de pronunciamentos da dimensão, conforme podemos verificar na Tabela 8, a seguir:

TABELA 8 – TEMÁTICA ESPECÍFICA EM FUNÇÃO DA DIMENSÃO TEMÁTICA ADMINISTRAÇÃO

<b>DIMENSÃO (%)</b>	<b>TEMÁTICA ESPECÍFICA</b>	<b>N. DE PRONUN.</b>	<b>PORCENTAGEM NA DIMENSÃO</b>
Administração (9,3%)	Atos Oficiais	40	47,6
	Investimentos	16	19,0
	Gestão Governamental	8	9,6
	Política	8	9,6
	Demais categorias	12	14,2
	<b>TOTAL</b>	<b>84</b>	<b>100</b>

FONTE: O autor (2018).

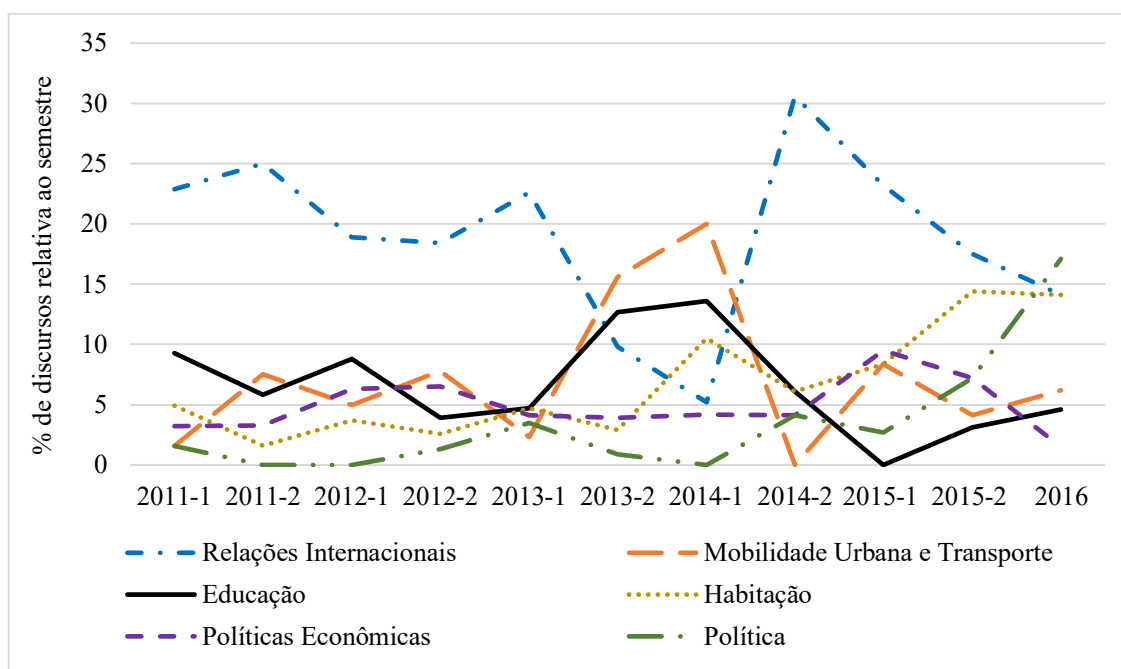
Em suma, analisando as Tabelas 4, 5, 6, 7 e 8, podemos inferir que a dimensão Social foi a que apresentou o maior número de pronunciamentos, mas eles se distribuem em várias categorias da Temática Específica. As duas categorias com maior porcentagem, Educação e Habitação, não chegaram a atingir nem 20% do número de pronunciamentos. Nas outras quatro dimensões, podemos verificar a predominância de uma categoria ante as demais, inclusive na Administração, na qual aquela com maior porcentagem ficou abaixo de 50%. A inferência que realizamos é que nas dimensões Estado, Infraestrutura, Economia e Administração há uma temática sobre a qual Dilma concentra sua atenção – poderíamos dizer que os assuntos principais de seus pronunciamentos são as Relações Internacionais (Estado), a Mobilidade Urbana e Transporte (Infraestrutura), a Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviço (Economia) e os Atos Oficiais (Administração) –, enquanto na dimensão Social a presidenta se concentra em vários assuntos. O Gráfico 2, abaixo, evidencia a evolução semestral de algumas temáticas específicas.

Para a construção do Gráfico 2, decidimos incluir apenas as temáticas específicas cujo número percentual de pronunciamentos oscilou significativamente entre os semestres, a fim de torná-lo compreensível ao leitor. A maior parte das categorias desta variável possui baixo número de pronunciamentos, o que faria com que as linhas correspondentes a cada uma se sobrepusessem, tornando o gráfico confuso. Outros estilos de gráfico nos impediriam de mostrar a dinâmica de oscilação entre as categorias.

Os pronunciamentos relativos às Relações Internacionais crescem no segundo semestre de 2011, em relação ao período anterior, de 14 para 30, e diminuem consideravelmente em 2013-2 e 2014-1, quando atingem o menor número. Logo após, atingem seu maior percentual e voltam a cair no primeiro semestre de 2016. Uma possível explicação para esse comportamento pode ser a estratégia de conferir ao país papel de destaque no cenário internacional como uma política de Estado ou Governo, que começa a ser executada desde o início do mandato de Dilma Rousseff. As limitações da lei eleitoral impostas ao governante que

disputa reeleição podem explicar o decréscimo encontrado nos primeiros seis meses de 2014, quando a presidenta se concentra em pronunciamentos de outras temáticas específicas antes de a lei eleitoral começar a vigor, deixando para este período a participação em eventos diplomáticos, que não são limitados pela lei. O decréscimo no primeiro semestre de 2016, período em que a articulação do *impeachment* se torna mais forte, pode se justificar pelo fato de Dilma dar atenção a outros temas.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DAS TEMÁTICAS ESPECÍFICAS POR SEMESTRE



FONTE: O autor (2018).

Tanto a categoria Mobilidade Urbana e Transporte quanto Educação e Habitação têm significativo crescimento no segundo semestre de 2013 e no primeiro de 2014. Duas explicações são plausíveis. No tocante à primeira, os pronunciamentos podem ser uma resposta às manifestações de junho de 2013, que ensejou o posicionamento do governo federal em relação ao transporte coletivo no Brasil. Vale lembrar as implicações desses protestos no cenário político e social do país no segundo mandato de Dilma, conforme já abordamos no capítulo 2. Também é nesse período que ocorrem entregas das obras do PAC para a realização da Copa do Mundo. Quando a Educação e Habitação, nesses dois semestres ocorre a formatura das primeiras turmas do Pronatec, o que justifica os números encontrados.

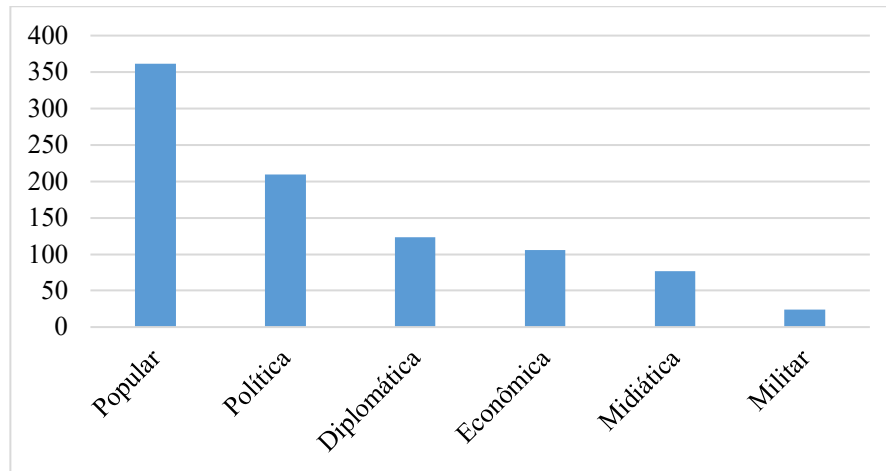
A variação na porcentagem de pronunciamentos da categoria Políticas Econômicas é pouco visível até 2015-1, período em que se verifica o maior pico, o que pode ser explicado em

razão da crise econômica que se agravou no Brasil em 2015. De fato, a crise já havia dado sinais em 2014, contudo o governo só passou a admiti-la após a eleição daquele ano. Os pronunciamentos relativos a esse tema abordam os ajustes fiscais e as propostas para redução de gastos, aumento da arrecadação de impostos e incentivo ao consumo e à produção realizados pelo governo em 2015. Já em relação à categoria Política, o aumento registrado do primeiro para o segundo semestre de 2015 e no primeiro de 2016, é explicado pela articulação do *impeachment*, quando a presidenta trava uma batalha discursiva para denunciar o golpe, bem como para articular sua base de apoio e tentar reverter a situação. O dado encontrado, porém, não revela a dimensão da luta discursiva contra o *impeachment*. Durante os dois últimos semestres analisados, o tema é abordado em praticamente todos os pronunciamentos da presidente, classificado em outras temáticas específicas como Habitação, Educação e até mesmo Relações Internacionais. Na próxima sessão, traremos a análise frequencial dos pronunciamentos de Dilma Rousseff, na qual será possível compreender melhor as relações interdiscursivas que não ficaram evidentes nesta análise descritiva.

#### 4.2.4 Audiência e Público

Durante a discussão teórica, afirmamos que o falante engendra o discurso em função de seu receptor. Para a variável Audiência, estabelecemos cinco categorias: Diplomática, com 123 pronunciamentos, na qual incluímos Chefes de Estado e Governo, representações diplomáticas e os ouvintes dos pronunciamentos proferidos em eventos relacionados a questões internacionais; Econômica, com 106 pronunciamentos, congregando representantes de agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços; Midiática, com 77 pronunciamentos, composta por jornalistas, radialistas e cinegrafistas – audiência principal das declarações à imprensa após recepções ou reuniões com chefes de Estado e Governo; Militar, com 24 pronunciamentos, que reúne os oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica, bem como policiais militares e civis; Política, com 209 pronunciamentos, que agrupa ocupantes de cargos políticos nacionais ou internacionais; e Popular, com 361 pronunciamentos, que reúne os estudantes, populares, atletas, artistas, trabalhadores etc. O Gráfico 3, abaixo, traz a quantidade de pronunciamentos relativos a cada audiência identificada:

GRÁFICO 3 – AUDIÊNCIA DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

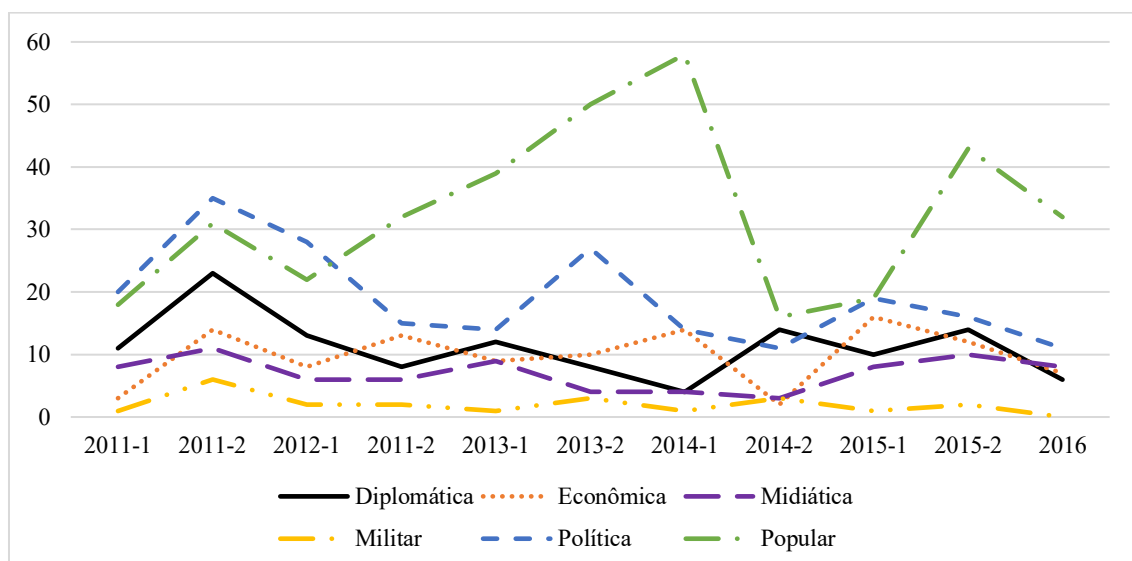


FONTE: O autor (2018).

Como podemos notar, as principais audiências de Dilma Rousseff estão reunidas nas categorias Política e Populares. O fato de essas duas audiências reunirem número expressivo de pronunciamentos nos leva a duas inferências: quanto aos populares, a possibilidade de nesses pronunciamentos identificar maior incidência da construção do “nós”; quanto aos políticos, a possibilidade de verificar maior intensidade no jogo político e nas relações de forças e poder, por meio de confrontos entre a figuras do “eu” e do “nós” com a do “ele/eles”.

Para esta variável também procedemos à análise semestral, com vistas a verificar como os pronunciamentos enunciados para cada audiência evoluem ao longo do mandato. O Gráfico 4, a seguir, traz esses dados:

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA VARIÁVEL AUDIÊNCIA POR SEMESTRE



FONTE: O autor (2018).

O Gráfico 4 nos permite inferir que a principal audiência de Dilma é a Popular. O achado não surpreende, haja vista que a base eleitoral de Dilma Rousseff se concentra nessa categoria<sup>94</sup>. A audiência Popular apresenta acentuado crescimento a partir de 2012-1 até 2014-1, atingindo o índice de 58 pronunciamentos, quando se inicia o período eleitoral, e esse valor cai para 16 voltando a crescer no segundo mandato. O aumento encontrado para todas as categorias no segundo semestre de 2011 se explica pelo próprio número de pronunciamentos, que é quase o dobro do semestre anterior, comportamento que também foi encontrado para outras categorias. O mesmo ocorre com pronunciamentos no segundo semestre de 2013 e do ano de 2014, quando os voltados para as audiências Empresarial, Midiática, Política e Popular aumentam antes da eleição e decrescem no período eleitoral, enquanto naqueles direcionados para a audiência Diplomática ocorre o inverso. A ressalva fica por conta da audiência Militar, cuja evolução não se mostrou tão significativa ao longo dos semestres. Já no segundo mandato, embora haja aumento nas categorias Econômica, Midiática, Política e Popular, após 2015-2 apenas esta última recebe maior atenção de Dilma, atingindo 19, 43 e 32 pronunciamentos nos períodos 2015-1, 2015-2 e 2016-1, respectivamente. Esse dado nos permite inferir que, em seu segundo mandato, diante da possibilidade de um *impeachment*, Dilma se dirige quase que apenas aos seus eleitores, deixando de tentar cooptar apoio contra o golpe em audiências cujos indivíduos não pertencem à sua base eleitoral.

A variável Audiência se relaciona diretamente com Público. Na Tabela 9, abaixo, trazemos a quantidade de pronunciamentos identificada para os indicadores que estabelecemos no capítulo anterior:

TABELA 9 – NÚMERO DE PRONUNCIAMENTOS DE ACORDO COM O PÚBLICO

<b>CATEGORIA</b>	<b>N. DE PRONUN.</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Fechado	354	39,3
Aberto	263	29,2
Semiaberto	260	28,9
Não se aplica*	23	2,6
<b>Total</b>	<b>900</b>	<b>100</b>

FONTE: O autor (2018).

NOTA: A categoria “Não se aplica” agrupa pronunciamentos proferidos em rede nacional de rádio e televisão, ocasião em que não há uma audiência diante de Dilma Rousseff no ato da enunciação discursiva.

<sup>94</sup> A pesquisa Ibope divulgada em 23 de outubro de 2014 apontou que 76% dos eleitores cuja renda é de até 1 salário mínimo declararam intenção de voto em Dilma. Entre 1 e 2 salários mínimos, 63%; entre 2 e 5, 52% e mais de 5, 36%. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/ibope-para-presidente-por-renda-escolaridade-faixa-etaria-regiao-religiao-e-porte-de-municipio-2310.html>>. Acesso em 17 nov. 2017.



Os dados levantados apontam para a evidência de que o principal público de Dilma Rousseff é o fechado, composto por audiências específicas e cujo acesso ao evento é restrito a elas. Tal achado se alia à teoria trabalhada, que postula que o falante constrói seus pronunciamentos em função do ouvinte. Contudo, o público fechado não é um público genérico como o aberto ou o semiaberto, mas um público específico, o qual pode ser determinado pelas próprias pessoas que o compõe ou pelos papéis sociais (cargos, lideranças etc.) que elas ocupam.

#### 4.2.5 Local de enunciação

A última categoria que analisamos foi o Local de enunciação. A Tabela 10, na sequência, traz a frequência de pronunciamentos em relação aos Estados brasileiros e ao Distrito Federal; as duas colunas mais à direita trazem a porcentagem absoluta, considerando o número total de pronunciamentos, e a relativa, calculada em razão do número de pronunciamentos enunciado no país (os Estados com menos de 3% foram agrupadas).

TABELA 10 – NÚMERO DE PRONUNCIAMENTOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

ESTADO/UNIDADE	N. DE PRONUN.	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM RELATIVA
Distrito Federal	406	45,2	53,4
Rio de Janeiro	67	7,5	8,8
São Paulo	62	6,9	8,2
Bahia	36	4	4,8
Rio Grande do Sul	36	4	4,8
Minas Gerais	33	3,8	4,4
Outros Estados	121	13,2	15,6
<b>Total</b>	<b>761</b>	<b>84,6</b>	<b>100</b>

FONTE: O autor (2018).

Quando observamos a dinâmica discursiva dentro do Brasil, percebemos que há um certo equilíbrio entre os eventos realizados na sede de governo e os realizados nos Estados, o que não foge às expectativas esperadas para esta variável. Além disso, os pronunciamentos realizados fora de Brasília acompanham o volume populacional dos Estados, o que também não se traduz em novidades, pois era esperado que a maior parte das obras e programas de governo cobrissem os locais de maior concentração populacional e, em menor intensidade, chegassem às regiões menos densamente habitadas.

A Tabela 11, abaixo, apresenta a dinâmica discursiva no cenário externo. Os pronunciamentos foram reunidos conforme a divisão geográfica dos continentes, com a ressalva

dos pronunciamentos proferidos no âmbito da ONU, em razão de ser um espaço neutro e de congregação de países e de que as questões abordadas diferem das relações bilaterais ou grupais. As duas colunas mais à direita trazem a porcentagem absoluta, considerando o número total de pronunciamentos, e a relativa, calculada em razão do número de pronunciamentos enunciado no exterior.

TABELA 11 – NÚMERO DE PRONUNCIAMENTOS PROFERIDOS NO EXTERIOR, POR CONTINENTE

CONTINENTE	Nº. DE PRONUN.	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM RELATIVA
América Latina	48	5,4	34,6
Europa	35	3,9	25,1
América do Norte	18	2	13,0
Ásia	18	2	13,0
África	12	1,4	8,6
ONU	7	0,7	5,0
Oceania	1	5,4	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>139</b>	<b>15,4</b>	<b>100,0</b>

FONTE: O autor (2018).

O número de pronunciamentos no exterior pode parecer baixo, mas é preciso lembrar que a Temática Específica Relações Internacionais teve apenas 172 pronunciamentos. Desse modo, mais de dois terços deles foram realizados fora do país, algo em torno de 30 visitas de Dilma Rousseff ao exterior durante seu governo, por ano. Como também era esperado, o número de pronunciamentos enunciados na América Latina confirma a hipótese da estratégia de governo de posicionar o Brasil no papel de liderança na América Latina, pois é o continente em que se apresenta a maior frequência dentre os pronunciamentos proferidos no exterior. Ainda que a Europa figure como o segundo local com maior número de pronunciamentos, há um dado maquiado: os pronunciamentos realizados na América do Norte ocorreram todos nos Estados Unidos da América, o que faz deste o país unitário com maior número de pronunciamentos. Ou seja, os pronunciamentos realizados na Europa e nos demais continentes se dividem entre seus vários países resultando em um número pequeno por nação<sup>95</sup>.

Em suma, a análise classificatória nos permitiu detalhar as principais características dos pronunciamentos de Dilma Rousseff. Quando à Dimensão Temática, a categoria com o

<sup>95</sup> Os países visitados por Dilma Rousseff em seus dois mandatos foram: *África* – África do Sul, Angola, Etiópia, Guiné Equatorial e Nigéria; *América do Norte* – Estados Unidos; *América Latina* – Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Haiti, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela; *Ásia* – China, Índia, Rússia e Turquia; *Europa* – Alemanha, Bélgica, Bulgária, Espanha, Finlândia, França, Itália, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça; *Oceania* – Austrália.

maior número de pronunciamentos foi a Social, seguida da Estado. Ao longo do governo, o número de pronunciamentos das categorias Economia e Administração pouco varia, enquanto Infraestrutura atinge o pico em 2014-1, Estado decresce em 2014-1 e atinge seu pico em 2014-2 e a Social chega ao ápice em 2016-1, período em ocorre o *impeachment*. O que se percebe nessa variável é que até o segundo semestre de 2014, quando ocorre o sufrágio de reeleição de Dilma, a dinâmica dos pronunciamentos apresentou comportamento esperado, com Temáticas crescendo e decrescendo conforme o momento do governo, o que fica visível nos semestres que antecedem as eleições. No primeiro semestre de 2015, os pronunciamentos relacionados a Economia e Administração se destacam perante os demais e, a partir de 2015-2, os pronunciamentos relativos a Social predominam.

Quando às Temáticas Específicas, os achados mostraram que os pronunciamentos de Dilma se concentram em assuntos concernentes às Relações Internacionais, Mobilidade Urbana e Transporte e Educação. Essas duas últimas atingem o pico nos dois semestres que antecedem as eleições, o que nos aponta para a utilização desses pronunciamentos e eventos como estratégia de campanha permanente. No segundo mandato, as temáticas específicas Políticas Econômicas e Política crescem em razão da confluência da crise econômica (que o governo admite em agosto de 2015) e da articulação do processo de *impeachment*.

Em relação a Público e Audiência, os achados desta etapa mostram que os pronunciamentos fechados são, em sua maioria, aqueles em eventos das Dimensões Estado e Administração; os semiabertos, de Economia e Infraestrutura; e os abertos, de Social. A audiência Popular foi a categoria com maior número de pronunciamentos classificados, seguida da Política. Contudo, ao longo dos semestres, as categorias apresentaram oscilação esperada, conforme o momento do governo, com a exceção da Popular. Conforme mostrado no Gráfico 4, os pronunciamentos enunciados para esta categoria foram crescendo a partir de 2012-1, atingindo o pico em 2014-1. Em razão do período eleitoral, eles decresceram em 2014-2 e voltaram a crescer a partir do primeiro semestre de 2015, sendo a categoria Popular, até a deposição pelo *impeachment*, a audiência principal dos pronunciamentos.

Por fim, a variável local de enunciação também apresentou resultado esperado: quase 85% dos pronunciamentos foram enunciados no Brasil, 45% deles na sede do governo em Brasília.

A partir dessa análise, podemos referendar nossa hipótese de pesquisa e delinear alguns pressupostos para a segunda fase da AC. Conforme trabalhamos no capítulo anterior, a segunda etapa da AC preconiza a exploração do material, por meio da identificação de unidades de registro e de unidades de contexto. Embora tenhamos afirmado que para esta fase

utilizaremos a hipótese e os objetivos estabelecidos para a pesquisa na introdução desta tese sem criar outros complementares, é necessário explicar de que maneira guiaremos a exploração do material com esse foco.

Trabalhamos, nesta tese, com a hipótese de que os pronunciamentos de Dilma Rousseff engendra a construção das figuras do “eu”, do “nós” e do “ele/eles”, cuja dinâmica argumentativa se alicerça em três momentos chaves do governo de Dilma Rousseff: no primeiro, que vai da posse até meados do primeiro mandato, o “eu” é construído sob a guarda do “nós”, marcado pela presença de Lula para conferir legitimidade a sua eleição com base no argumento da continuidade de governo, e o “ele/eles” caracterizado pela oposição legítima derrotada nas urnas. O segundo momento teria início em algum ponto do segundo ano do primeiro mandato, vai até a reeleição da presidenta e se caracteriza pela dissociação do “eu” em relação ao “nós”, na tentativa de estabelecer identidade própria e independente ao governo de Dilma e o “ele/eles” ganha reforço com a entrada de parte da sociedade que passa a contestar o governo devido à crise econômica pela qual passa o país. No terceiro momento, que inicia logo após a posse do segundo mandato e termina com a deposição de Dilma, o “eu” novamente se ampara no “nós”, desta vez incluindo o Partido dos Trabalhadores e os eleitores, que ao eleger Dilma teriam cancelado seu governo, enquanto o “ele/eles” agrega tanto a oposição legítima como a oposição social que defende deposição da presidenta pelo *impeachment*.

Ou seja, nossa hipótese preconiza que as estratégias de comunicação política e de campanha permanente funcionam bem durante o primeiro mandato, pois asseguram a reeleição de Dilma, mas se enfraquecem no segundo. Preconiza também que o “ele/eles” passa de opositores a inimigos.

De posse dos achados da análise classificatória, podemos elencar características do pronunciamentos de Dilma Rousseff que disciplinarão nosso olhar para a análise exploratória do objeto de pesquisa: a) a maioria dos pronunciamentos são de média duração; b) abordam temáticas de cunho social; c) dirigem-se a uma audiência popular; d) oscilam ao longo do primeiro mandato, tendo maior atividade nos dois semestres que antecedem as eleições em 2014; e) apresentam maior atividade de luta político-discursiva no dois semestres que antecedem o golpe do *impeachment*. Contudo, a despeito dessa sintetização, preocupa-nos também como essa dinâmica discursiva ocorre em todos os demais pronunciamentos.

Para analisar nossa hipótese de pesquisa, é preciso que os pronunciamentos sejam compreendidos tanto em sua estrutura interna como na externa. Por estrutura interna, entendemos os elementos que dão sentido ao texto, como as palavras, a sintaxe, a coesão, a argumentação, e por estrutura externa os elementos que condicionam a enunciação dos

pronunciamentos, como o ouvinte, o local de enunciação e a relação de determinados pronunciamentos no universo interdiscursivo.

Na análise exploratória que abordaremos a seguir, iremos submeter os pronunciamentos à análise frequencial léxica observando o universo discursivo. Novamente não realizaremos recortes, pois nessa fase nosso objetivo é desvendar as relações de forças e a luta político-discursiva presente no nosso objeto de pesquisa.

### 4.3 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

A análise exploratória dos pronunciamentos de Dilma Rousseff foi realizada em duas etapas. Na primeira, que denominamos análise frequencial, trazemos os dados relativos ao número de palavras e à frequência das palavras que conferem sentido ao texto. Na segunda, que nominamos de análise fatorial, traremos os dados relativos às relações existentes entre o léxico de cada pronunciamento e o contexto obtido com a classificação hierárquica do nosso objeto de pesquisa.

#### 4.3.1 O Iramuteq e a preparação dos pronunciamentos

Para realizar a análise exploratória dos pronunciamentos de Dilma Rousseff, utilizamos a interface Iramuteq, cuja descrição já abordamos no capítulo 3. Para rodar os pronunciamentos foi necessário prepará-los, de modo a eliminar elementos léxicos desnecessários que pudessem vir a interferir na análise realizada pela interface. Foram retirados dos pronunciamentos os cumprimentos iniciais e as despedidas, os apostos, os vocativos e algumas redundâncias características do modo de falar de Dilma Rousseff, de modo que as marcas de oralidade fossem adaptadas à linguagem escrita. Os pronomes colocados sob a forma de ênclises e mesóclises perante seus verbos foram passados à próclise. Os substantivos e adjetivos compostos tiveram o hífen trocado pelo *underline* (por exemplo, a palavra “vice-presidente” foi adaptada para “vice\_presidente”). Os nomes de Lula Inácio Lula da Silva e Michel Temer, as pessoas mais citadas nos pronunciamentos de Dilma, foram encurtados para Lula e Temer. Os nomes dos Estados foram trocados pelas respectivas siglas e os nomes das cidades que mais foram ditos foram mantidos, porém, nos nomes compostos, o espaço entre as palavras foi eliminado (São Paulo passou a ser SãoPaulo; Porto Alegre, PortoAlegre, por exemplo). Nomes de ministérios, programas, planos, projetos etc. foram abreviados ou transformados em siglas. Foram retiradas também aspas, apóstrofo, hífen, cifrão, percentagem

e asterisco. Quando a presidenta fez menção a montantes em espécie, a sigla da moeda foi escrita por extenso, após o valor (por exemplo, R\$ 1,5 milhões ficou 1,5milhões\_reais).

As mudanças realizadas para a análise na interface não serão aplicadas ao texto dos capítulos analíticos desta tese, pois elas foram realizadas apenas para evitar erros no processamento de dados pelo Iramuteq.

Todos os pronunciamentos foram numerados (de 1 a 900) e as variáveis que abordamos na sessão anterior se transformaram em comandos para possíveis subcorpus de pesquisa. Isto é, o texto <\*\*\*\* \*D\_338 \*2013 \*Social \*Habitação \*Aberto \*Populares \*Médio> se refere ao pronunciamento de número 338, enunciado em 2013, classificado na dimensão Social, Temática Específica Habitação, cujo público era Aberto, a audiência Popular e duração Média. A única variável que não foi convertida em comando foi a Local de Enunciação, uma vez que para a consecução dos objetivos desta pesquisa essa variável não demonstra influenciar a dinâmica discursiva de Dilma Rousseff.

#### 4.3.2 Análise léxico-frequencial dos pronunciamentos de Dilma Rousseff

A primeira análise que realizamos no Iramuteq foi a Estatística simples, a partir da qual o programa mensura dados frequenciais das formas léxicas do conjunto de textos separando as ocorrências em formas ativas, complementares e hápax. O número de textos é o número de total de pronunciamentos, ou seja, 900. O objeto de pesquisa foi repartido em 39.329 segmentos de texto – excertos dimensionados pela própria interface conforme a similaridade do teor de um conjunto de orações. A interface identificou 30.403 formas – aproximadamente 36 formas em cada segmento de texto. Aquele valor não se refere ao número total de palavras, mas ao número de palavras diferentes, independentemente da quantidade de vezes que algum termo se repete. Isto é, se a palavra “casa” aparece no conjunto de textos 100 vezes, ela é considerada pela interface como 1 forma. Esse dado também não se refere ao número de lemas<sup>96</sup>, as palavras reduzidas com base em suas raízes, cujo número identificado pelo Iramuteq foi de 16.201.

---

<sup>96</sup> Lematização é o processo de deflexionar as palavras de um texto de modo a determinar seu lema, ou seja, sua forma dicionarizada ou canônica. A lematização é útil para verificar a frequência das palavras em contextos nos quais as flexões de gênero, número e grau não importam. Quando relativa aos verbos, a lematização determina a forma infinitiva, desconsiderando a flexão de modo, tempo e pessoa. Por exemplo, *gato, gata, gatos, gatas, gatinho* são todas formas do mesmo lema: *gato*. As palavras *tiver, tenho, tinha, tem* são originam-se do lema *ter*. *Bom, melhor e ótimo* são lexemas do lema *bom*.

A partir dos lemas, a interface identifica as formas ativas e suplementares, cujos valores ficaram, respectivamente, em 15.375 e 803. Aqui encontramos o primeiro problema na análise informatizada. Há uma diferença de 23 formas entre o número total de formas lematizadas e a soma das formas ativas e suplementares. Nenhum dado retornado nos possibilitou identificar o motivo dessa diferença. Em um primeiro momento pensamos serem palavras estrangeiras que não foram identificadas pelo Iramuteq ao realizar a análise com base em um dicionário em português. Porém, ao verificar a listagem das palavras que compõem o conjunto das formas ativas e suplementares, constatamos a presença de termos estranhos ao português, como nome de cidades estrangeiras e que foram consideradas como uma forma válida. De todo modo, entendemos que essa diferença não interfere nos resultados, uma vez que o número é baixo e que o próprio programa não as identificou como formas ativas do conjunto de textos.

A Tabela 12, abaixo, sintetiza os dados que discutimos acima.

TABELA 12 – ESTATÍSTICA DOS 900 PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

CATEGORIA	VALOR
Número de textos	900
Número de segmentos de texto	39.306
Número total de palavras	1.388.076
Número de formas	30.403
Número de lemas	16.201
Número de formas ativas (lematizadas)	15.375
Número de formas suplementares (lematizadas)	803
Média das formas por segmento	35,31

FONTE: O autor (2018).

A Tabela 12 oferece alguns dados. O primeiro deles se relaciona com o fato de o Iramuteq realizar as análises estatísticas considerando o número de formas e não o número de ocorrências. As palavras mais usadas por Dilma Rousseff são a preposição “de” com 115.525 incidências; o artigo definido “a”, 60.592 vezes; o pronome relativo “que”, 55.304 vezes, o artigo definido “o”, 49.532; e a preposição “em”, 42.789 que somam quase 324 mil ocorrências. Contudo, ao considerar apenas o número de formas, podemos verificar que as palavras de maior importância foram consideradas pela interface formas ativas, cujo número de ocorrências ficam muito abaixo do encontrado para as formas suplementares. Na Tabela 13, abaixo, trazemos a frequência das dez principais formas ativas identificadas pelo Iramuteq.

Os advérbios utilizados por Dilma não fornecem muitas informações a respeito do teor argumentativo e discursivo, o que se explica pela própria função sintática deles de alterar o

sentido de verbos, adjetivos e outros advérbios. Os substantivos e advérbios nos revelam melhor as preocupações presentes nos pronunciamentos. Obviamente, essas palavras poderiam ser encontradas em pronunciamentos de outros presidentes, uma vez que elas se referem ao país, à população e ao próprio governo. Poderíamos inferir que Dilma estaria falando do que o governo faria de importante pelo país e pelos brasileiros, de modo a torná-los grandes.

TABELA 13 – FREQUÊNCIA DAS PRINCIPAIS FORMAS ATIVAS

TIPO	FORMA	FREQUÊNCIA
Advérbio	Não	11575
	Mais	8756
	Também	7702
	Aqui	6701
	Porque	6465
Verbo	Querer	6354
	Dizer	4675
	Dar	3211
Adjetivo	Brasileiro	5143
	Grande	3530
	Importante	3408
Substantivo	País	9167
	Brasil	8285
	Governo	4484

FONTE: O autor (2018).

Na observação semestral, essas palavras ainda continuam com alto índice de ocorrências, mesmo que não apareçam entre as dez palavras mais enunciadas por Dilma em determinado semestre, motivo pelo qual entendemos não ser pertinente trazer os valores correspondentes respectivos. No próximo capítulo, quando detalharemos a análise contextual, traremos com mais detalhes a frequência de algumas palavras específicas que se alinham com os objetivos e com a hipótese dessa pesquisa.

#### 4.3.3 Análise fatorial dos pronunciamentos de Dilma Rousseff

A segunda análise à qual submetemos nosso objeto de pesquisa foi realizada por dois procedimentos: a Análise Fatorial por Correspondência (AFC) e a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Como já abordamos no capítulo 3, a AFC permite ao pesquisador



visualizar num plano cartesiano as unidades pesquisáveis conforme proximidade ou distância entre elas. Na AFC, configuramos o Iramuteq para relacionar em uma tabela as palavras ativas identificadas na análise estatística com os 900 pronunciamentos, considerando cada um deles como uma variável. Ou seja, a interface identificou o grau de significância pelo chi-quadrado<sup>97</sup> de cada palavra em cada um dos 900 pronunciamentos e, posteriormente, as distribuiu no plano cartesiano levando em consideração a proximidade e a similaridade entre elas. A AFC permite à CHD reagrupar palavras em conjuntos que representem unidades de contexto, das quais inferimos as classes temáticas.

Conforme expusemos acima, a análise estatística retornou mais de 15 mil formas ativas, o que torna o gráfico cartesiano da AFC confuso de ser interpretado em face da sobreposição das palavras umas às outras. Aqui, encontramos três caminhos. Se realizássemos a AFC nos 900 pronunciamentos teríamos um gráfico de difícil visualização e compreensão, mas poderíamos entender como as formas ativas se distribuem nos 900 pronunciamentos de Dilma Rousseff. O outro caminho seria realizar a AFC no conjunto de textos por semestre, o que nos possibilitaria ter um número de formas ativas menor por análise, gerando um gráfico melhor e mais conciso para ser interpretado. Esse caminho também nos permitiria entender como a dinâmica das palavras evolui ao longo do tempo, o que se torna um dado relevante para nossa pesquisa. O terceiro caminho, pelo qual decidimos, seria aproveitar a AFC realizada em função da CHD, cujo gráfico é um pouco diferente, mostrando a distribuição das palavras no plano cartesiano conforme as unidades de contexto identificadas pela CHD. Os gráficos são ligeiramente diferentes, mas a essência da informação entendemos que continua a mesma, ou seja, as palavras, ainda que reunidas em grupos temáticos, são dispostas em razão da proximidade e da distância entre elas e entre as unidades de contexto. Além disso, o tamanho das palavras mostradas nos gráficos é proporcional ao chi-quadrado calculado pela interface; isto é, quanto maior a palavra, maior é o chi-quadrado.

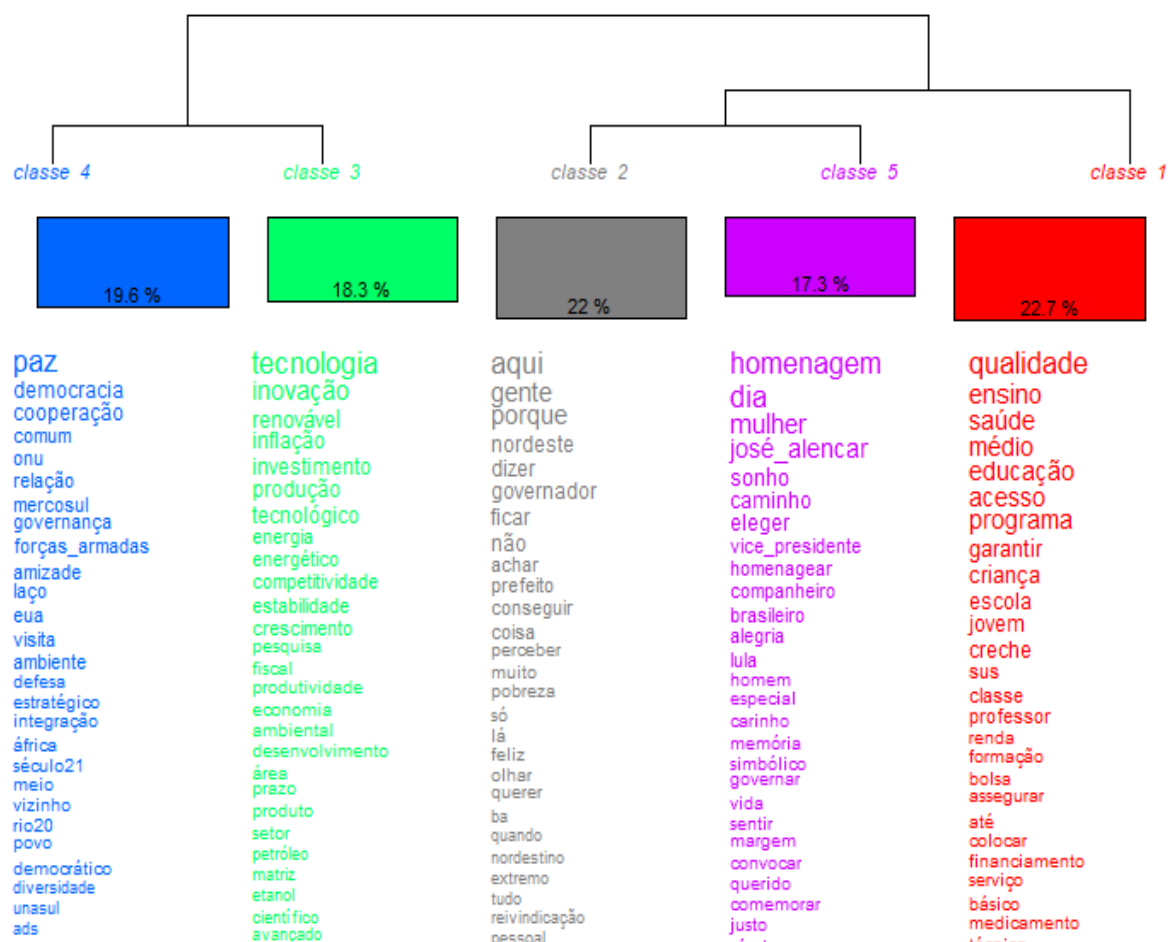
A seguir, traremos a CHD realizada por semestre. Conforme já explicamos no capítulo 3, decidimos proceder à análise informatizada nos subconjuntos semestrais a fim de compreender como os pronunciamentos de Dilma Rousseff se modificam ao longo de sua gestão, o que nos permite atingir os objetivos de pesquisa.

---

<sup>97</sup> O teste do chi-quadrado realizado pelo método Alceste revela a força associativa e o grau de relevância entre cada palavra e sua classe. Quanto maior o valor do chi-quadrado, maior o grau de significância da palavra para a classe.

O Gráfico 5, abaixo, traz a CHD dos 61 pronunciamentos do primeiro semestre de 2011.

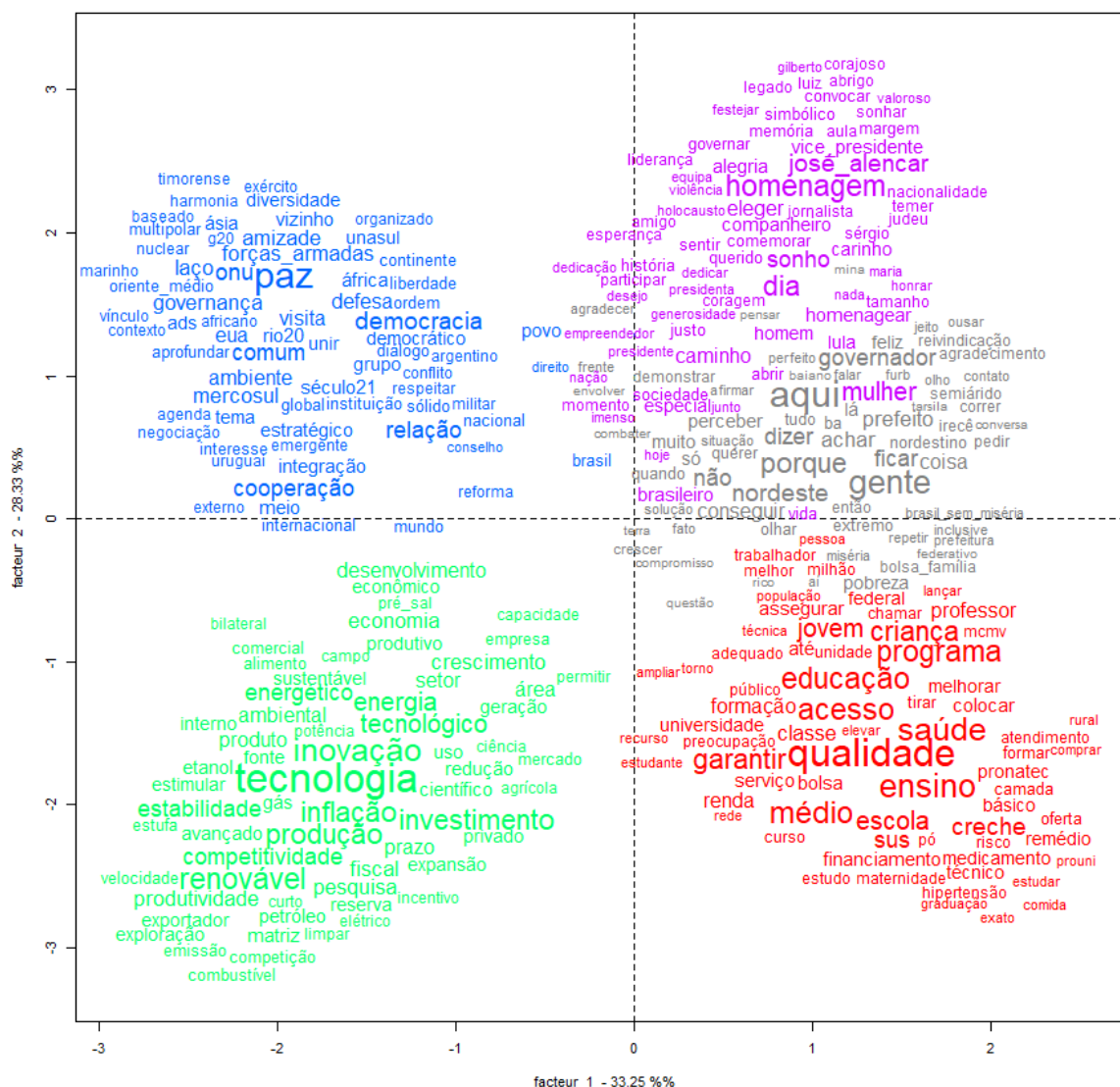
GRÁFICO 5 – CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011



FONTE: O autor (2018).

Os pronunciamentos do primeiro semestre de 2011 se dividem em dois grandes grupos. No primeiro, situam-se duas unidades de contexto, uma relativa a relações internacionais (azul) e outra relativa produção de riqueza (verde). No segundo grupo, podemos notar uma unidade com sentido mais simbólico e subjetivo (roxo), uma relacionada à educação (vermelho) e outra ao Nordeste (cinza). Embora haja uma diferença de aproximadamente 5% entre a maior e a menor unidade de contexto, podemos considerar que elas estão equilibradamente distribuídas. No plano cartesiano, temos a seguinte distribuição de dados:

GRÁFICO 6 – AFC DA CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011

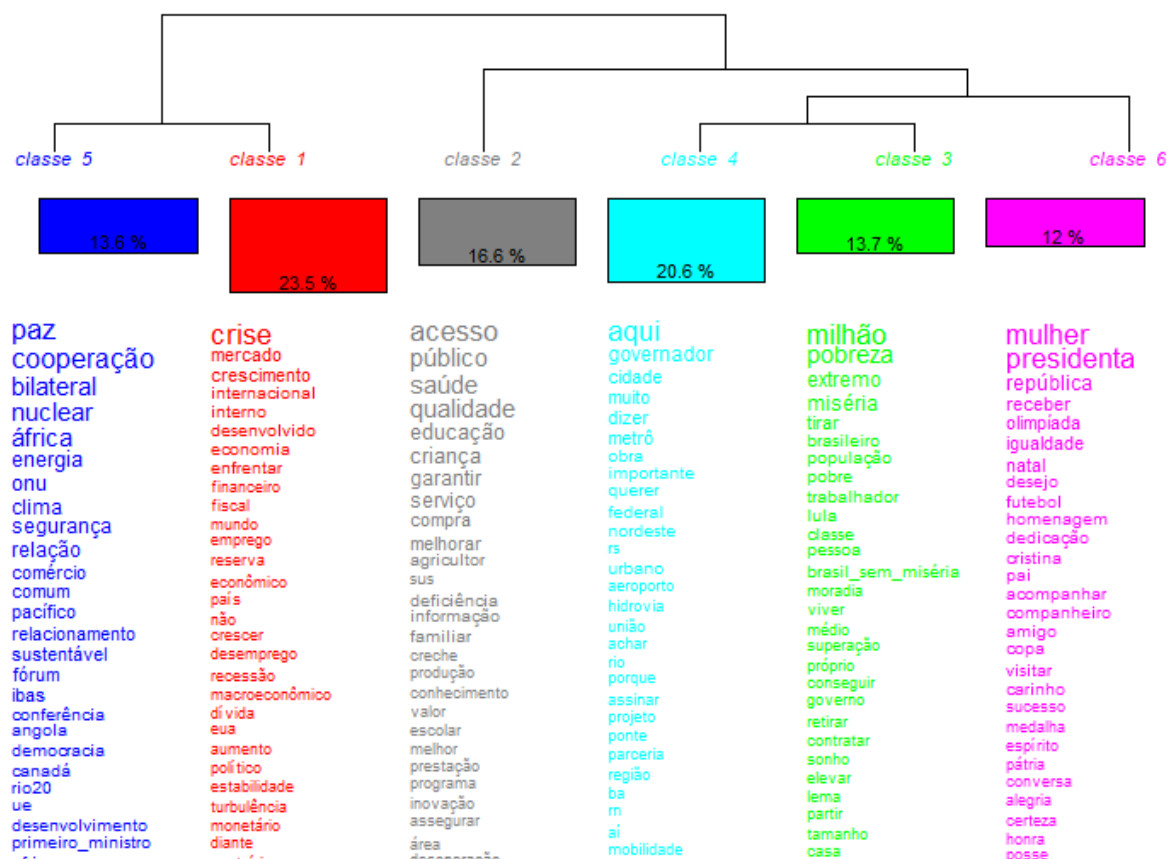


FONTE: O autor (2018).

O Gráfico 6 permite observar melhor a dinâmica discursiva do primeiro semestre de 2011, evidenciando como as unidades de contexto interagem entre si. Ele também nos possibilita afirmar que os pronunciamentos relativos a diplomacia e força produtiva são mais independentes. O mesmo pode ser dito dos pronunciamentos relativos à educação e aos valores simbólicos, contudo eles se conectam por meio da unidade de contexto em cinza. No primeiro semestre de 2011, os pronunciamentos de Dilma Rousseff se atêm a quatro temáticas: relações internacionais, educação, força produtiva e valores simbólicos que se organizam de forma definida e independente, enquanto a quinta temática, relativa ao Nordeste aparece mais próxima daquelas duas últimas.

As questões ligadas a relações internacionais e força produtiva se comportam de maneira similar no segundo semestre de 2011, no qual foram enunciados 120 pronunciamentos. Vejamos o Gráfico 7, abaixo:

GRÁFICO 7 – CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2011



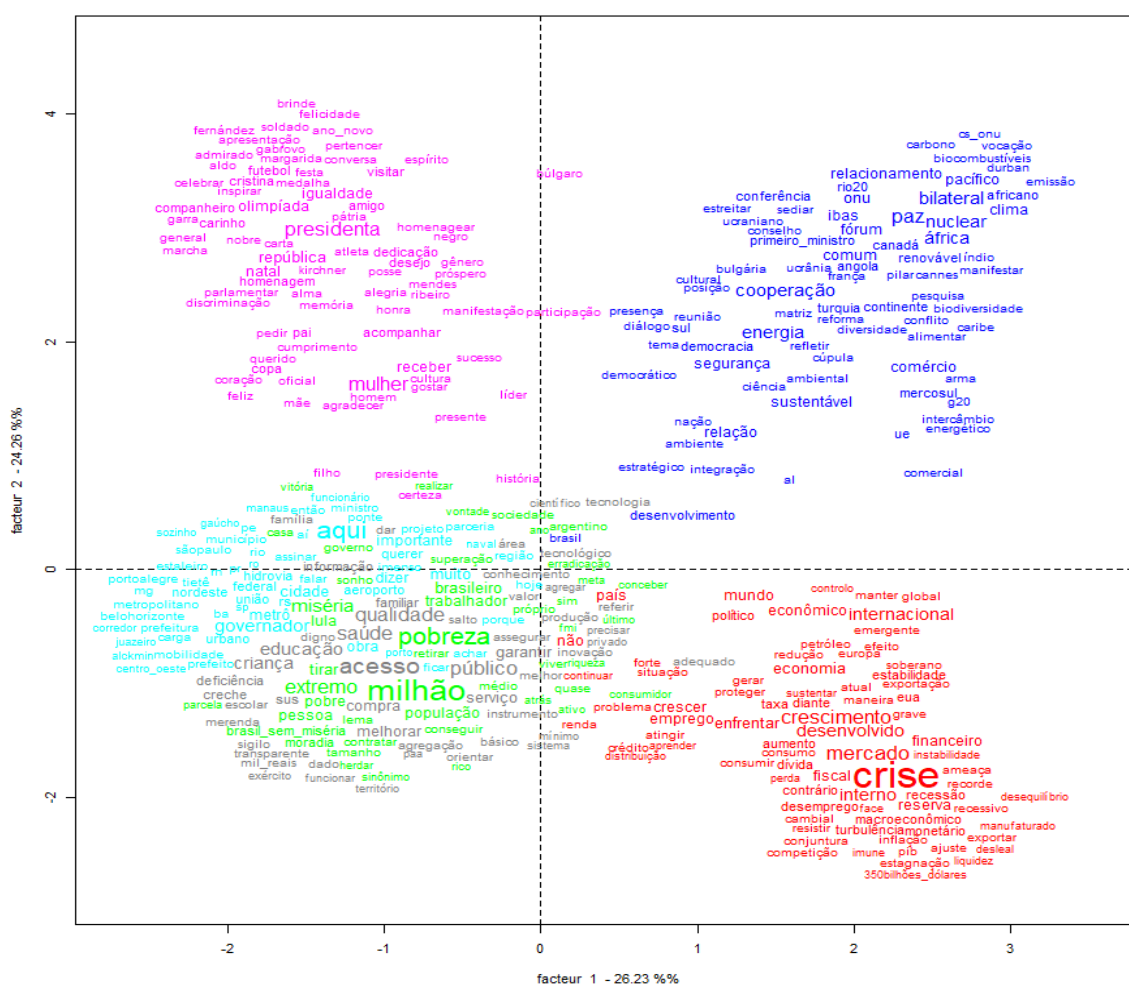
FONTE: O autor (2018).

Novamente, há dois grandes grupos de unidades de contexto. No primeiro, as questões relacionadas às relações internacionais e à força produtiva se mantêm, mas as palavras que formam os dois conjuntos diferem se compararmos com a do semestre anterior. Há uma diferença no tocante à unidade de contexto sobre a força produtiva: enquanto no primeiro semestre de 2011 a presidenta falava de tecnologia, investimentos, produção etc., no segundo semestre ela aborda mais crise, cenário financeiro, recessão, desemprego. Aqui é possível perceber uma das limitações da análise no Iramuteq. A interface não nos permite compreender qual o enfoque da argumentação em torno das palavras. Dilma Rousseff poderia estar tanto falando sobre uma crise que afeta o país, como de uma crise que não afetou o Brasil na intensidade com que os outros países foram afetados – este é o verdadeiro teor. No próximo

capítulo iremos nos concentrar na análise qualitativa dos pronunciamentos e retomar alguns dados desta parte da pesquisa.

O segundo grupo do Gráfico 8 reúne quatro unidades de contexto. A primeira, em cinza, aborda a prestação e o acesso a serviços públicos; em azul, a relação entre o governo federal e os governos locais para a execução de obras no Nordeste, principalmente de infraestrutura. O *cluster* em verde aborda programas sociais do governo e aquele em roxo novamente traz formas que exprimem valores simbólicos ou cujo assunto não é tão definido. No plano cartesiano, a distribuição ficou assim:

GRÁFICO 8 – AFC DA CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011

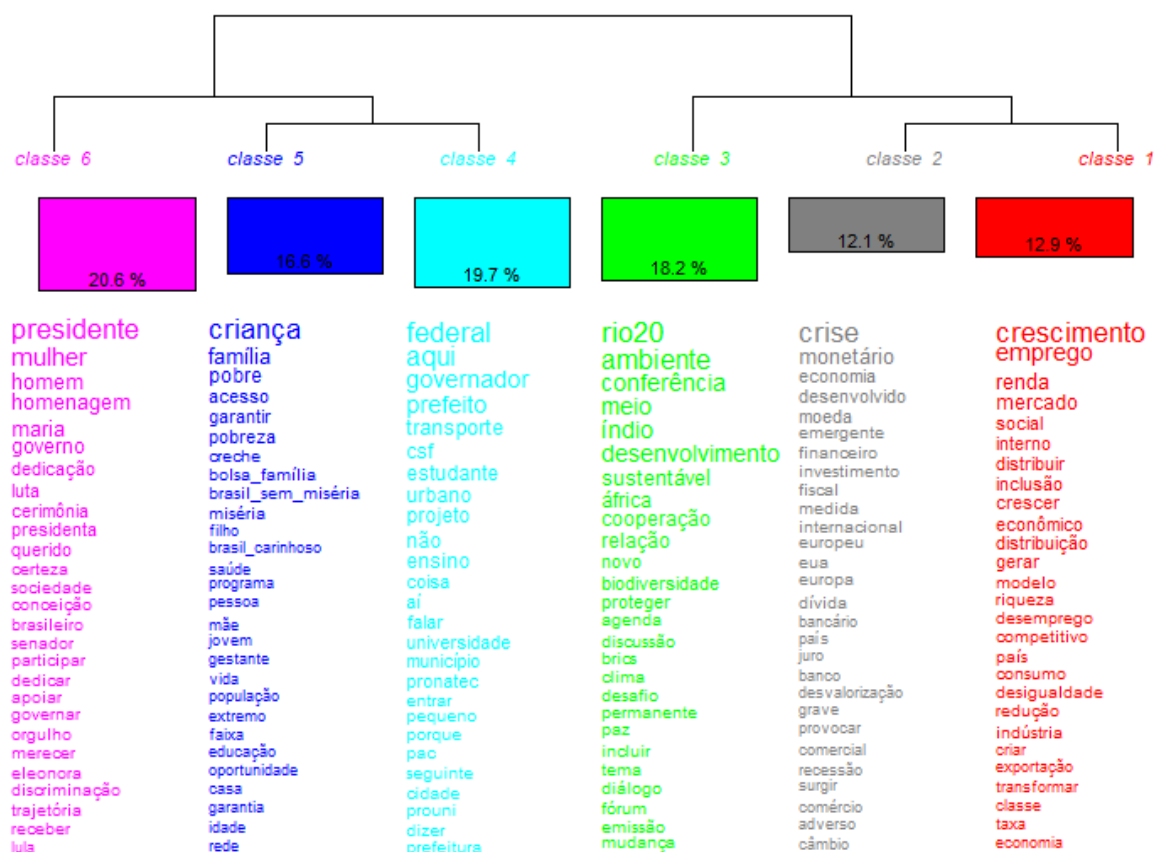


FONTE: O autor (2018).

O Gráfico 8 demonstra que as unidades de contexto em vermelho, azul e roxo são mais independentes e estão mais afastadas entre si e entre as demais. Já aquelas em verde, azul claro e cinza estão mais embaralhadas e próximas, evidenciando que as formas que as compõem aparecem mais próximas nos pronunciamentos de Dilma Rousseff.

Algumas dessas unidades de contexto se mantêm no primeiro semestre de 2012, com a exceção do cluster afeto às relações internacionais, às quais se soma uma nova, relativa a questões ambientais e desenvolvimento sustentável. O Gráfico 9, a seguir, traz a CHD dos 79 pronunciamentos do primeiro semestre de 2012:

GRÁFICO 9 – CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2012



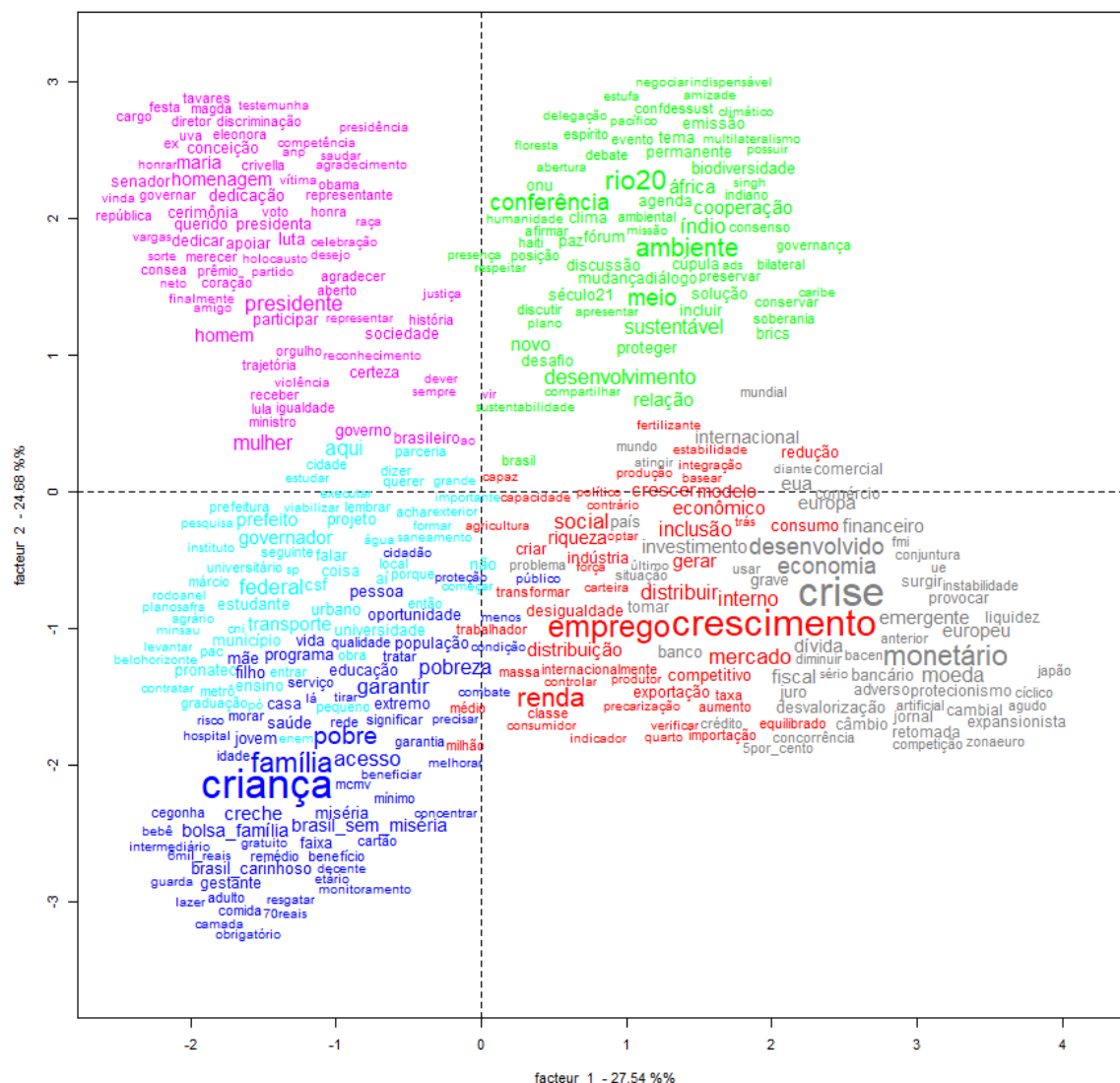
FONTE: O autor (2018).

Embora parte dos temas tenham se mantido, a argumentação em torno da crise se atrela ao contexto internacional, enquanto no cenário interno encontramos palavras que denotam crescimento, competitividade, distribuição de renda, combate às desigualdades etc. No Gráfico 10, na próxima página, podemos ver que, mesmo sendo estabelecidos por partições diferentes, os clusters em azul escuro e vermelho estão próximos na distribuição gráfica. Podemos dizer que, enquanto nesta Dilma discorre de como o crescimento econômico possibilita a distribuição de renda, naquela ela explica como isso se converte em programas de governo e como eles chegam à população que deles precisa.

Novamente, a interface identificou uma unidade de contexto mais vaga, com palavras que denotam expressão de valores e fazem referências a algumas pessoas. Já o *cluster* relativo

à infraestrutura (azul claro) é formado também por palavras relativas à educação. Por fim, a unidade afeta a meio ambiente e desenvolvimento sustentável praticamente se mantém estável.

GRÁFICO 10 – AFC DA CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2012



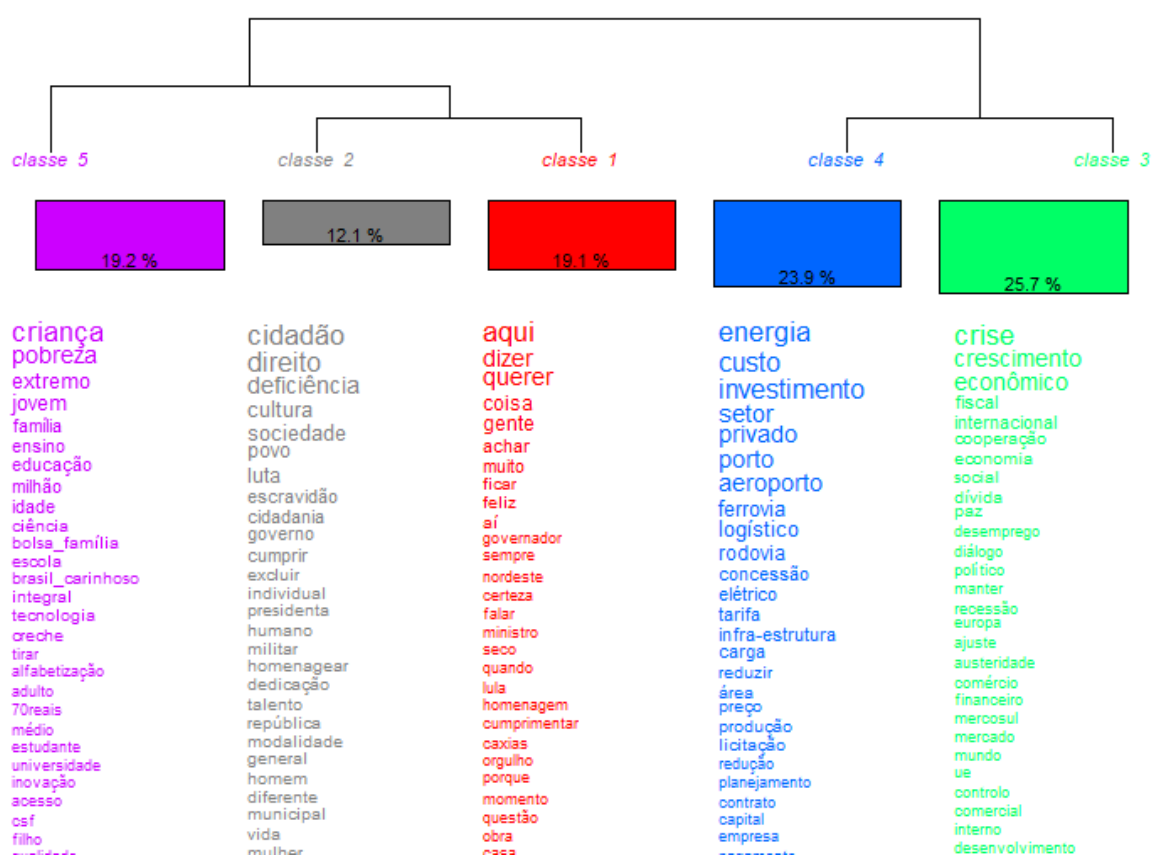
FONTE: O autor (2018).

A partir da leitura do Gráfico 10, podemos dizer que os pronunciamentos do primeiro semestre de 2012 abordam três grupos de temas: desenvolvimento econômico e social, meio ambiente e um cujo conteúdo é mais vago. Enquanto esses dois últimos são mais independentes e afastados entre si e dos demais, há um grande grupo que ocupa os dois quadrantes inferiores (negativos em relação ao eixo horizontal), nos quais as palavras que denotam referências a economia, crescimento, desenvolvimento social, distribuição de renda, educação, emprego estão mais próximas. Essa configuração nos leva a inferir que, nos pronunciamentos desse período, Dilma Rousseff argumenta que a distribuição de renda, o desenvolvimento social e o

combate à pobreza estão vinculados à geração de emprego, ao crescimento econômico e à produção de riquezas.

No segundo semestre de 2012, os temas abordados por Dilma Rousseff se mantêm relativamente estáveis, com a exceção do cluster sobre meio ambiente, que não aparece na análise realizada pelo Iramuteq, conforme podemos perceber no Gráfico 11, que apresenta a CHD dos 76 pronunciamentos desse período.

GRÁFICO 11 – CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2012



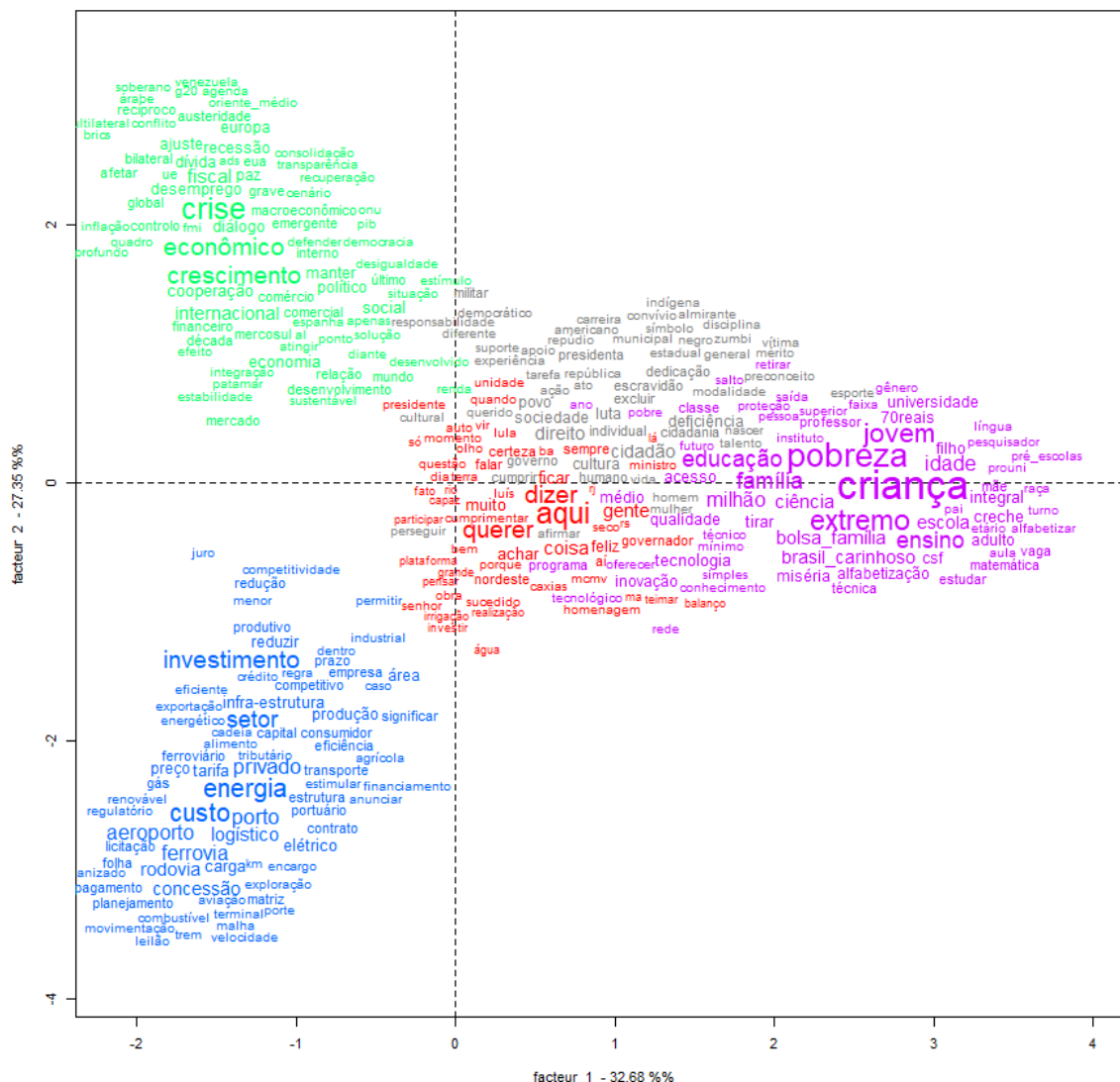
FONTE: O autor (2018).

Pode-se notar que há certa estabilidade temática nos pronunciamentos de Dilma Rousseff até aqui: são abordados assuntos concernentes às políticas sociais do governo e ao combate à pobreza, o que por vezes perpassa temas relacionados ao crescimento econômico, à educação e ao acesso da população aos serviços públicos, à economia e à infraestrutura. Novamente, a interface retorna um cluster mais vago e com referências a algumas pessoas (Lula) ou políticos (sob as formas ‘governador’ e ‘ministro’). A explicação para essa classe pode advir do estilo oratório de Dilma Rousseff, marcado por expressões de retórica vazia, como “eu queria dizer”, “a gente fica feliz quando...”, “tenho orgulho” etc.



No plano cartesiano, a distribuição das classes ficou assim:

GRÁFICO 12 – AFC DA CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2012



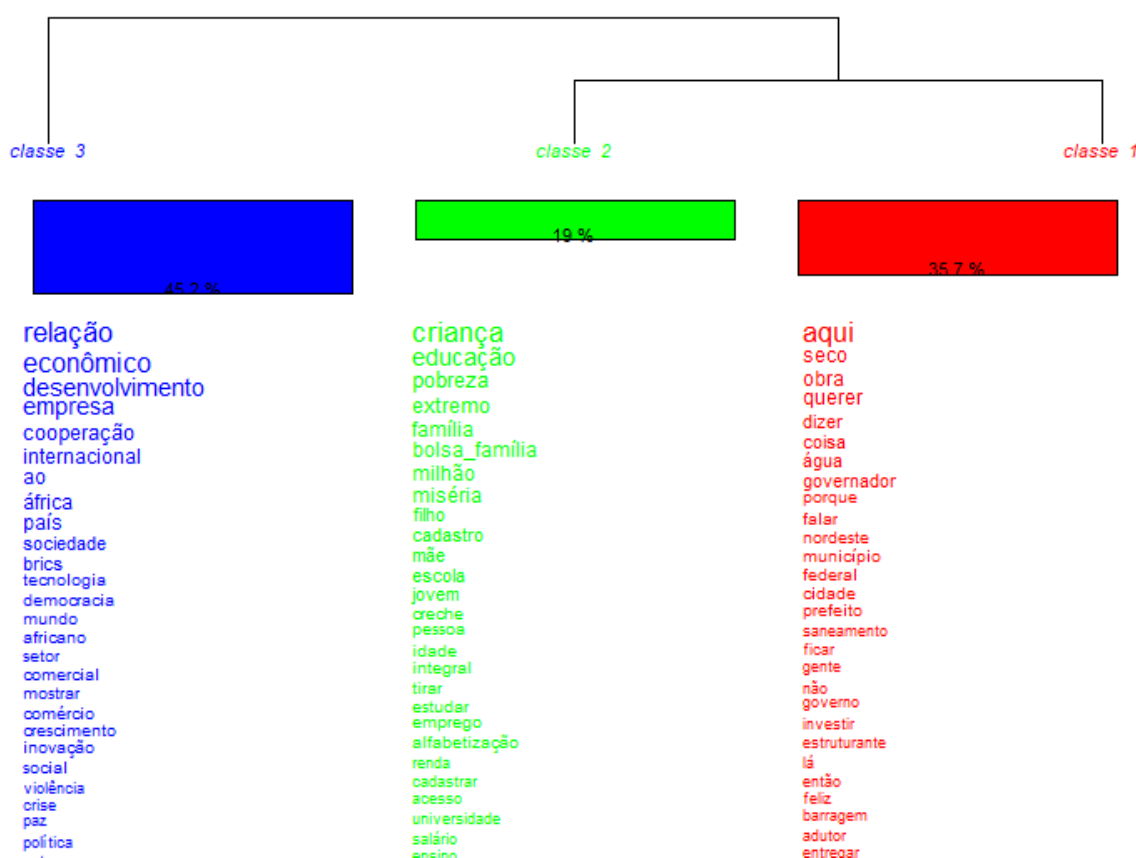
FONTE: O autor (2018).

Na análise fatorial, podemos notar que os clusters em verde e azul estão bem definidos e ocupam quadrantes distantes, enquanto aqueles em vermelho, cinza e roxo estão mais imbricados, o que confirma as inferências que realizamos acima. O dado também confirma outra inferência realizada após a leitura flutuante. Na sessão 4.1 deste capítulo, afirmamos que Dilma Rousseff, nos eventos de cunho social, utiliza os pronunciamentos para falar de temas alheios à ocasião, mas que de interesse da audiência do local. Por exemplo, é comum em entregas de moradias do Minha Casa, Minha Vida, a presidenta também falar de outros programas como o Ciência Sem Fronteiras e o Bolsa-Família. Esses pronunciamentos também

são mais emotivos, construídos pela utilização de palavras e expressões que denotam solidariedade e proximidade entre a presidenta e as pessoas.

Embora possamos dizer que as temáticas se mantêm relativamente estáveis, o que confere unidade ao teor dos pronunciamentos de Dilma Rousseff nos anos de 2011 e 2012, no primeiro semestre de 2013 encontramos um comportamento ligeiramente diferente. A CHD dos 84 pronunciamentos do semestre retornou apenas três clusters, diferentemente dos semestres anteriores em que tivemos cinco ou seis (Gráfico 13, abaixo).

GRÁFICO 13 – CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2013



FONTE: O autor (2018).

De posse da leitura flutuante dos pronunciamentos e dos dados do Gráfico 13, podemos inferir que no primeiro semestre de 2013 a interface identificou unidade temática nas formas ativas utilizadas nos 84 pronunciamentos, apesar de nossa classificação ter identificado pluralidade. Das 29 categorias da variável Temática Específica, no primeiro semestre de 2013, Dilma enuncia pronunciamentos em 22 delas. A categoria Relações Internacionais teve 20 pronunciamentos, seguido de Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviço com 9,

Investimentos com 7 e Educação e Habitação com 4<sup>98</sup>. Esses valores nos levam a pensar que, mesmo diante da pluralidade dos eventos em que esses pronunciamentos foram enunciados, o teor discursivo é mais similar e mais padronizado. A AFC leva em consideração a frequência das palavras e a relação entre as formas em um dado segmento de texto. Aqui, a interface considerou que, em todos os pronunciamentos, as formas ativas utilizadas por Dilma Rousseff e as relações entre elas pertenciam à mesma ordem discursiva. Outra explicação pode ser o fato de o Iramuteq ter agrupado nesses três clusters palavras que, devido ao sentido, poderiam ser distribuídas em várias categorias da variável Temática Específica. Por exemplo, o cluster 2 apresenta formas das temáticas Educação, Políticas Sociais e Trabalho e Emprego. Para aferir se o teor se torna mais ou menos plural necessitaríamos de realizar uma análise qualitativa nesses pronunciamentos, o que foge ao nosso problema de pesquisa.

O Gráfico 13 demonstra que os pronunciamentos do primeiro semestre de 2013 são mais definidos, atendo-se a questões mais específicas e em um volume discursivo maior. A classe 3 faz menção às relações internacionais, em um contexto econômico, de tecnologia e de inovação, desta vez incluindo a África e o Brics. As classes 1 e 2, mesmo se originando da mesma partição, são formadas por temas diferentes, mas que já estiveram presentes em outros semestres analisados. O cluster em verde agrupa palavras relativas aos programas sociais, geração de oportunidade e combate à pobreza e aquele em vermelho à infraestrutura e obras no Nordeste. A interface não identificou, com grau de significância, segmentos de texto relacionados às manifestações de junho de 2013. Com a exceção das palavras “crise” e “democracia/democrático”, que podem ser relacionadas a questões sobre relações internacionais e economia global, nenhuma outra ocorrência, em quaisquer dos clusters identificados, nos leva a inferir que os pronunciamentos sobre as manifestações possuem grau de significância alto no conjunto de textos do segundo semestre de 2013. Além disso, as classes se encontram afastadas na distribuição gráfica da análise fatorial, ainda que 1 e 2 tenham se formado na mesma partição, conforme se verifica no Gráfico 14, na próxima página.

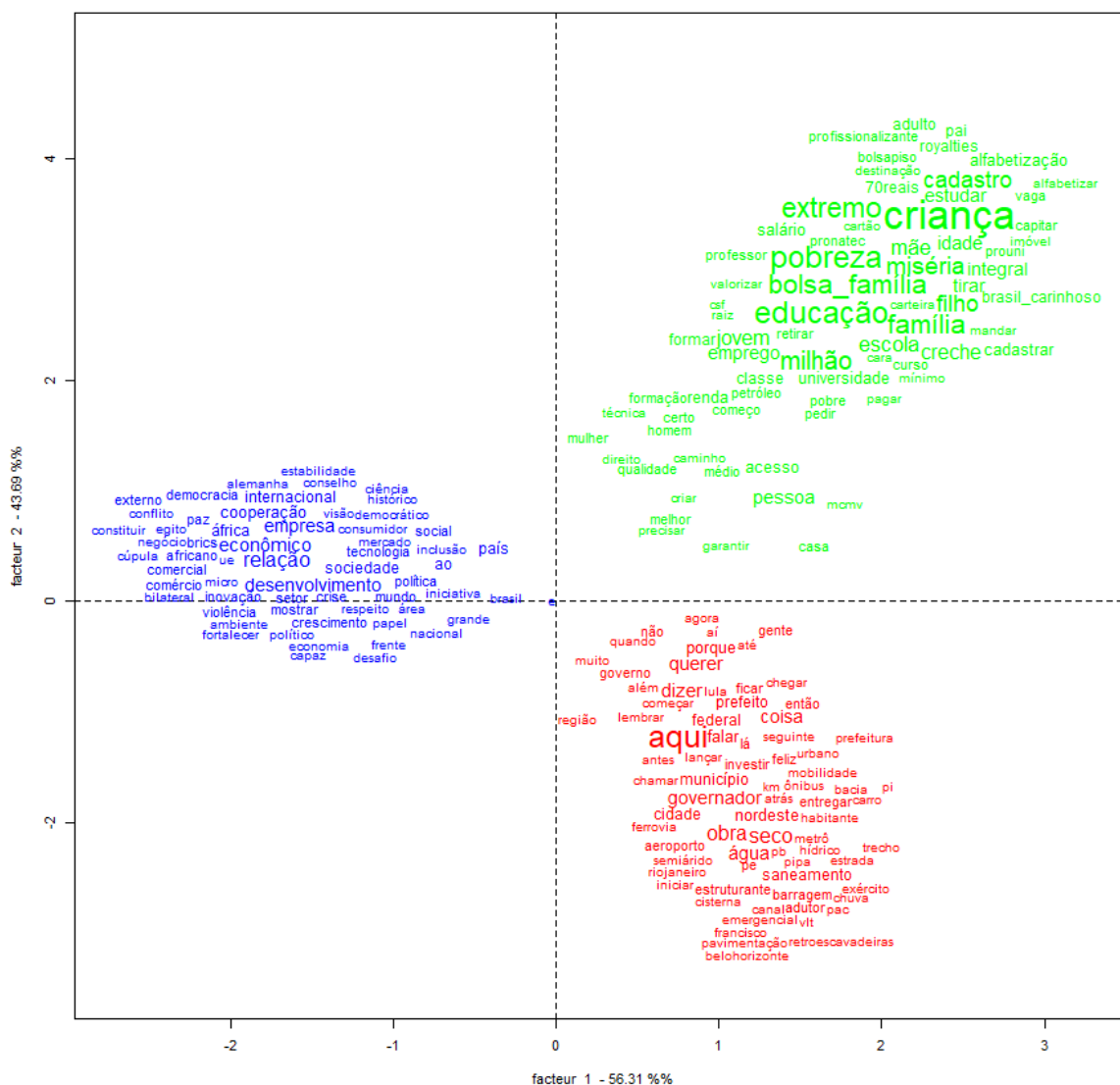
A CHD dos pronunciamentos do primeiro semestre resultou na estruturação de três clusters por meio de duas partições. Na primeira, obteve-se o cluster 3. Os segmentos de textos restantes foram novamente divididos, originando-se as classes 1 e 2. Contudo, o Gráfico 14 nos mostra que, mesmo pertencendo ao mesmo eixo, essas duas classes estão em quadrantes

---

<sup>98</sup> Atos Oficiais, Cultura, Desenvolvimento Urbano, Esporte, Políticas Sociais com 3 pronunciamentos, cada; Matriz Energética, Meio Ambiente, Mobilidade Urbana e Transporte, Política, Política Econômica, Políticas para as Mulheres, Saúde, Segurança e Trabalho e Emprego com 2 pronunciamentos, cada; e Ciência e Tecnologia, Efeméride, Petroquímica com 1 pronunciamentos, cada.

opostos em relação ao eixo horizontal e as duas juntas, em oposição ao cluster 3 em relação ao eixo vertical. Ou seja, os três assuntos são abordados de forma independente e separada nos pronunciamentos desse período.

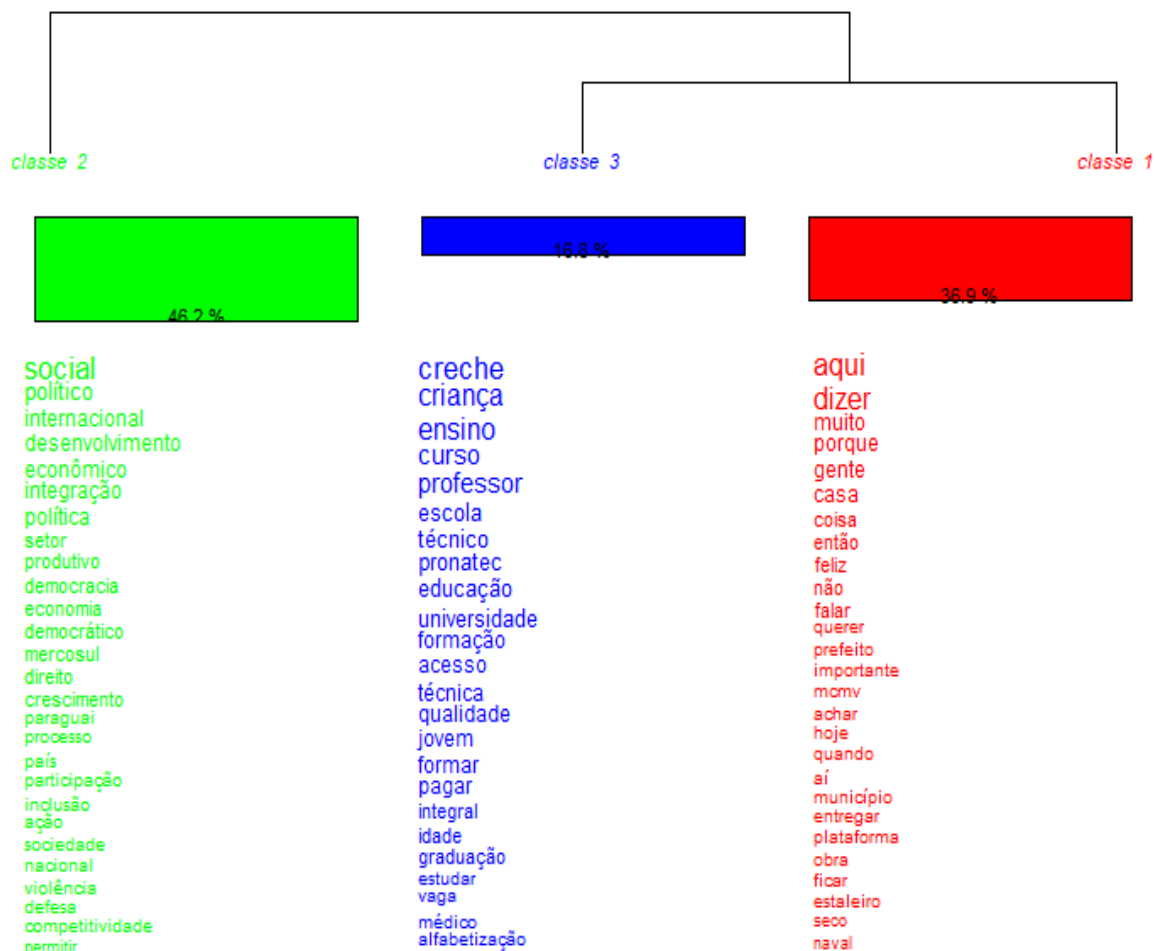
GRÁFICO 14 – AFC DA CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2013



FONTE: O autor (2018).

Os pronunciamentos do segundo semestre de 2013 também foram partilhados em três classes. Tal achado era inesperado, pois este é o semestre no qual Dilma Rousseff realizou o maior número de pronunciamentos (102), o que nos levou a pensar que mais temas teriam sido abordados por ela. Vejamos o Gráfico 15:

GRÁFICO 15 – CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2013



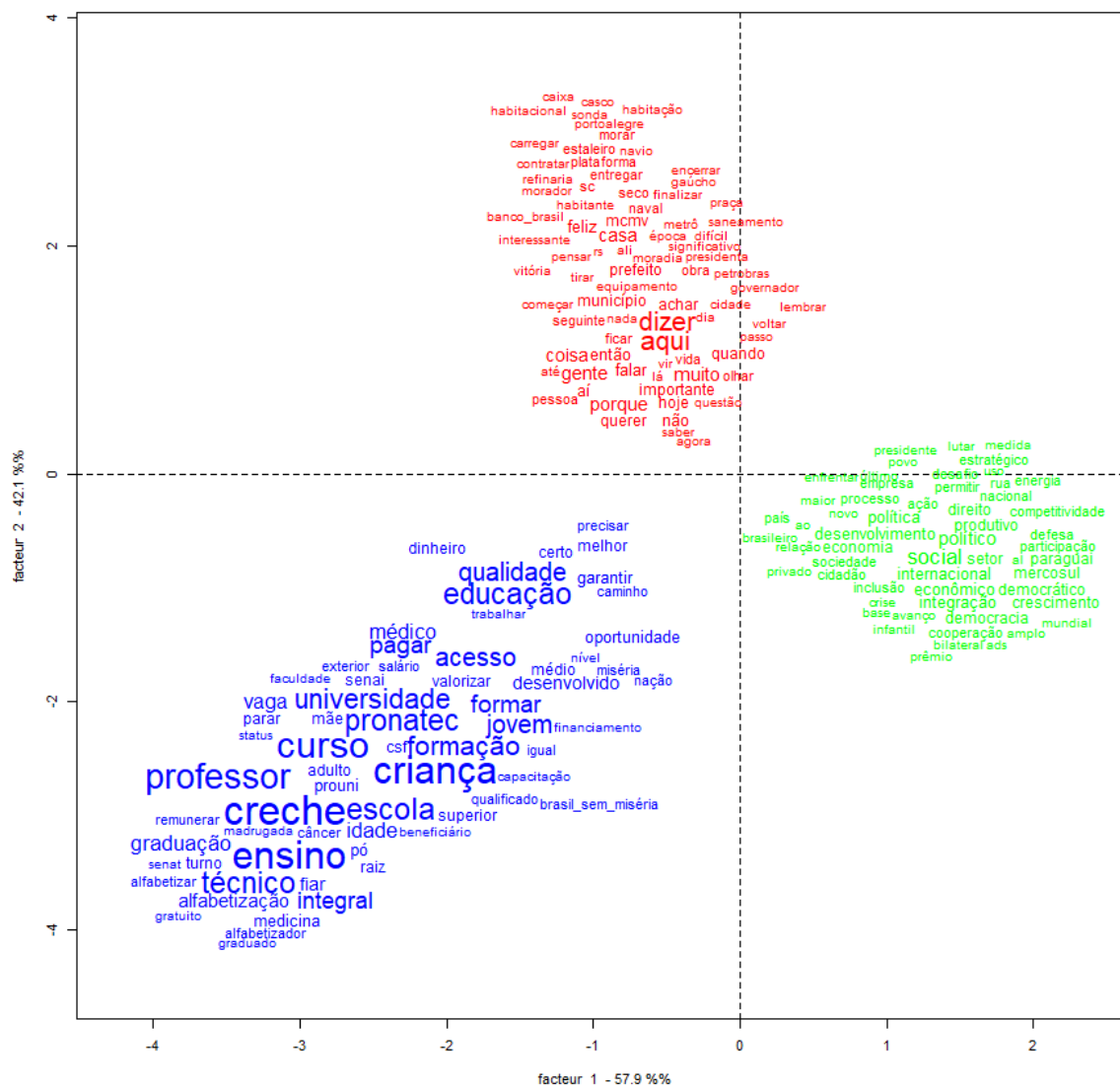
FONTE: O autor (2018).

A explicação para a CHD ter retornado apenas três clusters são as mesmas que discorremos para o semestre anterior. As classes identificadas pela interface praticamente se mantiveram estáveis, em relação ao semestre anterior. Apenas a classe em relação aos serviços públicos apresenta diferença mais substancial, saindo do enfoque das políticas sociais para a educação. Mantiveram-se os clusters relativos à economia, com enfoque em crescimento, desenvolvimento e relações internacionais e relacionados à infraestrutura, com a presença de palavras de sentido mais simbólico. A classe 2 é quase três vezes maior que a 3, contudo é nesta classe que as palavras têm grau de significância maior, o que se explica pela baixa quantidade de segmentos de textos que a compõem (16,8%). Também é possível verificar a articulação da temática educação com as questões sociais. Em todos os semestres analisados até agora, é possível perceber que as palavras relacionadas a educação e ensino aparecem na mesma classe que as relativas ao desenvolvimento social e ao combate à pobreza, o que nos leva a inferir que a transformação na realidade das pessoas mais pobres, para o governo de Dilma Rousseff, se

dará tanto com a distribuição de renda como com a garantia de acesso à educação desde os estágios iniciais da criança no ensino.

O Gráfico 16, abaixo, traz a distribuição das palavras conforme a análise fatorial.

GRÁFICO 16 – AFC DA CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2013



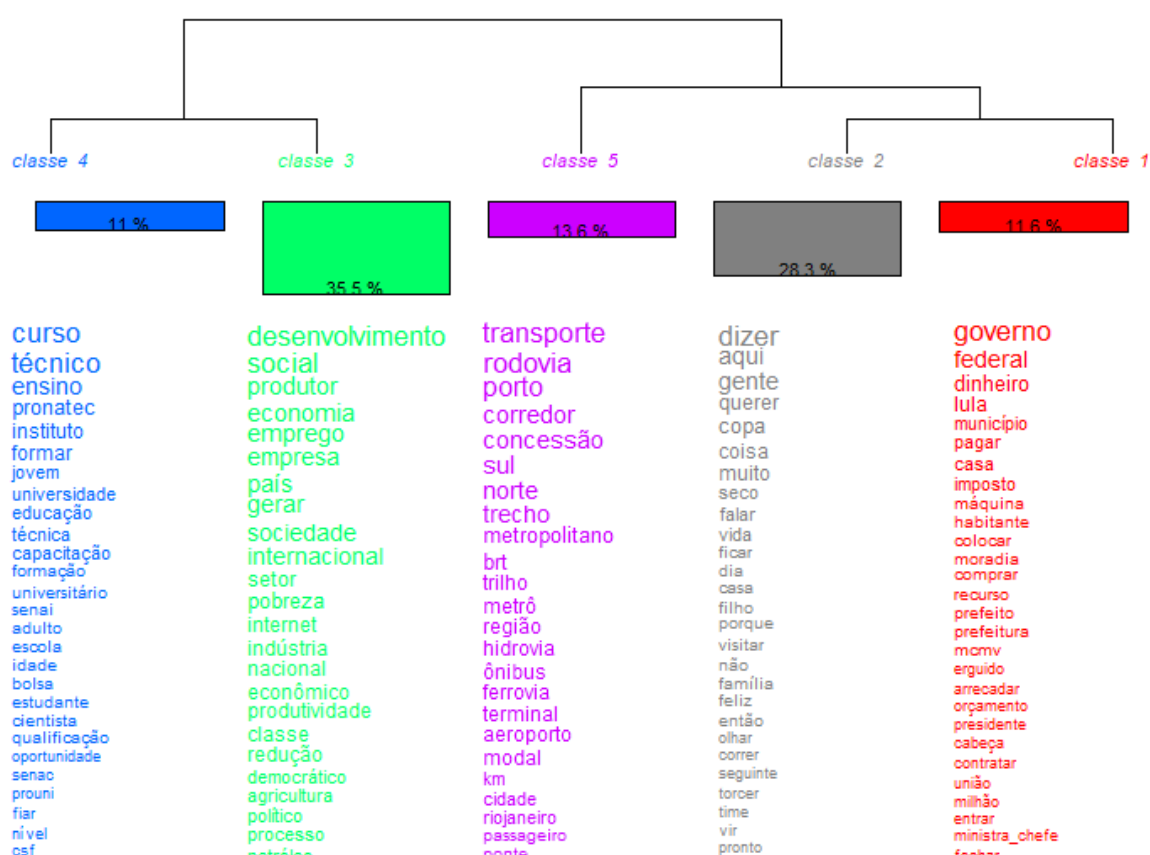
FONTE: O autor (2018).

A distribuição gráfica das classes ficou similar à do primeiro semestre: três classes bem definidas, afastadas uma das outras e ocupando quadrantes distintos, o que novamente nos leva a inferir que os segmentos de textos identificados pelo Iramuteq contêm formas que abordam somente um assunto.

No primeiro semestre de 2014, os pronunciamentos enunciados por Dilma Rousseff voltam a ter cinco classes, ou seja, unidades de contexto. Vale lembrar que este é o terceiro semestre do primeiro mandato com maior número de pronunciamentos – Dilma enunciou 95 –

e o semestre que antecede o período eleitoral de 2014. Conforme apontamos na análise estatística e frequencial, nesse semestre tivemos maior incidência dos pronunciamentos sobre Mobilidade Urbana e Transporte, Educação e Habitação. Contudo, os segmentos de textos sobre essas temáticas específicas totalizam apenas 36,2%, pouco mais de um terço. O Gráfico 17, abaixo, mostra os clusters identificados pelo Iramuteq para o período.

GRÁFICO 17 – CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014



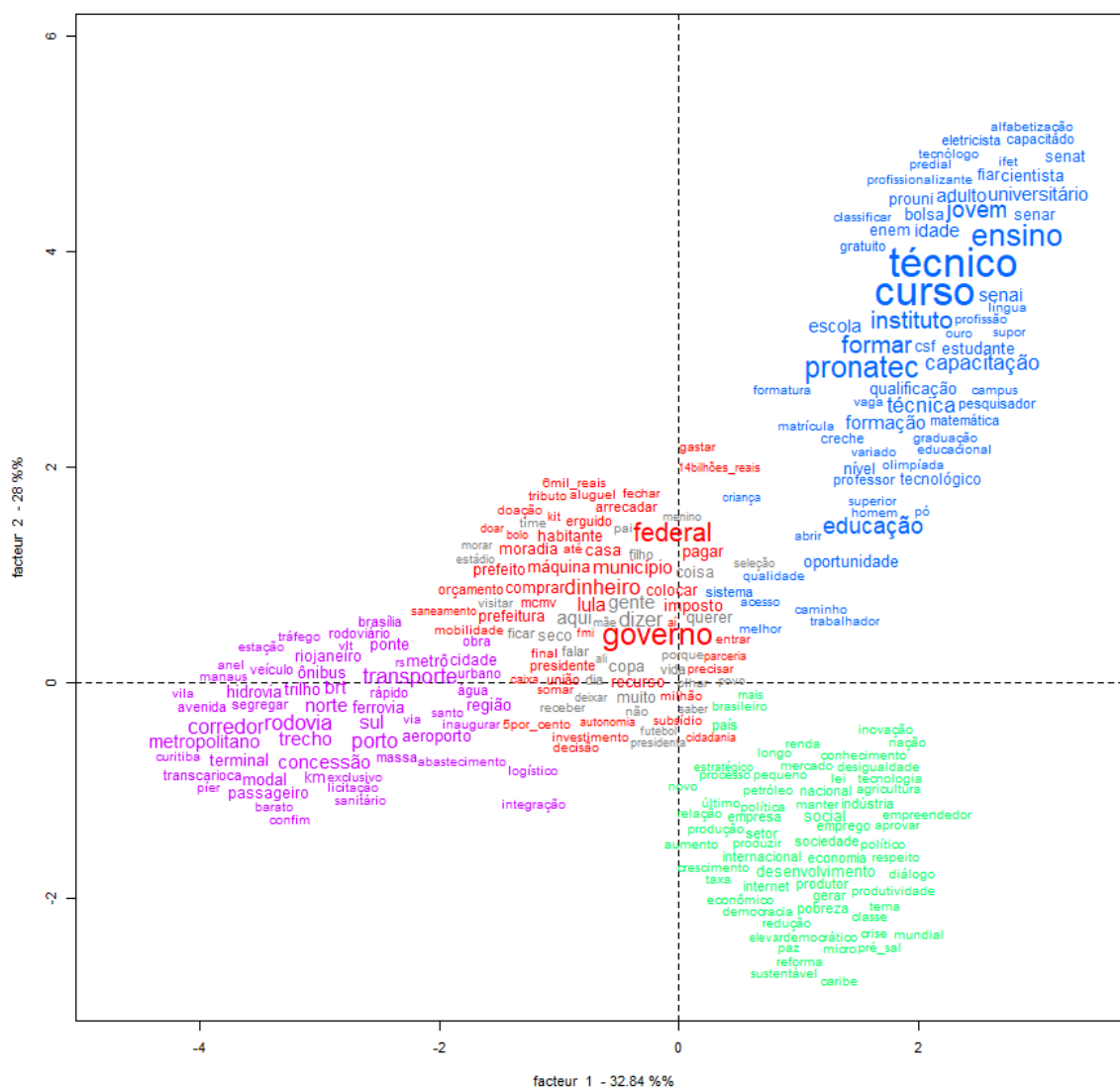
FONTE: O autor (2018).

As três classes relativas às temáticas específicas acima são, respectivamente, 5, 4 e 1 (roxo, azul, vermelho). Do mesmo ramo de partição, originam-se as classes em vermelho e em cinza, cujas formas identificadas são complementares. Enquanto na classe 1, encontramos palavras como “moradia”, “casa”, “habitante”, “Minha Casa, Minha Vida” (usamos a abreviação MCMV), na classe 2 há as palavras “casa”, “filho”, “família”, além de agrupar palavras concernentes à Copa do Mundo de futebol. O cluster 4, desta vez, agrupa apenas formas relacionadas à educação; as ocorrências acerca de desenvolvimento social e combate à pobreza encontram-se na classe 3, cujo contexto se aproxima mais de questões relativas à economia.

Assim como na análise do semestre anterior, esperávamos que as classes relativas às temáticas específicas com maior número de pronunciamentos tivessem porcentagens maiores, o que não ocorreu. A explicação pode ser o fato de esses pronunciamentos serem maiores em quantidade, mas mais curtos, enquanto os pronunciamentos sobre economia são mais longos, o que resulta um número maior de segmentos de textos.

Na distribuição gráfica, fica mais fácil perceber a proximidade entre as classes 1, 2 e 5 – o que não surpreende, haja visto que elas se originam do mesmo ramo. Já os clusters 3 e 4, mesmo pertencendo ao mesmo ramo, encontram-se afastados entre si, conforme podemos observar no Gráfico 18, abaixo.

GRÁFICO 18 – AFC DA CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014

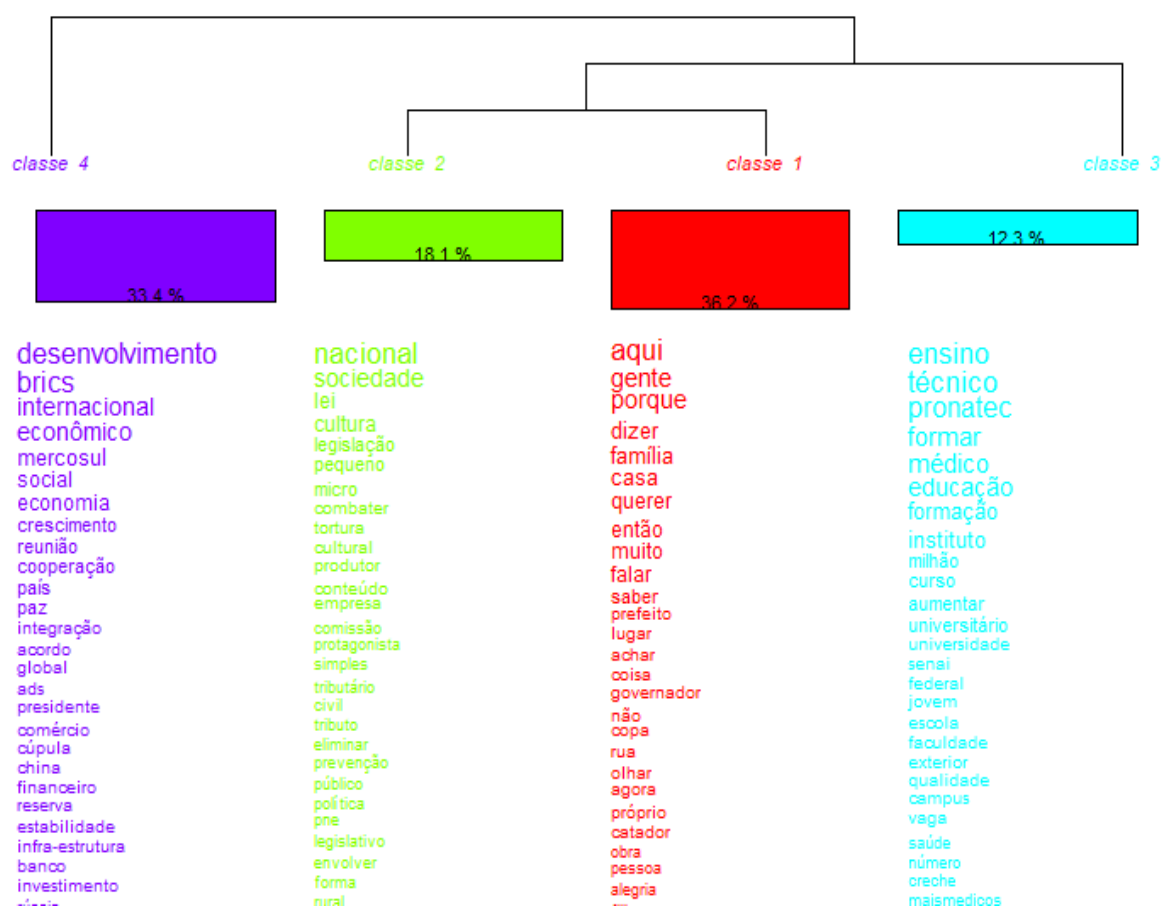


FONTE: O autor (2018).



No segundo semestre de 2014, a interface identificou quatro classes. Nesse período, a maioria dos 49 pronunciamentos se concentraram em questões de relações internacionais, em função das limitações impostas pela lei eleitoral. Ainda assim, o Iramuteq identificou *clusters* afins a economia, educação e valores simbólicos, conforme podemos conferir no Gráfico 19, abaixo. Vale lembrar que pronunciamentos das dimensões Social, Economia, Infraestrutura e Administração não zeram neste semestre, pois o período eleitoral compreende aproximadamente quatro meses. Inclusive, alguns pronunciamentos dessas dimensões ocorrem durante o período de campanha.

GRÁFICO 19 – CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2014



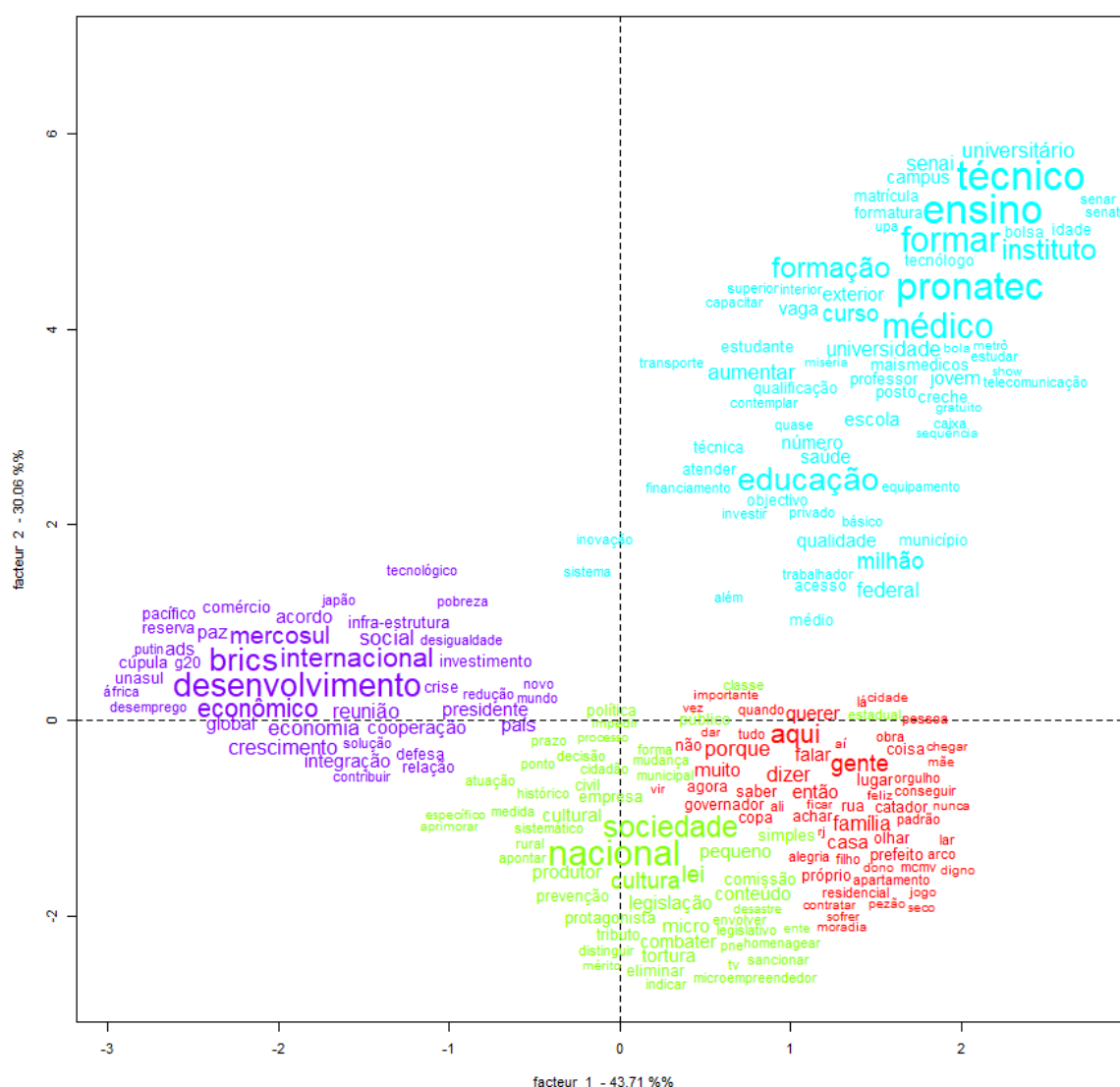
FONTE: O autor (2018).

O primeiro ramo estruturado pelo Iramuteq é composto apenas pela classe 4 e aborda questões sobre relações internacionais. Essa foi a Temática Específica com maior número de pronunciamentos, segundo nossa classificação. As outras classes pertencem ao mesmo ramo e, portanto, guardam mais relações entre si. Surpreende a porcentagem de segmentos de textos da classe 1 (vermelho), cujas palavras denotam valores simbólicos ou não indicam um tema

específico. Já a classe 2 toca em assuntos relacionados a economia e cultura e a classe 3, a educação e ensino.

No gráfico da AFC, a seguir, podemos perceber melhor como as quatro classes se distribuem. A classe 3, embora se origine do mesmo ramo 1 e da 2 aparece afastada delas, o que nos indica que os segmentos de textos deste cluster abordam somente esse tópico. A classe 4 apresenta comportamento semelhante, porém se aproximando mais da classe 2. Já os clusters 1 e 2 estão próximos, indicando que há maior afinidade entre eles.

GRÁFICO 20 – AFC DA CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014



FONTE: O autor (2018).

As análises realizadas até aqui englobam todo o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Nesse período, não encontramos discrepâncias em relação à análise classificatória. Além disso, as inferências que realizamos após a análise exploratória do objeto de pesquisa foram

corroboradas com a análise fatorial e contextual. Em síntese, podemos afirmar que, freqüentemente, há cinco grupos temáticos mais presentes nos pronunciamentos: relações internacionais, educação, infraestrutura, economia e o que toca em questões não tão definidas ou em valores simbólicos. A presença de formas que abordam a questão da crise econômica, nesse momento, está sempre atrelada mais ao contexto internacional, e a problemática do desenvolvimento social do país, cujas ocorrências se alinham com termos mais comumente ligados a economia, educação e infraestrutura.

A presença desses grupos temáticos, ora mais ora menos frequentes, apontam para o indício de certa estabilidade discursiva e regularidade argumentativa, o que confere unidade discursiva às enunciações de Dilma Rousseff e afasta, em partes, noções do senso comum de que a presidenta não sabe falar.

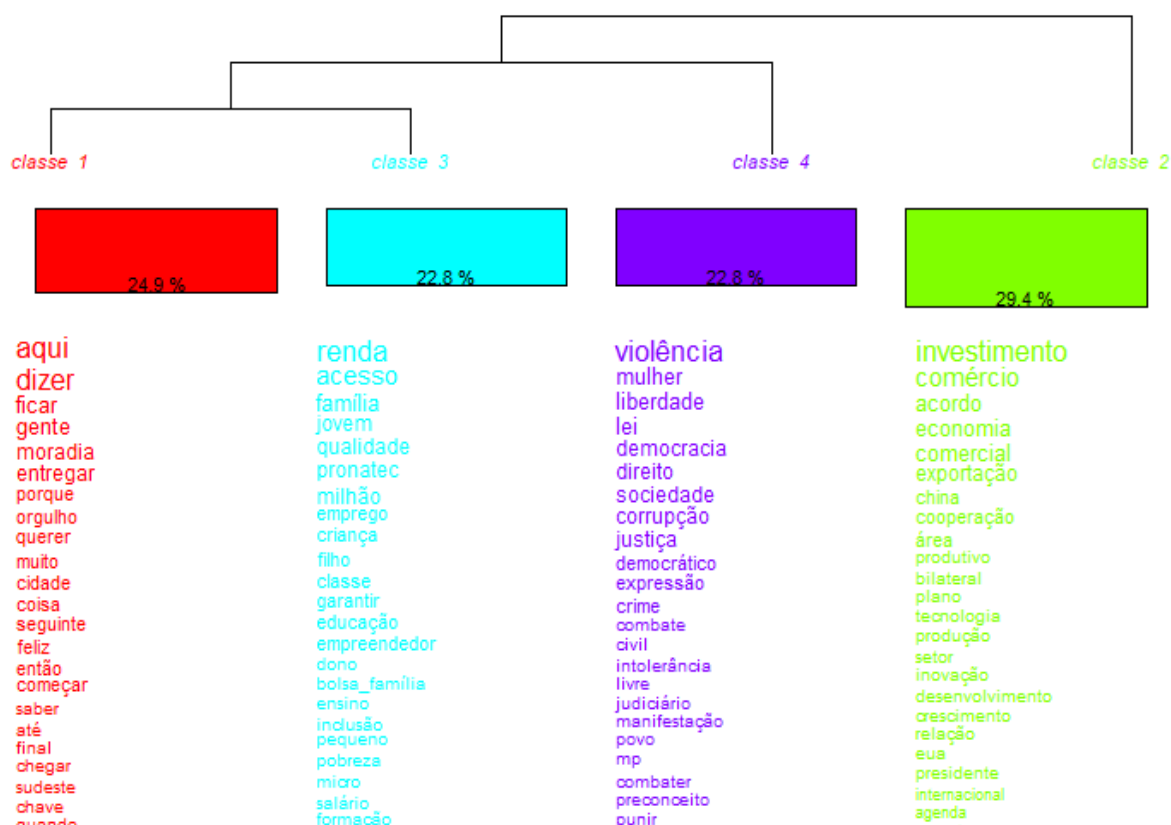
Outro achado importante é a presença do nome “Lula” nas análises do Iramuteq. A interface identificou o vocábulo com grau de significância em quatro dos oito semestres analisados. Esse dado nos leva a algumas inferências. Primeiro, inferimos que o teor argumentativo de Dilma Rousseff no que diz respeito ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva revela o caráter continuísta das políticas do governo Lula na gestão de Dilma, ou seja, o mesmo modelo de governar. Segundo, corrobora nossa hipótese de pesquisa, indicando que Dilma Rousseff não consegue sustentar imagem forte o suficiente para não depender da imagem de Lula. E terceiro, uma estratégia com finalidades eleitorais de continuar assegurando o voto do eleitorado lulopetista.

O primeiro semestre de 2015 marca o início do segundo mandato de Dilma Rousseff. Já abordamos no capítulo 2 desta tese o contexto político-social do Brasil no período posterior à eleição de 2014 e que se prolonga pelos anos de 2015 e 2016. Em razão disso, a CHD apresenta dados diferentes dos obtidos nos 73 pronunciamentos do primeiro mandato, como mostra o Gráfico 21, na próxima página.

Embora o Iramuteq tenha identificado quatro unidades de contexto, elas se originam de maneira diferente dos pronunciamentos dos períodos anteriores. Nos pronunciamentos do primeiro semestre de 2015, todas as classes partem de um só ramo, como se cada uma delas fora extraída do conjunto de todos os pronunciamentos. As classes 2 e 3 apresentam contextos discursivos próximos, mas é possível perceber enfoques diferentes. Enquanto a classe 2 apresenta palavras sobre renda, emprego, salário, é possível verificar que elas estão juntas das que denotam desenvolvimento social; a classe 3 é formada por palavras como “economia”, “comércio”, “exportação”, “internacional”, “acordo”, “bilateral”. Ou seja, podemos inferir que as duas classes abordam questões relativas à economia, contudo, com enfoques diferentes –

desenvolvimento econômico como base para o desenvolvimento social (classe 2) e relações econômicas internacionais (classe 3). A classe 1 é formada por palavras que expressam valores e que se atrelam à questão da moradia. A classe 4 é praticamente inédita nos pronunciamentos de Dilma Rousseff. A palavra “mulher” aparece num contexto diferente dos dois semestres de 2011, quando a forma também teve grau de significância elevado identificado pelo Iramuteq. Aqui, ela está no mesmo grupo das palavras “violência”, “crime”, “preconceito” e “intolerância”. Também estão neste cluster as palavras “corrupção”, “democracia”, “judiciário”, “Ministério Público”. Podemos inferir que esta classe ocorre em resposta às tentativas da oposição derrotada no pleito eleitoral para contestar o resultado das urnas.

GRÁFICO 21 – CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015

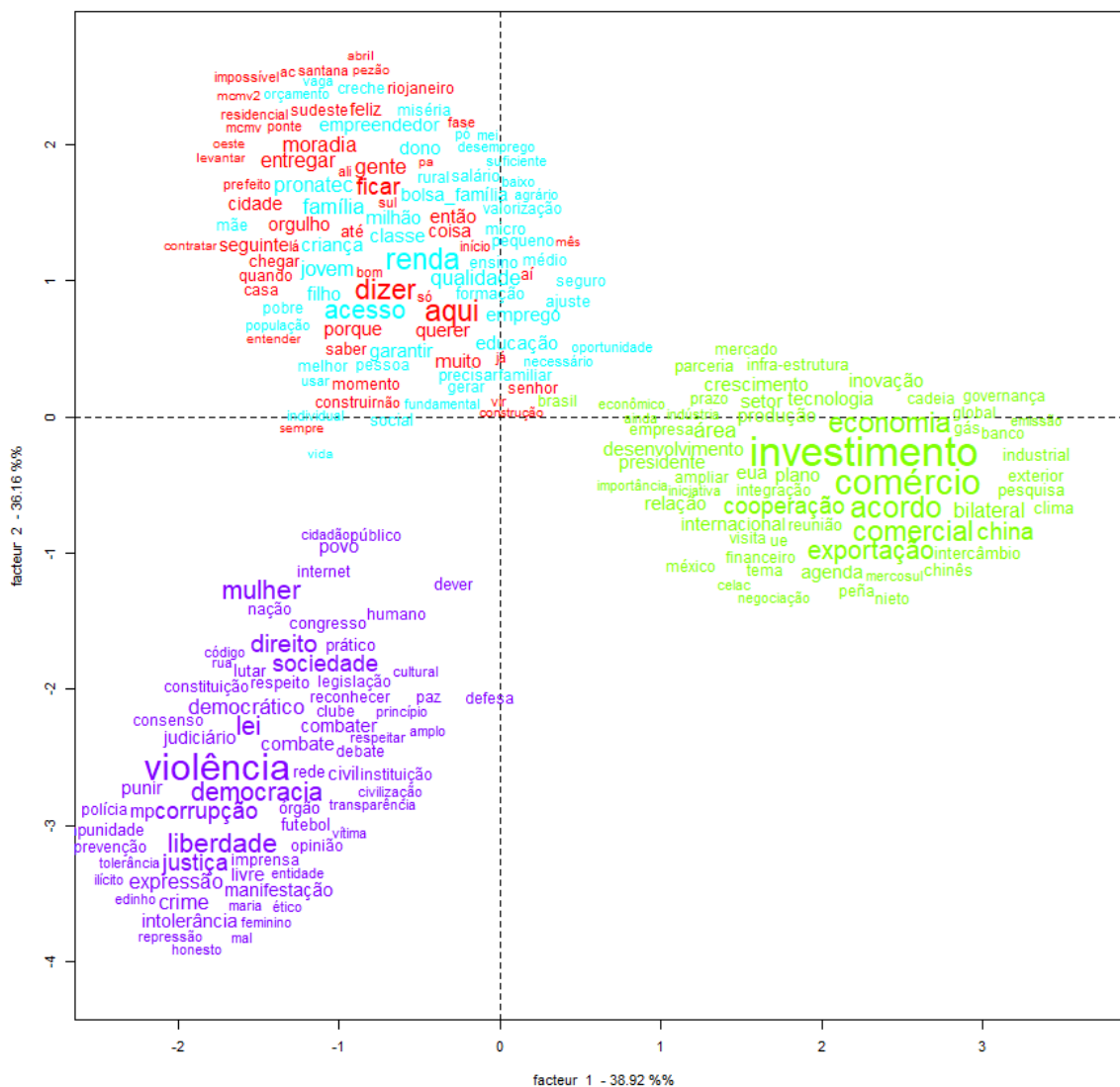


FONTE: O autor (2018).

O gráfico da AFC novamente mostra que o argumento do desenvolvimento social ainda está atrelado ao crescimento econômico e ao acesso a educação e formação. As palavras que formam as classes 1 e 3 praticamente estão embaralhadas, mostrando que o mesmo segmento de texto usado pela interface para identificar uma das classes oferece as formas para a outra. Ou seja, os segmentos de textos que formam as classes 2 e 4 são mais autônomos e se

restringem a apenas um contexto temático, o que não ocorre com os que formam as classes 1 e 3. O Gráfico 22 abaixo sintetiza isso:

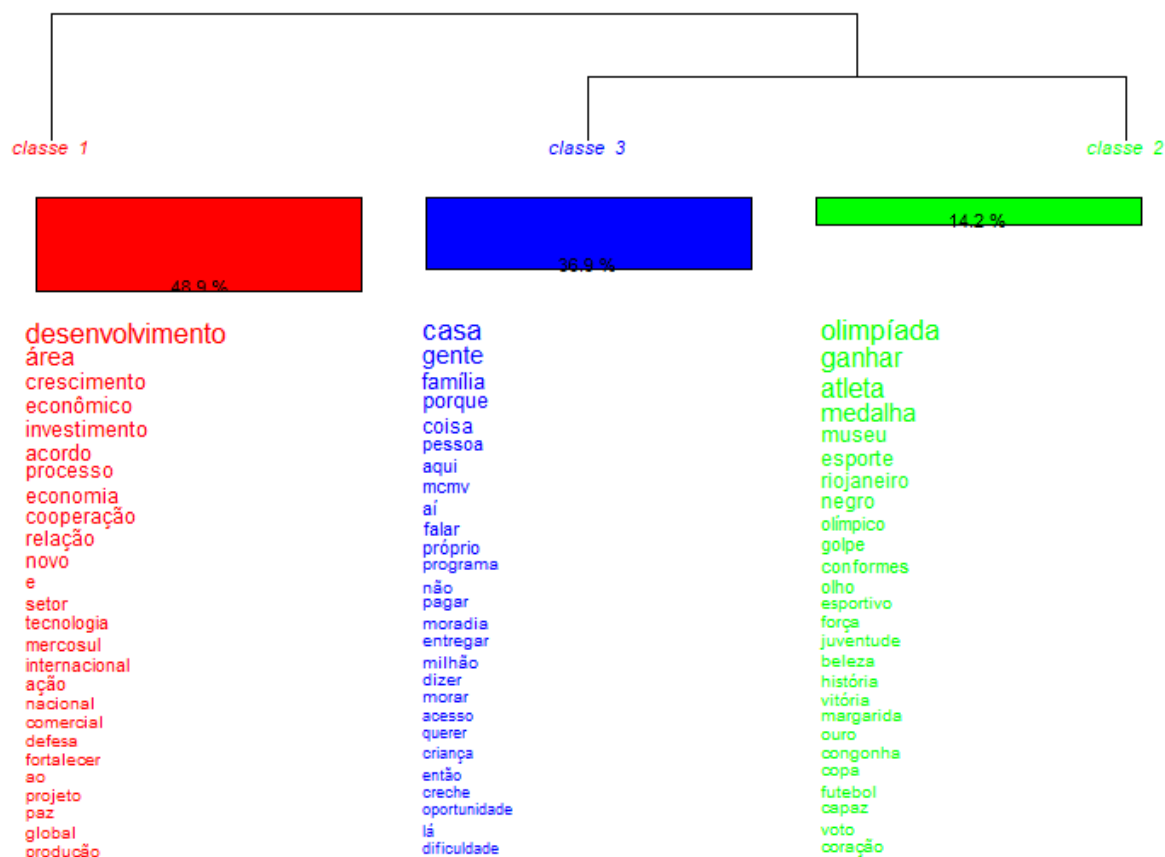
GRÁFICO 22 – AFC DA CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015



FONTE: O autor (2018).

O segundo semestre de 2015 apresenta uma configuração da CHD mais próxima do ano de 2013, com apenas 3 unidades de contexto. Na classe 1, estão agrupadas palavras que remetem a economia, comércio internacional, investimentos, cooperação, Mercosul. Na classe 3, o contexto se refere à política habitacional do Minha Casa, Minha Vida. Já a classe 2 é inédita, abordando a temática do Esporte com mais intensidade pela primeira vez nos pronunciamentos analisados até aqui. Vejamos o Gráfico 23, da classificação hierárquica descendente dos 97 pronunciamentos desse semestre:

GRÁFICO 23 – CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2015

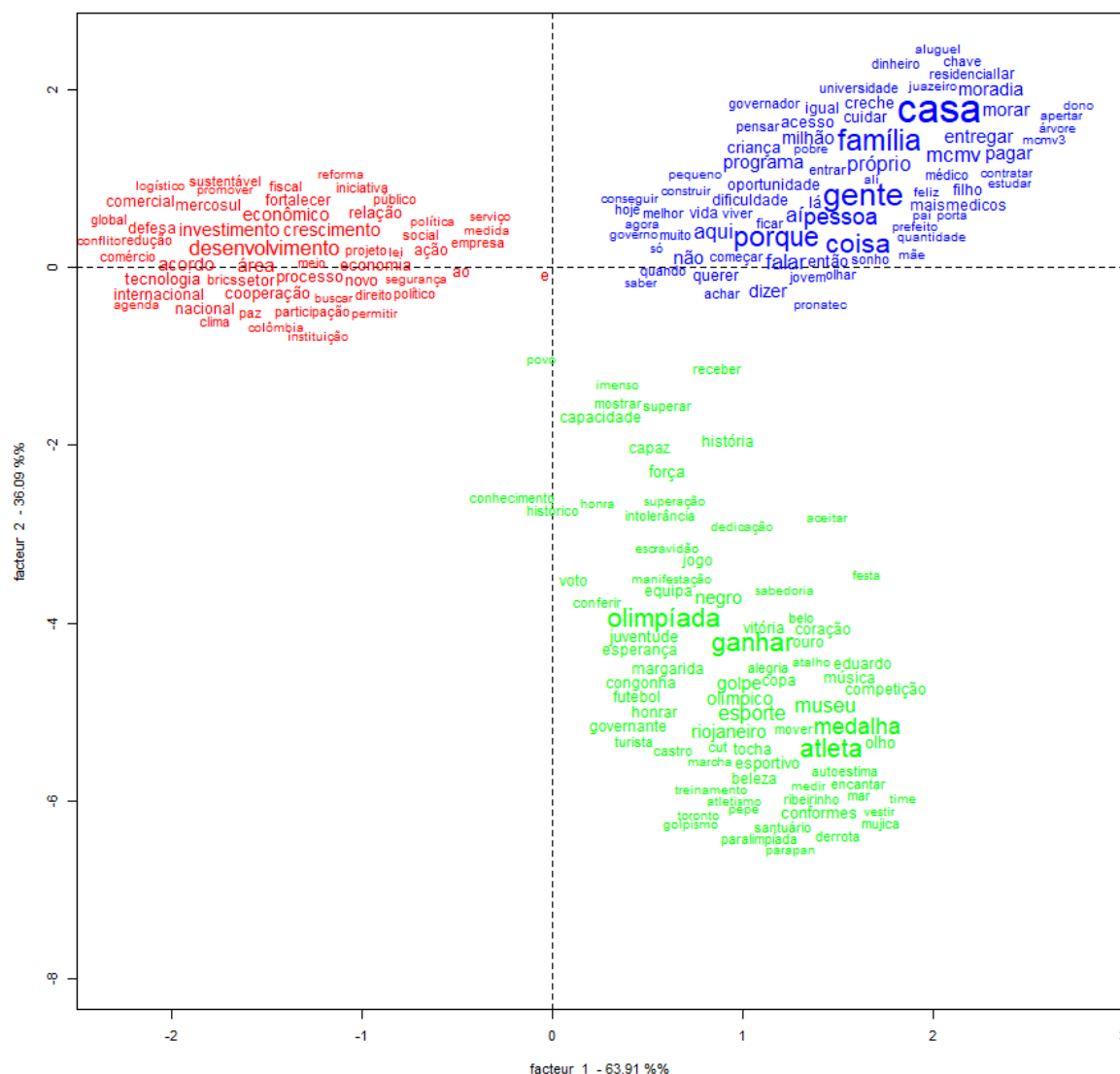


FONTE: O autor (2018).

A despeito da porcentagem de segmentos de textos que compõem a classe 1 (que atinge quase 50%, o que nos leva a inferir a atenção dada às questões sobre economia), chama atenção a presença da palavra “golpe” na classe 2, pois destoa das outras que compõe o *cluster*. Ao buscar os segmentos de texto que contêm a palavra, é possível perceber que o contexto ao qual eles pertencem trata da crise político-institucional que começa a se intensificar no governo Dilma, não guardando, portanto, qualquer relação com a temática do esporte (no capítulo seguinte, aprofundaremos a análise em relação a vocábulos específicos). A CHD identificou a presença da palavra “crise” nos segmentos de textos que foram o cluster 3, o que nos leva a inferir que, nesse momento, a presidenta não relaciona a crise econômica à política. Contudo, essa inferência necessita ser validada com a análise do contexto enunciativo, uma vez que nos segmentos de textos em que a palavra “crise” está presente pode haver outros termos que indiquem instabilidade política.

A distribuição cartesiana mostra as três classes independentes e afastadas uma das outras, praticamente ocupando quadrantes próprios, o indica que elas não se relacionam e não pertencem aos mesmos segmentos de texto, conforme o Gráfico 24, abaixo:

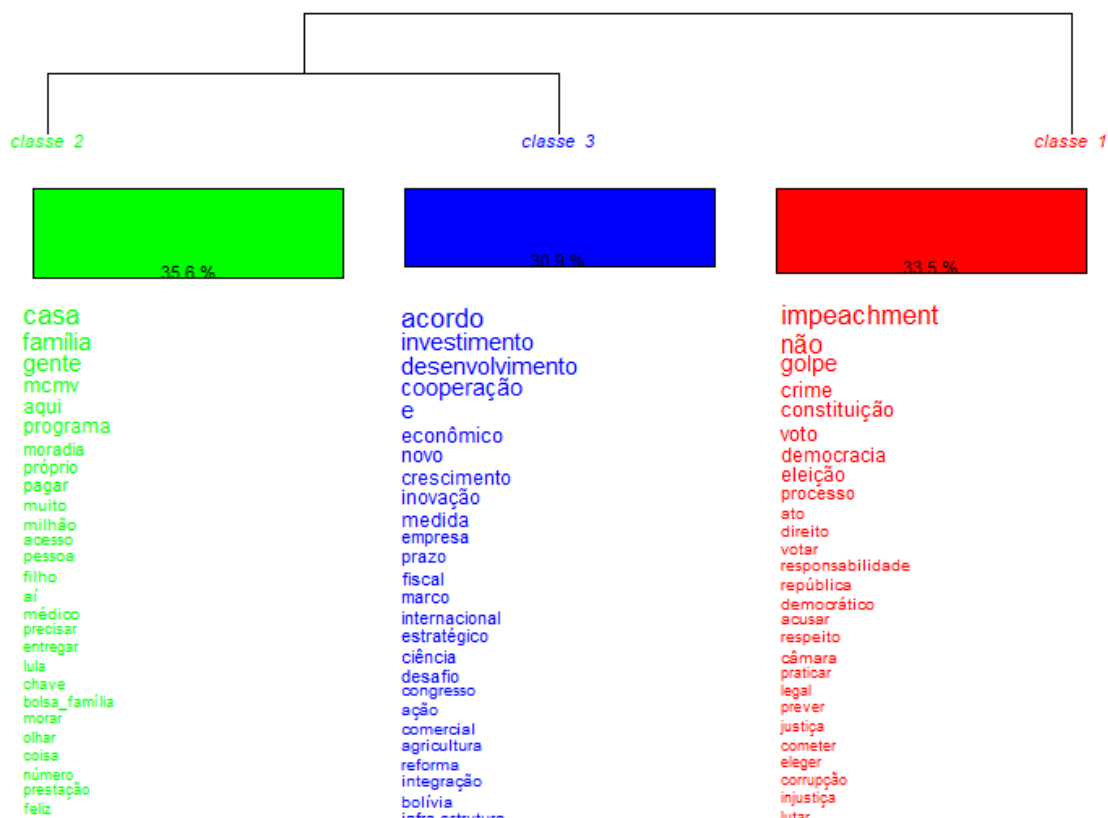
GRÁFICO 24 – AFC DA CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2015



FONTE: O autor (2018).

No último semestre de seu governo, a disputa política em torno do *impeachment* se intensifica a ponto de se estruturar numa classe única, contendo quase um terço dos segmentos de texto. Vale lembrar que, até dezembro de 2015, o *impeachment* ainda estava sendo articulado, passando a ser, de fato, um obstáculo ao governo de Dilma Rousseff em 2 de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, recebeu o pedido e instaurou a comissão especial para avaliar a adequação do pedido e a eventual remessa do processo ao plenário da Casa. Esse fato transpôs toda a disputa política em torno do afastamento da presidente para o ano de 2016. A classe 1 da CHD evidencia que o *impeachment* é qualificado como golpe, haja vista o rol de palavras que compõe o cluster, como podemos ver no Gráfico 25 a seguir. Nesse período, Dilma enunciou 64 pronunciamentos:

GRÁFICO 25– CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016



FONTE: O autor (2018).

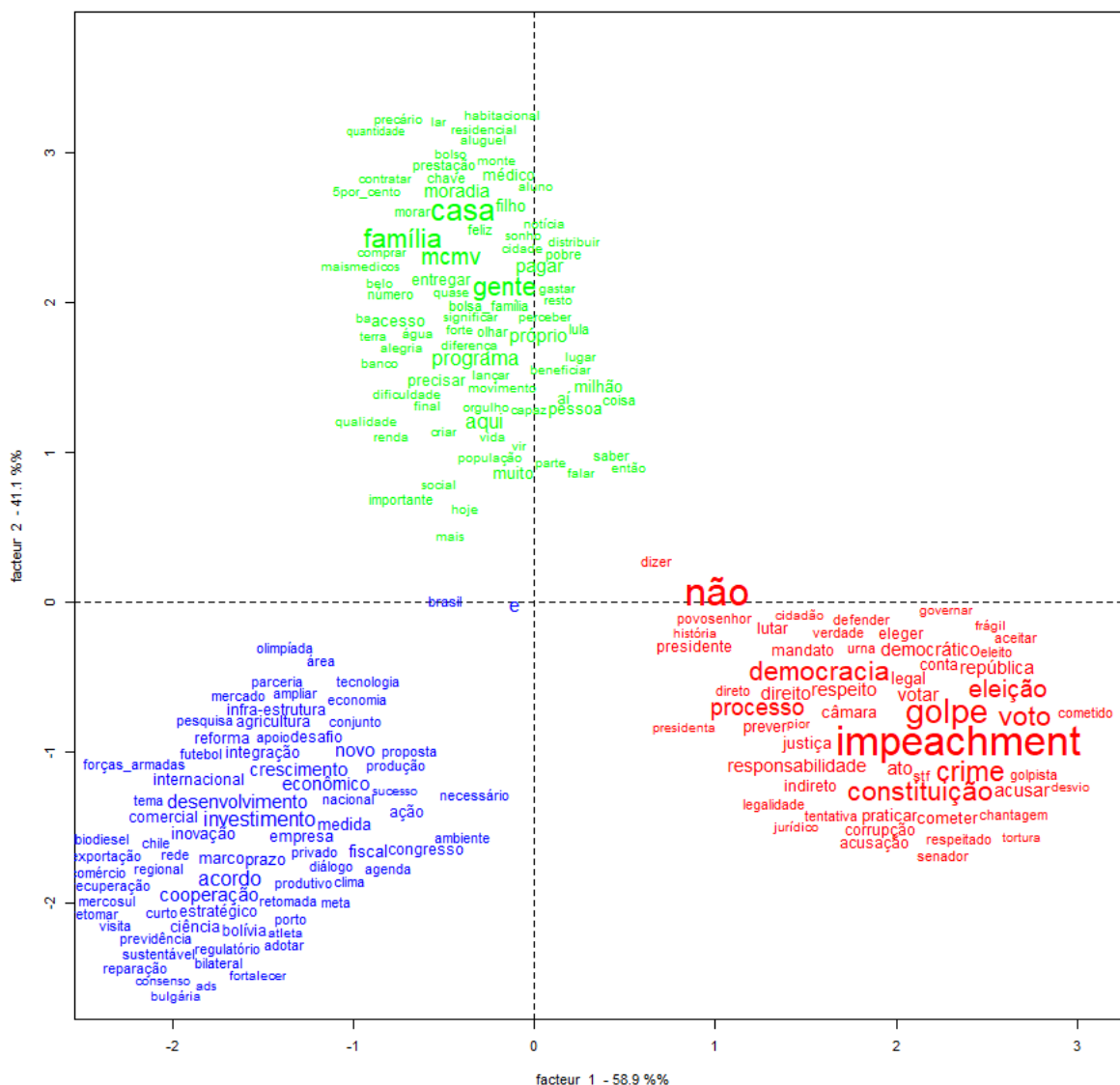
A classe 1 é a que apresenta os maiores valores de chi-quadrado, revelando o alto grau de pertinência dessas palavras para o cluster. Ainda assim, essa unidade de contexto não se sobressai perante as demais, apresentando porcentagem de segmentos de textos muito próximas às demais classes. Essa informação, aliada aos contextos dos dois outros clusters, nos leva a inferir que a luta política ocorre em paralelo às práticas tradicionais do ato de governar. Isto é, não há um predomínio da luta em torno do *impeachment* que nos conferisse segurança para afirmar que outras atividades não receberam a mesma atenção de Dilma.

As classes 2 e 3 apresentam contexto temático recorrente nos pronunciamentos: moradia e habitação e economia e relações internacionais (respectivamente), porém com valores de chi-quadrado não tão altos quando aqueles encontrados na classe 1 (classe 1: palavra “*impeachment*”, chi-quadrado 302,29; classe 2: palavra “*casa*”, chi-quadrado 198,34; classe 3: palavra “*acordo*”, chi-quadrado 90,00). Lembramos que o gráfico da AFC exibe as palavras com tamanho proporcional ao valor do chi-quadrado.

O Gráfico 26, abaixo, apresenta as três classes bem definidas, independentes e afastadas uma das outras.



GRÁFICO 26 – AFC DA CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016

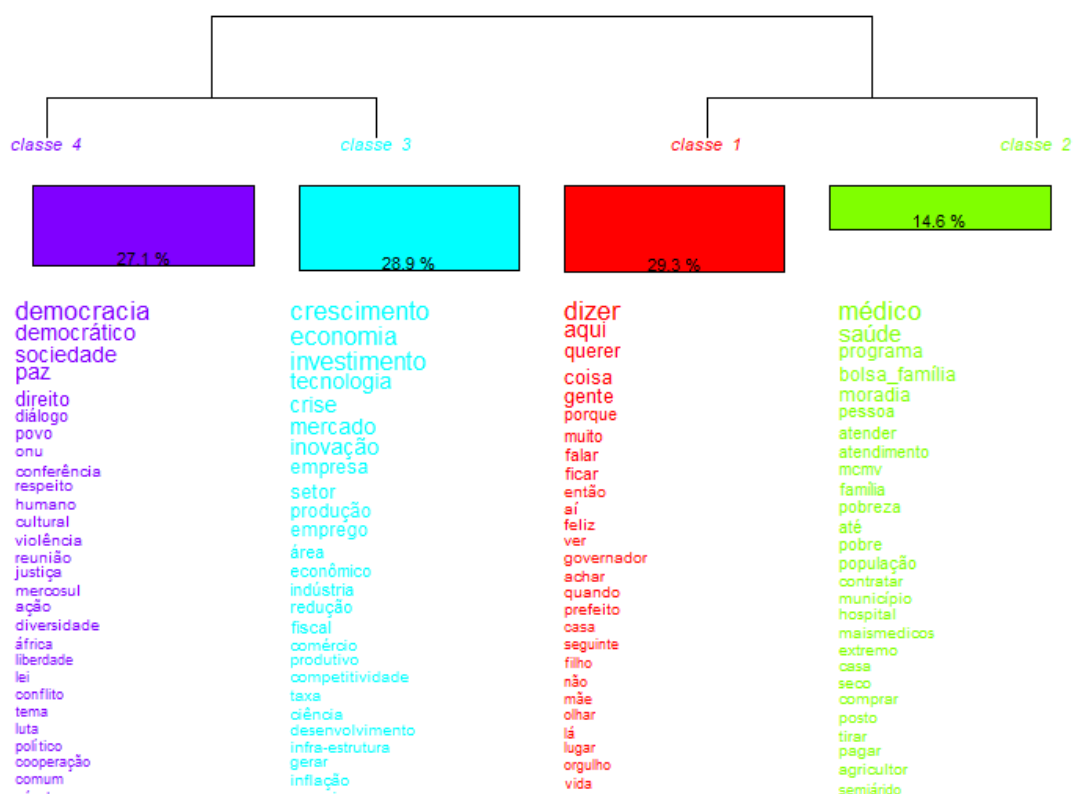


FONTE: O autor (2018).

Ao proceder à análise informatizada de todos os pronunciamentos juntos, a CHD identificou quatro unidades de contexto que sintetizam as classes identificadas na análise por semestre que trouxemos acima. Os 900 pronunciamentos, que foram divididos em 39.306 segmentos de textos, foram partidos em dois ramos e cada ramo, em duas classes. A classe 1 agrupa palavras cujo sentido é vago e expressa alguns sentimentos e valores simbólicos. A classe 2 reúne palavras relacionadas aos programas sociais do governo Dilma, como “Bolsa Família”, “Minha Casa, Minha Vida” e “Mais Médicos”. No outro ramo, a classe 3 é formada por palavras associadas à economia e a classe 4, relações internacionais e democracia.

O Gráfico 27, abaixo, traz a CHD realizada pelo Iramuteq em todos os 900 pronunciamentos de Dilma Rousseff:

GRÁFICO 27 – CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF



FONTE: O autor (2018).

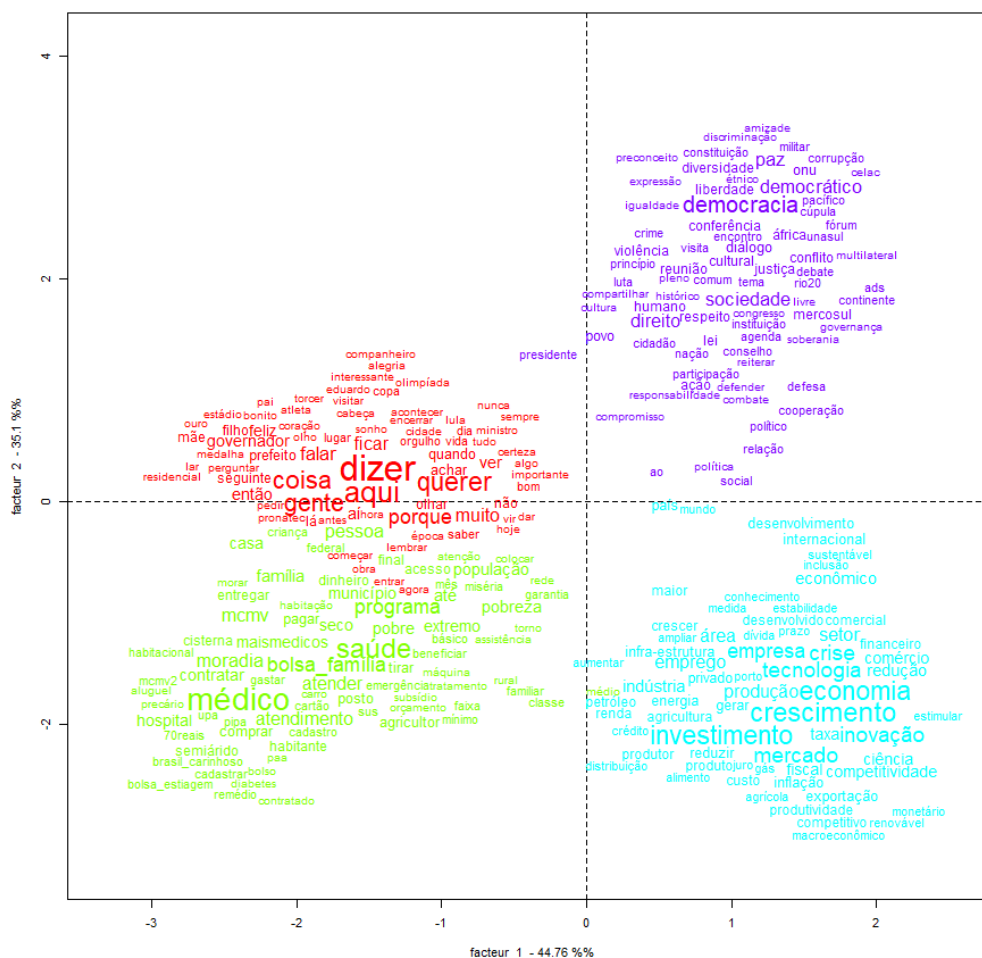
Ao observar mais atentamente o Gráfico 27, podemos ser levados a pensar que há discrepância na forma como a interface identificou as unidades de contexto. Na análise classificatória, as temáticas específicas com maior número de pronunciamentos foram aquelas cujo teor foi identificado pelo Iramuteq como próprios da classe 2. Esse dado nos levaria a pensar que essa classe teria o maior número de segmentos de textos. Contudo, é preciso explicar a porcentagem encontrada para as outras classes. As formas com significância na classe 2 indicam que os pronunciamentos do qual os segmentos de texto para a constituírem foram extraídos foram classificados nas temáticas específicas Habitação, Políticas Sociais e Saúde, além de alguns classificados como Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviço (para este cluster, os pronunciamentos afetos ao Plano Safra da Agricultura Familiar), Matriz Energética (programa Luz para Todos) e Recursos Hídricos e Saneamento (questões sobre saneamento e esgoto). Somados, totalizam aproximadamente 160 pronunciamentos que, em porcentagem (aproximadamente 16%), ficam próximos ao valor percentual de segmentos de texto que compõem a classe 2. Desse modo, inferimos que não há discrepância no valor percentual encontrado para a formação dessa unidade de contexto e os dados levantados na nossa análise classificatória.

Com relação às outras classes, justifica-se o percentual encontrado pelo fato de a interface ter agrupado em um mesmo *cluster* pronunciamentos que na classificação da temática específica pertencem a categorias diferentes. Contudo, apenas com a visualização gráfica das unidades de contexto (Gráfico 27, acima) não é possível entender se isso, de fato, ocorre. Aqui reside uma das vantagens e uma das desvantagens do Iramuteq – que abordaremos mais detalhadamente adiante. A interface oferece a opção de acessar quais segmentos de texto foram considerados para analisar a significância e a relação de cada palavra no texto original. A palavra “democracia”, por exemplo, está presente em 563 segmentos de texto. Ao proceder à leitura desses segmentos, verifica-se que a palavra está mais inserida no contexto do *impeachment* que numa questão sobre diplomacia. O mesmo ocorre com a palavra “ciência”, que é usada em contextos mais próximos de desenvolvimento econômico que de desenvolvimento social.

Quanto às outras classes, novamente o Iramuteq identificou uma unidade de contexto cujo sentido é mais vago e que contém palavras que expressam sentimentos e valores simbólicos. Há duas explicações para a presença significativa dessa classe. Conforme relatamos acima, quando procedemos à leitura flutuante, percebemos que certos vícios linguísticos de Dilma Rousseff são marcados por palavras e expressões sem significado substancial ao pronunciamento, o que chamamos de retórica vazia. Ou seja, são expressões que não conferem nenhum tipo de argumentação ao conteúdo enunciativo, como “eu queria dizer”, “vou falar uma coisa...”. No processo de preparação dos textos para a análise discursiva, parte dessas construções foram retiradas, porém foi necessário manter outras, pois sem elas a oração da qual faziam parte ficaria errada perante as normas do português padrão, o que, por sua vez, poderia alterar o sentido da frase e da enunciação. Isso exigiu que fizéssemos intervenções para corrigi-las. A presença de palavras que denotam sentimentos e valores pode revelar uma estratégia enunciativa de aproximar seus pronunciamentos da audiência popular, a fim de cooptar a audiência por apelos emocionais, mostrar-se solidária, humana e até mesmo guia desse público. Obviamente, nossa pesquisa não enfoca as estratégias retóricas dos pronunciamentos de Dilma Rousseff para persuadir e convencer seu ouvinte. Apenas levantamos esta explicação, com ares de hipótese, pois esse estilo discursivo mais próximo do ouvinte é mais evidente nos pronunciamentos da dimensão Social e cuja audiência é formada por populares, o que justifica a presença da classe 1.

Na distribuição gráfica da AFC em razão da CHD é possível perceber melhor essa relação que explicamos acima:

GRÁFICO 28 – AFC DA CHD DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF



FONTE: O autor (2018).

Como podemos ver no Gráfico 28, as classes 1 e 2 aparecem muito próximas, indicando que os segmentos de textos que as formam estão muito próximos nos pronunciamentos de Dilma Rousseff. Isto é, estão nos mesmos pronunciamentos, diferindo-se do comportamento das classes 3 e 4 que, mesmo pertencendo ao mesmo ramo, estão afastadas entre si e também das demais. Os quatro clusters são relativamente independentes, ou seja, não se sobrepõem uns aos outros. Isso nos revela um dado importante: os segmentos de texto que compõem cada classe são autônomos e restringem-se a apenas um contexto temático. Do contrário, as classes seriam distribuídas no gráfico da AFC de forma embaralhada. Com vistas a sumarizar os achados da análise frequencial, facilitar a leitura e a compreensão das informações contidas nos vinte e quatro gráficos anteriores, o Quadro 1, abaixo, traz uma síntese dos achados dessa etapa de pesquisa. Da esquerda para a direita, a primeira coluna se refere ao conjunto de textos analisado conforme o período selecionado; a segunda, aos clusters identificados pelo Iramuteq e nominados pelo pesquisador; a terceira, às formas ativas com

maior grau de significância em relação aos *clusters*; e na quarta trazemos uma breve interpretação dos dados encontrados. Quando os *clusters* se apresetaram de forma autônoma, evidenciando que os segmentos de textos que os compõem eram autônomos e independentes, deixamos de realizar inferência.

QUADRO 1 – SÍNTESE DA ANÁLISE FATORIAL DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

PERÍODO	CLUSTERS	FORMAS	INFERÊNCIA
2011-1	Rel. Internacionais; Economia; Educação; Nordeste; Valores Simbólicos	Qualidade; Paz; Ensino; Tecnologia; Homenagem	Educação é abordada em relação aos valores simbólicos, enquanto Rel. Internacionais e Economia o são de forma autônoma
2011-2	Rel. Internacionais; Economia; Serviços Públicos; Nordeste; Políticas Sociais; Valores Simbólicos	Crise; Pobreza; Milhão Acesso; Mulher	A questão da prestação dos serviços públicos é abordada em relação às políticas sociais e ao combate à pobreza. Outros assuntos são mais autônomos.
2012-1	Economia; Pol. Econômicas; Políticas Sociais; Meio Ambiente; Serviços Públicos; Sentido Vago	Crescimento; Crise; Criança; Emprego; Família	A crise é abordada em relação a Economia e as Políticas Sociais, à prestação dos serviços públicos pelo governo. Outros assuntos são mais autônomos.
2012-2	Políticas Sociais; Economia; Matriz Energética; Serviços Públicos; Sentido Vago	Criança; Pobreza; Energia; Crise; Aqui	As políticas sociais e o combate à pobreza tocam questões sobre educação e acesso da população aos serviços públicos.
2013-1	Economia; Políticas Sociais; Sentido Vago	Criança; Pobreza; Aqui; Educação; Bolsa Família	Os três assuntos são independentes e autônomos.
2013-2	Educação + Pol. Sociais; Economia; Sent. Vago + Infraestrutura	Criança; Creche; Professor; Pronatec.	Embora dois clusters contenham pronunciamentos sobre mais de um assunto, eles se portam autônomos.
2014-1	Educação; Políticas Sociais; Infraestrutura; Serviços Públicos; Sentido Vago	Ensino; Curso Técnico; Pronatec; Governo	O desenvolvimento social vem pelo desenvolvimento econômico e não pela educação. Infraestrutura é abordada como ação do governo.
2014-2	Rel. Internacionais; Economia + Cultura; Educação; Valores Simbólicos	Desenvolvimento; Ensino; Técnico; Médico; BRICS; Nacional	Os dois maiores clusters são os relativos às Rel. Internacionais e aos valores simbólicos, o que se explica em razão do período eleitoral.
2015-1	Educação; Economia; Direitos Humanos; Sentido Vago	Investimento; Comércio; Acordo; Violência; Democracia	Desenvolvimento social ainda está atrelado à questão dos direitos humanos e ao acesso à educação. <i>Cluster</i> Economia é mais autônomo.
2015-2	Economia; Habitação; Esporte	Olimpíada; Família; Casa; Desenvolvimento	Os três <i>clusters</i> são independentes e autônomos.
2016-1	Habitação; Economia Impeachment	Impeachment; Golpe; Não; Casa	Os três <i>clusters</i> são independentes e autônomos.
TODOS	Economia; Saúde + Políticas Sociais; Valores Simbólicos; Sentido Vago	Dizer; Médico; Saúde; Crescimento; Investimento; Democracia	Os clusters se apresentam como uma espécie de síntese temática dos 900 pronunciamentos de Dilma Rousseff.

FONTE: O autor (2018).

Acima, afirmamos que a análise textual no Iramuteq possui vantagens e desvantagens. As vantagens residem no fato de a interface realizar cálculos estatísticos para identificar as unidades de contexto às quais as palavras de um segmento de texto pertencem, com base no valor de chi-quadrado, que indica o grau de significância de determinada forma para o seu *cluster*. Contudo, ao proceder à leitura dos gráficos da CHD e da AFC, não é possível compreender o contexto enunciativo em que determinada palavra foi usada, tampouco o ato de fala em que ela foi dita. Esse foi o caso das palavras “ciência” e “democracia” que comentamos anteriormente.

Quando nós nos referimos aos atos de fala, emprestamos as noções mais básicas da Teoria dos Atos de Fala<sup>99</sup>, que preconiza que o locutor, quando pronuncia um enunciado em certas condições comunicativas e com certas intenções, realiza atos como ordenar, ameaçar, criticar, acusar, defender-se etc. Embora esta pesquisa não tenha por objetivo analisar os atos de fala de Dilma Rousseff, não podemos ignorá-los quando observamos os pronunciamentos no contexto da luta política e das relações de forças que existem interna e externamente a eles. Isto é, há uma implicação política muito forte quando Dilma Rousseff acusa a oposição de tramar um golpe travestido de *impeachment*, quando ela assume que realizou as pedaladas fiscais, mas nega que elas sejam crime de responsabilidade, quando ela busca apoio nos seus eleitores e delega ao povo brasileiro a responsabilidade de afastar um governante pelo voto em uma eleição e não pelo Congresso Nacional.

Desse modo, entendemos que o Iramuteq foi essencial para nossa pesquisa no sentido de nos oferecer, com segurança estatística, dados para compreender o pronunciamentos de Dilma Rousseff em suas características mais gerais, o que, por sua vez, oferece caminhos para aprofundar nossa análise e perseguir os objetivos de nossa pesquisa. Contudo, a interface não nos permite conduzir a análise ao nível da construção das figuras do “eu”, do “nós” e do “ele/eles” e da luta política que elas engendram, pois necessitamos de analisá-las no contexto enunciativo e interdiscursivo.

O Iramuteq apresenta outra limitação. A despeito da possibilidade de isolar uma palavra e buscar os segmentos de texto que a contêm, a língua portuguesa possui uma característica que se mostrou um obstáculo à nossa pesquisa: o seu caráter elíptico<sup>100</sup> e desinencial. A conjugação verbal, ou desinência, em português é flexionada de acordo com o modo, a pessoa e o tempo. Quanto ao modo, o verbo pode ser conjugado em indicativo,

---

<sup>99</sup> AUSTIN, John L. **How to Do Things with Words**; SEARLE, John R. **Speech Acts**.

<sup>100</sup> Elipse é a supressão de um termo que pode ser facilmente subentendido pelo contexto linguístico ou pela situação.

imperativo e subjuntivo<sup>101</sup>. Quanto à pessoa, em primeira, segunda e terceira, as três no singular ou no plural. Quanto ao tempo, em passado, presente e futuro<sup>102</sup>. O morfema, unidade significativa mínima de uma palavra, se afixa ao radical do verbo, conferindo a desinência verbal, o que torna possível suprimir o sujeito da ação. Na frase “trabalhamos até tarde”, o sujeito da ação é o “nós” que está oculto na oração, uma vez que o sufixo “-amos” ligado ao radical do verbo trabalhar indica a pessoa que está praticando a ação.

Outra característica da língua portuguesa são os verbos pronominais, que necessitam de um pronome oblíquo átono (me, te, se, nos, vos, lhes) para indicar ações relativas ao sujeito que as pratica. Vejamos o seguinte exemplo: “Orgulha-me entregar essas casas a cada um de vocês”. Se a palavra “orgulha” não estivesse acompanhada do pronome, não seríamos capazes de dizer quem é o sujeito da ação.

Aqui reside a limitação do Iramuteq. Se procedêssemos à busca das palavras “eu”, “nós” e “ele/eles”, somente localizaríamos os segmentos de textos em que elas estão explícitas; deixaríamos, portanto, de localizar aqueles em que esses pronomes estão elípticos em razão da desinência verbal, resultando em um número de segmentos de texto muito aquém daquele em que as três figuras são construídas. Também teríamos de incluir na busca os pronomes oblíquos a fim de englobar os verbos pronominais. Além disso, a interface não permite a localização de palavras por meio de seus sufixos, o que nos impede de buscar os verbos nas conjugações relativas ao “eu”, ao “nós” e ao “ele/eles”.

Após as duas etapas da Análise de Conteúdo, é necessário relacionar nossos procedimentos metodológicos com o aporte teórico que trouxemos no capítulo 2. Embora a orientação crítica da Análise de Discurso se debruce nas relações de força e poder e possamos relacioná-las e analisá-las a fim de identificar luta política nos pronunciamentos que compõem nosso objeto de pesquisa, seus estudiosos não tecem considerações acerca da intensidade de luta política quando se trabalha com objetos de pesquisa mais extensos. Também não o fazem os pesquisadores mais ligados à área da Comunicação Política. Contudo, após a leitura flutuante, a análise classificatória e a análise exploratória, podemos afirmar que há diferenças no grau de intensidade de luta política entre os pronunciamentos que analisamos. Isso implica dizer que um pronunciamento de condolências não tem a mesma intensidade de relações de forças e poder que o pronunciamento enunciado por Dilma ao Senado Federal para sua defesa

---

<sup>101</sup> O indicativo expressa uma certeza, trabalhando com reais possibilidades de concretização da ação verbal ou com a certeza comprovada da realização daquela ação. O subjuntivo expressa a dúvida ou uma hipótese. O imperativo pode indicar uma ordem, um pedido, um conselho etc.

<sup>102</sup> Há ainda formas nominais: o infinitivo, o gerúndio e o particípio. Elas oferecem noção temporal à ação que está sendo expressa.

no processo de *impeachment*. Assim, não faria sentido para a nossa análise se concentrar em pronunciamentos em que a luta política é fraca ou inexistente.

O governo de Dilma Rousseff ficou marcado pelo golpe do *impeachment*. Seria ingenuidade não concentrarmos nossa análise na luta político-discursiva em torno desse processo de impedimento. Porém, os achados a partir da leitura flutuante e da análise frequencial revelaram um dado significativo. Nos cinco anos e cinco meses de governo, Dilma Rousseff precisou se posicionar discursivamente acerca de diversas crises. No início do primeiro mandato, a presidenta argumenta sobre a crise ressaltando e enaltecendo o fato de o país ter passado incólume pela crise econômica que afetou a Europa e os Estados Unidos a partir de 2008. Ao término do primeiro mandato, a crise econômica começa a ser sentida no Brasil e os pronunciamentos abordam como o governo estava preparado para lidar com ela sem que fossem gerados prejuízos para a economia e para os brasileiros. Conforme vimos no capítulo 2, no período que antecede a eleição, o governo de Dilma Rousseff estava sendo atingido por uma crise político-social: os escândalos de corrupção envolvendo o PT desgastavam a imagem do governo de Dilma e parte da população promovia protestos contra sua gestão – manifestações estas que se iniciam em junho de 2013. No início do seu segundo mandato, o governo assume que a crise econômica se abateu no país, mas ainda continua sustentando o argumento de que possui condições para enfrentá-la. A crise política se agravou, com a oposição questionando a validade de sua reeleição, o que, em pouco tempo, a fez se converter em uma crise institucional que culmina com o golpe do *impeachment*.

Isso posto, a última etapa da nossa análise, que realizaremos no capítulo a seguir, concentrou-se nos pronunciamentos em que a(s) crise(s) descrita assim aparecem. Ou seja, entendemos que a crise institucional da deposição de Dilma advém da crise econômica e política, que já estão presentes em pronunciamentos nos primeiros anos do primeiro mandato. Para identificar esses pronunciamentos, realizamos buscas pelas palavras “crise”, “manifestações”, “impeachment” e “golpe” por meio de dois procedimentos: localização simples das palavras no arquivo em Word no qual compilamos todos os pronunciamentos e pela busca dos segmentos de textos identificados pelo Iramuteq em que essas palavras aparecem, o que, por sua vez, leva-nos ao pronunciamento completo. Dessa forma, pudemos evitar possíveis falhas ou erros na seleção desses pronunciamentos.



## 5 ANÁLISE CONTEXTUAL DOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

Para a etapa final da Análise de Conteúdo no nosso objeto de pesquisa, localizamos todos os pronunciamentos em que as palavras “crise”, “manifestação”, “impeachment” e “golpe”, por meio de uma busca simples desses termos com o auxílio da ferramenta “Localizar” da interface Microsoft Word, o que resultou em 323 pronunciamentos – vale lembrar que cada pronunciamento se configurou como um texto para a análise informatizada no Iramuteq. Para validar a busca, comparamos os pronunciamentos selecionados a partir da ferramenta com os segmentos de textos identificados pelo Iramuteq – foram 700 segmentos de texto com a forma ativa “crise”, 106 com a forma ativa “golpe” e também 106 com a forma ativa “impeachment”. A palavra “manifestação” aparece em 110 segmentos de texto, contudo nem todos se referem às manifestações de junho de 2013.

É importante destacar que o Iramuteq organiza os segmentos de texto conforme as formas léxicas e não de acordo com a ocorrência. Ou seja, em um mesmo segmento de texto pode haver mais de uma ocorrência de determinada forma (ou palavra). Por meio da ferramenta “Localizar”, foram identificadas as seguintes frequências: crise – 1.100 vezes; golpe – 247; impeachment – 209 e manifestação (-ões) – 62. No caso desta última, o valor encontrado se refere somente ao contexto das manifestações de junho de 2013.

Concomitante à checagem, procedemos à leitura dos 323 pronunciamentos a fim de verificar se as palavras estavam em contextos relacionados aos nossos problema, hipótese e objetivos de pesquisa. Assim, identificamos 38 pronunciamentos em que a palavra crise não se relacionava com esta tese. Em 21 deles, a palavra crise era apenas citada sem haver argumentação em torno dela ou sem que Dilma Rousseff a relacionasse com o Brasil<sup>103</sup>. Em 10, a palavra crise estava associada à crise econômica em outros países ou a um contexto internacional, novamente sem qualquer relação com o Brasil ou a economia brasileira, formando expressões como “a crise da Grécia”, “a crise na Zona do Euro” etc. Em 4, os pronunciamentos abordaram obras e ações para evitar crises hídricas e em 3 eram crises relacionadas à saúde, como crise de asma, renal etc. As palavras “manifestação”,

---

<sup>103</sup> Por exemplo: “Mantemos igualmente importante diálogo América do Sul-África, continente a que tanto devemos, no âmbito da cúpula ASA. Integramos, com as economias mais dinâmicas da atualidade, o grupo dos BRICs. Desenvolvemos uma parceria estratégica com a União Europeia. Queremos contribuir para uma multipolaridade benigna, fundada numa dinâmica de cooperação livre das assimetrias do passado, geradoras de crises e de instabilidades”. (Discurso durante almoço oferecido ao Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama em 19 de março de 2011).

“impeachment” e “golpe” estavam todas no contexto temático e argumentativo relacionado a esta pesquisa.

Portanto, para essa etapa da análise, concentramo-nos em 285 pronunciamentos. Anualmente, foram 74 pronunciamentos em 2011, 64 em 2012, 46 em 2013, 21 em 2014, 43 em 2015 e 34 em 2016. Na nossa categoria Dimensão Temática, os pronunciamentos se distribuem da seguinte maneira:

TABELA 14 – DIMENSÃO TEMÁTICA DOS PRONUNCIAMENTOS SELECIONADOS

<b>DIMENSÃO TEMÁTICA</b>	<b>N. DE PRONUNCIAMENTOS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Estado	98	34,3
Social	77	27,0
Economia	57	20,0
Infraestrutura	31	10,9
Administração	22	7,8
<b>Total</b>	<b>285</b>	<b>100</b>

FONTE: O autor (2018).

Quando observamos a classificação de Dimensão Temática dos pronunciamentos selecionados, chama atenção o valor encontrado para a categoria Estado. Durante o primeiro mandato, a palavra “crise” está presente nos pronunciamentos de Dilma Rousseff, em argumentações que explicam como a crise econômica surge nos Estados Unidos e na Europa e as consequências que ela traz para os países e que asseguram que o Brasil está preparado para conviver com a crise sem ser afetado, possuindo bases sólidas, estabilidade econômica e reservas financeiras (traremos exemplos mais adiante). Esses pronunciamentos são enunciados em eventos internacionais, possivelmente com a estratégia de tranquilizar os investidores e parceiros internacionais e para demonstrar preocupação com os efeitos da crise nas relações econômicas internacionais.

Quanto à Temática Específica, os 285 pronunciamentos selecionados contemplam todas as categorias desta variável. Contudo, em apenas seis delas o valor encontrado é significativo. Os valores relativos à Relações Internacionais se explicam pelos mesmos motivos apontados acima, no tocante à dimensão Estado. Nas demais categorias, a palavra “crise” apresenta frequência maior que as demais e os valores encontrados não apresentam discrepância. Ou seja, é plausível que a argumentação em torno da crise ocorra mais em pronunciamentos sobre Políticas Econômicas e Agricultura, Comércio, Indústria e Serviços, assim como o *impeachment* e o golpe se atrelam mais à Política e às manifestações sobre

Mobilidade Urbana e Transporte (lembramos que os protestos de julho de 2013 começam em razão dos aumentos das tarifas de transporte coletivo em algumas cidades brasileiras). Quanto à categoria Habitação, o alto valor encontrado se explica pelo fato de Dilma Rousseff argumentar que o Programa Minha Casa, Minha Vida foi também uma estratégia do governo federal para enfrentar a crise. A Tabela 15, abaixo, traz as categorias cujo valor é maior que 10:

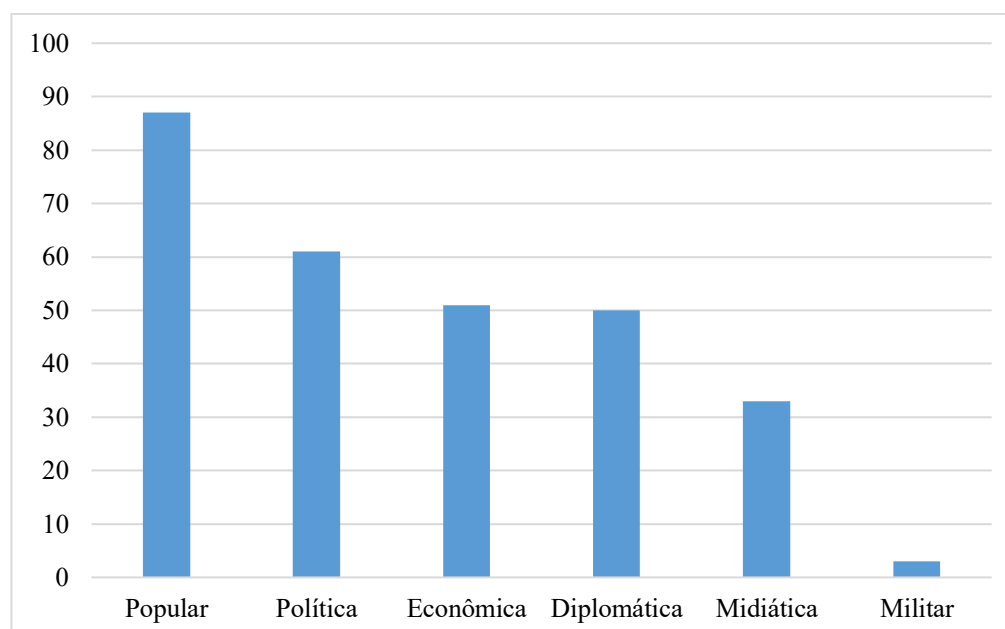
TABELA 15 – TEMÁTICA ESPECÍFICA DOS PRONUNCIAMENTOS SELECIONADOS

TEMÁTICA ESPECÍFICA	N. DE PRONUNCIAMENTOS	PORCENTAGEM
Relações Internacionais	75	26,3
Agricultura, Comércio, Indústria e Serviços	37	13,0
Políticas Econômicas	25	8,8
Política	18	6,4
Habitação	17	5,9
Mobilidade Urbana e Transporte	17	5,9
Outras categorias	96	33,7
<b>Total</b>	<b>285</b>	<b>100</b>

FONTE: O autor (2018).

Com relação ao Público e à Audiência, há a seguinte distribuição:

GRÁFICO 29 – AUDIÊNCIA DOS PRONUNCIAMENTOS SELECIONADOS



FONTE: O autor (2018).

Aqui é relacionamos os dados das três últimas variáveis. Embora a maior parte dos pronunciamentos selecionados sejam relativos a questões ligadas a Economia e produção de

riqueza e tenham sido enunciados em eventos com público Fechado, a categoria da variável Audiência com o maior valor encontrado é a Popular, cujos pronunciamentos remetem mais à dimensão Social e em eventos abertos ou semiabertos. A explicação é que os pronunciamentos sobre Políticas Econômicas, Relações Internacionais, Agricultura, Comércio, Indústria e Serviços etc. se dirigem a audiências diferentes. Já os pronunciamentos de dimensão Social, como Habitação, Educação, Direitos Humanos, Trabalho e Emprego etc. se dirigem à mesma audiência. Esse é um comportamento já identificado na Análise Classificatória do nosso objeto de pesquisa e que se repete nesta Análise Contextual.

A seguir, trazemos a análise da construção das figuras do “eu”, do “nós” e do “ele/eles”, explicitando a luta político-discursiva entre as três figuras na argumentação em torno das crises econômica, institucional e política. Primeiramente, descreveremos como as três figuras se constituem nos pronunciamentos, sem relacioná-las à luta política em torno da evolução da crise. A intenção é apontar quem são esses “personagens” e que posição eles ocupam na enunciação discursiva. Posteriormente, abordaremos como as três figuras jogam o jogo político, evidenciando as relações de força e as lutas de poder. É importante ressaltar que, embora tenha sido necessário trazer algumas informações acerca da conjuntura política e social do governo de Dilma Rousseff, a análise das três figuras se ateve exclusivamente ao contido na materialidade discursiva do nosso objeto de pesquisa. Isto é, a análise realizada se concentrou naquilo que estava explícito e implícito nos pronunciamentos e não na dinâmica discursiva com o contexto político e social externo a eles.

### 5.1 A FIGURA DO “EU”

Durante o primeiro mandato, a figura do “eu” é pouco expressiva nos pronunciamentos de Dilma Rousseff. Com a exceção do pronunciamento de posse do primeiro mandato, que não foi incluído na seleção para a análise qualitativa por não conter as palavras “crise”, “manifestação”, “golpe” e “impeachment”, e dos pronunciamentos em torno das manifestações de 2013, a construção do “eu” além de pouco frequente cumpre papéis muito específicos. O primeiro papel que identificamos é o de fiadora do Brasil. Em alguns pronunciamentos, Dilma assume a função de legitimadora e de porta-voz do país. Atrelado ao papel descrito acima, este se intensifica e se ampara num status representativo, como podemos ver nos exemplos abaixo:

O Brasil sabe, porque tem os pés no chão, que ele pode e ele vai enfrentar a crise e passar por cima dela, assegurando emprego para todos os brasileiros. (Discurso

durante cerimônia de anúncio da ampliação do Programa Brasil Sorridente e mutirão de próteses dentárias; 10 ago. 2012)

O Brasil, como único país emergente onde, nos últimos anos, diminuiu a desigualdade social, tem a responsabilidade de diminuir, ainda com mais rapidez, a desigualdade entre homens e mulheres. O Brasil, como um dos poucos países do mundo que, nesses anos de crise, aumentou sem parar o emprego, tem mais que obrigação de garantir melhores oportunidades e salário mais justo para as mulheres. E o país que retirou, em dois anos, 22 milhões de brasileiros e brasileiras da miséria, tem que ser um defensor intransigente dos direitos humanos das mulheres. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião do Dia Internacional da Mulher; 08 mar. 2013)

Embora o papel de fiadora não se construa articulando a figura do “eu”, ele revela a tomada de uma posição de Dilma Rousseff em relação ao modo como ela constrói a argumentação de seus pronunciamentos. É nesse papel que a presidente assegura que o país possui bases sólidas para lidar com a crise e que o Brasil está sendo pouco afetado por ela. Durante todo o primeiro mandato, a crise ou está atrelada ao cenário internacional ou é sempre atenuada: ora Dilma afirma que o Brasil foi o último país a entrar na crise e o primeiro a sair dela, ora ela qualifica a crise como dificuldade.

Todo mundo vê que o Brasil mudou, que o Brasil cresce, que tem um mercado interno forte, que esse mercado interno é objeto de cobiça de muita gente que está com a economia deprimida, que tem a sua indústria lá fora sem criar os empregos necessários porque não tem um consumo, porque há crise lá fora. Primeiro, eu quero dizer para vocês que hoje o Brasil ainda está mais forte do que estava em 2008. (Discurso na cerimônia de lançamento do Programa Estadual de Inclusão Produtiva Vida Melhor; 05 ago. 2011)

O Brasil e outros países emergentes têm demonstrado, nos últimos anos, que crescimento, geração de emprego, aumento da renda e da produtividade são compatíveis com responsabilidade e equilíbrio fiscal. (Declaração após cerimônia de assinatura de atos; 04 out. 2011).

Hoje o Brasil está adotando, também para fazer face à crise, uma ativa política de investimento e expansão da demanda, tanto por meio do investimento público, mas também, e sobretudo pelo que nos interessa, pelo investimento privado. (Discurso na ocasião da entrega do Prêmio por Serviço Público, oferecido pelo Instituto Woodrow Wilson; 20 set. 2011).

Nos exemplos que trouxemos não é possível identificar formas léxicas que remetam à figura do “eu”, com a exceção da expressão “eu quero dizer para vocês que”, presente no penúltimo parágrafo acima. As referências ao Brasil são impessoais, marcadas pelos verbos em terceira pessoa do singular. Contudo, a forma “Brasil” aparece como sujeito de todas as ações verbais dos excertos acima. Ou seja, ao afirmar que o Brasil “sabe”, “pode”, “vai enfrentar”, “tem”, “diminuiu”, “aumentou”, “mudou”, “cresce” e “está adotando”, Dilma Rousseff assume a posição de legitimadora dessas ações. No capítulo 2, abordamos a importância do enunciador

para a Análise de Discurso, que preconiza que ele é o responsável por trazer à ordem do discurso os dizeres circulantes no espaço interdiscursivo do imaginário coletivo. Nos exemplos acima, isso ocorre de duas maneiras. A primeira é o fato de Dilma Rousseff ser a enunciadora dos pronunciamentos; isto é, se a presidenta afirma que o Brasil faz isto ou aquilo é porque, de fato, ela vai sustentar tais enunciados. A segunda advém da qualidade inerente do cargo de presidenta da República (chefe do Executivo), a quem se reporta a condução do país.

O segundo papel identificado nos pronunciamentos é o de gestora, que se evidencia em enunciados que demonstram convicções, compartilham confiança, expõem sentimentos e assumem responsabilidades. Vejamos alguns exemplos:

Preocupam-me em especial os efeitos agudos decorrentes dos desequilíbrios econômicos gerados pela crise recente. (Declaração à imprensa em conjunto com o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama; 19 mar. 2011)

Eu tenho o compromisso com o controle da inflação, pois sem ele não há desenvolvimento sustentável. E eu cumpro meus compromissos. (Discurso durante a 37ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; 26 abr. 2011)

Eu queria dizer aos senhores que o meu país vem fazendo a sua parte nesse esforço para retomar o crescimento não só na nossa zona, mas contribuir para o crescimento internacional. (Discurso durante Seminário Empresarial: Desafios e Oportunidades de uma Parceria Estratégica; 12 dez. 2012)

Nesses três exemplos, podemos perceber que quase não há luta política ou jogo de forças no teor das enunciações. O tom discursivo é mais gerencial e referencial. Nota-se que Dilma não assume posição responsiva, repreensiva, defensiva ou de ataque, mas sim posição de gestora, evidenciada por enunciados afetos à condução administrativa do país.

O “eu” gestor se aproxima muito do eu retórico, presente em expressões sem significado substancial como “eu queria dizer”, “eu vou falar de” etc., que nós já descrevemos no início deste capítulo. Esses três papéis permanecem durante o segundo mandato de Dilma, porém menos frequentes. Expressões como “meu governo”, “meu mandato”, “eu gostaria de” etc. também são muito raras em 2011 e 2012, aparecendo menos de 10 vezes no período que vai da posse em 2011 até as manifestações de 2013. Nesse período, a expressão é enunciada em um contexto gerencial, como podemos ver nos próximos dois exemplos:

Meu governo, neste momento, se concentra nas tarefas necessárias para aperfeiçoar nosso processo de crescimento e garantir um longo período de prosperidade para o nosso povo. (Declaração à imprensa em conjunto com o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama; 19 mar. 2011)

O meu governo está, diuturnamente, e até noturnamente, atento a todas as pressões inflacionárias e fazendo permanente análise delas. (Discurso da durante a 37ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; 26 abr. 2011)

A partir de junho de 2013, em face das manifestações populares e da iminência das eleições de 2014, o “eu” começa a ganhar destaque e tornam-se mais frequentes os enunciados em que a figura do “eu” está inserido em um contexto argumentativo mais político. Inclusive, a expressão “meu governo” acompanha essa mudança de enfoque.

Eu vi ontem um cartaz muito interessante que dizia desculpe o transtorno, estamos mudando o país. Eu quero dizer que o meu governo está ouvindo essas vozes pela mudança. O meu governo está empenhado e comprometido com a transformação social. A começar pela elevação de 40 milhões de pessoa à classe média, com o fim da miséria. O meu governo, que quer ampliar o acesso à educação e à saúde, compreende que as exigências da população mudam. (Discurso durante cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração; 18 jun. 2013)

Como presidenta, eu tenho a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia. O Brasil lutou muito para se tornar um país democrático. E também está lutando muito para se tornar um país mais justo. Sou a presidenta de todos os brasileiros, dos que se manifestam e dos que não se manifestam. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV – manifestações; 21 jun. 2013)

Nos excertos acima, é possível perceber que o teor dos argumentos deixa de ser gerencial e passa a ser mais político. Aqui vemos Dilma Rousseff, enquanto representante da instância política, se relacionando com a instância cidadã, em um processo no qual ela sai do espaço administrativo para ouvir a demanda do mundo exterior.

A partir das manifestações de 2013, a figura do “eu” ganha mais espaço nos pronunciamentos e passa a estar ligado a uma argumentação mais política que gerencial, padrão que segue até a metade de 2015, já no segundo mandato. Nesse período também encontramos o “eu” atrelado à temática da corrupção, como podemos ver nos dois exemplos abaixo:

[...] a Polícia Federal e o Ministério Público, instituições do Estado brasileiro, estão investigando os corruptos e os corruptores e não há qualquer tipo de pressão do governo para inibir as investigações. Não tenho, nunca tive e nunca terei nenhuma tolerância com corruptores e com corruptos. (Discurso durante a Conferência Nacional de Educação; 20 nov. 2014)

Sempre orientei minhas ações pela convicção sobre o valor da estabilidade econômica, da centralidade do controle da inflação e do imperativo da disciplina fiscal, e a necessidade de conquistar e merecer a confiança dos trabalhadores e dos empresários. [...] Democratizar o poder significa combater energicamente a corrupção. A corrupção rouba o poder legítimo do povo. A corrupção ofende e humilha os trabalhadores, os empresários e os brasileiros honestos e de bem. A corrupção deve ser extirpada. (Discurso durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional; 1º jan. 2015)

Analisando os trechos que trouxemos acima, percebe-se que Dilma Rousseff se posiciona perante a questão da corrupção ora pelo compartilhamento de valores pessoais ora por promessas e frases de efeito. Embora no segundo trecho, a presidenta afirme que é preciso “combater energicamente a corrupção” e que ela “deve ser extirpada”, o único compromisso assumido é não pressionar para inibir as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público. Esse dado é importante, pois enunciados como este não são minoria e apontam para o fato de que o posicionamento de Dilma Rousseff perante as questões contingenciais de seu governo é mais retórico que pragmático (voltaremos a esse tópico adiante).

Da metade de 2015 até maio de 2016, a figura do “eu” prevalece perante as outras duas em razão do processo de *impeachment*. Os enunciados nos quais a presidenta compartilha valores e convicções se mantêm, agora com enfoque no respeito à democracia, à justiça e à Constituição. Nesse período, mas mais intensamente no ano de 2016, todos os pronunciamentos abordam a temática do *impeachment*/golpe. Esse é o momento em que Dilma Rousseff assume postura mais defensiva e, às vezes, de ataque e de denúncia. Nesse momento, a presidenta evoca a imagem de representante de um projeto de nação e de governo que está ameaçado pelo golpe articulado pela oposição:

É, sobretudo, [um golpe] contra o projeto que eu represento. (Discurso da durante Encontro da Educação pela Democracia; 12 abr. 2016)

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária. (Discurso após votação do impeachment no Senado Federal; 31 ago. 2016)

Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança. O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar. (Discurso durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional; 1º jan. 2015)

Aqui é preciso tecer algumas ponderações. Incluímos esses enunciados na figura do “eu” em razão de os verbos serem conjugados na primeira pessoa do singular. Contudo, as construções semânticas trabalham um sentido de coletividade, que lhes confere também a figura do “nós”. Ou seja, em trechos como esses, o status discursivo de Dilma Rousseff se ampara em atributos externos a ela, mas que se ligam à presidente pelas relações simbólicas de representatividade.



A figura do “eu” varia ao longo do governo de Dilma Rousseff em frequência, intensidade e tipo, contudo, obviamente o indivíduo ao qual se refere se mantém o mesmo. Pode parecer incorreto realizar tal afirmação, mas ela é necessária, uma vez que os elementos constitutivos das figuras do “nós” e do “ele/eles” se alteram ao longo dos quase cinco anos e meio. Quanto ao tipo, identificamos um “eu” gestora, de caráter mais retórico, que predomina durante o início do primeiro semestre até as manifestações de 2013 e que é construído em pronunciamentos com argumentos mais relacionados à administração do país que denotam preocupação em relação à crise e explicitam as ações que o governo federal tomou para que ela não afetasse o Brasil. Também identificamos um “eu” chefe, que tem espaço das manifestações de 2013 até metade de 2015 e que se revela no status de Dilma Rousseff como chefe máxima do país, aberta a ouvir as demandas oriundas da população e adaptá-las sob a forma de políticas públicas/governamentais. O “eu” chefe se constitui em enunciados com argumentos mais políticos, que articulam a instância política (no sentido de governança) com a instância cidadã. Por fim, foi identificado o “eu” político, que toma forma da metade de 2015 até o seu *impeachment* e é construído em torno da defesa do seu mandato.

## 5.2 A FIGURA DO “NÓS”

Das três figuras que estamos analisando neste tópico, o “nós” predomina durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Também é a figura que apresenta o maior número de tipos, variando conforme a trajetória da crise no governo Dilma avança. A primeira, e mais importante, noção que o “nós” transmite é a ideia de coletividade; mais que um efeito retórico, essa figura é usada para caracterizar o governo Dilma como uma administração de várias mãos como também para a presidenta buscar apoio.

O primeiro tipo de “nós” que identificamos é o que se refere ao Brasil. Aqui a construção difere da forma impessoal “o Brasil” descrita no tópico anterior pelo fato de o verbo estar conjugado na primeira pessoa do plural. Vejamos os exemplos abaixo:

Assim como fomos um dos países que melhor reagiu à crise financeira internacional, estamos preparados para enfrentar as pressões inflacionárias que rondam, no momento, a economia mundial. [...]. Nossos grandes programas de infraestrutura econômica, como o PAC, e de infraestrutura social, como o MCMV, seguirão sem interrupções. (Pronunciamento à nação em cadeia nacional de rádio e TV sobre o Dia do Trabalho; 29 abr. 2011)

Então, o Brasil não tem nenhuma fraqueza. É porque nós somos hoje uma economia que cresce, um país que tira da miséria e que dá renda para ela. (Discurso durante

cerimônia de lançamento do Programa Estadual de Inclusão Produtiva Vida Melhor - Oportunidade para quem mais precisa; 05 ago. 2011)

O Brasil vem mudando. Vem mudando porque nós aumentamos as oportunidades de trabalho e reduzimos o desemprego. Porque nós demos uma correção correta para o salário mínimo. O Brasil vem mudando porque quando há uma crise lá fora, um espirro, o Brasil não pega pneumonia. (Discurso na cerimônia de entrega de 576 unidades habitacionais do Residencial Jardim Veneza e de 22 máquinas retroescavadeiras a municípios do estado da Paraíba; 04 mar. 2013)

Nesse tipo de nós, o status de fiadora do Brasil cede lugar ao de sujeito que conduz as ações do país. Nota-se que, mesmo havendo referência à figura impessoal do Brasil, os verbos são conjugados pelo “nós”. Aqui, o “nós” se porta como a voz de um coletivo, nesse momento ainda indefinido – não é possível identificar se o nós se refere ao governo, aos brasileiros ou às pessoas reunidas no evento em que o pronunciamento é enunciado.

Esse tipo de nós se assemelha muito aos próximos dois: o que se refere aos brasileiros e ao governo. Fizemos questão de diferenciar quando Dilma se refere ao Brasil e aos brasileiros pois entendemos haver intencionalidades específicas. Conforme afirmamos no parágrafo anterior, ao fazer menção ao Brasil e construir seus enunciados sob a forma do nós, Dilma Rousseff não age como fiadora ou porta-voz do país sem se incluir em um grupo determinado. É um tipo de nós que tão somente denota coletividade e união. Ao se referir aos brasileiros sob a forma do nós, a presidenta se inclui neste grupo, estabelecendo um processo de identificação, no qual ela compartilha com os outros indivíduos elementos simbólicos. A maior parte desses pronunciamentos ocorre em eventos cuja audiência é popular, ocasiões em que a argumentação traz mais palavras e expressões que denotam valores, sentimentos e proximidade com o ouvinte, como podemos ver nos excertos abaixo:

Mas o Brasil é integrado por brasileiros e brasileiras corajosos, que sabem que apesar de não sermos imunes à crise, podemos cada vez mais nos blindar e fazer com que o nosso processo de crescimento signifique necessariamente um processo de elevação da nossa atividade econômica, do número de empregos e das oportunidades. (Discurso na cerimônia de anúncio da expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica; 16 ago. 2011)

Aqui nós lutamos para ampliar e fazer avançar conquistas que tivemos nos últimos dez anos, na certeza de que nós temos um modelo diferente. Para nós, toda conquista é apenas um começo. (Discurso durante a cerimônia de inauguração do campus avançado da Universidade Federal de Alfenas; 07 ago. 2013)

Como todos os países do mundo, nós temos a garra de superar as nossas dificuldades. Mas tem uma característica especial do brasileiro: nós superamos isso com muita esperança e muito amor no coração e com nadinha de amargura ou de ódio. (Discurso durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais em Caucaia/CE e entregas simultâneas; 28 ago. 2015)

Nos quatro exemplos que trouxemos acima, é possível perceber a presença de termos como “corajosos”, “conquistas”, “superar”, “amor”, “esperança”. Em pronunciamentos com esse tipo de construção, a estratégia argumentativa visa aproximar a figura da presidenta e a população, mostrando que a chefe máxima do país compartilha a mesma visão das pessoas que representa. Junto ao tipo “nós” anterior, vai se alinhando uma imagem na qual Dilma Rousseff fala tanto em nome do país quanto em nome da população, mas se incluindo nesses grupos.

Outro tipo de “nós” presente nos pronunciamentos selecionados para esta etapa da análise é o que se refere ao governo. Embora as expressões utilizadas para esta construção também ocorram sob formas sintáticas e semânticas impessoais, como ocorre com a construção afetas ao Brasil, identificamos que “o governo” está sempre acompanhado do nós. Ou seja, numa mesma construção enunciativa “o governo” é o sujeito das ações verbais marcadas pela impessoalidade (conjugação em terceira pessoa do singular) seguido de orações cujo sujeito verbal é o nós. A ideia, mais uma vez, é passar a noção de coletividade, transmitindo ao ouvinte a ideia de que o ato de governar é realizado por várias pessoas sem sintonia com a plataforma de governo e sob a condução da presidenta. Vejamos algumas dessas construções:

Nada vai conseguir deter a marcha harmônica do Brasil para o futuro. Nossos grandes programas de infraestrutura econômica, como o PAC, e de infraestrutura social, como o Minha Casa, Minha Vida, seguirão sem interrupções. Eles serão aperfeiçoados, ampliados e complementados por novos programas, alguns já lançados, outros em fase de lançamento. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV sobre o Dia do Trabalho; 29 abr. 2011)

Hoje temos crédito suficiente para, se houver qualquer problema internacional, que a gente garanta recursos para as nossas empresas, e não deixe faltar as condições para este país crescer. (Discurso na cerimônia de assinaturas de ordens de serviço de barragens, do convênio da barragem de Serro Azul e de contratos do programa Minha Casa, Minha Vida; 30 ago. 2011)

Eu e o governo temos uma convicção de que é uma imposição dos tempos atuais, portanto, é inexorável o aprimoramento de nossas regras de representatividade política, de uso transparente do dinheiro público e de combate à corrupção. (Discurso na cerimônia de sanção da Lei que institui o Programa Mais Médicos; 22 out. 2013)

Eu queria dizer que o nosso objetivo no governo é sempre fazer mais e fazer melhor. Aprimorar para garantir oportunidades e usar o dinheiro, principalmente, garantindo acesso a quem mais precisa. (Discurso na cerimônia de entrega de 1.472 unidades habitacionais dos Residenciais Bela Suíça II e III, do Programa Minha Casa Minha Vida; 06 mar. 2015)

Além da ideia de união, remeter o governo à figura do “nós” pode ter a intenção de dividir a responsabilidade, mas principalmente levar o ouvinte a crer que programas, projetos e ações realizados pelo governo não são resultado de decisões subjetivas de Dilma Rousseff.

Esses três tipos de nós predominam no primeiro mandato e se articulam com outros tipos, menos frequentes e mais específicos. Destes, o mais recorrente é o que se refere ao grupo formado com outros chefes de Estado e Governo. Nos pronunciamentos enunciados em reuniões de Cúpula e em recepções diplomáticas, o “nós” também aparece com o sentido de coletividade, integração e união para a superação da crise.

Nós devemos definir ações conjuntas e concretas para defender nossos países da excessiva liquidez que valoriza artificialmente nossas moedas e da avalanche de produtos manufaturados que, não encontrando mercado nos países desenvolvidos, atingem o emprego e a indústria nas nossas regiões. (Declaração à imprensa concedida em conjunto com a presidenta da Argentina, Cristina Kirchner; 29 jul. 2011)

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul não podem ficar alheios às grandes questões internacionais. Estamos não apenas entre as maiores economias do mundo, mas também entre as que mais cresceram nos últimos anos. Os Brics são essenciais para a prosperidade do planeta. (Discurso durante abertura da Sessão Plenária da VI Cúpula do Brics; 15 jul. 2014)

Nossos países também enfrentam todas as dificuldades geradas pelo fato de estarmos diante de um cenário de economias globalizadas. [...]. Nós sabemos que ninguém pode evitar os ciclos, os ciclos vão existir sempre. Sempre nós teremos momentos de expansão, momentos de menor crescimento, momentos de redução. O que nós temos de fazer é que as nossas economias sejam cada vez mais robustas e mais capazes de transitar por esses períodos. (Discurso na sessão de encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Colômbia; 09 out. 2015)

Já o menos recorrente é construído com os empresários e com segmentos específicos da população (trabalhadores, nordestinos etc.). A estratégia não difere daquela utilizada nos outros tipos de “nós”, conferir ao pronunciamento a noção de coletividade, ora trazendo esses grupos como coadjuvantes das ações do governo, ora compartilhando com eles decisões e preocupações. Nos exemplos abaixo, podemos perceber como esse tipo de nós é enunciado por Dilma Rousseff:

Tenho certeza de que vou poder contar com o engajamento dos empresários e dos trabalhadores na defesa do emprego, do mercado interno e da nossa capacidade de competição internacional. (Palestra proferida aos participantes do Exame Fórum 2011; 30 set. 2011).

Nós sabemos, todos nós, empresários e governo, que é essencial [a desoneração tributária], porque o Brasil tem hoje certas estruturas tributárias que se tornam muito pesadas para ser carregadas num processo de crescimento sustentável. (Discurso na cerimônia alusiva à exposição sobre o Programa de Apoio à Competitividade da Indústria; 13 abr. 2012)

Esses tipos de “nós” podem ser identificados nos pronunciamentos que vão da posse do primeiro mandato até meados de 2015, passando pelas manifestações de junho de 2013. Quando o governo Dilma se torna alvo dos protestos, surge outro tipo de “nós”, construído pelo

agrupamento de Dilma Rousseff com os manifestantes. Conforme detalharemos mais adiante, os pronunciamentos relativos a esse momento tentam incluir os manifestantes como corresponsáveis pelas ações para melhorar o país:

Todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país. Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar. Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV – manifestações; 21 jun. 2013)

No trecho acima, há dois argumentos centrais: no primeiro, a presidenta afirma estar atenta à voz que emana das manifestações e, no segundo, inclui os manifestantes na (futura) ação de melhorar o país. É possível inferir também que há uma estratégia argumentativa de delegar aos manifestantes parte da responsabilidade de mudar o país, retirando-a da esfera de governança. É como se o governo, por meio da presidenta, dissesse aos ouvintes que nem tudo depende apenas da instância das decisões políticas, mas também da colaboração da instância cidadã.

Do segundo semestre de 2015 até o *impeachment*, a figura do “nós” se torna menos frequente e construída com dois grupos: os eleitores que reelegeram Dilma e os grupos minoritários da sociedade. Quanto ao primeiro, já discorremos no tópico anterior. Esse tipo de “nós” se constrói com o sentido de coletividade e representatividade, com léxicos ligados ao eu (presidenta) e aos eles (eleitores de Dilma). Nos trechos abaixo, podemos ver outras minorias em enunciados construídos tanto pela estratégia da coletividade-representatividade quanto pela referência explícita ao “nós”:

No Brasil, nós temos, hoje, uma democracia que nós conquistamos a duras penas. Pessoas lutaram por ela, pessoas morreram por ela, pessoas deram o melhor de si, inclusive, deram a suas vidas e foram, inclusive, torturadas. (Discurso durante cerimônia de inauguração da Estação Pirajá e do trecho Bom Juá-Pirajá, do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas; 22 de dezembro de 2015)

Por isso, eu queria dizer para vocês o seguinte: a democracia é o lado certo da história; é o lado certo para todos que estão aqui: para as crianças e os adolescentes, para as pessoas com deficiência, para os homens e mulheres, para a população LGBT, para as mulheres, para os negros, para todos aqueles que sabem que conquista de direito é só um começo. (Discurso durante cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Direitos Humanos e encerramento das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa, de LGBT e da Pessoa com Deficiência; 27 abr. 2016)

Acham que as mulheres são frágeis. Nós, de fato, somos sensíveis, mas não somos frágeis. Há uma diferença entre isso, entre uma coisa e outra. Nós não somos frágeis. Ninguém que cuida da família, cuida de filho, ninguém que trabalha e ninguém que é

cidadã é muito frágil. Então, eu sei que a mulher brasileira não é nada frágil. E eu honro o fato de ser uma mulher e ter nascido aqui no Brasil. (Discurso durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia; 31 mar. 2016)

As mulheres desse País são mulheres guerreiras. Aliás, eu quero homenagear as mulheres deste País. Se tem uma coisa que nós não somos, nós não somos fracas, nós somos fortes. (Discurso durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais do Residencial Salvação e entregas simultâneas em Uberaba/MG, em Camaçari/BA, em Campos dos Goytacazes/RJ e em Itapipoca/CE; 05 mai. 2016)

Os quatro exemplos acima mostram um pouco desse outro tipo de “nós” que identificamos nos pronunciamentos selecionados para esta etapa da análise. É um tipo cuja ocorrência é menor que os tipos anteriores, porém aponta para uma posição enunciativa inclusiva, que, na luta política contra o *impeachment*, emerge para contrapor-se a um oposto, o governo interino sem mulheres e negros integrantes na equipe ministerial.

Por fim, o último tipo de “nós” é o que Dilma constrói junto com a figura de Lula. Desde o início de seu primeiro mandato, os pronunciamentos fazem referência ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva ou às políticas que tiveram início nele e continuam durante a gestão de Dilma. Nos trechos a seguir, vemos alguns exemplos de enunciados nos quais esse tipo de “nós” está presente:

Para nós, crescer e distribuir renda é o caminho da prosperidade. E foi o caminho que nós escolhemos desde o governo do presidente Lula. (Discurso durante cerimônia de entrega do prêmio “Os Brasileiros do Ano 2011”, promovido pelas revistas IstoÉ, IstoÉ Dinheiro, e IstoÉ Gente; 06 dez. 2011)

Nós iniciamos em 2015, o primeiro ano do meu segundo mandato a tarefa de dar continuidade às políticas sociais, especialmente na área de saúde, que caracterizaram os nossos governos, o meu e o do presidente Lula. (Discurso durante a 15ª Conferência Nacional de Saúde; 04 dez. 2015)

Quando o Presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz. Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso País. (Discurso após votação do impeachment no Senado Federal; 31 ago. 2016)

Graças aos nossos governos, o meu e o do presidente Lula, nós temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome. (Pronunciamento à nação no Parlatório do Palácio do Planalto; 1º jan. 2015)

Os quatro exemplos acima ajudam a delinear a confirmação para uma hipótese que trabalhamos nesta tese, porém apontam para dado ligeiramente diferente. Parte da nossa hipótese de pesquisa preconiza que, da posse até mais ou menos o segundo ano do primeiro mandato, o “eu” é construído sob a guarda do “nós”, marcado pela presença de Lula para conferir legitimidade a sua eleição com base no argumento da continuidade de governo e que a

partir de 2012 haveria uma tentativa de Dilma Rousseff de destacar uma imagem própria ao seu governo. Contudo, analisando os pronunciamentos selecionados, verifica-se que as construções que fazem referência a Lula diminuem, mas não cessam, exigindo que nossa hipótese seja revista. A presença de Lula nos pronunciamentos de Dilma Rousseff nos leva a inferir certa inabilidade política da presidente em transformar sua imagem de gestora em líder, o que, conforme veremos adiante, a faz ficar acuada na luta pela permanência no poder.

A figura do “nós” é a que mais predomina nos pronunciamentos selecionados para a análise qualitativa. A partir da metade de 2015, quando a oposição começa a articular o golpe, sua incidência diminui em face do aumento das figuras do “eu” e do “ele/eles”. Antes do período do *impeachment*, é comum a ocorrência do “nós” junto à do “eu”, quando os pronunciamentos articulam a noção de representação da coletividade, centrada na imagem pessoal de Dilma Rousseff em razão do cargo que ocupa. Isto é, a representatividade que se atribui à presidenta não advém na imagem de líder, mas de uma característica intrínseca ao ofício de presidente. Isso se corrobora com a própria ocorrência da figura do “nós”, pois há uma implicância política importante na enunciação de pronunciamentos construídos sob essa figura.

Primeiro, o “nós” confere a noção de coletividade também quanto à equipe administrativa do governo, o que por sua vez deixa implícita a ideia de que os programas, projetos e ações do governo são decididos por mais de uma pessoa. Segundo, o “nós” impede qualquer tentativa de personalização do governo em torno da figura da pessoa que ocupa o cargo. Terceiro, a referência constante ao ex-presidente Lula, a quem Dilma se refere por “presidente”, embora confira a ideia de continuidade do modelo de governar, apontando a um projeto político para o Brasil, retira marcas pessoais de Dilma Rousseff de seu próprio governo. Em suma, se por um lado a figura do “nós” traz qualidades positivas aos pronunciamentos de Dilma, em razão das noções de união, coletividade, representatividade, administração em equipe etc., por outro confere noções negativas, devido ao fato de elas não permitirem à figura do “eu” articular os elementos que conferem personalização e auferem marcas pessoais ao seu governo.

### 5.3 A FIGURA DO “ELE/ELES”

A última figura que analisamos, o “ele/eles”, é a menos frequente nos pronunciamentos selecionados e a que adquire peso político-discursivo durante o segundo mandato de Dilma Rousseff. O “ele/eles” é também a figura que oscila entre dois campos opostos, passando de um grupo próximo à presidenta a um grupo antagonico.

O primeiro tipo de “ele/eles” que aparece nos pronunciamentos analisados é o que se refere ao Lula. Difere do “nós” que descrevemos no tópico anterior, uma vez que são orações que apenas fazem referência ao ex-presidente, sem haver construção da noção de grupo ou a inclusão de Dilma nas ações verbais conjugadas pelo “ele/eles”. Vejamos alguns excertos:

Eu queria dizer que esse projeto do novo Nordeste, que eu acho que o presidente Lula inaugurou, é um projeto nacional. (Discurso da Presidenta da República na cerimônia de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste; 21 fev. 2011)

O Brasil, em 2008 foi o primeiro país a sair da crise e o último a entrar nela, porque naquela época o presidente Lula, com sabedoria, percebeu que a força do Brasil estava no seu mercado interno, na sua capacidade de garantir a sustentação do país. (Discurso durante visita à 34ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários; 02 set. 2011)

Foi graças a essa visão estratégica de estadista, de Luiz Inácio Lula da Silva, que o Brasil foi o primeiro país a sair daquela fase da crise e reúne hoje condições de enfrentar novas ameaças com segurança e estabilidade. (Discurso durante entrega do prêmio “As Empresas Mais Admiradas do Brasil”, oferecido pela revista Carta Capital; 31 out. 2011)

No aspecto léxico, os trechos confirmam o dado que trouxemos mais acima, evidenciando que esses enunciados colocam Lula como o sujeito dos verbos das orações. Nos dois primeiros trechos, há a presença do vocábulo “presidente” conectado ao nome “Lula”, o que corrobora as inferências já trazidas no tópico anterior acerca das escolhas discursivas de Dilma que impedem a constituição de personalização nos enunciados. O terceiro trecho intensifica a construção da imagem de Lula, em razão da qualidade de estadista que lhe é atribuída.

A referência a Lula sob a forma do “ele/eles” dissociada de “eu” ou do “nós” aponta para certo distanciamento que, pelas razões já expostas anteriormente, não indica qualquer tentativa de demarcar separação entre os governos de Lula e de Dilma. Como já afirmamos, Lula e seu governo são sempre evocados pela presidenta como estratégia de denotar continuidade e união.

Os três trechos também nos permitem inferir uma estratégia discursiva que articula a elevação de Lula a um nível superior. Conforme as falas de Dilma, Lula “não inaugurou um projeto, mas sim um projeto nacional”; não agiu para conter a crise, mas sim agiu com sabedoria; e possui visão de estadista, não visão de político qualquer. A elevação de Lula a um nível superior nos leva a inferir que Dilma Rousseff o faz para ficar sob a guarda do ex-presidente – estratégia já usada na campanha eleitoral para obter os votos dos eleitores de Lula.



O segundo tipo de “ele/eles” que identificamos são os manifestantes dos protestos de junho de 2013. Esse é o primeiro grupo que podemos caracterizar como opositores. Vale lembrar que, conforme abordamos no capítulo 2, esse grupo se organiza para protestar contra os aumentos na tarifa do transporte coletivo em algumas cidades brasileiras e, aos poucos, o motivo das manifestações muda e passa a focar a crise econômica e a corrupção. Nesse processo de mudança de foco, o governo federal passa a ser o pivô das críticas, exigindo o posicionamento de Dilma Rousseff.

O “ele/eles” relacionado aos manifestantes é qualificado positivamente pela presidente, como críticos e não como oposição. Nos trechos abaixo podemos verificar que esse tipo de “ele/eles” não figura como antagonista ou inimigo, mas sim como um grupo que demanda atenção do governo:

Quem foi ontem às ruas quer mais. As vozes das ruas querem mais cidadania, mais saúde, mais educação, mais transporte, mais oportunidades. (Discurso durante cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração; 18 jun. 2013)

Os manifestantes têm o direito e a liberdade de questionar e criticar tudo, de propor e exigir mudanças, de lutar por mais qualidade de vida, de defender com paixão suas ideias e propostas. [...]. A voz das ruas precisa ser ouvida e respeitada, e ela não pode ser confundida com o barulho e a truculência de alguns arruaceiros. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV – manifestações; 21 jun. 2013)

Ninguém, neste último mês de várias manifestações, pediu a volta ao passado. Pediram, sim, o avanço para um futuro de mais direitos, mais democracia e mais conquistas sociais. Exigiram avanços. (Discurso durante a 41ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; 17 jul.2013)

Em outro pronunciamento, Dilma qualifica os manifestantes como cidadãos, em exercício dos seus direitos democráticos. É possível perceber que tanto nos trechos acima, como no que trazemos a seguir, que a presidenta coloca os manifestantes em posição ativa na relação entre a instância de governança e a cidadã.

Esses cidadãos, uma parte deles, estiveram nas manifestações de junho do ano passado, e essas manifestações são partes indissociáveis do nosso processo de construção da democracia e do processo de mudança social. (Discurso durante Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial 2014; 24 jan. 2014)

Esse tipo de “ele/eles” se materializa nos pronunciamentos selecionados como um grupo de oposição latente, pois exige demandas e ações do governo e, dependendo da resposta, pode se firmar como oposição ou figurar como um grupo de atenção da instância política. Discursivamente, o que se percebe é uma tentativa de trazer os manifestantes para uma posição relevante no processo de governança em vez de colocá-los à parte desse processo.

O terceiro tipo de “ele/eles” e também o mais vago aparece esporadicamente nos pronunciamentos selecionados entre as manifestações de junho de 2013 e a segunda metade do ano de 2015. Em algumas poucas referências, figuram nos pronunciamentos selecionados para esta etapa da análise um grupo crítico ao governo de Dilma Rousseff, formado por um coletivo indefinido com status de oposição. Os trechos a seguir demonstram esse tipo de “ele/eles”:

Nossos críticos esquecem que desde o início dos anos 90 nosso intercâmbio comercial multiplicou mais de 12 vezes, passando de 4,5 bilhões de dólares para 58 bilhões de dólares, em 2012. (Discurso durante reunião de Cúpula dos Estados Parte e Estados Associados do Mercosul e convidadas especiais; 12 jul. 2013)

Aproveito para repelir as posturas pessimistas quanto à economia brasileira hoje e no futuro próximo. Há dados concretos que desmentem as análises mais negativas. (Discurso durante a 41ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; 17 jul. 2013)

Por isso está errado quando alguns dizem que a Petrobras está perdendo valor e importância no Brasil. Manipulam os dados, distorcem análises, desconhecem deliberadamente a realidade do mercado mundial de petróleo para transformar eventuais problemas conjunturais de mercado em supostos fatos irreversíveis e definitivos. (Discurso durante cerimônia alusiva à viagem inaugural do navio Dragão do Mar e batismo do navio Henrique Dias no Estaleiro Atlântico Sul; 14 abr. 2014)

Além da Copa, nós tivemos outros surtos de pessimismo que não se realizaram, como era o caso da tempestade perfeita prevista para nos atacar neste início de ano de 2014 e que nos levaria a uma crise cambial de proporções avassaladoras. (Discurso na cerimônia de posse das novas diretorias da Fiegs e do Ciergs; 18 jul. 2014)

Analisando os trechos acima, não é possível determinar quem é o grupo crítico e que adota posturas pessimistas e relação ao governo de Dilma Rousseff. A estratégia argumentativa é a de rebater a postura dos críticos apresentando dados e informações que demonstram o equívoco das críticas que eles fazem. Embora possamos afirmar que é um grupo que se posiciona em oposição ao governo, os enunciados de Dilma Rousseff não os qualificam dessa maneira. Juntamente com o tipo anterior, são os primeiros grupos que provocam enunciação discursiva da presidenta responsiva, diferente de quando ela, na qualidade de porta-voz do “nós” se dirige ao coletivo que representa.

O terceiro tipo de “ele/eles” e também o mais recorrente é o que se refere aos articuladores do golpe. Esse grupo é explicitamente posicionado como opositores e antagonistas da presidenta Dilma e com quem ela trava a luta política do *impeachment*, como veremos adiante. Nos pronunciamentos entre a metade de 2015 e a deposição em 2016, a figura do “ele/eles” é construída por vários procedimentos e incluindo vários atores.

No início desse período, os opositores são o grupo que perdeu as eleições em 2014 e, não conformado com o resultado, passou a questioná-lo, criando a crise política que se

estabelece no início do segundo mandato de Dilma. Conforme abordamos na revisão teórica desta tese, a oposição eleitoral se articulou para impugnar o pleito tão logo o segundo turno terminou. Primeiro, foi solicitada recontagem de votos; depois, foi questionada a inviolabilidade das urnas eletrônicas. Sem sucesso nas tentativas legais, passaram a criar a instabilidade política e a se posicionarem como oposição ativa, provocando obstáculos para a governabilidade de Dilma Rousseff. Os trechos abaixo mostram como a presidente procedeu com a construção desse tipo de “ele/eles”:

Nós vivemos uma crise política séria, séria, no nosso País. E que, neste exato momento se expressa na tentativa dos opositores ao nosso governo de fazer o terceiro turno, de fazer um terceiro turno. Essa tentativa de fazer um terceiro turno no Brasil começou no dia seguinte às eleições. Agora ela se expressa na busca incessante da oposição de encurtar seu caminho ao poder. (Discurso durante a cerimônia de abertura do 12º Congresso Nacional da CUT; 13 out. 2015)

Neste exato momento, setores da oposição tentam uma variante de golpe, um golpe disfarçado. Um golpe que tem tudo de golpe: cara de golpe, pé de golpe, mão de golpe, mas que tenta passar como sendo uma manifestação oposicionista. Querem um atalho para o poder. Querem um atalho para chegar mais rápido em 2018. (Discurso durante o I Congresso Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA; 14 out. 2015)

Eu denuncio aqui a estratégia do quanto pior melhor, que parte das oposições assumiu desde o início do meu segundo mandato, inconformada com os resultados das urnas. (Discurso durante encontro com juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia; 22 mar. 2016)

O “ele/eles” formado pelos opositores é sempre caracterizado nos pronunciamentos como agente de ameaça, que trama maneiras de depor a presidenta. Implicitamente, Dilma Rousseff os qualifica como inimigos não só do seu governo, mas do regime democrático, uma vez que eles buscam o poder pelo caminho alheio ao do sufrágio. À medida que a articulação do *impeachment* avança e o pedido é oficialmente entregue à Câmara dos Deputados, a presidenta passa a nominar alguns de seus opositores, principalmente o presidente dessa Casa, Eduardo Cunha, e o vice-presidente da República, Michel Temer:

Aí começou essa história do impeachment. Foram colocando impeachment no Congresso. E lá no Congresso tinham um grande aliado, o senhor presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Esse senhor chamado Eduardo Cunha, foi o principal agente na história de desestabilizar o meu governo. (Discurso durante Ato do Dia do Trabalhador; 01 mai. 2016)

E aí, não vamos nos iludir, todos aqueles que são beneficiários desse processo, por exemplo, infelizmente, aqueles que estão usurpando o poder, infelizmente, o senhor vice-presidente da República, são cúmplices de um processo extremamente grave. (Discurso na cerimônia de contratação simultânea de 25 mil unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida com entidades rurais e urbanas; 06 mai. 2016)

Nos pronunciamentos selecionados também identificamos duas instituições que figuram como tipos de “ele/eles”, mas que também representam dois tipos de poderes estabelecidos na sociedade: a mídia e a elite. Embora o foco desta tese não seja discutir como a mídia e a elite exercem seu poder no campo político, seria ingênuo e leviano não as considerar em razão da posição de força e poder que ocupam. A despeito de qualquer processo de manipulação de informação, para Dilma Rousseff, a mídia se tornou conivente com a articulação do golpe por calar-se diante do que ela considera um ataque à democracia; ou seja, exercendo seu poder de silenciamento e de dar visibilidade aos acontecimentos. A elite a que a presidenta se refere é a elite econômica, tradicionalmente conservadora, e que exerce seu poder pela capacidade de cooptar atores do campo político e do campo midiático. Vejamos um excerto:

Trata de uma ação deliberada que conta com o silêncio cúmplice de setores da grande mídia brasileira. [...]. Situações foram criadas, com apoio escancarado de setores da mídia, para construir o clima político necessário para a desconstituição do resultado eleitoral de 2014. [...] Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política, nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. [...] A verdade é que o resultado eleitoral de 2014 foi um rude golpe em setores da elite conservadora brasileira. (Discurso de defesa no Senado Federal, 29 ago. 2016)

No trecho acima, Dilma Rousseff não se refere à mídia como uma articuladora do golpe, mas sim como uma apoiadora. Ou seja, todas ações para criar a instabilidade política emanam da elite e da oposição. Em 2016, com o processo de *impeachment* recebido pela Câmara dos Deputados, a oposição, a elite, a mídia e os demais grupos favoráveis à deposição são denominados “golpistas”:

Os golpistas tentarão de tudo: tentarão nos intimidar, tentarão nos tirar das ruas, usarão todos os artifícios possíveis. (Discurso durante Encontro da Educação pela Democracia; 12 abr. 2016)

Nos pronunciamentos selecionados para essa etapa da análise, a maior parte das ocorrências da figura do “ele/eles” é construída sob a imagem do antagonista. Conforme veremos nos próximos tópicos, é contra essa figura que Dilma Rousseff, sob a guarda das figuras do “eu” e do “nós” trava a luta político-discursiva. Com raras exceções, o “ele/eles” também se refere a grupos neutros ou a favor da presidenta. São eles, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União, evocados por Dilma para argumentar que tais instituições julgaram improcedentes os inquéritos, procedimentos e denúncias de irregularidades nos decretos de crédito suplementar, o que aponta para o não cabimento do

processo de *impeachment*, e grupos minoritários, principalmente mulheres, que a apoiam. Há também algumas referências a outros presidentes que também editaram decretos de crédito suplementar.

Nos últimos três tópicos deste capítulo, procedemos à descrição das três figuras discursivas que compõem o objeto de estudo desta tese. A intenção foi compreender quem eram o “eu”, o “nós” e o “ele/eles” sem, contudo, abordar como eles interagem discursivamente. Nessa análise, descobrimos que cada uma das figuras possui elementos formadores diferentes, originando subtipos que se complementam. Isto é, cada figura evidencia um tipo diferente conforme o contexto e a ordem discursiva dos enunciados em que elas estão materializadas. Descobrimos também que em um mesmo pronunciamento, ou até em um mesmo segmento de texto, é possível conferir a expressão de mais de um tipo de “eu”, “nós” ou “ele/eles”.

Para a próxima etapa da análise contextual, concentramo-nos na luta discursiva realizada pela expressão global das três figuras. Obviamente, faz-se necessário sintetizá-las e defini-las melhor. O “eu” se expressa nos pronunciamentos pelas marcas gramaticais da primeira pessoa do singular (pronomes e conjugação verbal) e pela união dos tipos “gestora”, “chefe” e “político”. Isso resulta em uma figura que enuncia a identidade de Dilma Rousseff como representante do Estado brasileiro, da população e dos seus eleitores, que exerce o posto máximo das funções administrativas do país e que, enquanto ator político em posse de um mandato, luta contra as manobras para sua deposição. O “eu” também aparece como voz das expressões pessoais de Dilma Rousseff e como voz da figura impessoal “o Brasil/o país”.

O “nós” se manifesta nos pronunciamentos pelas marcas gramaticais da primeira pessoa do plural e pelos tipos que conferem noção de coletividade, união e apoio, resultando numa figura cuja identidade coloca ao seu lado o ex-presidente Lula, a equipe de governo, outros países ou chefes de Estado e Governo, os brasileiros e os grupos minoritários que são alvo de algumas políticas e programas de governo ou que compõem sua base de apoio.

Por fim o “ele/eles” aparece nos pronunciamentos pelas marcas gramaticais de terceira pessoa do singular e do plural e pelos tipos que são qualificados como opositores ou golpistas, cuja identidade discursiva é a de antagonista ou inimigos. O “ele/eles” também se refere a instituições e atores políticos citados por Dilma Rousseff para justificar o descabimento do processo de *impeachment* ou para rechaçar as acusações a que lhe atribuem.

A fim de sumarizar a discussão realizada até agora, sintetizamos os principais achados desta etapa no Quadro 2, a seguir:

QUADRO 2 – SÍNTESE DA ANÁLISE DAS FIGURA DO “EU”, “NÓS” E “ELE/ELES”

FIGURA	TIPOS	PREDOMÍNIO	ANÁLISE
Eu	Gestora Chefe Ator político	No <i>impeachment</i>	O “eu” só ganha destaque na luta contra o <i>impeachment</i> quando aparece em confronto com o “eles”. Em menor intensidade, também foi identificado nos pronunciamentos acerca das manifestações de 2013. Nos demais períodos, a ocorrência da figura é baixa, está sempre sob a guarda do “nós” e/ou retórico.
Nós	Brasil Coletividade Equipe de governo Dilma + empresários Dilma + Lula Dilma + base de apoio	No início do primeiro mandato Nas manifestações de 2013 Na assunção da crise	Figura de maior incidência, foi identificada em estratégias discursivas que denotam união, coletividade, trabalho em equipe. Nota-se também que o “nós” se intensifica quando os pronunciamentos abordam questões sobre Economia e Infraestrutura e nos momentos de maior estabilidade do governo. Torna-se menos citada apenas na luta contra o <i>impeachment</i> , representando a presidenta e sua base de apoio.
Ele/Eles	Manifestantes Vândalos Oposição/Críticos Golpistas Eduardo Cunha Michel Temer	Nas manifestações de 2013 No <i>impeachment</i>	A ocorrência da figura do “ele/eles” foi baixa e vaga ao longo primeiro mandato, adquirindo maior relevância apenas nos episódios das manifestações de 2013, sob a forma “manifestantes/vândalos”. Nos outros momentos, é construído sob o tipo “oposição/críticos”. O que, de fato, ocorre são menções a esta figura, sem construção argumentativa mais intensa. No segundo mandato, a figura se intensifica passando a fazer referência aos grupos que articulam o golpe ou é personificada em Eduardo Cunha e Michel Temer. Nesses momentos, é colocada em confronto com “eu”. Numa das raras exceções, o “ele/eles” também se refere a grupos neutros ou a favor da presidenta.

FONTE: O autor (2018).

A seguir, analisaremos as relações de forças e a luta político discursiva nos pronunciamentos que selecionamos para esta etapa da tese. Os próximos três tópicos de análise (sessões terciárias deste capítulo) estão divididos temporalmente em três momentos que denominamos de períodos discursivos. O primeiro inicia com a posse em 2011 e vai até as manifestações de junho de 2013; o segundo, das manifestações de 2013 até agosto de 2015, quando pela primeira vez Dilma insinua que há uma tentativa da oposição de depô-la do cargo;

e o terceiro, de agosto de 2015 até agosto de 2016, quando ela concede uma declaração à imprensa após a votação no Senado que aprovou o seu *impeachment*.

#### 5.4 A CRISE ECONÔMICA NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

Desde a assunção do primeiro mandato, em 2011, a crise econômica sempre esteve presente nos pronunciamentos de Dilma Rousseff. Durante todo o primeiro mandato, inclusive concomitante com as manifestações de junho de 2013, ela sempre foi tratada como situacional, conjuntural, externa e momentânea. Nos pronunciamentos acerca da crise econômica, foi possível identificar algumas estratégias discursivas, que não só demarcam a posição de falante de Dilma Rousseff, como também a maneira como ela se posiciona na luta discursiva sobre o tema.

##### a) A estratégia de amenização e negação

A primeira e principal estratégia discursiva usada por Dilma Rousseff é suavizar a dimensão da crise e seus impactos na realidade brasileira. Tomando emprestada uma expressão usada por Lula em seu governo, a crise, nos pronunciamentos de Dilma está mais para uma “marolinha” que um “tsunami”. Nos segmentos de textos nos quais pudemos identificar a estratégia da amenização verificamos três procedimentos discursivos. O primeiro deles é a construção da noção de que o país foi pouco afetado pela crise:

Nós, na verdade, fomos um país que fomos um dos últimos a entrar na crise e um dos primeiros a sair dela. (Discurso durante anúncio de medidas de aperfeiçoamento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; 09 ago. 2011)

O mundo não saiu da crise. Nós saímos. Nós fomos os últimos a entrar e os primeiros a sair. Graças à política desenvolvida no governo do presidente Lula, nós saímos da crise. (Discurso após início da terraplanagem da Cia. Siderúrgica e inauguração da correia transportadora de minério do Complexo Industrial do Pecém, e inauguração do Terminal de Múltiplo Uso; 11 ago. 2011)

Os dois trechos acima evidenciam como a gravidade da crise é amenizada. Em trechos como esses não há a negação da crise. Tampouco a presidenta assume que a crise não tenha atingido o país. Pelo contrário, esses trechos deixam implícito que o Brasil de fato passou pela crise, mas sem sofrer seus efeitos como sofreram os demais países.

O segundo procedimento está presente em enunciados nos quais a crise é considerada um problema internacional e que não se instalou no contexto interno:

Mas essa crise, que começou lá em 2008, ela não acabou. Mas nós aqui continuamos no nosso caminho porque nós não estamos em crise. (Discurso na cerimônia de entrega de unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida; 19 de agosto de 2011)

É verdade, há uma crise nos EUA e na Europa. A raiz dessa crise é a mesma raiz daquela que nós enfrentamos em 2008 e 2009. Naquela época, nós fomos o último país a entrar e o primeiro a sair, e mostramos que era possível sair e enfrentar aquela crise. (Discurso na cerimônia de assinaturas de ordens de serviço de barragens, do convênio da barragem de Serro Azul e de contratos do programa Minha Casa, Minha Vida; 30 ago. 2011)

Não podemos fechar os olhos e achar que a crise, porque nós não temos uma crise aqui, ela não existe lá fora. (Palestra proferida aos participantes do Exame Fórum 2011; 30 set. 2011)

Nesses três excertos que trouxemos acima, o procedimento argumentativo é ligeiramente diferente do anterior. Neles, a crise é um problema externo, que afeta a economia de outros países, sem gerar problemas para o Brasil. No primeiro e no último trecho verifica-se a presença da estratégia da negação, que decidimos agrupar à amenização por entendermos que a finalidade de ambas é a mesma. No entanto, esse procedimento discursivo de negação entra em choque com o terceiro procedimento, a construção de enunciados que se referem à crise como algo menor. Vejamos alguns:

Vocês têm visto na imprensa muita gente falando que o Brasil passa por um momento de dificuldades. O Brasil, hoje, é um dos países mais sólidos do mundo. (Discurso durante cerimônia de anúncio de investimentos em infraestrutura urbana e equipamentos sociais nas comunidades da Rocinha e nos complexos do Lins e do Jacarezinho; 14 jul. 2013)

As dificuldades que enfrentamos, aqui dentro e lá fora, não foram capazes de interromper o ciclo positivo que vivemos e que tem garantido que a vida dos brasileiros melhore gradativamente a cada ano. (Pronunciamento à nação em cadeia nacional de rádio e TV – Fim de Ano; 29 dez. 2013)

Nesses dois trechos, a crise é diminuída para uma dificuldade e não é sempre que Dilma Rousseff admite que o país a enfrenta. Vale lembrar que os excertos que trazemos para a análise contextual visam exemplificar como tais enunciados são trabalhados nos pronunciamentos. O critério para a citação deles nesta tese é o fato de serem pertinentes, simbólicos e representativos em relação aos achados de nossa análise. Além disso, já abordamos no início deste capítulo que os pronunciamentos de Dilma Rousseff são repetitivos, sendo possível encontrar a mesma formação discursiva, com as mesmas palavras e expressões em mais de um pronunciamento. Ou seja, os dois trechos acima são simbólicos e representativos de vários segmentos que trazem formações discursivas similares ou iguais. Ao longo do seu governo, os pronunciamentos que qualificam a crise como uma dificuldade pela qual outros



países passam e aqueles que a consideram uma dificuldade pela qual o Brasil passa se repetem algumas vezes. Desse modo, temos segurança e validade científica para afirmar que, mesmo denominando a crise por dificuldade, não é sempre que a presidenta admite que o Brasil enfrenta tais dificuldades.

Outro fator importante está relacionado à questão temporal. No início do primeiro mandato, identificamos mais pronunciamentos que se referem à crise como um problema externo do que aqueles que remetem ao contexto interno. Nesse período também há maior ocorrência das formações discursivas que afirmam que o Brasil foi o último país a entrar na crise e o primeiro a sair. Esse procedimento argumentativo persiste no segundo mandato, quando a população brasileira passou a sentir os efeitos da crise econômica no Brasil, marcada por inflação, desemprego, endividamento e desequilíbrio fiscal dos Estados:

A situação da região contrasta com uma conjuntura econômica mundial muito complexa. Continuamos a enfrentar muitas dificuldades. Parte dos efeitos da crise foi amenizada pelo modelo de desenvolvimento econômico que adotamos. (Discurso durante a 2ª Sessão Plenária da III Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos; 28 jan. 2015)

É óbvio que nós todos sabemos que o Brasil está enfrentando algumas dificuldades, mas eu sempre esclareço: são dificuldade passageiras. (Discurso durante cerimônia de entrega de 1.032 unidades habitacionais do Conjunto José Rodrigues de Sousa, do Programa Minha Casa, Minha Vida; 30 mar. 2015)

Nos pronunciamentos em que identificamos a estratégia da amenização e da negação, verificamos a presença das figuras do “eu” e do “nós”. As duas se articulam entre si para enunciar que a crise não afeta o Brasil e está distante do país. O “eu” assume o status de porta-voz do “nós”, sem dispensar a noção de coletividade conferida pelo “nós”.

#### b) A estratégia da responsabilização

Outra estratégia que identificamos nos pronunciamentos analisados nesta etapa é a de atribuir ao outro a responsabilidade pela crise. Menos recorrente que a anterior, esse tipo de argumento se repete durante todo o primeiro mandato. Em nenhum momento Dilma Rousseff aponta o responsável, o que nos leva a inferir que a posição de falante nesses enunciados está mais próxima do status de vítima do que de acusadora. Isto é, ao afirmar que o Brasil não é responsável pela crise nem contribuiu para que ela acontecesse, mas sofre seus os efeitos, há a construção da identidade de vítima. Vejamos:

Nós estamos em um momento em que o Brasil e os países emergentes atravessaram aquela crise da qual nós não somos responsáveis e emergimos. (Discurso durante cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2011-2012; 17 jul. 2011)

Não, nós não vamos pagar pela sua crise. Nós podemos dizer isso: nós não vamos deixar que o Brasil pague por uma crise que não é dele. (Discurso na cerimônia de assinatura do termo de pactuação do Plano Brasil sem Miséria com os governadores da região Sul; 14 out. 2011)

Nós também estamos dando um passo para tornar o nosso país, o nosso Brasil mais forte para enfrentar essa crise internacional pela qual nós não somos responsáveis. (Discurso na cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Estaleiro Rio Tietê; 13 set. 2011)

Eu acho que o grande desafio atual é como nós iremos nos conduzir diante desta crise internacional, da qual nós não somos responsáveis, para a qual nós não contribuimos. (Declaração à imprensa após reunião com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez; 1º dez. 2011)

Nos trechos acima, podemos notar que Dilma Rousseff nega responsabilidade do governo ou do país sobre crise. Há uma implicação política muito importante nesse tipo de estratégia: por um lado, a presidente demonstra que o país está sabendo lidar com a crise, por outro lado, assume uma postura de defensora, afirmando que o Brasil não irá assumir as consequências que a situação traz. Contudo, a principal identidade que se constrói pela estratégia da negação é a posição de falante que assegura aos ouvintes que a economia brasileira não caminhou para o quadro da crise. Ou seja, Dilma Rousseff assume, aqui, a postura de fiadora das fortalezas da economia nacional, bem como do enfrentamento a quaisquer impactos que a crise venha a provocar para o Brasil.

Novamente, esses enunciados são realizados por meio da figura do “eu” e do “nós”, que atuam em formações discursivas por meio de papéis semelhantes àquelas da estratégia anterior. É possível inferir a presença de um “ele/eles”, uma vez que, se a crise não foi provocada pelo Brasil, sua gênese advém de outrem. Contudo, não encontramos nos pronunciamentos as marcas gramaticais da terceira pessoa do singular e, por esta razão, nos eximimos de afirmar a construção desta figura nos trechos trazidos acima.

### c) A estratégia da prevenção

Na terceira estratégia identificada, verificamos formações discursivas nas quais a presidente ressalta as fortalezas das políticas governamentais que conduziram o país às condições estruturais sólidas para enfrentar as instabilidades provocadas pela crise internacional. A posição de falante ocupada por Dilma Rousseff visa garantir que o país está preparado e tranquilizar tanto os investidores quanto a população afirmando que a crise não

afetará intensamente. Um dos argumentos utilizados é enfatizar que o mercado brasileiro possui capacidade de manter a econômica dinâmica.

Nós temos um mercado interno de fazer inveja a muitos países. E esse mercado interno é a capacidade dos brasileiros e das brasileiras de criar trabalho, de criar renda, de criar emprego. (Discurso durante cerimônia de início do desvio do rio Madeira para a Usina Hidrelétrica Santo Antônio; 05 jul. 2011)

É isso que faz com que este país quando cresce, quando investe, quando consome, quando faz política social, não seja presa fácil da crise internacional. (Discurso durante cerimônia de assinatura do termo de pactuação do Plano Brasil sem Miséria com os governadores do Norte; 28 set. 2011)

Nós vamos enfrentar a crise gerando emprego, assegurando renda e defendendo o mercado interno. (Discurso após início da terraplanagem da Cia. Siderúrgica e inauguração da correia transportadora de minério do Complexo Industrial do Pecém, e inauguração do Terminal de Múltiplo Uso; 11 ago. 2011)

O Brasil cresce, que tem um mercado interno forte, que esse mercado interno é objeto de cobiça de muita gente que está com a economia deprimida, que tem a sua indústria lá fora sem criar os empregos necessários porque não tem um consumo, porque há crise lá fora. (Discurso durante cerimônia de lançamento do Programa Estadual de Inclusão Produtiva Vida Melhor - Oportunidade para quem mais precisa; 05 ago. 2011)

Analisando os quatro trechos que trouxemos acima, podemos notar construções significativas. Cumprindo a identidade de líder, Dilma assegura a capacidade dos brasileiros de manter o dinamismo da economia. Vale lembrar que essa identidade não se consolida na presidenta; a imagem que é comunicada ao ouvinte é a de gestora, cujas características são menos intensas que a de líder e mais atreladas a ações de gerência e administração. No último trecho, há uma espécie de denúncia, na qual Dilma expõe a cobiça do mercado brasileiro pelos países em crise. Em outros, ela explica o porquê dessa cobiça:

De fato, nós temos mercados apeteceíveis, e mercados apeteceíveis significam uma penetração de produtos desses países que estão em crise. (Declaração após reunião com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez; 1º dez. 2011)

Nós devemos definir ações conjuntas e concretas para defender nossos países da excessiva liquidez que valoriza artificialmente nossas moedas e da avalanche de produtos manufaturados que, não encontrando mercado nos países desenvolvidos, atingem o emprego e a indústria nas nossas regiões. (Declaração à imprensa em conjunto com a presidenta da Argentina, Cristina Kirchner; 29 de julho de 2011)

Novamente, Dilma assume a posição de defensora da economia e do mercado brasileiros. Ao mesmo tempo, são trabalhados símbolos emocionais e racionais. Ao garantir defender as fortalezas do Brasil de uma ameaça que vem de fora, a presidenta evoca identidades e símbolos ligados aos sentimentos nacionais e coletivos. O segundo trecho explicita motivos

mais racionais, pois aponta consequências nocivas que a crise externa pode trazer ao país, mostrando que a presidenta sabe o que está acontecendo no mundo, tem conhecimento dos prejuízos que podem surgir e entende a necessidade de proteger a economia de tais ameaças.

Um dos argumentos mais recorrentes para destacar as fortalezas da economia brasileira e o preparo do governo para enfrentar os efeitos da crise que possam se abater sobre o país e, ao mesmo tempo, tranquilizar a população e os investidores está relacionado com as reservas do Brasil, conforme mostram os trechos abaixo;

O Brasil tem condições de enfrentar esta crise prolongada, mas não pode se declarar imune a seus efeitos. Temos hoje 60% mais reservas do que tínhamos em 2008, quando a primeira fase da crise atingiu o mundo. (Discurso durante cerimônia de lançamento do Plano Brasil Maior; 02 ago. 2011)

Primeiro, eu quero dizer para vocês que hoje o Brasil ainda está mais forte do que estava em 2008. Em 2008 nós tínhamos condição de enfrentar a crise, quando ela veio. Hoje nós temos mais condições [...]. Temos 60% a mais de reservas internacionais; a gente, hoje, tem mais de R\$ 348 bilhões. (Discurso da durante cerimônia de lançamento do Programa Estadual de Inclusão Produtiva Vida Melhor - Oportunidade para quem mais precisa; 05 ago. 2011)

Nos encontramos em melhores condições, do ponto de vista monetário e financeiro, do que estávamos em 2008, quando fomos os últimos a entrar em crise e os primeiros a sair. Hoje, temos uma reserva que monta a mais de US\$ 350 bilhões; temos, dentro do Banco Central, US\$ 420 bilhões de depósitos compulsórios. Eu falo isso porque é uma demonstração de que, para o Brasil, tomar qualquer medida de defesa do nosso crédito, tanto nacional como internacional, ele não precisa de usar recursos fiscais. (Discurso na cerimônia de inauguração do Complexo Siderúrgico da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil; 1º set. 2011)

Nós estamos extremamente preparados para enfrentar. Primeiro, porque temos uma das menores relações dívida líquida sobre PIB, não só em relação ao mundo, mas também em relação à nossa história. Basta lembrar que em 2002, final de 2002, início de 2003, quando o presidente Lula assume o governo, nós tínhamos 60% de dívida líquida sobre PIB, e hoje temos 35%. Vamos fechar, pelo 10 ano consecutivo, a inflação dentro da meta. Nós acreditamos que ficará em torno ou um pouco abaixo da inflação do ano passado. Temos também reservas expressivas que nós acumulamos ao longo dos anos de vacas gordas, em torno de US\$ 376 bilhões. Tudo isso conforma um cenário que permite que eu afirme aos senhores que nós temos todas as condições para transitar por esse período que alguns chamam de tempestade, que nós acreditamos que da tempestade tem uma característica: ocorre e passa. (Discurso durante cerimônia de cumprimentos de fim de ano; 18 dez. 2013)

Os trechos são representativos de um tipo recorrente de enunciado presente nos pronunciamentos de Dilma Rousseff. São enunciados muito parecidos e com muita informação lógica, aquela construída por meio de dados e informações e que só são refutados por outros dados e informações que divirjam daquelas que foram enunciadas. Ou seja, são argumentos objetivos, que conferem às formações discursivas aura de verdade. Esses argumentos aparecem nos pronunciamentos em todo o governo de Dilma Rousseff, inclusive naqueles enunciados no

contexto das crises política e institucional. Aqui identificamos um dos pontos fracos dos pronunciamentos relativos às fortalezas financeiras e econômicas do Brasil.

Desde o primeiro ano de governo, Dilma Rousseff sustenta que o Brasil possui reservas econômicas suficientes para enfrentar a crise sem precisar recorrer à austeridade fiscal. Porém, em 2015, com a crise causando impactos na economia, alguns planos de ajustes fiscais foram implantados pelo governo. Além disso, o valor enunciado pela presidente oscila entre 340 bilhões, 350 bilhões e 372 bilhões, bem como a moeda também varia: em alguns pronunciamentos, as reservas são em dólares e, em outros, são em reais. Ainda que o valor enunciado oscile entre os valores apontados, isso pode indicar atos falhos por parte da presidente ou até mesmo que ela não sabe o valor exato dessas reservas.

Há uma segunda implicação que se agrava com o fato de essas formações discursivas se repetirem diversas vezes ao longo dos dois mandatos: o valor nunca muda. Após a leitura de 900 pronunciamentos, etapa inicial da nossa análise de conteúdo, perguntamo-nos se ao longo de cinco anos e cinco meses de governo essas reservas não aumentaram ou diminuiram. Não nos parece crível que, com o mercado aquecido, a economia dinâmica, a inflação em baixa e a relação da dívida líquida sobre PIB em queda, as reservas não tenham tido superávit também. Obviamente, a análise de discurso se concentra naquilo que está materializado discursivamente e não em situações hipotéticas, como a que levantamos. Tanto na leitura fluente dos pronunciamentos como na análise dos trechos que foram selecionados para esta etapa de pesquisa não identificamos formações discursivas que nos permitam inferir crescimento ou queda nas reservas nacionais. Porém, entendemos que há uma implicação política em torno dessas formações discursivas, uma vez que, mesmo diante de situações dinâmicas que culminaram no agravamento da crise econômica, o pronunciamento continua sendo embasado com dados do início do mandato de Dilma Rousseff, que resultam de ações, projetos e programas do governo anterior.

Quanto às figuras, nesta estratégia percebemos a forte presença do “nós”, notadamente sob os tipos relativos ao “governo” e aos “brasileiros. Embora não tenhamos identificado marcas gramaticais do “eu” nesta estratégia, entendemos que Dilma Rousseff se posiciona como fiadora e voz das ações praticadas pela figura impessoal “o Brasil”, o que confere certa participação do “eu”. A presidente também assume a posição de fiadora e voz do “nós”.

#### d) A estratégia da ação e comparação

A última estratégia que identificamos nos pronunciamentos que abordam a crise econômica se baseia em anunciar ações que o governo irá realizar ou descrever as que estão

sendo ou já foram executadas para combater a crise. Os argumentos organizam formações discursivas semelhantes, nas quais a presidenta evidencia conhecer os problemas que a crise pode trazer ao país e explica quais medidas estão sendo tomadas para evitá-los. Esses excertos diferem dos que foram classificados nas estratégias anteriores, pois aqui eles transmitem a noção de algo que realmente foi ou está sendo realizado, enquanto os demais trabalham noções de promessa, de responsabilização, de assunção de postura. Vejamos alguns exemplos:

A combinação de uma política econômica séria com fundamentos sólidos e uma estratégia consistente de inclusão fez do nosso país um dos mais dinâmicos mercados do mundo. [...]. Todo esse esforço criou milhões de empregos e dinamizou regiões inteiras antes marginalizadas do processo econômico. Permitiu ao Brasil superar, com êxito, a mais profunda crise econômica da história recente, mantendo, até os dias atuais, níveis recordes de geração de postos de trabalho. (Declaração à imprensa em conjunto com o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama; 19 mar. 2011)

Enfim, ampliamos o investimento e o consumo, o que permitiu ao país sair de forma rápida e consistente da grave crise econômica internacional. (Discurso durante cerimônia de abertura do Fórum de Boao; 15 abr. 2011)

Os dois trechos que trouxemos acima são exemplares da estratégia da ação. Eles também se assemelham a pronunciamentos das estratégias anteriores, porém há uma diferença no tipo de verbo utilizado. Aqui, todos os verbos denotam a realização de algo para mudar uma situação anterior: fez, criou, permitiu, ampliamos. Junto aos trechos das estratégias anteriores, Dilma Rousseff constrói tanto a noção de o Brasil estar preparado como a de que as medidas necessárias foram tomadas, amenizando os efeitos da crise. A maioria dos argumentos relativos a esta estratégia são construídos sob a guarda do “nós”, sobretudo quando a figura representa o governo.

Parte dos pronunciamentos desse período abordam as ações do governo para amenizar o efeito da crise pelo viés das políticas sociais:

Nos últimos anos, consolidamos estabilidade macroeconômica e construímos no nosso país uma ampla rede de proteção social, que resultou em mais desenvolvimento econômico. Implementamos esses fortes programas de distribuição de renda, aumentamos o salário real e iniciamos diversos programas de universalização dos serviços públicos. [...]. Citando alguns exemplos: na área de combate à pobreza e educação, criamos o Bolsa Família, um dos maiores programas de renda do mundo, que elevou a renda de milhões de pessoas. Ampliamos o acesso ao ensino básico, criamos mecanismos de financiamento que garantiram o acesso a milhares de jovens de baixa renda ao ensino superior. Elevamos o nosso investimento e levamos à população rural eletricidade, beneficiando milhões e milhões de famílias. Na habitação, também iniciamos um grande programa de construção de casas. (Discurso durante cerimônia de abertura do Fórum de Boao; 15 abr. 2011)

O trecho acima, aliado àqueles que citamos na análise desta estratégia, explicita duas características do modelo petista de governo: o estilo mais conservador para as políticas econômicas, baseado na manutenção das taxas de juro altas, no controle dos preços e na austeridade, concomitante aos programas sociais orientados à redução da pobreza, ao aumento do mercado consumidor e à universalização das políticas sociais, como o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vinha, o Pronatec etc. Aqui, verifica-se a intenção de deixar claro que investir nas políticas sociais foi uma das maneiras encontradas pelo governo para manter o dinamismo da economia e evitar os efeitos mais nocivos da crise. Também se percebe nesses trechos uma postura da presidenta em defender os programas sociais, afirmando que eles não são importantes apenas para melhorar a vida das pessoas mais pobres, mas também para atingir os objetivos traçados nas políticas econômicas.

Ainda na estratégia da ação, identificamos que parte dos pronunciamentos selecionados para esta etapa possuíam construção ligeiramente diferente das demais, nas quais a presidenta comparava as táticas adotadas pelo seu governo com as de outros países. Os segmentos de texto utilizam um argumento comum, no qual Dilma dá a entender que o Brasil tomou decisões melhores para evitar os efeitos da crise. Decidimos agrupar esses pronunciamentos de comparação à estratégia da ação, pois eles também enfatizam as decisões e planos do governo para enfrentar a crise. Abaixo, trazemos alguns exemplos.

Nós sabemos que apesar de ser a mesma, de ser uma única, as razões que levaram à crise de 2008, e as que hoje tornam o mercado internacional turbulento, elas mudaram de qualidade. Por quê? Porque naquela época todos os países do mundo utilizaram mecanismos para superar a situação crítica. Alguns pegaram os seus recursos fiscais, tanto financeiros como os do seu orçamento, entregaram para os bancos, e salvaram os bancos. E deixaram seus consumidores, deixaram sua população, que estava endividada com o *subprime*, sem nenhum apoio e nenhum resgate. Outros, como nós, olhamos e saímos da crise porque apostamos no consumo, porque apostamos no investimento, porque apostamos que a saída da crise não era recessiva, que a saída da crise não era colocar um peso em cima da economia. Pelo contrário, era fomentar todos os nossos setores, apoiar e proteger quando necessário, da falta de crédito, proteger de outras formas de competição. (Discurso na abertura do 83º Enic; 10 ago. 2011)

Pela primeira vez na história, o Brasil ao enfrentar uma crise econômica internacional não sofreu uma quebra financeira e cambial. O mais importante: enquanto nos outros países havia demissões em massa, nós aqui preservamos e aumentamos o emprego e o salário. (Pronunciamento à nação por ocasião do Dia Internacional da Mulher; 08 mar. 2015)

Com alguns problemas, mas emergimos mais pujantes, com maior crescimento e com a responsabilidade de quem não cometeu as flexibilidades danosas na área econômica e nem na área financeira e que sofre pressões decorrentes da sobra de dinheiro no mundo. Ao mesmo tempo, nós temos os países desenvolvidos atravessando sérias dificuldades. (Discurso durante cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2011-2012; Ribeirão Preto-SP, 17 jul. 2011)

Os segmentos acima são exemplares da estratégia da comparação atrelada à da ação. Nos três, podemos verificar que Dilma Rousseff traça um panorama, descrevendo como outros países enfrentaram a crise, critica as decisões tomadas e explica por que com o Brasil será diferente. A presidenta não nega a crise, nem seu enfrentamento, mas coloca o país num patamar acima das outras nações. No último trecho, há inclusive a amenização da situação do país que, segundo Dilma, passa por “alguns problemas”, enquanto outros países atravessam “sérias dificuldades”. Ao usar a expressão “alguns problemas”, Dilma confere conotação corriqueira ao enfrentamento da crise pelo Brasil, pois as palavras escolhidas passam a noção de que aqueles são entraves fáceis de serem resolvidos. Já a expressão “sérias dificuldades”, relacionada ao contexto internacional, traz a ideia de gravidade, quase em oposição à situação brasileira.

Quanto às figuras discursivas, a estratégia da afirmação e da comparação é construída quase totalmente sob a guarda do “nós”, com Dilma Rousseff cumprindo o papel de porta-voz do nós e fiadora da situação do país diante da crise. O “nós” que é empregado nesses pronunciamentos é o que se refere ao governo e ao país. Há também a presença da figura impessoal “o Brasil/o país”, o que, conforme já abordamos algumas vezes em nossa análise, é comum aparecer atrelado à figura do “nós”. O “ele/eles”, nesta estratégia, faz referência aos países que foram afetados pela crise; aqui, esta figura não tem peso para uma luta política, sendo articulada apenas para dar força à figura do “nós”.

Ao analisar os pronunciamentos relativos ao primeiro período discursivo, que tange à questão da crise econômica, alguns achados nos chamam a atenção. Primeiro, os pronunciamentos sobre essa temática só diminuem a partir do segundo semestre de 2015, quando a atenção de Dilma se volta à crise institucional que culmina em seu *impeachment*. Contudo, decidimos demarcar como ponto de ruptura as manifestações de junho de 2013, pois, a partir desse momento, os pronunciamentos a respeito da crise econômica passam a ser enunciados concomitantemente e correlacionados aos da crise política. Por meio dos pronunciamentos selecionados para esta etapa da análise, não podemos afirmar que a crise econômica se transmuta para a crise política. De fato, o que se percebe é que aquela deixa o campo preparado para esta se desenvolver, conforme veremos no próximo tópico.

Segundo, apenas no primeiro mandato, Dilma proferiu 666 pronunciamentos. Em 205, pouco mais de 30% deles, nós localizamos formações discursivas em torno da questão da crise atrelada ao Brasil. Ou seja, pareceu-nos elevada a frequência com que Dilma Rousseff aborda



a crise econômica nos pronunciamentos de seu primeiro mandato, uma vez que ela própria ressalta, por diversas vezes que o país não está em crise. Aqui, realizamos três inferências: (1) em face da economia globalizada, a presidenta se vê impelida a tranquilizar empresários e trabalhadores sobre possíveis efeitos; (2) a crise está causando impactos no país, fazendo com que os setores produtivos brasileiros cobrem ações e posturas do governo para freá-los; (3) esse pronunciamento tranquilizador, proativo, comparativo e negador tem como objetivo consolidar uma posição político-ideológica de que o modelo de governo está dando certo, com vistas a garantir sua continuidade no processo eleitoral de 2014.

Terceiro, os segmentos selecionados para a análise contextual evidenciam certo caráter repetitivo presente na argumentação de Dilma Rousseff. Os excertos que trouxemos para proceder a análises mais aprofundadas não são apenas exemplares das estratégias que delineamos acima, mas também são repetitivos em sua essência. Ou seja, às vezes os trechos possuem construção léxica, semântica e sintática ligeiramente diferente, mas o teor se repete. A repetição pode indicar três situações: unidade discursiva, audiências diferentes e, até mesmo, falta de preparo na produção dos pronunciamentos. Em relação à primeira situação, os pronunciamentos analisados não nos permitem refutá-la, pois as quatro estratégias evidenciam conexão entre os pronunciamentos. Quanto à segunda, já expusemos anteriormente que mesmo as audiências de Dilma Rousseff, embora tenham sido classificadas em categorias grupais, são formadas por indivíduos diferentes – isto é, os populares que estão na entrega de unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida na Bahia, por exemplo, não são as mesmas pessoas presentes em cerimônia semelhante no Piauí. Isso faz com que determinado conteúdo discursivo ou argumentativo tenha de ser repetido para ser recebido pelo maior número de indivíduos desejados.

A falta de preparo na produção dos pronunciamentos também é uma inferência plausível. Por diversas vezes nesta tese abordamos que Dilma Rousseff não passa a imagem de boa oradora, bem como afirmamos também que a fala, diferente da linguagem escrita, traz marcas da oralidade, como digressões, atos falhos e quebra de pensamento. Porém, a repetição de certas informações, como o montante das reservas financeiras do Brasil, por todo os dois mandatos nos leva a inferir que nunca houve preocupação em verificar se os valores se mantiveram estáveis.

Quarto, das três figuras que estamos analisando nesta tese, os pronunciamentos em torno da crise econômica são construídos, em sua maioria, sob a guarda do “nós”. A figura do “eu”, quando aparece, está atrelada ao “nós”. Já o “ele/eles” é praticamente inexpressivo. Em face dessa dinâmica, a luta político-discursiva é, nesse momento, mais branda. Não há

formações discursivas com elementos de ataque, acusação ou defesa. Tampouco pudemos identificar grupo opositor ou inimigo. Obviamente, não podemos afirmar que os pronunciamentos selecionados para a análise contextual não contêm luta político-discursiva. Em todos os pronunciamentos deste período entre a posse de 2011 e as manifestações de junho de 2013, com mais alguns segmentos do ano de 2014, é possível perceber estratégias discursivas para firmar a posição de Dilma Rousseff como gestora do país – em poucos deles a presidenta tenta delinear a identidade de líder. Sob esse status, Dilma aufere a identidade de porta-voz e fiadora das ações que o governo executou para impedir que o país sofresse com os efeitos da crise. Podemos afirmar que essa identidade se ancora na figura do chefe, aquele que encabeça as decisões e que clama a si atributos de liderança. Aqui podemos inferir uma tentativa de Dilma Rousseff de dissociar-se de Lula para consolidar uma imagem mais autônoma e primaz. Contudo, é importante destacar que Dilma não assume os papéis atribuídos ao líder<sup>104</sup>. Além disso, as constantes menções a Lula dão a impressão de que seu governo está sempre à sombra do ex-presidente. Ainda assim, nos pronunciamentos acerca da crise econômica, Dilma Rousseff assume posição de falante que enuncia sua identidade de chefe e gestora sob sua função de presidente, líder (no sentido lato da palavra) da equipe de governo responsável pelas ações que evitaram efeitos mais intensos da crise na economia nacional.

Quinto, nossa pesquisa utiliza como base teórica conceitos de retórica presidencial e campanha permanente. É importante relacioná-los brevemente aqui. A retórica presidencial de Dilma Rousseff, nesse período, tem forte caráter dialógico. A utilização de expressões como “eu diria que”, “vou dizer uma coisa para vocês” apontam para situações discursivas conversacionais, nas qual se infere a presença de um interlocutor. As formações discursivas em torno da temática da crise visam, principalmente, explicar as ações do governo para o enfrentamento da crise e tranquilizar as forças produtivas (empresários e trabalhadores) das fortalezas do país para enfrentá-la, bem como apontar experiências consideradas por Dilma equivocadas e reivindicar crédito pelas ações bem-sucedidas. O fato de a presidenta aproveitar os eventos oficiais do governo para enunciar pronunciamentos com tais teores poderia apontar para a persecução de estratégias de campanha permanente. Porém, não podemos afirmar que

---

<sup>104</sup> As atuais abordagens em torno do conceito de líder misturam enfoque da filosofia política e da administração. Para aquela, são líderes os que: no interior de um grupo, ocupam uma posição de poder que tem condições de influenciar os demais indivíduos e a exercem ativamente. Para esta, o líder é uma pessoa inovadora, de caráter visionário, que cria o sistema ao seu redor e desafia o *status quo* estabelecido. Suas ações geralmente são reflexivas e incentivam o grupo através do apelo a crenças e valores, facilitando a mudança, inspirando confiança e valorizando as pessoas com quem se relacionam. O líder se contrasta com o gestor, que atua com base no controle e nos resultados imediatos, planejando o dia a dia da organização. Para saber mais: *BOBBIO, N.*; *MATTEUCI, N.*; *PASQUINO, G. Dicionário de política*; *REGA, L. S. O perfil do bom gestor*; e *WEBER, M. Economy and society*, vol.1.

elas de fato ocorrem, pois não se vinculam mais fortemente à imagem de Dilma Rousseff, que, como já dissemos, não consegue ascender de gestora a líder.

Em suma, os pronunciamentos acerca da crise econômica evidenciam que a figura do “nós” é forte no início do mandato de Dilma Rousseff e importante para consolidar as noções de união e coletividade como basilares a seu governo. A baixa frequência do “eu” se explica pela construção do “nós”, mas impede Dilma de articular melhor sua personalidade com o exercício do cargo que ocupa. O fato de quase não haver menção à figura do “ele/eles” e, quando há, não ser qualificada como opositora ou inimiga, confere aos pronunciamentos mais noções de prestação de contas, satisfação, explicação e congregação que de embate político.

No próximo tópico, concentraremos nossa análise no segundo período discursivo do governo de Dilma Rousseff com vistas a elucidar como a temática da crise política adentra os pronunciamentos enunciados entre junho de 2013 e agosto de 2015 e se a crise econômica e política juntas alteram os estilos e conteúdo dos pronunciamentos e a luta política entre as três figuras que compõem nosso enfoque de pesquisa.

## 5.5 DA CRISE ECONÔMICA À CRISE POLÍTICA NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

O primeiro pronunciamento de Dilma Rousseff sobre as manifestações de junho de 2013 ocorreu durante a cerimônia de inauguração do Museu de Arte contemporânea do Rio de Janeiro, em 1º de março, quando começaram os primeiros protestos contra o aumento no preço da tarifa do transporte coletivo. Na ocasião, a presidenta destacou apenas a implicação democrática das manifestações, lembrando que isso não era possível durante o regime militar, quando ela era jovem. Em 18 de junho, Dilma pronunciou seu primeiro pronunciamento mais intenso acerca dos protestos durante a cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração. Nessa época, os protestos já estavam em sua fase mais intensa e as motivações haviam mudado de foco. Porém, antes de passarmos à análise dos pronunciamentos desse período, vamos lembrar as origens das manifestações e explicitar como elas passam a se dirigir ao governo federal.

Em uma simples pesquisa por notícias sobre o tema, sem qualquer intenção de traçar mapeamentos ou localizar a origem exata, podemos situar a gênese nos protestos contra o aumento no preço das tarifas do transporte coletivo no ano de 2012. As manifestações, nesse ano, ocorrem em algumas cidades brasileiras, como Porto Alegre e Goiânia. Foram eventos pequenos, reunindo poucos milhares de pessoas. Alguns desses protestos, como os que ocorrem

em Natal, conseguiram a revogação do aumento. Em 2013, diante das novas tentativas de reajuste no preço das tarifas do transporte coletivo, novas manifestações tiveram lugar nas cidades brasileiras. As primeiras ocorreram ainda em abril e se prolongaram pelo mês de maio. A maior parte desses protestos foi fortemente reprimida pela polícia, o que fez com que mais manifestantes saíssem às ruas, agora com outro motivo na pauta. Nesses novos protestos, pequenos grupos de manifestantes protagonizaram atos de vandalismo, que foram exibidos pela mídia como o protesto em si, silenciando e apagando as manifestações pacíficas. A violência policial recrudesciu: jornalistas foram agredidos e alguns manifestantes foram presos para averiguações ou por portarem vinagre – substância que ajuda a diminuir os efeitos provocados pelas bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo, legalmente permitida no Brasil –, o que evidenciou o potencial ditatorial e agressivo da polícia de choque e se tornando um novo motivo para mais protestos.

Em 17 de junho de 2013, mais de 350 mil pessoas<sup>105</sup> em todo o país saíram às ruas para aquela que foi considerada a maior manifestação realizada nesse período. Aqui os motivos começam a se imbricar e fica difícil estabelecer o que levou determinadas pautas a fazerem parte dos protestos. Embora o governo federal tenha retirado algumas taxas que incidiam sobre o preço dos combustíveis, como as contribuições para Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e os governos municipais tenham recuado na decisão de elevar o valor das tarifas, a repressão policial e os escândalos de corrupção passaram a fazer parte das manifestações. Além disso, entre 15 e 30 de junho de 2013, o Brasil sediou a Copa das Confederações da FIFA. A presença da imprensa internacional foi outro motivo para que os protestos continuassem acontecendo e denunciasses outros problemas internos que não estavam ligados à questão do transporte coletivo.

Assim, os temas da corrupção, do gasto de dinheiro em grandes eventos em detrimento da aplicação desses montantes na melhoria dos serviços públicos prestados pelo governo e até mesmo uma sensação de instabilidade econômica passaram a fazer parte da pauta das manifestações. É nesse momento que os pronunciamentos de Dilma Rousseff assumem características diferentes daquelas que identificamos no tópico anterior. Desse modo, para disciplinar melhor nossa análise e facilitar a compreensão dos resultados e achados, decidimos considerar as manifestações de junho de 2013 contra o governo federal como marco do segundo período discursivo do governo de Dilma Rousseff, que termina em agosto de 2015, quando se

---

<sup>105</sup> Dados extraídos de reportagens nos portais G1, Folha, Terra e UOL.

inicia a crise institucional de seu governo. Neste segundo período, identificamos as seguintes estratégias discursivas:

a) A estratégia da valorização e da repressão

Iniciamos este tópico informando quais foram os dois primeiros eventos em que Dilma Rousseff abordou a questão das manifestações em seus pronunciamentos. Em ambos, a estratégia utilizada foi a de valorizar o espírito democrático do país, que possibilitou à população manifestar-se perante os atores políticos e governantes.

Mas eu estou contando isso porque eu acho que esse país mudou [...] porque hoje nós convivemos, um presidente da República convive perfeitamente com o som das ruas, com as manifestações, com o processo democrático, o que na minha época de juventude não era o usual. Agora, esse barulho das ruas tem um grande efeito sobre nós. Ele faz com que nós tenhamos certeza que esse é um país democrático, um país em que todos têm o direito de se manifestar, que nós aqui achamos perfeitamente natural que haja essa convivência. (Discurso na cerimônia de inauguração do Museu de Arte do Rio; 1º mar. 2013).

O Brasil hoje acordou mais forte. A grandeza das manifestações de ontem comprovam a energia da nossa democracia. A força da voz da rua e o civismo da nossa população. É bom ver tantos jovens e adultos juntos com a bandeira do Brasil, cantando o hino nacional e dizendo com orgulho ‘eu sou brasileiro’ e defendendo um país melhor. O Brasil tem orgulho deles. (Discurso durante cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração; 18 jun. 2013).

Nos dois trechos acima, podemos perceber que a presidenta não se mostra acuada pelas manifestações. Pelo contrário, ela as qualifica como positivas. Contudo, aos poucos a presidenta passa a repreender os atos de vandalismo. O segundo trecho que trouxemos acima faz parte do pronunciamento enunciado em cadeia nacional de rádio e televisão. Nesse mesmo pronunciamento, há a seguinte formação:

Os manifestantes têm o direito e a liberdade de questionar e criticar tudo, de propor e exigir mudanças, de lutar por mais qualidade de vida, de defender com paixão suas ideias e propostas, mas precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV – manifestações; 21 jun. 2013)

No trecho acima, a presidenta relativiza a problemática. Em momento algum ela se posiciona contrária ao direito de manifestação. Aliás, esse direito, é defendido por ela quase como algo sagrado:

A minha geração lutou muito para que a voz das ruas fosse ouvida. Muitos foram perseguidos, torturados e morreram por isso. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV – manifestações; 21 jun. 2013).

Eu sou da época que não existia liberdade de expressão, não existia liberdade de opinião, qualquer reivindicação era vista com maus olhos, as pessoas não podiam reivindicar, e ninguém aceitava nenhuma observação crítica sobre nada. (Discurso durante a cerimônia de inauguração do campus avançado da Universidade Federal de Alfenas; 07 ago. 2013).

Ao mesmo tempo que defende o direito democrático de manifestação, Dilma Rousseff condena os atos que fogem à ordem e à democracia. Aqui é possível inferir uma posição de mediadora, explicitada pelas tentativas discursivas da presidente para persuadir os manifestantes mais agressivos a exercerem o direito que lhes assiste sem recorrer à desordem. Temporalmente, os pronunciamentos passam da eglia ao exercício da democracia para as ponderações quanto aos atos de vandalismo, e terminam numa postura mais enérgica de não tolerar atos que provoquem desordem. Vejamos:

Devemos louvar o caráter pacífico dos atos de ontem. O caráter pacífico dos atos de ontem evidenciou também o correto tratamento dado pela Segurança Pública à livre manifestação popular, convivendo pacificamente. Aconteceram atos minoritários de violência contra pessoas, contra o patrimônio público e privado, que devemos condenar e coibir com rigor. Sabemos, governo e sociedade, que toda a violência é destrutiva, lamentável e só gera mais violência. Não podemos aceitar jamais conviver com ela. (Discurso durante cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração; 18 jun. 2013).

Os manifestantes têm o direito e a liberdade de questionar e criticar tudo, de propor e exigir mudanças, de lutar por mais qualidade de vida, de defender com paixão suas ideias e propostas, mas precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV – manifestações; 21 jun. 2013).

Os dois trechos acima são exemplares do segundo momento, no qual a presidenta passa a ponderar o direito de manifestação e os atos de violência. Nesses pronunciamentos, percebe-se uma voz aconselhadora, que tenta, pelo apelo à razão, dissuadir os manifestantes dos atos de violência. Aos poucos, os pronunciamentos passam a enfatizar as críticas de Dilma em relação aos atos de vandalismo e violência. Chama a atenção o fato de que ela atribui a responsabilidade aos manifestantes, não fazendo qualquer menção à intensidade da repressão policial. Vale lembrar que as polícias militares e seus batalhões de choque estão sob a jurisdição dos governos estaduais ou distrital, recebendo ordem dos secretários estaduais ou distrital de segurança pública. Ou seja, Dilma Rousseff não transfere ou atribui responsabilidade à conduta das polícias militares aos atores políticos estaduais. Os atos de violência não são considerados resposta à repressão policial. Esse tipo de enunciação fica evidente no exemplo a seguir:

O governo e a sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos. Essa violência, promovida por uma pequena minoria, não pode manchar um movimento pacífico e

democrático. Não podemos conviver com essa violência que envergonha o Brasil. Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública têm o dever de coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo. Com equilíbrio e serenidade, porém, com firmeza, vamos continuar garantindo o direito e a liberdade de todos. Asseguro a vocês: vamos manter a ordem. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV – manifestações; 21 jun. 2013)

Contudo, há um pronunciamento muito simbólico, no qual Dilma apela a elementos do imaginário coletivo e a símbolos nacionais para ressaltar que não pactuará com vandalismo e violência:

Eu estou falando isso por um motivo muito simples porque eu vou usar até uma expressão da nossa bandeira, lá na nossa bandeira está escrito: Ordem e Progresso [...]. É fundamental no país que estradas não sejam interrompidas e o meu governo não ficará quieto perante processos de interrupção de rodovias. Porque, também na nossa bandeira tem a palavra ordem. E ordem, significa democracia. Mas significa respeito às condições da produção, da circulação e da vida da população brasileira. Então, não tenham dúvida, o governo não negocia isso. Não concordamos com processos que levem a qualquer turbulência nas atividades produtivas e na vida das pessoas. Uma coisa são manifestação pacíficas que muito engrandecem o país, outra coisa completamente diferente é acreditar que o país possa viver sem normalidade e estabilidade. Certos tipos de processo são disruptivos da ordem prevalecente. E o Brasil precisa de ordem tanto para a democracia, quanto para sua economia, quanto para a vida de cada um dos brasileiros e das brasileiras. (Discurso durante cerimônia de Assinatura do Primeiro Anúncio Público de Terminais de Uso Privado; 03 jul. 2013)

No trecho acima, podemos perceber que Dilma recorre ao símbolo da ordem e do progresso, estampados na bandeira nacional, para construir seu argumento. Da análise desse segmento, inferimos que a presidenta apela para elementos que unificam os brasileiros. Novamente, verifica-se presente a voz de ponderação e sabedoria, que tenta convencer os manifestantes de que o Brasil pode conviver com as manifestações democráticas, mas não pode aceitar as situações de vandalismo e violência.

Os segmentos classificados nesta estratégia evidenciam que Dilma evita entrar em choque com os manifestantes. Se pensarmos na sequência temporal desses pronunciamentos, verifica-se que, primeiro, a presidente elogia as manifestações como expressão da democracia, depois, pondera que o exercício desse direito não deve vir acompanhado de vandalismo e violência para, por último, mostrar mais energia e ameaçar coibir atos de desordem.

Pela primeira vez, identificamos formações discursivas nas quais a figura do “eu” assume posição de destaque, principalmente quando Dilma relembra a luta contra o regime militar. O “eu”, contudo, atrela-se mais a apelos emocionais e simbólicos que a enunciados que denotam ação ou argumentos lógicos; eles são segmentos nos quais a presidenta compartilha experiências pessoais, conselhos e avaliações. O “eu” continua aparecendo fortemente ligado

ao “nós”, o que nos permite inferir a identidade de porta-voz dos tipos coletivos do “nós”, como o governo e o país. Mesmo quando assume postura mais enérgica (“O governo e a sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado”; “Não podemos conviver com essa violência que envergonha o Brasil”), Dilma não o faz sob a figura do “eu”, mas utiliza o “nós” ou formas impessoais como “o governo”, “a sociedade”, “o Brasil”, assumindo a posição de porta-voz delas.

Também pudemos identificar a formação da figura do “ele/eles”, que se refere a dois grupos: os manifestantes e os vândalos. Nos segmentos analisados, nota-se que há um esforço de determinar os dois grupos, separá-los e demarcar suas atitudes e posições. Dilma incentiva os manifestantes a exercer o direito de manifestação e crítica ao governo, ressalta a importância desse grupo para a consolidação da democracia brasileira, mas repreende e ameaça de punição os vândalos. Porém, não percebemos a construção da imagem destes como inimigos por Dilma, o que nos permite pensar nas posições de poder assumidas pela presidente nesses pronunciamentos.

Ao contrário do período discursivo anterior, neste, pela primeira vez, Dilma se vê instada a lidar com críticas e a respondê-las. Vale lembrar que, para a Análise de Discurso, os dizeres circulam no espaço interdiscursivo, não sendo possível identificar a origem de determinado enunciado em um indivíduo definido. Ou seja, não podemos considerar Dilma Rousseff como a formadora original de seus próprios pronunciamentos. Além disso, seus pronunciamentos podem ter sido enunciados em razão de outros pronunciamentos circulantes no espaço interdiscursivo. O que é preciso ter em mente quando analisamos os pronunciamentos relativos às manifestações de junho de 2013 é que eles se materializam em razão de outro pronunciamento materializado, não de ato enunciativo dos manifestantes, conferindo o caráter dialógico e responsivo aos pronunciamentos de Dilma. Esse dado é importante, pois, no período anterior, tais características eram mais implícitas e, até mesmo, difíceis de serem pontuadas.

Ao responder aos manifestantes, Dilma assume determinadas posições de poder e, por elas, relações de forças. Os trechos abaixo evidenciam isso melhor:

Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública têm o dever de coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV – manifestações; 21 jun. 2013).

O meu governo não ficará quieto perante processos de interrupção de rodovias. Porque, também na nossa bandeira tem a palavra ordem. [...] Então, não tenham dúvida, o governo não negocia isso. Não concordamos com processos que levem a qualquer turbulência nas atividades produtivas e na vida das pessoas. (Discurso durante cerimônia de Assinatura do Primeiro Anúncio Público de Terminais de Uso Privado; 03 jul. 2013).



O tom enérgico, formado por atos de fala de ameaça, leva-nos a inferir que a posição de falante da presidenta se ampara numa posição de poder. Nesses pronunciamentos, a presidente assume a identidade de chefe e de comandante, deixa claro que possui mecanismos de repreensão (órgãos de Segurança Pública e demais instituições) e que não irá negociar acuada por atos de violência. Há, inclusive, a ameaça de represália (“o meu governo não ficará quieto”). Numa tentativa de medição de forças, Dilma não se coloca em choque com os manifestantes, mas, sim, com os vândalos; discursivamente fica implícito que ela não se sente acuada ou intimidada por eles, nem se coloca em posição menor ou enfraquecida. Pelo contrário, há uma tentativa de mostrar-se mais forte que eles.

#### b) A estratégia do combate à corrupção

Quando as primeiras manifestações começaram no primeiro semestre de 2013, o mote principal era o aumento no valor das tarifas do transporte coletivo municipal e os problemas de mobilidade urbana nas cidades. Ao longo desses meses, a questão do transporte coletivo se resolve (a maioria dos municípios recuou na decisão de elevar o preço das passagens) e deixa a pauta de reivindicações sem, contudo, pôr fim aos protestos. Conforme já abordamos no capítulo 2 e no tópico acima, os manifestantes passaram a se dirigir contra o governo federal, protestando contra a má qualidade dos serviços públicos, os altos gastos das obras para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016 e, sobretudo, contra a corrupção. Em um pronunciamento à nação em cadeia de rádio e televisão, Dilma Rousseff abordou a questão da corrupção da seguinte maneira:

Temos de fazer um esforço para que o cidadão tenha mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes. Precisamos muito, mas muito mesmo, de formas mais eficazes de combate à corrupção. A Lei de Acesso à Informação, sancionada no meu governo, deve ser ampliada para todos os poderes da República e instâncias federativas. Ela é um poderoso instrumento do cidadão para fiscalizar o uso correto do dinheiro público. Aliás, a melhor forma de combater a corrupção é com transparência e rigor. A mensagem direta das ruas é pacífica e democrática. Ela reivindica um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV – manifestações; 21 jun. 2013).

O trecho acima traz alguns elementos significativos para nossa análise. É possível notar certo engajamento da presidenta, haja visto que ela responde à demanda surgida nas manifestações. Contudo, é possível extrair uma noção de leniência por meio das construções sintáticas e semânticas do excerto acima. Parte dos verbos utilizados por Dilma conferem a impressão de ações a serem realizadas: “temos de fazer”, “deve ser ampliada”, “reivindica”. Se

algo tem de ser feito, é porque ainda não o foi; se deve ser ampliada, é por ainda está restrita; se alguém reivindica algo, é porque isso não está sendo realizado. Ou seja, embora o ato de fala seja responsivo às exigências surgidas nas manifestações, a forma pela qual Dilma o enuncia não denota engajamento ou proposta prática para resolver o problema.

Esse estilo discursivo de Dilma é repetitivo. No início da nossa análise, quando procedemos à leitura flutuante, afirmamos que a construção discursiva da presidente e os seus atos enunciativos muitas vezes conferem a impressão de retórica vazia aos pronunciamentos. É como se a presidenta dissesse algo apenas porque é preciso dizer, como se o ato de falar prescindisse do teor da mensagem, isto é, a mensagem que é passada é o ato de responder e não as informações, as posições e os argumentos presentes no conteúdo dos enunciados.

Ao longo dos anos de 2013 e 2014, Dilma retoma o tema da corrupção em apenas mais três pronunciamentos. Na primeira ocasião, ainda o faz no contexto das manifestações de junho de 2013 e o teor da mensagem é similar ao trecho que analisamos acima:

Devemos também dar prioridade ao combate à corrupção, de forma ainda mais contundente do que já vem sendo feito em todas as esferas. Nesse sentido, uma iniciativa fundamental é uma nova legislação que classifique a corrupção dolosa como equivalente a crime hediondo, com penas severas, muito mais severas. Além disso, todas as esferas administrativas, de todos os poderes da República, devem se esforçar para agilizar a implantação plena da Lei de Acesso à Informação, que dá ao governante mais instrumentos de combate à corrupção e contribui para a participação da cidadania. (Discurso durante reunião com governadores e prefeitos de capitais; 24 jun. 2013).

Comparando esse trecho com o anterior, a única diferença é a necessidade, apontada por Dilma, de uma legislação que traga punição mais rígida à corrupção – o que é de competência do Legislativo. Na última frase desse segmento, ela volta a falar da Lei de Acesso à Informação, numa construção enunciativa similar à do trecho anterior. Em ambas, podemos identificar que ela chama outros atores políticos para implementar a lei bem como os cidadãos para o processo de combate à corrupção.

Os dois outros trechos apontam para procedimentos discursivos já identificados nas práticas enunciativas de Dilma Rousseff. No primeiro, podemos verificar que a presidente assume uma posição perante a questão da corrupção, expressa por atos de fala e palavras que denotam repúdio. Novamente, ela apela para elementos simbólicos como a garantia de direitos e a democracia, bem como deixa implícito não colocar entraves às investigações. No segundo, há um elemento intrínseco que necessitamos contextualizar e explicar. No ano de 2014, tem início a operação Lava Jato, realizada pela Polícia Federal para investigar crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da

justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida por membros administrativos da Petrobras. Os críticos da operação afirmam que, após o deflagre, as empresas envolvidas interromperam as obras e cessaram os investimentos em infraestrutura, o que foi nocivo para o progresso da economia. Esses mesmos críticos afirmam que a punição deveria recair sobre os dirigentes, funcionários e empregados corruptos sem, contudo, afetar o poder de investimento e produção das empresas. É essa a mensagem que se materializa no segundo trecho dos pronunciamentos de Dilma que trazemos a seguir:

Não tenho, nunca tive e nunca terei nenhuma tolerância com corruptores e com corruptos. Queremos a investigação em toda sua integralidade garantindo também as condições democráticas do direito à defesa. O Brasil sairá muito mais forte desse processo. Mais forte ainda por respeitar as regras do estado de direito em que vivemos. (Discurso durante a Conferência Nacional de Educação; 20 nov. 2014).

Temos que punir as pessoas, não destruir as empresas. Temos que saber punir o crime, não prejudicar o país ou sua economia. Temos que fechar todas as portas para a corrupção, não temos que fechar para o crescimento, o progresso e o emprego. (Discurso durante Solenidade de Diplomação no Tribunal Superior Eleitoral; 18 dez. 2014).

A problemática da corrupção retorna no pronunciamento de posse do segundo mandato de Dilma Rousseff. Nesse momento, ela está mais ligada aos escândalos de corrupção, sobretudo os que emergiram pelas investigações da Lava Jato, do que às pautas relativas aos gastos públicos para as obras da Copa e das Olimpíadas e à mobilidade urbana das manifestações de junho de 2013. É importante destacar que, tão logo o resultado do pleito eleitoral de 2014 foi divulgado em outubro, a oposição derrotada nas urnas iniciou uma série de questionamentos para, sem sucesso, contestar e impugnar o processo, inflando em seus eleitores atos contrários à reeleição de Dilma. Vejamos o trecho em que a presidenta toca na questão da corrupção.

A corrupção rouba o poder legítimo do povo. A corrupção ofende e humilha os trabalhadores, os empresários e os brasileiros honestos e de bem. A corrupção deve ser extirpada. [...]. O Brasil sabe que jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito. Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção, por meio da criação de leis mais severas, pela ação incisiva e livre de amarras dos órgãos de controle interno, pela absoluta autonomia da Polícia Federal como instituição de Estado, e pela independência sempre respeitada diante do Ministério Público. Os governos e a Justiça estarão cumprindo os papéis que se espera deles: se punirem exemplarmente os corruptos e os corruptores. [...]. A luta que vimos empreendendo contra a corrupção e, principalmente, contra a impunidade, ganhará ainda mais força com o pacote de medidas que me comprometi durante a campanha, e me comprometo a submeter à apreciação do Congresso ainda neste primeiro semestre. [...]. São cinco medidas: transformar em crime e punir com rigor os agentes públicos que enriquecem sem justificativa ou não demonstrem a origem dos seus ganhos; modificar a legislação eleitoral para transformar em crime a prática de caixa 2; criar uma nova espécie de

ação judicial que permita o confisco dos bens adquiridos de forma ilícita ou sem comprovação; alterar a legislação para agilizar o julgamento de processos envolvendo o desvio de recursos públicos; e criar uma nova estrutura, a partir de negociação com o Poder Judiciário que dê maior agilidade e eficiência às investigações e processos movidos contra aqueles que têm foro privilegiado. [...]. Em sua essência, essas medidas têm o objetivo de garantir processos e julgamentos mais rápidos e punições mais duras, mas jamais poderão agredir o amplo direito de defesa e o contraditório; jamais poderão significar a condenação prévia sem defesa de inocentes. [...]. Estou propondo um grande pacto nacional contra a corrupção, que envolve todas as esferas de governo e todos os núcleos de poder, tanto no ambiente público como no ambiente privado. (Discurso durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional; 1º jan. 2015).

O pronunciamento de posse é sempre uma enunciação muito significativa, por sintetizar as intenções iniciais que um governante quer tornar públicas e por elas ser identificado. Obviamente não podemos tomá-lo como referência para as ações de governo, pois estas dependem de outros fatores. No primeiro parágrafo, Dilma utiliza argumentos emocionais e valores simbólicos para denunciar os malefícios da corrupção. A seguir, ela se posiciona contra e afirma não ter sido conivente com atos ilícitos, além de assegurar que seu governo não tergiversou com a questão. Nos três parágrafos seguintes, anuncia novas medidas para intensificar o rigor das investigações e a rapidez das punições. Por fim, novamente é enunciada a ideia de um pacto, que traz embutidas força e vontade de ação maior que a noção de comprometimento. A ideia de um acordo para o enfrentamento de uma luta aumenta a intensidade discursiva.

A noção de união é retomada em outra formação discursiva, na qual a presidenta reafirma seu engajamento com a demanda dos manifestantes:

Por isso, o governo sempre irá dialogar com as manifestações nas ruas. Ouvir é a palavra; dialogar é a ação. E o sentimento tem de ser de humildade e firmeza. Um dos temas presentes nas manifestações de sexta-feira e de domingo foi o combate à corrupção e à impunidade. Nós temos, todos aqui, absoluta concordância com esta demanda popular e a clara determinação para tomar medidas que intensifiquem o combate à corrupção. [...]. Nos próximos dias, como prometido nas eleições, anunciaremos um conjunto de medidas voltadas ao combate à impunidade. Estaremos abertos, obviamente, a ouvir toda a sociedade para a tomada de outras medidas. (Discurso durante cerimônia de sanção do Código de Processo Civil; 16 mar. 2015).

Nesse trecho, a mensagem enunciada por Dilma denota a tentativa de um relacionamento entre ela e os manifestantes. A ideia do diálogo vai além da noção de dar atenção; ela traz consigo a ideia de troca, na qual as partes interessadas comungam algo entre si. Ainda que a relação comunicativa entre as partes seja assimétrica, num diálogo todas elas falam e são ouvidas, como iremos abordar na próxima estatística.

As construções das figuras do “eu”, do “nós” e do “ele/eles” seguem padrões já identificados. O “eu” aparece como a voz das figuras “o governo” e “o Brasil/o país”, bem como nas expressões de sentimentos e compromissos, que aqui são ligeiramente intensificadas. Ou seja, é sob a figura do “eu” que a presidenta repudia os atos ilícitos e se compromete a criar mecanismos para enfrentá-los, e é sob a figura do “nós” que ela busca união com os outros atores políticos, para dar efetividade às ações de combate à corrupção, e com os manifestantes, para acordar o pacto e estabelecer o diálogo entre as instâncias cidadã e política.

### c) A estratégia da escuta e do diálogo

A segunda estratégia que identificamos se relaciona às construções discursivas nas quais Dilma afirma estar ouvindo a demanda dos manifestantes. Vejamos os excertos.

Os que foram ontem às ruas deram uma mensagem direta ao conjunto da sociedade, sobretudo aos governantes de todas as instâncias. Essa mensagem direta das ruas é por mais cidadania, por melhores escolas, melhores hospitais, postos de saúde, pelo direito à participação. Essa mensagem direta das ruas mostra a exigência de transporte público de qualidade e a preço justo. Essa mensagem direta das ruas é pelo direito de influir nas decisões de todos os governos, do Legislativo e do Judiciário. Essa mensagem direta das ruas é de repúdio à corrupção e ao uso indevido do dinheiro público. Essa mensagem direta das ruas comprova o valor intrínseco da democracia, da participação dos cidadãos em busca de seus direitos. E eu queria dizer aos senhores, a minha geração sabe o quanto isso nos custou. Eu vi ontem um cartaz muito interessante que dizia desculpe o transtorno, estamos mudando o país. Eu quero dizer que o meu governo está ouvindo essas vozes pela mudança. O meu governo está empenhado e comprometido com a transformação social. (Discurso durante cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração; 18 jun. 2013).

Todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país. Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar. [...] Como presidenta, eu tenho a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia. Eu quero repetir que o meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança. Eu quero dizer a vocês que foram pacificamente às ruas: eu estou ouvindo vocês. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV – manifestações; 21 jun. 2013).

Mas quero repetir principalmente que meu governo está ouvindo a voz democrática, as vozes democráticas que saem e emergem das ruas e que pedem mudanças. É preciso saber escutar a voz das ruas. Só ela é capaz de nos impulsionar a andar ainda mais rápido. (Discurso durante reunião com governadores e prefeitos de capitais; 24 jun. 2013).

Os três trechos são simbólicos por vários motivos. Primeiramente, por meio deles Dilma Rousseff assume posição de falante baseada na identidade do acolhimento, conferindo às manifestações status de canal de comunicação entre esses grupos da sociedade e o governo. Essa noção é importante, pois oferece ao ouvinte a sensação de respeito. Ela vai um pouco mais

além. Ao considerar as manifestações como um meio legítimo de relação entre a sociedade e o governo, Dilma deixa aberta uma forma de comunicação que não perpassa intermediários. É preciso lembrar que a forma universal de ouvir os cidadãos se restringe mais a eleições, plebiscitos e referendos, quando o Estado diretamente se dirige aos seus indivíduos. Outras formas de sondagem de opinião pública, como pesquisas, trabalham com amostragens, levando à probabilidade uma opinião pública, que nem sempre pode estar refletindo a opinião de todos. As consultas populares realizadas pelos portais digitais implicam que o cidadão está conectado à Internet e adota práticas de cidadania nos meios digitais. As manifestações individuais em perfis de redes sociais, como Twitter, Facebook, Instagram etc. oferecem ao cidadão a possibilidade de se posicionar perante a instância política, mas também possibilitam que os atores políticos selecionem quais manifestações irão responder. Os representantes eleitos pelos cidadãos nem sempre representam a totalidade e, diante do jogo político entre Executivo e Legislativo, podem se atrelar a grupos ou interesses segmentados. Obviamente, nossa intenção aqui não é discorrer sobre as formas que os cidadãos possuem para se relacionar com a instância política e nem afirmar qual é mais ou menos efetiva. Contudo, inferimos que, ao se manifestarem em passeatas, esses indivíduos o fazem por entenderem que não estão sendo ouvidos pelos canais e mecanismos existentes. E aí, a fala de Dilma Rousseff, assegurando aos manifestantes que as reivindicações estão sendo ouvidas, se torna muito simbólica e importante. Por um lado, ela corrobora os elogios da presidenta que descrevemos na estratégia anterior e, por outro lado, legitima sua posição de defensora desse direito conquistado por meio das lutas contra o regime militar.

Em segundo lugar, Dilma não apenas afirma estar ouvindo a “voz que emana das ruas” mas também abre a possibilidade de diálogo. No primeiro trecho citado acima, a presidenta sintetiza as principais reivindicações dos manifestantes, para, ao final, afirmar comprometer-se com elas. No segundo, ela afirma que o diálogo é indispensável à democracia. E no terceiro, ela confere às manifestações o status de força impulsionadora de mudanças. Isto é, nos três trechos temos construções discursivas que se assemelham a respostas e posicionamentos.

Terceiro, Dilma demarca a diferença entre as manifestações e os atos de vandalismo. Embora na estratégia anterior ela tenha deixado claro que não iria admitir caos e violência, ela não atribui tais atos aos manifestantes:

As manifestações de junho, em meu país, são parte indissociável do nosso processo de construção da democracia e de mudança social. O meu governo não as reprimiu, pelo contrário, ouviu e compreendeu a voz das ruas. Ouvimos e compreendemos porque nós viemos das ruas. (Discurso na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas; 24 set. 2013).

Eu acho muito importante o fato do Brasil ser um dos poucos países em que manifestação não foram demonizadas e colocadas como um inimigo público número um, porque nós temos escutado a voz das ruas, porque nós temos entendido a necessidade de avançar. (Discurso na cerimônia de anúncio de investimentos do PAC Mobilidade Urbana e entrega de 57 máquinas motoniveladoras; 12 out. 2013).

Nesses dois trechos, identificamos a intenção de não qualificar os manifestantes como inimigos. Quando Dilma afirma que o seu governo não reprimiu nem demonizou as manifestações, não podemos afirmar que ela atribui a responsabilidade da repressão aos governos estaduais e distrital ou se ela separa os atos de manifestação dos atos de vandalismo.

Quarto, a “voz que emana das ruas” é recebida por Dilma Rousseff como motivadora:

As manifestações dessa semana trouxeram importantes lições: as tarifas baixaram e as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional. Temos que aproveitar o vigor destas manifestações para produzir mais mudanças, mudanças que beneficiem o conjunto da população brasileira. [...]. Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV – manifestações; 21 jun. 2013).

O trecho acima traz a ideia de união. Se as manifestações poderiam ser vistas como ruptura entre a instância cidadã e a instância de governança, discursivamente, a presidenta volta a construir a noção de união, conferindo aos manifestantes papel ativo no processo de melhoria e mudança.

Assim como na estratégia anterior, as figuras do “eu” e do “nós” são muito expressivas nesta e seguem a mesma lógica de construção. Enquanto o “nós” marca posições com noções de coletividade e é o sujeito da ação dos verbos, o “eu” continua atrelado a expressões de sentimentos e confidências emanadas por Dilma. Em poucas orações, podemos conferir o “eu” assumindo responsabilidades. As posições de falantes também são muito parecidas: Dilma assume a identidade de chefe, calcada nos atributos do sábio, possível de inferência quando se percebem as formações discursivas que separam a manifestação pacífica e democrática dos atos de vandalismo e violência. A expressão da sabedoria também ocorre quando ela afirma que a força emanada das manifestações servirá de incentivo para a realização de mais mudanças.

Já a figura do “ele/eles” nos trechos enquadrados nesta estratégia fazem referência aos manifestantes e aos vândalos. Essa divisão é significativa e importante, pois separa os indivíduos entre dois grupos, um com o qual Dilma se relaciona por meio da escuta e do diálogo e outro, que é constantemente repreendido por ela. Nesse embate político, vemos Dilma Rousseff em posição de comando e de conciliação.

#### d) A estratégia da ação e da união

Se nas duas estratégias anteriores vemos Dilma Rousseff dialogar com a questão das manifestações, nesta identificamos formações discursivas que não apenas sinalizavam a posição responsiva da presidenta, como também indicavam as ações do governo para resolver as demandas que surgiram nos protestos. Chamou-nos a atenção a utilização da palavra “pacto” para simbolizar as decisões e as medidas, pois ela reúne alguns significados que necessitam de ser melhor destrinchados. Uma simples busca nos dicionários on-line traz como sinônimo de pacto as palavras “acordo”, “contrato”, “arranjo”, “aliança” e “conciliação”. Em todos esses sinônimos, está implícita a noção de entendimento entre todas as partes envolvidas, com o término do litígio entre elas. Ao utilizar a palavra “pacto”, inferimos que Dilma confere ao pronunciamento o sentido de apaziguamento das diferenças e de união para a solução daquilo que precisa ser resolvido. Vejamos:

Por isso, lancei cinco grandes pactos: o pacto pelo Combate à Corrupção e pela Reforma Política; o pacto pela Mobilidade Urbana, pela melhoria do transporte público e por uma reforma urbana; o pacto pela Educação, nosso grande passaporte para o futuro, com o auxílio dos royalties e do fundo social do petróleo; o pacto pela Saúde, o qual prevê o envio de médicos para atender e salvar as vidas dos brasileiros que vivem nos rincões mais remotos e pobres do país; e o pacto pela Responsabilidade Fiscal, para garantir a viabilidade dessa nova etapa. (Discurso na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas; 24 set. 2013).

A formação discursiva sobre os cinco pactos se repete em alguns pronunciamentos durante o ano de 2013, mas praticamente desaparece dos pronunciamentos em 2014. Posterior ao pronunciamento citado acima, Dilma detalha todas as ações que serão tomadas para a efetivação dos objetivos traçados nos cinco pactos:

O foco será: primeiro, a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie o transporte coletivo. Segundo, a destinação dos recursos do petróleo para a educação. Terceiro, trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do SUS. [...] Quero contribuir para a construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular. É um equívoco achar que qualquer país possa prescindir de partidos e, sobretudo, do voto popular, base de qualquer processo democrático. Temos de fazer um esforço para que o cidadão tenha mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes. [...] Precisamos muito, mas muito mesmo, de formas mais eficazes de combate à corrupção. A Lei de Acesso à Informação, sancionada no meu governo, deve ser ampliada para todos os poderes da República e instâncias federativas. Ela é um poderoso instrumento do cidadão para fiscalizar o uso correto do dinheiro público. Aliás, a melhor forma de combater a corrupção é com transparência e rigor. (Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV – manifestações; 21 jun. 2013).



Se a ideia do pacto traz consigo a noção de união por meio da conciliação, outros segmentos discursivos conferem a ideia de compartilhamento de responsabilidades. Reconhecendo as limitações do governo para assumir todas as ações de enfrentamento da crise e até mesmo o esgotamento da capacidade do governo de fazê-lo sozinho, Dilma se volta aos empresários numa tentativa de buscar apoio e união. Nos próximos três exemplos, evidenciamos como isso ocorre:

Diante destes eventos internos e externos, o governo federal cumpriu o seu papel. Nós absorvemos a maior parte das mudanças no cenário econômico e climático em nossas contas fiscais para preservar o emprego e a renda. Nós reduzimos nosso resultado primário para combater os efeitos adversos desses choques sobre nossa economia e proteger nossa população. Agora, atingimos um limite para isso. Estamos diante da necessidade de promover um reequilíbrio fiscal para recuperar o crescimento da economia o mais rápido possível, criando condições para a queda da inflação e da taxa de juros no médio prazo e garantindo, assim, a continuidade da geração de emprego e da renda. (Discurso durante abertura da Reunião Ministerial, 27 jan. 2015).

Nós vamos fazer todo o esforço ao nosso alcance para que até o final deste ano os sinais de recuperação já comecem a aparecer. Mas, para isso, temos de contar com os senhores também. Nós sozinhos não faremos só, não conseguiremos só enfrentar esse processo. (Discurso durante cerimônia de Abertura da 21ª Edição do Salão Internacional da Construção - FEICON BATIMAT, 10 mar. 2015).

O governo nos últimos seis anos tomou todas as medidas possíveis para que a crise não atingisse a população do país. [...]. Absorvemos tudo isso como qualquer família quando enfrenta uma crise absorve, só tem um jeito. [...]. Pois bem, agora nós não temos como continuar absorvendo tudo. [...] Mas a desoneração, por exemplo, da folha de pagamento de uma empresa que pagava 1% vai pagar 2,5%. Quem pagava 2%, vai pagar 4,5%, essa é a proposta. Nós não estamos acabando, nós estamos ajustando um pouco, porque nós não temos como assumir tudo. (Discurso durante cerimônia de inauguração da Unidade de Secagem e Armazenagem da Cooperativa Regional dos Assentados de Porto Alegre; 20 mar. 2015).

No primeiro trecho, fica mais evidente que o governo federal não poderá mais arcar com o enfrentamento da crise sozinho. Ao afirmar que o país está diante da necessidade de reequilíbrio fiscal, Dilma está implicitamente alertando o ouvinte de que as contas do governo necessitam ser ajustadas, o que indiretamente implica na revisão das entradas de capital nas contas do governo por meio dos impostos. Os dois outros segmentos pertencem a pronunciamentos realizados em eventos cujo público era empresarial, levando-nos a inferir que ela busca apoio junto às forças produtivas brasileiras para manter a economia dinâmica e promover o ajuste fiscal.

Se os trechos que denotam pacto e união são construídos sob o argumento do pacto, as políticas de governo praticamente se mantêm estáveis: o foco ainda está nos investimentos em infraestrutura e grandes obras como forma dinamizar a economia brasileira. Isso fica mais evidente no trecho a seguir:

E dizer a vocês que é com muita satisfação que nós viemos aqui falar sobre o Brasil e apresentar o nosso programa de investimento em infraestrutura. O governo federal vem tomando uma série de medidas, de iniciativas, para enfrentar a crise e para melhor posicionar o Brasil quando da retomada da economia internacional. O nosso objetivo é melhorar estruturalmente a economia brasileira, contribuindo para tornar cada vez mais competitiva e aumentar a sua produtividade. (Discurso durante encerramento do Seminário Empresarial “Oportunidades em Infraestrutura no Brasil”; 25 set. de 2013).

O trecho acima aponta para uma situação que se tornou mais comum ao final do ano de 2013 e durante os anos de 2014 e 2015 (até o novo marco de ruptura): os enunciados acerca da crise econômica voltam aos pronunciamentos de Dilma Rousseff cumprindo funções similares àquelas que analisamos no tópico anterior e, eventualmente, a questão das manifestações adentra o pronunciamento mais para evidenciar prontidão nas respostas e ações do governo para as demandas surgidas nos protestos do que, de fato, um entrave ao governo. No trecho a seguir, podemos conferir esse retorno argumentativo:

Quero enfatizar que nós não transigimos com a inflação. A responsabilidade fiscal, por sua vez, é um princípio basilar da nossa visão de desenvolvimento econômico e social. No Brasil, as despesas correntes do governo federal estão sob controle e houve uma melhora qualitativa das contas públicas nos últimos anos. Conseguimos acentuada redução da dívida líquida do setor público, que caiu de 42,1%, em 2009, no início da crise, para 34% do PIB, em 2013. Mesmo a dívida bruta declinou neste mesmo período, passando de 60,9% para 58,5% do PIB. (Discurso durante Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial 2014; 24 jan. 2014).

Entre o período pós-manifestações e as eleições de 2014, os pronunciamentos se concentram na estratégia da ação e nas estratégias que iremos analisar a seguir e se assemelham aos pronunciamentos que analisamos no tópico anterior. Nesta estratégia, a construção das figuras do “eu”, do “nós” e do “ele/eles” também segue os mesmos padrões. O achado mais importante da análise dos pronunciamentos que denotam ação e pacto é o fato de a maioria deles utilizar marcas gramaticais relativas ao “nós”, porém fortalecendo a identidade do “eu”. O propor os cinco pactos e as demais ações do governo para efetivar as mudanças demandadas nas manifestações praticamente metade dos verbos são conjugados em forma impessoal ou na primeira pessoa do plural. Notemos que no primeiro trecho citado para as análises desta estratégia, as ações têm como sujeito o “eu” (“Por isso, lancei cinco grandes pactos”; “Quero contribuir para a construção de uma ampla e profunda reforma política”). Já nos demais exemplos, o sujeito muda para o “nós”. Esse movimento não ocorre apenas nos exemplos citados; também podemos verificá-los nos pronunciamentos entre pós-manifestações até as eleições de 2014. Entretanto, os papéis desempenhados pelas duas figuras continuam com as

mesmas características e funções: o “nós” representando noções de coletividade e agrupamento, como “o governo”, “os brasileiros” etc.; e o “eu” funcionando como uma espécie de porta-voz do “nós”, como fiador das figuras impessoais “o governo” e “o Brasil/o país” e enunciando convicções e compromissos.

A figura do “ele/eles” aparece implícita; sua inferência só é possível porque a palavra ‘pacto’ traz consigo a noção da existência de um outro. Isto é, não é possível firmar acordo, conciliar conflitos, propor alianças se não houver pelo menos implícita a figura de um “ele/eles”. Porém, da leitura dos segmentos que enquadrámos nesta estratégia, não pudemos identificar outras referências ao “ele/eles”, como também não localizamos marcas gramaticais relativas à terceira pessoa do singular ou plural.

#### e) A estratégia da amenização, da negação e da refutação

As próximas estratégias que identificamos estão muito próximas à anterior e, de fato, completam as ideias e noções que aquela acima transmite. Decidimos agrupar as três, pois elas estão materializadas em enunciados similares, senão o mesmo. Os pronunciamentos enquadrados nesta estratégia cumprem funções semelhantes ao primeiro período discursivo, que analisamos no tópico anterior: afastar quaisquer temores quanto à instabilidade da economia brasileira, negar que o país está enfrentando os efeitos mais nocivos da crise internacional e refutar posições pessimistas. O trecho abaixo é simbólico e exemplar das formações discursivas presentes nos pronunciamentos de Dilma Rousseff do momento pós-manifestações até a metade de 2015, quando se inicia o terceiro período discursivo identificado por nossa análise. Vejamos:

Eu queria dizer a vocês que nós também estamos honrando o Pacto pela Estabilidade. O Brasil hoje é um país com grande estabilidade macroeconômica. É um país que tem a sua inflação sob controle, que tem a menor relação dívida sobre PIB. Todos os países do mundo, a começar dos EUA, mas passando pelos países europeus e muitos dos próprios emergentes têm um endividamento muito elevado quando considerado o seu PIB, ou seja, o conjunto do valor aportado pela sua economia. A nossa relação é muito baixa, é 35%. Ou seja, o endividamento do Brasil é bastante baixo. Dois, nós continuamos com US\$ 378 bilhões de reservas. Se você olhar o ranking dos países em valor de reserva [...]. E nós temos saído disso com um desemprego, numa situação bastante confortável. Nós temos hoje 5,3% de taxa de desemprego, que é uma das menores taxas de desemprego do mundo. (Discurso na cerimônia de anúncio de investimentos do PAC Mobilidade Urbana e entrega de 57 máquinas motoniveladoras; 12 out. 2013).

Graças a esse mercado nós atravessamos com menos dificuldades os efeitos da crise global, em 2008 e 2009, e criamos as condições para que houvesse na região um forte dinamismo das suas trocas e do seu comércio. No Brasil, como também em muitos outros países da América do Sul, depois da crise da dívida externa, nós erigimos a solidez das finanças públicas e o controle da inflação como fundamentos da nossa

macroeconomia. A relação dívida líquida em relação ao PIB, por exemplo, chegou agora em 2013 a um de seus menores patamares, ou seja, 35% do PIB contra, há dez anos atrás, 60,4%. A inflação atingiu em 2012, e também vai fechar esse ano de 2013, num dos seus patamares de estabilidade em torno dos 5,9%. E isso significa que ela se manteve dentro da meta traçada nos últimos 10 anos. De país devedor, nós passamos à condição de país credor. Nós acumulamos US\$ 375 bilhões. O que nos coloca numa situação confortável dentre as incertezas da situação financeira internacional. (Discurso durante encontro da Clinton Global Initiative; 9 dez. 2013).

Os dois trechos, enunciados em pronunciamentos diferentes, com quase dois meses de tempo entre eles, evidencia o retorno das estratégias já identificadas no primeiro período discursivo para este segundo. O argumento da amenização visa tranquilizar as forças produtivas e os investidores da solidez da economia brasileira. Aliam-se a ele as formações discursivas nas quais Dilma refuta o pessimismo e o sentimento de incerteza por parte desses grupos. Esses argumentos de contraposição é que Dilma justificam o descabimento deles com informações que asseguram a estabilidade econômica do Brasil e a certeza das ações tomadas pelo governo:

Além da Copa, nós tivemos outros surtos de pessimismo que não se realizaram, como era o caso da tempestade perfeita prevista para nos atacar neste início de ano de 2014 e que nos levaria a uma crise cambial de proporções avassaladoras. Os senhores empresários sabem a que eu me refiro. [...] É bom lembrar que, em 2013, o Brasil teve o oitavo maior crescimento do G-20, 2,5%, e foi nessas circunstâncias que as expectativas foram anunciadas. Eu proponho que não nos deixemos arrastar pelas avaliações de curto prazo feitas sem considerar o ambiente global em que vivemos. Nós não somos uma ilha, mas graças a seus fundamentos econômicos sólidos, nós temos US\$ 380 bilhões de reserva, somos o sétimo país do mundo em volume de reservas. Graças a todas as escolhas políticas claras em favor da nossa economia, o Brasil tem enfrentado a crise. (Discurso na cerimônia de posse das novas diretorias da Fiegs e do Ciergs; 18 jul. 2014).

Por isso, não deixem que as incertezas conjunturais determinem sua visão de futuro do Brasil. Nossa economia vou repetir, tem fundamentos sólidos e nós temos todas as condições de passar a uma nova etapa. Nós vamos fazer todo o esforço ao nosso alcance para que até o final deste ano os sinais de recuperação já comecem a aparecer. (Discurso durante cerimônia de Abertura da 21ª Edição do Salão Internacional da Construção; 10 mar. 2015).

Ao mesmo tempo em que Dilma assegura as fortalezas da economia brasileira, ela continua negando que o país esteja em crise. Novamente, a gravidade da crise é amenizada com o uso de palavras mais eufêmicas, como “dificuldades” e “momentos difíceis”. No segundo trecho abaixo, ela chega a afirmar que os problemas conjunturais enfrentados pelo país não são tão intensos quanto insinuam os pessimistas. Já no terceiro, a presidenta enfatiza que o país não vive uma crise estrutural, atrelando-a à conjuntura global:

A situação da região contrasta com uma conjuntura econômica mundial muito complexa. Continuamos a enfrentar muitas dificuldades. Parte dos efeitos da crise foi amenizada pelo modelo de desenvolvimento econômico que adotamos, com forte

ênfase na inclusão social e nas políticas anticíclicas, no que se refere ao crescimento econômico. Estamos conscientes que a recuperação da economia mundial, no entanto, não está ocorrendo com a força esperada. (Discurso durante a 2ª Sessão Plenária da III Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos; 28 jan. 2015).

É verdade que o Brasil passa por um momento difícil, mais difícil do que vivemos nos últimos anos recentes. Mas nem de longe nós estamos vivendo uma crise das dimensões que alguns dizem que nós estamos vivendo. Nós passamos por problemas conjunturais, estritamente conjunturais. Porque nossos fundamentos, hoje, são sólidos. O IBGE fez uma revisão nas contas brasileiras. E em relação a 2011, avaliou que o PIB de 2011 cresceu não 2,7%, mas 3,9%. E o setor de construção civil cresceu 8% naquele momento. Mas eu digo isso para reafirmar que nós estamos passando por um problema conjuntural. (Discurso durante cerimônia de Abertura da 21ª Edição do Salão Internacional da Construção; 10 mar. 2015).

Mas eu quero assegurar a vocês algumas coisas. Primeiro, nós não temos uma crise estrutural. O Brasil não tem uma crise estrutural. A crise do Brasil é uma crise que é mais das finanças públicas, porque nós temos de mudar o nível de política contracíclica que fazemos, do que de qualquer outra questão. E nós vamos fazer isso, o governo está empenhado no ajuste e o governo sabe que o ajuste é fundamental para o Brasil. (Discurso durante cerimônia de assinatura da Medida Provisória da Política do Salário Mínimo; 23 mar. 2015).

Os pronunciamentos relativos a esta estratégia destoam um pouco dos relacionados à questão das manifestações justamente pelo fato de abordarem um tema cuja origem é anterior a elas. Em nenhum momento deste segundo período discursivo identificamos construções discursivas que atrelem o recrudescimento da crise econômica aos protestos de junho de 2013. Aliás, os pronunciamentos tampouco oferecem essa noção de intensificação ou piora. A materialidade discursiva de que dispomos desprende esforços para enfatizar a ideia de que o país não está em crise e que as dificuldades enfrentadas advêm da crise internacional e impactam o Brasil devido à globalização das economias.

Assim como no período discursivo anterior, os segmentos da estratégia de amenização, negação e refutação deste período são construídos sob a figura do “nós”, enquanto equipe ou governo. Como já afirmamos anteriormente, sob esta figura, Dilma assume os papéis de porta-voz e de chefe. Esses papéis se intensificam quando a presidenta fala em nome do Brasil ou quando ela atesta a situação da conjuntura econômica internacional. A figura do “ele/eles” é pouco frequente e, quando ocorre, faz referência aos indivíduos que teceram visão pessimista em relação à economia brasileira.

Após a análise dos pronunciamentos que enquadrámos no segundo período discursivo, é necessário discutir os achados e as inferências que realizamos. Conforme colocamos no capítulo 4 e neste, atrelamos a este período discursivo a questão da crise política, marcada pelas manifestações de junho de 2013 e pelos demais protestos que ocorrem ao longo de 2014 e após

a reeleição de Dilma Rousseff, nesse mesmo ano. Embora as manifestações de junho de 2013 tenham tido como mote o reajuste no valor das tarifas do transporte coletivo em alguns municípios e a má qualidade da mobilidade urbana nas cidades, elas também englobaram críticas em relação aos gastos públicos nas obras para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, e os escândalos de corrupção envolvendo o governo do PT e a Petrobrás. Os protestos que ocorreram após a eleição presidencial de 2015 também tiveram como pauta a insatisfação com o resultado do pleito e críticas à gestão de Dilma Rousseff, por cidadãos que não lhe outorgaram votos. Devido a esse embate entre o grupo político no exercício do governo e do Estado e os grupos cidadãos opositores ou contrários a ele, denominamos a crise de política.

O primeiro achado da análise dos pronunciamentos desse período é o fato de a crise econômica que marca o período anterior não se transmutar na crise política. A crise econômica continua sendo tema dos pronunciamentos de Dilma Rousseff no segundo período discursivo concomitante a questões em torno da crise política. Também não podemos afirmar, em face da análise realizada, que uma influencia a outra. De fato, os pronunciamentos relativos a cada uma das crises são praticamente autônomos entre si.

Quanto às três figuras, a crise política instiga Dilma Rousseff a dialogar com os manifestantes, exigindo-lhe postura e comprometimento que conferissem aos pronunciamentos a noção de força ou vontade para agir. Esses e demais atributos dependem das identidades individuais do falante, sendo mais difíceis de serem construídos para entidades coletivas. A assunção de compromissos e responsabilidades, o anúncio de ações e planos e a abertura do diálogo só podiam ser feitas por meio da figura de presidenta, a quem as pessoas conferem a legitimidade e o poder de agir. Enquanto chefe de uma equipe responsável pela administração do país e pela condução dos programas e projetos para melhorar a vida das pessoas, era preciso que Dilma materializasse em seus pronunciamentos atributos próprios, dissociados dos grupos que ela representa ou fala em nome deles. Por isso, nesse período discursivo a frequência da figura do “eu” se intensifica, deixando de ser menos retórica para ser mais efetiva e simbólica. Isso não quer dizer que o “nós” se apaga e tampouco que os pronunciamentos desse período se tornaram mais personalistas, pois os pronunciamentos construídos sob a figura do “eu” enunciam mais as convicções e experiências da presidenta, enquanto as ações e as medidas tomadas em razão das demandas dos manifestantes, bem como das questões relativas à crise econômica (dissociadas da política) ainda se atrelam ao “nós”. Isto é, o “eu” se materializa nos pronunciamentos para responder às manifestações e o “nós” para falar aos cidadãos e grupos da sociedade.

Esse dado é importante. As manifestações e protestos implicam a organização de um tipo diferente de pronunciamentos, pois ele traz intrínseco a ideia de resposta e posicionamentos *a posteriori*. Já os pronunciamentos realizados em outros contextos durante esse período se enquadrariam num procedimento enunciativo *a priori*. Ou seja, no primeiro caso teríamos a seguinte configuração: manifestantes → Dilma → manifestantes e, no segundo, esta: Dilma → sociedade (→ Dilma). Como nosso objeto se concentra nos pronunciamentos enunciados por Dilma enquanto emissora (primeiro ato) para a sociedade enquanto receptora (segundo ato), não possuímos elementos objetivos para atestar a contraemissão (terceiro ato da segunda configuração).

Se pensarmos nas posições de poder assumidas pelas figuras do “eu” e do “nós”, podemos compreender melhor a luta político-discursiva materializada nos pronunciamentos e as relações de forças presentes nos enunciados. Em razão das manifestações, o cargo de presidente exigiu de Dilma Rousseff resposta às demandas pautadas nos protestos. A resposta veio sob a forma da assunção de compromissos em nome do governo, do compartilhamento de experiências e do elogio a valores sociais simbólicos, como o espírito democrático e a importância do diálogo. Quando Dilma utiliza expressões como “o governo federal vem tomando as medidas necessárias”, “o Brasil acordou mais forte”, “o governo federal está atento” etc., dois efeitos são provocados: ela assume o papel de porta-voz dos sujeitos “o Brasil”, “o governo” etc., bem como de fiadora das ações verbais vinculadas a esses sujeitos; porém, não se inclui como sujeito praticante das ações. Não podemos ignorar o fato de que as marcas verbais da impessoalidade permitem ao ouvinte entender que o sujeito é o outro, uma terceira pessoa na qual não estão inclusos nem o “eu”, nem o “nós”. Deixar aberta essa possibilidade de interpretação nos leva a inferir o enfraquecimento da figura de Dilma Rousseff na luta político-discursiva acerca da crise política.

Embora a figura do “ele/eles” também se intensifique no segundo período discursivo, elas não chegam a assumir status muito relevantes. Elas praticamente se referem a dois tipos, que são bem diferenciados por Dilma: o grupo dos manifestantes, tanto os que participam dos protestos em junho de 2013 e em 2014 e 2015, e o grupo dos vândalos. Com o primeiro, a presidenta estabelece uma relação de diálogo, pela qual visa atingir o estado de união e comunhão. Os pronunciamentos enunciados em resposta aos manifestantes possuem tom acolhedor e gregário, conferindo a Dilma a identidade de chefe unificador e conciliador. Para os vândalos os pronunciamentos possuem tom repreensivo e, até mesmo, ameaçador, uma vez que a mensagem comunica que os atos de violência e vandalismo não serão tolerados. Há um

terceiro grupo, menos expressivo ainda, que Dilma denomina de pessimistas e de quem reprova as avaliações acerca da economia brasileira.

A luta político-discursiva se torna mais intensa no segundo período discursivo, se comparado ao primeiro, mas ainda é branda e desconexa. Primeiro, Dilma não arquiteta nenhuma figura opositora ou inimiga. Segundo, ao receber as demandas das manifestações e respondê-las sob a forma dos cinco pactos e das cinco medidas para combater a corrupção, a presidenta demonstrou que habilidade e flexibilidade política para converter os motivos do confronto em planos/ações para a conciliação. Desse modo, a luta política fica mais atrelada ao confronto que Dilma estabelece com o grupo que chama de vândalo. Nas formações discursivas em que ela se dirige ao grupo, verificamos a posição de falante de um enunciador que, protegido pela posição que ocupa e de posse de mecanismos de coibição, realiza atos de fala de repreensão e ameaça.

Afirmamos que a luta político-discursiva é desconexa, pois quando os pronunciamentos abordam a questão da crise econômica, ora Dilma utiliza estratégias enunciativas para assegurar as fortalezas da economia brasileira, ora deixa implícitas suas fraquezas e a incapacidade do governo de resolver os efeitos da crise sozinho. Se, por um lado, essas formações discursivas conferem noção de coletividade e união, elas também deixam implícito que a crise econômica está provocando instabilidade na economia e o governo não possui todos os meios de combatê-las. A inferência que realizamos aqui é que, se os pronunciamentos de Dilma Rousseff tornam possível a interpretação de que o país já não está mais tendo sucesso no enfrentamento da crise, mas não assume isso discursivamente, alegando que são apenas dificuldades conjunturais passageiras, o ouvinte/receptor pode entender que ela falta com a verdade e imiscui a gravidade da crise econômica no país. Daí, porque a interpretação das nossas análises nos permite dizer que a luta político-discursiva é desconexa.

Sob os olhares do nosso referencial teórico, os pronunciamentos do segundo período mantêm o caráter retórico dialógico e explicativo nas formações acerca da crise econômica e adquirem estilo responsivo e de comprometimento quanto às manifestações. Além disso, naqueles os argumentos lógicos engendram estratégias de convencimento no sentido de assegurar às audiências dos eventos em que Dilma discursa as garantias e fortalezas do Brasil para enfrentar a crise. Já nestes, os argumentos são mais emocionais, visando persuadir os manifestantes sobre o governo estar aberto ao diálogo e ao acordo. Os pronunciamentos para esta audiência também são mais simbólicos, articulando valores do imaginário coletivo, como o fortalecimento da democracia e a união.



As manifestações de junho de 2013 e aquelas que se ocorreram durante 2014 e início de 2015 evidenciam certa insatisfação de segmentos da sociedade com o governo de Dilma Rousseff. Ainda que possamos identificar os fatores que levaram estes cidadãos a protestar contra o governo (problemas de mobilidade urbana, má qualidade dos serviços públicos, os escândalos de corrupção, a sensação de enfraquecimento da economia e agravamento da crise etc.), os pronunciamentos do segundo período não abordam a causa, o que, por razões científicas e de delimitação de pesquisa, nos impede de tecer inferências e afirmações mais aprofundadas sobre tais causas e os pronunciamentos. Vale lembrar que nossa pesquisa tem como objeto os pronunciamentos de Dilma Rousseff e os enunciados que neles estão materializados. Os achados da análise quantitativa e qualitativa não nos oferecem dado para afirmar qual motivo incitou os manifestantes a protestar e com qual intensidade. Podemos, no entanto, inferir que, a partir do momento em que parte dos cidadãos se dirige contra o governo, a forma como este lhes presta contas não está atingindo a finalidade de mantê-los cooptados a apoiá-lo. Logo, podemos afirmar que as estratégias de campanha permanente neste período são ineficientes.

No próximo tópico analisaremos os pronunciamentos do terceiro período discursivo do governo de Dilma a fim de entender se as crises econômica e política oferecem elementos para a crise institucional e como isso acontece. Também abordaremos a luta político-discursiva travada pelas figuras do “eu”, do “nós” e do “ele/eles” em torno do processo de *impeachment* que culminou com a deposição de Dilma Rousseff do cargo de presidenta do Brasil.

## 5.6 DAS CRISES ECONÔMICA E POLÍTICA À CRISE INSTITUCIONAL NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

O primeiro pronunciamento do terceiro período foi enunciado por Dilma Rousseff em 13 de agosto de 2015 durante o evento “Diálogo com Movimentos Sociais Brasileiros”. A essa data, a oposição política e alguns grupos da sociedade já vinham articulando processos para desestabilizar o governo de Dilma desde a divulgação do resultado do segundo turno das eleições de 2014. Primeiro, a chapa derrotada pediu auditoria nas urnas eletrônicas para apurar fraudes, depois solicitou e procedeu à recontagem de votos, bem como protocolou no TSE um pedido de cassação da coligação Dilma-Temer alegando irregularidades na prestação de contas junto ao Tribunal. Sem obter sucesso na tentativa de impedir a posse de Dilma Rousseff. Ao longo do ano de 2015, Dilma perde o apoio do vice-presidente, Michel Temer, e da bancada do PMDB no Congresso, que passa a criar obstáculos à governabilidade. A oposição também

perseguiu a estratégia de estimular a população a protestar contra o governo. Panelaços ocorriam nas principais cidades do país durante a exibição da propaganda política do PT ou de pronunciamentos da presidenta em cadeia de rádio e televisão, além de protestos e manifestações que pediam o fim da corrupção, o *impeachment* de Dilma Rousseff, o retorno do regime militar e demonstravam apoio à Operação Lava-Jato e ao juiz Sergio Moro.

É importante destacar que a oposição encontra na sociedade indivíduos insatisfeitos com o governo federal num momento em que a economia brasileira passou a viver mais intensamente os efeitos da crise econômica. Vale lembrar que, logo após as eleições de 2014, alguns Estados como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul declararam estar em crise – o Rio, por exemplo, chegou a declarar estado de calamidade pública financeira. Conforme abordamos no capítulo 2, a oposição encontra na sociedade brasileira grupos que viam nas manifestações a única forma eficaz de contestar o governo, mostrar insatisfações e ser ouvido por ele. Era como os indivíduos estivessem preparados esperando a ordem para agir. Com o apoio das elites e da mídia, a oposição logrou êxito em colocar esses segmentos nas ruas. Essa contextualização é importante, pois a raiz desse sentimento nos cidadãos pode ser localizada nas manifestações de 2013.

Além disso, não é possível pensar o *impeachment* sem antes discorrer sobre o contexto que o antecede. O processo de impedimento de Dilma Rousseff resultou exitoso por vários fatos. Para nossa tese, interessa-nos dois: a crise que se estabelece entre o Executivo e o Legislativo e a articulação da sociedade para apoiar e, até mesmo legitimar, a deposição de Dilma Rousseff. Já afirmamos diversas vezes que o objeto de nossa tese são os pronunciamentos de Dilma no exercício do cargo de presidenta da República e os enunciados materializados neles, impedindo-nos de trazer para a análise elementos, dados e informações externos a eles. As contextualizações que realizamos instrumentalizam a compreensão dos elementos explícitos e implícitos na materialidade discursiva.

Para a análise do terceiro período discursivo de Dilma Rousseff, partimos do pressuposto de que a oposição encontrou na sociedade grupos propensos a manifestar-se contra a presidenta e a aceitar sua retirada do poder por razões alheias ao crime de responsabilidade, como estabelecido na legislação sobre o *impeachment*. Denominamos a crise que se estabelece nesse período de institucional em vez de política, não porque as motivações não sejam políticas, afinal, o *impeachment* decorre de uma luta entre governo e oposição. No entanto, nos pronunciamentos desse período, Dilma insinua que sua deposição é articulada dentro das instâncias do Estado, sobretudo pelo vice-presidente e pelo presidente da Câmara dos Deputados, o que leva a luta política ao nível institucional.

Nesse terceiro período discursivo, identificamos sete estratégias discursivas. Ao contrário da análise que realizamos nos períodos anteriores, deixaremos para abordar a luta político-discursiva entre as figuras do “eu”, do “nós” e do “ele/eles” após analisarmos todas as estratégias identificadas, pois os papéis desempenhados pelas três figuras são, neste período mais estáveis. Além disso, a categorização em estratégias cumpre finalidades analíticas e didáticas, e destrinchamos os elementos para compreender a dinâmica entre eles. Diferente do primeiro e do segundo período discursivo, em que determinada figura ou papel se sobressaía mais que outras em uma estratégia, neste período elas se comportam de modo mais constante.

#### a) A estratégia da denúncia

A principal estratégia utilizada por Dilma nos pronunciamentos do terceiro período é a de denunciar a articulação do *impeachment* pela oposição; explicando por que o processo seria um golpe de Estado. No pronunciamento que marca o início deste período, a presidenta não chega a empregar a palavra “impeachment”, mas utiliza o termo “golpe” para engendrar uma formação discursiva na qual ela alerta para uma possibilidade real de ser destituída do cargo por uma manobra política.

E é algo que eu queria dizer aqui para vocês: a nossa democracia, para ela ser plena, além de a gente respeitar o estado democrático de direito, de a gente não cair naquele golpismo que era sintetizado pelas palavras do Lacerda. Não deve ser eleito, dizia o Lacerda sobre o Getúlio Vargas. Se eleito, não deve ser empossado. Se empossado, não deve governar. Se governar, deve ser apoiado no governo. Essa é a síntese da trajetória do golpe no Brasil. (Discurso durante Diálogo com Movimentos Sociais Brasileiros; 13 ago. 2015).

O trecho acima resume bem a manobra da oposição para desestabilizar o governo. Há um elemento implícito importante, que simboliza outra estratégia identificada nos pronunciamentos desse período e que iremos analisar mais adiante. A trajetória do golpe descrita acima insinua como consequência de tais manobras o isolamento do governo ou do ator político que, sem apoio, pode ser derrubado ou removido – o que é típico dos regimes parlamentaristas. Isto é, no regime presidencialista praticado no Brasil, ainda que o presidente da República não tenha mais apoio, quer do Congresso quer da sociedade, e não consiga mais executar seu plano de governo, ele só pode ser retirado do cargo por meio de uma nova eleição ou sendo declarado impedido. Um presidente obstruído de governar torna-se alvo da opinião pública, que passa a questionar a permanência do mandatário em face da impressão de inércia.

Em outro pronunciamento (abaixo), Dilma sintetiza todos os procedimentos adotados pela oposição para gerar a crise política. Lembramos que para nossa análise denominamos a

crise de institucional, em razão das proporções e características que ela assume a partir de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara de Deputados aceita o pedido de *impeachment*.

Nós vivemos uma crise política séria no nosso País. E que, neste exato momento se expressa na tentativa dos opositores ao nosso governo de fazer o terceiro turno. Essa tentativa de fazer um terceiro turno no Brasil começou no dia seguinte às eleições. Agora ela se expressa na busca incessante da oposição de encurtar seu caminho ao poder, de dar um passo, um salto e chegar ao poder fazendo um golpe, dando um golpe. Eu falei fazendo porque trata de construir, de forma artificial, o impedimento de um governo eleito pelo voto direto, com 54 milhões de votos dados a nós, de votos dados ao nosso projeto. (Discurso durante a cerimônia de abertura do 12º Congresso Nacional da CUT; 13 out. 2015).

E aí eu chego à eleição de 2014. Na eleição de 2014, não estava clara, ainda, a profundidade, a profundidade, o tamanho da desaceleração das economias emergentes como nós, a China, a Rússia e os grandes países emergentes do mundo. Mas a gente sabia que tinha um período difícil pela frente para enfrentar. E duas propostas se defrontaram, e defrontaram de forma bastante, eu diria assim, forte. E eu ganhei a eleição por uma margem significativa de votos; não foi por uma grande margem, mas foi por aquela margem que garante que, nas democracias, quem ganha se torna presidente da República, e, em que pese ter 54 milhões de votos, tem de governar para os 204 milhões de habitantes deste País. Desde o primeiro dia, primeiro pediram recontagem; depois desconfiaram da inteireza das urnas e pediram auditoria. Em nenhum dos dois casos houve qualquer mínimo indício de que havia irregularidade. Depois, fizeram vários processos na justiça eleitoral; as minhas contas foram aprovadas. Eu acredito que eu sou, talvez o único governante que tenha tido, várias vezes, as contas vistas e revistas. Porque comigo não basta aprovar uma vez; é necessário, talvez, aprovar duas ou três, o que é bastante interessante, é uma matemática política muito estranha. Além disso, começou algo muito difícil: as pautas-bomba; nós tínhamos de lutar contra pautas-bombas. É aquela que estoura o orçamento fiscal do país e que torna aquela frase quanto pior, melhor, de fato, um objetivo perverso da luta política no nosso País. Porque é impossível, na democracia, a oposição lutar pelo pior. Não se deve fazer isso, porque com isso você compromete os destinos do país. (Discurso durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia; 31 mar. 2016).

Os trechos acima trazem elementos significativos acerca das formações discursivas de Dilma Rousseff. Ao contrário da crise econômica, a presidenta assume que há uma crise política no país. Por duas vezes, ela utiliza a palavra “golpe”, o que nos leva a inferir que não há a intenção de amenizar o contexto da crise política, como ela faz com o da crise econômica. O segundo trecho, além de mais longo, é mais forte, pois é um dos poucos momentos em que Dilma aborda a questão da crise econômica junto com a crise político-institucional. No início do primeiro parágrafo, ela afirma que à época da eleição de 2014 não estava clara a desaceleração das economias emergentes. O argumento não soa descabido, pois nesse período havia uma tentativa do governo de assegurar e garantir as fortalezas do país, porém ele revela certo despreparo do país para realizar previsão acerca da conjuntura econômica internacional.

Mesmo que houvesse garantias de que as bases do Brasil apresentavam solidez, a crise econômica já vinha afetando outros países desde 2008, fato abordado por Dilma em diversos pronunciamentos durante seu primeiro mandato. A presença desse primeiro parágrafo não é gratuita e nos leva a outra inferência. No segundo parágrafo, Dilma afirma que duas propostas diferentes se confrontaram nas eleições de 2014. Inferimos que ela não está fazendo referência apenas a dois modelos de governos, mas também a duas formas de avaliar e enfrentar a crise econômica. Isso nos leva a entender que, para Dilma Rousseff, a oposição não via a crise como uma dificuldade passageira.

À medida que os protestos se tornam mais frequentes, a oposição articula o pedido de *impeachment* e ele é aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, a denúncia do golpe de estado se torna mais frequente, com formações discursivas mais repetitivas. Vejamos:

Neste exato momento, setores da oposição tentam uma variante de golpe, um golpe disfarçado. Um golpe que tem tudo de golpe: cara de golpe, pé de golpe, mão de golpe, mas que tenta passar como sendo uma manifestação oposicionista. Querem um atalho, querem um atalho para o poder. Querem um atalho para chegar mais rápido em 2018. Nós não vamos permitir que eles golpeiem o mandato que nós conquistamos nas urnas, os 54 milhões de votos. (Discurso durante o I Congresso Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores; 14 de outubro de 2015).

Qualquer forma de encurtar o caminho da rotatividade democrática é golpe, sim. É golpe. Principalmente quando esse caminho é feito só de atalhos, é feito só de atalhos questionáveis. (Discurso durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto e entrega simultânea; 16 set. 2015).

Uma parte desse momento de dificuldades é devida também à sistemática crise política que provocam no País aqueles que são inconformados, que perderam as eleições e que não querem... Bom, continuando, aqueles que perdem, perdem as eleições, e não querem e querem antecipar, querem antecipar a eleição de 2018. (Discurso durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais em Caxias do Sul/RS e entregas simultâneas; 07 mar. 2016).

Os dois primeiros trechos acima são exemplares do tipo de formação discursiva que se tornou constante e repetitiva nos pronunciamentos após outubro de 2015. Independentemente da organização léxica e sintática, esse conteúdo é enunciado praticamente na maioria dos pronunciamentos no último trimestre de 2015 e do ano de 2016. A inferência que realizamos é a de que, diante do apoio midiático, expresso ou velado, ao *impeachment*, Dilma utiliza os canais a que ainda tem acesso para denunciar o golpe. O último trecho citado acima traz uma característica peculiar do estilo enunciativo de Dilma: as repetições retóricas e a falta de clareza. Já abordamos anteriormente que a oralidade possui marcas enunciativas diferentes da linguagem escrita, o que troca a transposição de uma a outra difícil. Contudo, quando a presidenta fala de improviso, a organização frasal de seus pronunciamentos se torna mais

confusa e vaga, o que enfraquece seu potencial de enfrentamento pelo pronunciamento. Na última frase (“Bom, continuando, aqueles que perdem, perdem as eleições, e não querem e querem antecipar, querem antecipar a eleição de 2018”) é possível perceber que Dilma continua a fala após uma interrupção, mas o que é dito não possui clareza nem coesão.

Nessa estratégia, Dilma também denuncia mais fatos específicos, como foi o caso do vazamento do áudio de uma conversa ao telefone que ela teve com Lula e um áudio gravado pelo vice-presidente Michel Temer. No primeiro caso, o juiz Sergio Moro, que conduz os julgamentos relativos à operação Lava-Jato, autorizou a quebra de sigilo e a divulgação de uma conversa telefônica entre Lula e Dilma. A gravação foi notícia na maioria dos telejornais do dia 16 de março de 2016, algumas com técnicas de dramatização (quando o áudio é veiculado junto à imagem dos falantes). Pelo fato de Dilma possuir foro privilegiado, houve questionamento quanto à legitimidade de um juiz de primeiro grau para autorizar a quebra de sigilo, o que, para alguns juristas, deveria ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal. Vejamos o trecho em que Dilma ataca esse vazamento:

Repudio, total e integralmente, todas as versões contra esse fato. Este documento foi distribuído ontem para toda a imprensa, quando percebemos que era disso que se tratava. Agora, estaremos avaliando, com precisão, as condições deste grampo que envolve a Presidência da República. Nós queremos saber quem o autorizou, por que o autorizou e por que foi divulgado quando ele não continha nada, nada, eu repito, que possa levantar qualquer suspeita sobre seu caráter republicano. Interpretação desvirtuada, processos equívocos, investigações baseadas em grampos ilegais não favorecem a democracia nesse País. Quando isto acontece fica nítida a tentativa de ultrapassar o limite do Estado democrático de direito, de cruzar a fronteira que é tão cara para nós que a construímos, que lutamos por ela, que resistimos à fronteira com o Estado de exceção. Nós estamos, sim, diante de um fato grave: uma agressão, não à minha pessoa, uma agressão à cidadania, à democracia e à nossa Constituição. Eu tenho defendido a liberdade de expressão e de manifestação; eu sei, também, quanto foi difícil conquistar. Eu tenho defendido, e sempre defenderei, a busca da verdade e os princípios necessários para construir, cada vez mais, uma sociedade, um governo, um País livre da corrupção. Eu quero deixar claro que isso não me fará recuar diante da exigência da mais absoluta apuração dos fatos acontecidos ontem. (Discurso durante cerimônia de posse dos novos Ministros de Estado; 17 mar. 2016).

Esta fala de Dilma Rousseff traz alguns elementos para pensarmos a luta político-discursiva em torno do processo de *impeachment*. O tom, ainda que se trate da versão escrita dessa fala, é enérgico e forte e, novamente, se constrói com base em valores simbólicos que recorrentemente são evocados por Dilma. Ao questionar a legitimidade da divulgação, a presidenta se ampara no argumento do ataque à democracia e assume a identidade de defensora desse regime. Dilma também recorre à memória da luta pela liberdade travada durante o regime militar. Há a construção da vitimização, numa formação sintática de gradação, que vai do indivíduo (ela própria), passa pelo coletivo (cidadania) e atinge o todo (democracia), calcada

em elementos simbólicos do imaginário coletivo. Outro elemento é o uso do adjetivo “republicano”. Na oração em que foi inserido, Dilma dá a entender que a conversa dela com Lula nada tinha de escuso. Contudo, o uso do adjetivo confere à conversa sentido de legalidade e universidade, que pertence a todos e que está protegido pelas disposições em lei. A inferência que fazemos é a de que, ao condenar o vazamento de uma conversa trivial, mas considerada republicana, a divulgação fere um patrimônio sacro que é de todos.

O segundo episódio envolve um áudio gravado pelo vice-presidente Michel Temer, em 11 de abril de 2016, no qual ele se dirige ao interlocutor como se Dilma já tivesse sido afastada e ele, assumido a presidência da República. Esse áudio foi recebido pelos apoiadores de Dilma como mais um comprovante do golpe em curso. Eis o pronunciamento de Dilma:

Vamos raciocinar, vejam só: antes sequer da votação do inconsistente pedido de impeachment, foi distribuído um pronunciamento em que um dos chefes da conspiração assume a condição de presidente da República. A pergunta que caberia para qualquer órgão de imprensa imparcial seria: de que base legal retirou a legitimidade e legalidade de seu gesto? Por que esta pergunta não é feita? Na verdade, explicitou, com essa atitude, o desprezo que se tem pelo Estado democrático de direito e por nossa Constituição. (Discurso durante Encontro da Educação pela Democracia; 12 abr. 2016).

Novamente, a presidente vai realizando a denúncia dos principais atos que organizaram o golpe do *impeachment*. Concomitantemente, Dilma também denuncia efeitos nefastos dessas ações para consolidar sua deposição.

Nessa política de quanto pior melhor, não há nenhum comedimento, nenhum limite, nenhum pudor, porque votam contra o que fizeram quando estavam no poder. Envenenam a população todos os dias nas redes sociais e na mídia. E pior é que espalham o ódio, espalham a intolerância. Nosso País não se caracteriza pelo ódio e pela intolerância, pelo contrário, uma das características mais importantes do Brasil é a sua diversidade. Espalham o ódio e a intolerância, e isso é muito grave porque o Brasil tem uma tradição. [...]. Quando você instila ódio, quando você instila intolerância, você está indo contra valores fundamentais, que formam o nosso País. (Discurso durante a cerimônia de abertura do 12º Congresso Nacional da CUT; 13 out. 2015).

Em todos os trechos que trouxemos para evidenciar a estratégia da denúncia, podemos notar alguns atos de fala recorrentes. Em alguns deles é o ato de desvelar que o impeachment se configura como um golpe de Estado, mostrando que há coisas por detrás do processo. Quando Dilma realiza o percurso contextual do pós-eleições até a entrega e o aceite do pedido na Câmara dos Deputados, ela está trazendo às claras manobras da oposição para chegar ao poder. Ao denunciar atos específicos que aparentemente não estariam ligados ao processo de impedimento, como o vazamento da gravação de sua conversa com Lula e o áudio de Temer,

ela está mostrando ao seu ouvinte que há conexão entre os fatos. Se, por um lado, ela tenta abrir os olhos do receptor mais desavisado, há uma tentativa de cooptá-lo pelo medo. No último trecho acima, os termos “nenhum limite”, “nenhum pudor”, “envenenam”, “espalham ódio e intolerância” conferem ao enunciado a sensação de pânico e temeridade. Infere-se que a intenção desse apelo emocional é a de criar a sensação de vulnerabilidade no ouvinte de modo que ele se engaje na luta necessária para neutralizá-lo e impedir que o caos se instale.

#### b) A estratégia da acusação

Fortemente ligada à anterior, a estratégia da acusação consiste nos pronunciamentos em que Dilma Rousseff nomina indivíduos e grupos responsáveis pela articulação do golpe. Essas formações discursivas ocorrem quando o processo de *impeachment* já foi aceito pela Câmara dos Deputados. No primeiro pronunciamento em que a presidente faz acusações, ainda não há a referência expressa a indivíduos determinados:

Se ainda havia alguma dúvida sobre o golpe, a farsa e a traição em curso, não há mais. Se havia alguma dúvida sobre a minha denúncia de que há um golpe de Estado em andamento, não pode haver mais. Os golpistas podem ter chefe e vice-chefe assumidos; não sei direito qual é o chefe, qual é o vice-chefe. Um deles é a mão, não tão invisível assim, que conduz com desvio de poder e abusos inimagináveis o processo de impeachment; o outro esfrega as mãos e ensaia a farsa do vazamento de um pretense discurso de posse. Cai a máscara dos conspiradores. O Brasil e a democracia não merecem tamanha farsa. O fato é que os golpistas que se arrogam à condição de chefe e vice-chefe do gabinete do golpe estão tentando montar uma fraude para interromper, no Congresso, o mandato que me foi conferido pelos brasileiros. Na verdade, trata da maior fraude jurídica e política de nossa história. Sem ela, o impeachment sequer seria votado. (Discurso durante Encontro da Educação pela Democracia; 12 abr. 2016).

Posteriormente, há a referência à pessoa pelo cargo que ela ocupa:

Vocês sabem perfeitamente que esse processo tem um pecado original. Vocês acabaram de falar quem é o pecado original. O pecado original é o presidente da Câmara. Mas vocês podiam me perguntar: por que ele é o pecado original? Eu vou explicar para vocês porque e isso foi amplamente noticiado: o senhor presidente da Câmara queria fazer um jogo escuso com o governo. Qual era o jogo? Votem para impedir que eu seja julgado no Conselho de Ética, tira os votos que o governo tem, no Conselho de Ética e aí eu não entro com o processo de impeachment. Um governo que aceita uma negociação dessas é um governo que entra em processo de apodrecimento. Por isso, nós nos recusamos a essa negociação. Acontece que o senhor presidente da Câmara, que tem acusações e pedidos de processo no STF, abriu o processo de impeachment. Esse é o pecado original. E mais: eu não tenho contas no exterior. (Discurso durante cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Direitos Humanos e encerramento das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa, de LGBT e da Pessoa com Deficiência; 27 abr. 2016).



Nesses dois trechos, é podemos notar a construção enunciativa de Dilma. As duas acusações indicam as pessoas sem associá-las expressamente a seus nomes, delegando esse procedimento ao ouvinte. O que se infere é um ato de insinuação, no qual a presidenta age com cautela. À medida que os termos empregados transitam do genérico (golpistas, chefe e vice-chefe do golpe) para o determinado (presidente da Câmara), nota-se que Dilma assume nova postura, intensificando o contra-ataque. É preciso deixar claro que a noção de cautela se restringe somente ao fato de Dilma não dar nome aos indivíduos que chama de golpistas, chefe e vice-chefe, pois o restante das formações discursivas deixa claro que o *impeachment* é uma tentativa de golpe. Embora haja uma distância de 15 dias entre os dois pronunciamentos, no primeiro o pedido de *impeachment* ainda não havia sido admitido no plenário da Câmara dos Deputados, o que justifica certa cautela de Dilma em entrar em confronto direto com seus antagonistas. O segundo trecho pertence a um pronunciamento proferido após a votação e aprovação da admissibilidade do processo; nesse momento, a presidenta já está enfraquecida e tem consciência de que não possui apoio político na Câmara e por isso busca esse apoio naqueles que são contra o presidente da Casa, iniciando uma tentativa de desmoralizá-lo e deslegitimá-lo:

Aí começou essa história do impeachment. Foram colocando impeachment no Congresso. E lá no Congresso tinham um grande aliado, um grande aliado que era o senhor presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Esse senhor chamado Eduardo Cunha, foi o principal agente na história de desestabilizar o meu governo. Ele levou à frente uma política chamada quanto pior, melhor. [...]. Não aprovavam nenhuma das reformas que nós propúnhamos. Não aprovavam os necessários aumentos de receita para que a gente pudesse continuar impedindo que a crise se aprofundasse. Apostaram sempre contra o povo brasileiro. São responsáveis pelo fato da economia brasileira estar passando por uma grave crise, são responsáveis pelo aumento do desemprego. E aí, ele quer se ver livre do seu processo de cassação na Câmara, e exige que o governo convença o seu partido, o PT, para lhe dar três votos para impedir a sua cassação. Como o PT se recusou, ele nos ameaçou com o impeachment. [...]. E aí, o processo do impeachment teve lugar. (Discurso durante Ato do Dia do Trabalhador; 01 mai. 2016).

Na verdade, a base desse impeachment, o início dele foi uma chantagem. Uma chantagem do senhor Eduardo Cunha, que pediu para o governo votos para impedir, porque ele queria esses votos? Ele queria impedir seu próprio julgamento na Comissão de Ética da Câmara. Nós não demos votos, e ele entrou com o pedido de impeachment. Aí o que acontece quando ele entra com o pedido de impeachment? Esse impeachment é um claro desvio de poder, porque ele usa seu cargo para se vingar de nós. Se vingar de nós porque nós não nos curvamos às chantagens dele. Aí, o que eu digo para vocês? Hoje, antes de eu sair lá de Brasília, eu soube que o STF tinha afastado o senhor Eduardo Cunha alegando que ele estava usando o seu cargo para fazer pressões, contrapressões, chantagens etc. A única coisa que eu lamento, mas eu falo, antes tarde do que nunca, é que infelizmente ele conseguiu, e vocês assistiram tantos outros votando contra, mas vocês assistiram também ele presidindo, na cara de pau, o processo na Câmara. (Discurso durante cerimônia de início da operação comercial da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; 05 mai. 2016).

Nos dois excertos acima, podemos perceber como Dilma Rousseff direciona os ataques a Eduardo Cunha. A tentativa de deslegitimá-lo ocorre pela denúncia da chantagem proposta por ele para se livrar de um processo na Comissão de Ética da Câmara. Ao revelar a chantagem e afirmar que não pactuou com ela, Dilma constrói imagem negativa de Eduardo Cunha, como um indivíduo sem escrúpulos e sem moral para conduzir o processo de impeachment. Outro ponto significativo nas acusações a Cunha está presente no primeiro trecho acima, no qual Dilma atribui a ele a responsabilidade pelo país estar em crise. Esse dado é importante, pois, como já abordamos diversas vezes em nossa análise, a presidente nunca admitiu que o Brasil estivesse enfrentando uma crise econômica. Em todas as vezes, a construção discursiva argumentava que o país enfrentava dificuldades passageiras e problemas conjunturais. Já no trecho acima, Dilma afirma que há uma grave crise econômica sobre o país e a causa dela são todos os atos comandados por Eduardo Cunha para travar a aprovação das medidas propostas pelo governo para frear os efeitos da crise. Em síntese, a imagem de Cunha construída por Dilma Rousseff é de um indivíduo envolvido em acusações sobre atos ilícitos, chantageador e responsável pela crise econômica.

A outra referência expressa é em relação ao vice-presidente, Michel Temer, considerado por Dilma como cúmplice dos atos escusos:

Então, o pecado original desse processo não pode ficar escondido. E aí, não vamos nos iludir, todos aqueles que são beneficiários desse processo, por exemplo, infelizmente, aqueles que estão usurpando o poder, infelizmente, o senhor vice-presidente da República, são cúmplices de um processo extremamente grave. (Discurso na cerimônia de contratação simultânea de 25 mil unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida com entidades rurais e urbanas; 06 mai. 2016).

Também identificamos algumas referências às elites conservadoras e à mídia. Em relação a ambas, a qualificação feita por Dilma também é de cúmplices. Contudo, há uma diferença entre acusar indivíduos determinados e acusar instituições: a parcela de culpa soa maior àqueles que são determinados e expressamente apontados. Além disso, suavizar a participação de instituições ou segmentos da sociedade, como é o caso das referências à elite conservadora e à grande mídia, é uma forma relativizar a participação de cada agente no processo, evitando que grupos neutros ou favoráveis se sintam atacados. Abaixo, trazemos um trecho em que Dilma se refere a um desses grupos a título de ilustração:

Curiosamente, serei julgada, por crimes que não cometi, antes do julgamento do ex-presidente da Câmara, acusado de ter praticado gravíssimos atos ilícitos e que liderou as tramas e os ardis que alavancaram as ações voltadas à minha destituição. Ironia da história? Não, de forma nenhuma. Trata de uma ação deliberada que conta com o

silêncio cúmplice de setores da grande mídia brasileira. (Discurso de defesa no Senado Federal; 29 ago. 2016).

O trecho acima aponta para outra estratégia usada por Dilma Rousseff, a de declarar-se inocente dos crimes que a acusam e servem de motivo ao *impeachment*, estratégia que veremos a seguir. Antes, vale destacar alguns elementos discursivos presentes no exemplo. Ao alertar certa inversão nos julgamentos, Dilma evidencia a face política do processo. O eixo básico de qualquer rito processual implica a denúncia de um indivíduo pela prática de um crime, a produção de provas pela acusação e pela defesa e o julgamento em si. Conforme veremos a seguir, para Dilma Rousseff os decretos de crédito suplementar não se configuram crime de responsabilidade; logo, sem crime não poderia haver denúncia e muito menos julgamento, o que não se aplicaria a Eduardo Cunha, o qual já possui acusação formalizada. Daí a crítica ao silêncio da mídia, que legitima que o processo de *impeachment* vá a julgamento pelo plenário da Câmara e, posteriormente, pelo Senado Federal, mas se cala em relação a Cunha.

### c) A estratégia da inocência

Na terceira estratégia que identificamos neste período discursivo, Dilma argumenta não ser culpada de nenhum crime, o que torna o processo de *impeachment* descabido. Os segmentos de pronunciamento enquadrados nesta estratégia seguem três vieses: argumentar que as pedaladas fiscais ou decretos de crédito suplementar não se configuram como crime de responsabilidade, que ela não está envolvida em denúncias de atos ilícitos ou corrupção e na mudança da regra.

O que chamam de pedaladas fiscais são atos administrativos que foram usados por todos os governos antes do meu. Eu quero deixar claro que nós não tivemos, nesses atos, nenhum interesse a não ser realizar nossas políticas sociais e nossas políticas de investimentos. (Discurso durante a cerimônia de abertura do 12º Congresso Nacional da CUT; 13 out. 2015).

Eu quero dizer para vocês que eu me defendo com muita serenidade. Até porque não cometi nenhum desvio de conduta. Jamais utilizei em meu proveito a atividade que eu exerci dignamente como presidente da República. Eu tenho certeza que eles tentam encontrar alguma coisa contra mim, mas nunca vão encontrar, porque jamais cometi um malfeito na minha vida política e pessoal. (Discurso durante o I Congresso Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores; 14 out. 2015).

São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam este pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim. Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público. Não possuo conta no exterior, nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas, na busca de satisfazer meus interesses. Meu passado e meu presente atestam a minha idoneidade e meu inquestionável compromisso com as leis e a coisa pública. (Pronunciamento à imprensa; 02 dez. 2015).

Eu não cometi nenhum ato ilícito. Nenhum ato ilícito previsto na nossa Constituição. Não tenho conta na Suíça, não tenho, na minha biografia, nenhum ato de uso indevido do dinheiro público. Meu governo praticou todos os atos dentro do princípio da responsabilidade com a coisa pública. (Discurso durante a 15ª Conferência Nacional de Saúde, 04 dez. 2015).

Os quatro trechos acima nos permitem compreender melhor como a estratégia da inocência é materializada nos pronunciamentos de Dilma. Em todos eles, a presidenta reafirma sua inocência contundentemente, sustentando o argumento em sua idoneidade. Principalmente nos três últimos excertos, Dilma afirma não ter realizado atos ilícitos. Há duas formações importantes para nossa análise: “Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim. Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público” e “Não tenho, na minha biografia, nenhum ato de uso indevido do dinheiro público”. Ao se defender de qualquer acusação, é esperado que o indivíduo negue seu envolvimento, ainda mais se não há provas contra ele. Contudo, o ato de negação por si pode gerar um efeito vazio, pois se cria um conflito em que a palavra do acusador se anula com a do acusado – o famoso jargão popular “a sua palavra contra a dele”. Daí a perspicácia de Dilma em se amparar em sua reputação ilibada, evocando a memória de sua biografia, a qual nunca esteve envolvida em atos escusos. Esse argumento é significativo, pois se colocado ao lado das afirmações de envolvimento em corrupção que ela faz em relação a Eduardo Cunha, intensifica a noção de inocência que ela quer auferir.

Outro argumento muito presente na estratégia da inocência é por que os decretos de crédito suplementar não podem ser considerados crime de responsabilidade. Vejamos:

Os decretos de crédito suplementar que eles me acusam era que eu não estava cumprindo a meta fiscal. Não, não foi eu que pedi para os decretos saírem. Um deles, por exemplo, é do TSE, é para o TSE que falava o seguinte: nós fizemos concurso, apareceu mais gente do que a gente estava esperando. E quando a pessoa participa do concurso ela paga um emolumento, uma taxa. E com isso o TSE arrecadou um dinheiro a mais e pediu então para esse dinheiro que ele arrecadou a mais com esse concurso fosse destinado a outro concurso ou atividades deles. Esse é um. Tem um outro que é do MEC. O MEC recebeu para os hospitais doações de pessoas físicas e de organizações sem fins lucrativos. Esse montante foi colocado nos hospitais. E nós cometemos crimes porque, segundo eles, nós não poderíamos ter posto isso nos hospitais. A gente tinha de cumprir a meta. Ora, nós já tínhamos feito o maior corte orçamentário que esse País viveu. E ainda por cima tínhamos de fazer isso, botar mais dinheiro ainda? [...]. No caso do Plano Safra ainda é pior. Eu não participei do processo do qual eles me acusam. Eu, pessoalmente, não participei. Porque a lei prevê que não é o presidente da República que repassa os recursos para o Banco do Brasil. Então, eu sou acusada de algo que não é que eu não fiz, eu sequer estive presente em qualquer um dos atos, sequer estive presente. (Discurso durante cerimônia de Lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar; 03 mai. 2016).

A primeira acusação se refere à edição de três decretos de crédito suplementar sem autorização legislativa. Ao longo de todo o processo, mostramos que a edição desses decretos seguiu todas as regras legais. Respeitamos a previsão contida na Constituição, a meta definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias e as autorizações

estabelecidas no artigo 4 da Lei Orçamentária de 2015, aprovadas pelo Congresso. Todas essas previsões legais foram respeitadas em relação aos 3 decretos. Eles apenas ofereceram alternativas para alocação dos mesmos limites, de empenho e financeiro, estabelecidos pelo decreto de contingenciamento, que não foram alterados. Por isso, não afetaram em nada a meta fiscal. Ademais, desde 2014, por iniciativa do Executivo, o Congresso aprovou a inclusão, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, da obrigatoriedade que qualquer crédito aberto deve ter sua execução subordinada ao decreto de contingenciamento, editado segundo as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. E isso foi precisamente respeitado. (Discurso de defesa no Senado Federal; 29 ago. 2016).

Os dois exemplos acima são importantes para a construção da inocência. Neles há uma tentativa de explicitar que os decretos de crédito suplementar foram editados em cumprimento aos dispositivos legais previstos na legislação. Para completar, em outra formação discursiva, Dilma expõe nova manobra, desta vez pelo Tribunal de Contas da União:

A controvérsia quanto a existência de operação de crédito surgiu de uma mudança de interpretação do TCU, cuja decisão definitiva foi emitida em dezembro de 2015. Novamente, há uma tentativa de dizer que cometi um crime antes da definição da tese de que haveria um crime. Uma tese que nunca havia surgido antes e que foi urdida especialmente para esta ocasião. (Discurso de defesa no Senado Federal; 29 ago. 2016).

A inferência que realizamos aqui é a de que esses três vieses nos pronunciamentos de Dilma criam uma ordem discursiva em que, na impossibilidade de atrelar o nome de Dilma Rousseff a atos ilícitos ou corrupção e de enquadrar os decretos de crédito suplementar como crime de responsabilidade, a alternativa foi mudar a regra para dar legitimidade ao processo contra ela. Isso faz com que a estratégia da inocência encontre respaldo e possa ser plausível. Contudo, não há nenhuma formação discursiva na qual ela prove ou ateste sua inocência – todas as enunciações cumprem atos de fala declaratórios e defensivos. Não cabe a nossa pesquisa pensar de que maneira a presidente deveria ter, discursivamente, provado sua inocência. Porém, a materialidade discursiva de que dispomos nos leva a inferir a construção de uma noção de presunção de inocência do que a sua comprovação propriamente dita.

#### d) A estratégia da comparação

Fortemente relacionada com a anterior, a estratégia da comparação é outro procedimento discursivo identificado nos pronunciamentos do terceiro período e se relaciona com as formações nas quais Dilma compara atos administrativos-governamentais de seu governo com o de governos anteriores a fim de expor o descabimento do processo de *impeachment*. O eixo principal desses pronunciamentos é a alegação de que presidentes anteriores também editaram decretos de créditos suplementares.

O meu impeachment, baseado nisso, significaria que todos os governos anteriores ao meu teriam de ter sofrido impeachment, porque todos eles, sem exceção, praticaram atos iguais ao que eu pratiquei, e sempre com respaldo legal. (Discurso durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia; 31 mar. 2016).

Eu em 2015 fiz seis decretos chamados de suplementação. O Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2001, fez 101 decretos de suplementação. Para ele não era golpe, não era nenhum golpe nas contas públicas, para mim é golpe nas contas públicas. (Discurso durante Ato do Dia do Trabalhador; 01 mai. 2016).

Esses decretos suplementares são decretos que todos os governos fizeram. Para vocês terem uma ideia, no ano de 2001, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez 101 desses decretos. Desses 101, 30 são iguais aos que eu fiz. Jamais foi invocado contra ele nenhum problema, e não foi invocado porque não tinha problema, como hoje não tem problema. O mesmo aconteceu durante o governo do presidente Lula. O mesmo acontece hoje nos governos estaduais por esse Brasil a fora. (Discurso durante cerimônia de inauguração da Embrapa Pesca e Aquicultura; 07 mai. 2016).

Os pronunciamentos em que identificamos a estratégia da comparação se tornam mais frequentes a partir de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara dos Deputados aceita o pedido de *impeachment* contra Dilma. Novamente, nota-se que o argumento principal deles é mostrar o descabimento do processo e levar o ouvinte a entender que os articuladores do golpe estão realizando interpretações equivocadas do que seriam os crimes de responsabilidade. Isto é, Dilma afirma por diversas vezes ter reputação ilibada e não estar envolvida em corrupção, afirma que os decretos de crédito suplementar estavam respaldados por dispositivos regidos em lei, como os da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, afirma que os decretos são atos comuns de governo, realizados por outros presidentes e governadores de Estado. Por outro lado, ela aponta para dois fatos que estão apenas aplicados a ela: a mudança de interpretação realizada pelo Tribunal de Contas da União e a mudança de visão, por parte de seus antagonistas, que passam a ver os decretos como crime de responsabilidade por não terem sido aprovados pelo Congresso<sup>106</sup>.

#### e) A estratégia da vitimização e da personalização

Outra estratégia que se liga intensamente às anteriores é a da vitimização e da personalização. Decidimos analisá-las juntas dado a forte relação entre as duas. A tática de personalizar os pronunciamentos em torno de si é importante para a construção da identidade

---

<sup>106</sup> Aqui reside a natureza do embate entre Dilma e seus opositores. Segundo estes, os decretos de crédito suplementar deveriam ter sido autorizados pelo Congresso; já Dilma sustenta que os decretos são operações orçamentárias contábeis de caráter administrativo, o que dispensaria a necessidade de aprovação pelo Legislativo. O artigo 359-A do Código Penal considera crime contra as finanças públicas “ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa”.

de Dilma, pois vai conferir atributos à figura do “eu” nunca antes trabalhados em seus pronunciamentos. Outra implicação é o fato de Dilma personalizar em si elementos da coletividade, criando a noção de que ela não é a única vítima do golpe articulado por seus opositores.

Há uma transição entre as duas táticas; as formações discursivas em que Dilma se posiciona autonomamente como vítima ocorrem mais no início do terceiro período discursivo e aquelas em que ela inclui os segmentos da sociedade que representa são mais frequentes no final do período. Nos dois trechos abaixo, podemos ver que ela evoca a questão da inocência para sustentar sua posição de vítima.

E este é o caso do processo de impeachment em curso contra meu mandato, devido à ausência de base legal. Não cometi nenhum crime previsto na Constituição e nas leis para justificar a interrupção de meu mandato. Condenar alguém por um crime que não praticou é a maior violência que se pode cometer contra qualquer pessoa. É uma injustiça brutal. É uma ilegalidade. Já fui vítima desta injustiça uma vez, durante a ditadura, e lutarei para não ser vítima de novo, em plena democracia. (Discurso durante encontro com juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia; 22 mar. 2016).

Eu queria dizer para vocês que hoje, sobretudo, eu me sinto injustiçada. Injustiçada porque considero que esse processo é um processo que não tem base de sustentação, e é por isso que eu me sinto injustiçada. A injustiça sempre ocorre quando se esmaga o processo de defesa, mas, também, quando, de uma forma absurda, se acusa alguém por algo, primeiro, que não é crime e, segundo, acusa e ninguém se refere a qual é o problema. (Entrevista coletiva no dia seguinte à votação da admissibilidade do impeachment na Câmara dos Deputados; 18 abr. 2016).

É importante destacar que as formações discursivas em que identificamos vitimização são diferentes daquelas em que apenas há a noção de inocência. O status de vítima necessita de um ato que advém de um algoz – subentende-se, portanto, a presença de um outro, com poder de subjugar. Daí a importância de analisar a posição de vítima junto à de inocente, pois ela confere a Dilma elementos identitários para tentar neutralizar as injustiças que praticam contra ela. Nesse momento, a estratégia da personalização vem intensificar a identidade de Dilma e construir para o ouvinte a noção de ele estar sendo vítima das mesmas injustiças. Vejamos o trecho a seguir:

Pois bem, eu quero dizer a vocês que a minha capacidade é enorme. Eu carrego comigo a força das mulheres e também dos homens que se tornaram protagonistas de seus direitos, sujeitos de seus direitos, nesses últimos 13 anos. Eu carrego em mim a força de vida dos 36 milhões de brasileiros e brasileiras que saíram da pobreza. Eu carrego em mim os 11 milhões que moram em casa própria do Minha Casa, Minha Vida. Eu carrego comigo os 63 milhões de brasileiros e de brasileiras que não tinham atendimento médico e agora têm, pelo Mais Médicos. Carrego os 9 milhões e 500 mil do Pronatec. O Pronatec, um programa de formação profissional no qual as mulheres

são a maioria. Carrego também todos os mais de 4 milhões que fizeram ProUni, que fizeram Fies, que entraram na universidade. E carrego todos aqueles filhos de pedreiros que viraram doutores. Todos aqueles que tiveram acesso à educação pela política de cotas. (Discurso durante cerimônia de abertura da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as; 10 mai. 2016).

Na formação discursiva acima, Dilma sintetiza os principais programas e projetos do governo PT. O pronunciamento é forte e simbólico, pois Dilma não assume somente a responsabilidade por eles, mas também traz para o pronunciamento as pessoas que foram beneficiadas pelos feitos dos treze anos de governo do PT. A construção sintática das frases do pronunciamento evidencia outros dados. Antes de nominar o projeto ou programa, Dilma traz o número de assistidos, isto é, as pessoas, o ser humano, vêm antes, possibilitando ao ouvinte inferir que a principal e primeira preocupação dos programas e projetos eram as pessoas. A formação discursiva traz embutida o pronunciamento da criação de oportunidades a minorias sociais menos privilegiadas.

É possível ir além. Nesse excerto há alguns enunciados implícitos importantes para a construção da identidade e da imagem de Dilma Rousseff ante a luta do *impeachment*. O recurso estilístico da repetição “eu carrego/carrego” confere cadência à fala, cumprindo a função de prender a atenção do ouvinte. O recurso sintático de usar o verbo carregar, seguido de um coletivo de indivíduos, coloca Dilma como representante desse grupo. Aqui é possível inferir a imagem de líder, calcada em atributos do chefe que congrega multidão. Vale lembrar que a imagem de líder não é forte em Dilma Rousseff, conforme já expusemos anteriormente.

Em outros pronunciamentos, a presidenta utiliza o verbo “representar”, que dentre seus significados possui dois que destacamos para nossa análise: “ser a imagem de” e “estar no lugar de”. Vejamos os exemplos para, então, discuti-los.

Eu quero dizer para vocês que esse golpe não é contra mim, é contra o projeto que eu represento. É contra o projeto que fez o Brasil sair do mapa da fome e superar a pobreza extrema. É contra o Brasil que complementa a renda daqueles que mais precisam. É contra um projeto de desenvolvimento que deu prioridade àquelas populações que antes não tinham voz nem vez. Um projeto que criou uma das classes médias maiores do mundo, um projeto que colocou as pessoas de pé, com autoestima. [...]. É contra a reforma agrária. É contra as políticas de sustentação da agricultura familiar, porque acham que nós gastamos muito com subsídios. [...]. Quero dizer que também é uma tentativa de golpe, também, contra algo fundamental, contra a soberania nacional, contra o Modelo de Partilha do pré-sal, contra a política de conteúdo nacional. É contra, também, o mais longo período, o mais extenso período de distribuição de renda, de inclusão social e de redução das desigualdades que este País, desde o seu descobrimento. (Discurso durante o I Congresso Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores; 14 out. 2015).

Eu represento as conquistas históricas, as conquistas históricas do governo Lula. Se a gente quiser ir mais atrás, as conquistas históricas que transformaram o Brasil, que sustentaram a soberania desse País. Que fizeram com que o Brasil se tornasse um país



que hoje olhava para os seus trabalhadores e trabalhadoras. Eu represento as reformas que o Lula fez. Eu represento a soberania nacional, do pré-sal, a defesa dos 30%, a defesa do conteúdo nacional, o mais longo período de distribuição de renda, de inclusão social e de redução das desigualdades. (Discurso durante a cerimônia de abertura do 12º Congresso Nacional da CUT; 13 out. 2015).

Se tomarmos os sentidos do verbo “representar” para interpretar a formação discursiva acima, é possível fazer a leitura da ideia de personificação. Se Dilma Rousseff representa todos esses elementos, isto é, é a imagem deles, está no lugar deles, nenhum outro indivíduo possui tal identidade. No segundo exemplo, a personalização é ainda mais intensa. Quando Dilma afirma que representa as conquistas e reformas de Lula, há uma tentativa de personificação ainda mais forte. Já afirmamos algumas vezes nesta tese que Dilma frequentemente recorre à imagem do ex-presidente Lula. Nossa análise concluiu que esse procedimento é prejudicial para a formação de sua imagem, pois enfraquece a estratégia de personalização. Porém, isso não ocorre no último trecho acima. Nele, Dilma não só se respalda no legado e popularidade de Lula, como os vincula à sua imagem – ou seja, ela personaliza em torno de si tanto os feitos do seu governo quanto os do ex-presidente.

A estratégia da vitimização também é usada por Dilma Rousseff para construir a noção de que há outras vítimas. A ideia contida nessas formações discursivas é a de que o golpe atinge não só a presidente, mas todos os indivíduos que ela representa, sendo uma ameaça às conquistas desses segmentos da sociedade durante o governo do PT:

Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. (Discurso após votação do impeachment no Senado Federal; 31 ago. 2016).

Eu tenho consciência que esse processo não é apenas contra mim. É contra o projeto que fez do Brasil um país que superou a miséria, que elevou milhões de pessoas às classes médias, que construiu um poderoso mercado interno. Essas tentativas são contra um projeto. (Discurso durante a cerimônia de abertura do 12º Congresso Nacional da CUT; 13 out. 2015).

Nos dois trechos acima, Dilma confere aos enunciados a noção de perversidade em torno do golpe e inclui como vítimas segmentos sociais minoritários ou em posição desfavorecida, o que intensifica a gravidade do processo de *impeachment*. No primeiro excerto,

primeiro ela coloca como vítima os grupos minoritários (trabalhadores, aposentados, negros, indígenas, população LGBT e mulheres) e somente então ela estende à totalidade. Ou seja, fica implícito que o golpe antes de atingir toda a sociedade vai lesar primeiro grupos mais fracos e menos privilegiados. A noção de ameaça aparece implícita, mas cumpre o papel de informar às minorias como o golpe lhes afetará. Esse tipo de apelo retórico é importante, pois a ameaça traz a sensação de medo, de retorno a um contexto anterior ruim, no qual a vítima sofria por não ter aquilo que passou a ter no novo contexto.

Esse tipo de formação discursiva também se tornou repetitiva nos pronunciamentos de Dilma, principalmente durante o ano de 2016, quando o processo de *impeachment* passou a tramitar na Câmara dos Deputados. É possível inferir que há uma tentativa de cooptação de apoio na luta contra o golpe. Isto é, se tanto Dilma quanto outros indivíduos são vítimas de uma manobra da oposição que ameaça retirar conquistas e direitos, então todos deveriam lutar contra os que tentam lesar a sociedade.

#### f) A estratégia da deslegitimação

Antes mesmo de o pedido de *impeachment* ter sido aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Dilma enuncia em alguns pronunciamentos formações discursivas nas quais ela explica porque o seu impedimento não é legítimo. As primeiras falas com essa estratégia ocorrem em resposta às manifestações populares, que ocorrem ao longo do ano de 2015 e 2016 e nas quais os manifestantes pedem *impeachment*, novas eleições e até mesmo o retorno do regime militar. As formações discursivas possuem um argumento básico: explicar que o regime presidencialista não admite a substituição do presidente por questões de preferência política ou perda de apoio institucional e que esses procedimentos são próprios do regime parlamentarista e não podem ser aplicados ao Brasil. Vejamos:

Todos aqui sabemos que nossa Constituição prevê o impeachment como instrumento para afastar um presidente, desde que haja crime de responsabilidade claramente demonstrado. Alguns querem tratar a questão como se vivêssemos no regime parlamentarista, onde a suspeição política de um presidente é condição necessária e suficiente para que ele seja afastado. Mas o voto no regime parlamentarista não é majoritário; ele não leva às urnas, no caso do Brasil, milhões e milhões de brasileiros. Nós estamos em um regime presidencialista, e o impeachment só pode se dar por crime de responsabilidade claramente demonstrado. Na ausência de crime de responsabilidade comprovado, com provas inquestionáveis, o afastamento se torna, ele próprio, um crime contra a democracia. (Discurso durante encontro com juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia; 22 mar. 2016).

Este é um país que adotou o regime presidencialista. Só no parlamento, no parlamentarismo, crise política é alegação para se afastar governo. Porque no parlamentarismo o chefe de governo não é eleito pelo voto direto majoritário, e sim

pelo voto proporcional. Assim, quando há alguma questão política, é possível dissolver o gabinete e convocar novas eleições. No presidencialismo, não. O voto é direto, é majoritário, foi dado nas urnas. (Discurso da Presidenta durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Juventude; 16 dez. 2015).

Esse argumento também se torna recorrente nos pronunciamentos do terceiro período. Além de evidenciar que o processo de *impeachment* é ilegítimo, pois a manobra visaria trocar o governo devido a uma crise política, Dilma enfatiza a perversidade do desrespeito ao eleitor, que não é consultado acerca da troca de governo, bem como não é chamado para participar da escolha do novo. É importante destacar um detalhe importante nesses argumentos e que pode passar despercebido. Ao comparar os regimes presidencialista e parlamentarista, Dilma explica como se dá a participação do eleitor no processo de escolha. Enquanto no regime presidencialista, em que o modelo de representação é o majoritário, é eleito o candidato que obtém a maioria dos votos válidos e, portanto, o apoio ou chancela da maioria da população, no regime parlamentarista, cujo modelo de representação é o proporcional, assume o cargo de chefe de Governo o representante do partido que obteve a maioria dos assentos no parlamento, o que não implicaria necessariamente a maioria dos votos os eleitores. Caso não obtenha a maioria dos assentos do parlamento, o partido com a maior bancada necessita de fazer coalizão a fim de montar o gabinete de governo. Contudo, Dilma induz o ouvinte mais desatento ao erro, pois não destaca as particularidades dos regimes parlamentaristas adotados por cada país. Vale lembrar que algumas nações, como o Reino Unido, adotam como modelo de representação o voto distrital, a partir do qual é eleito o candidato que obteve a maioria simples de votos em uma determinada região (distrito) eleitoral do país<sup>107</sup> e o governo pode ser formado sem, necessariamente, ter a maioria dos votos dos eleitores.

Contudo, o dado mais relevante desta estratégia está implícito e precisa ser analisado à luz das estratégias anteriores. Como vimos, o terceiro período discursivo de Dilma Rousseff é marcado por formações nas quais ela afirma não ter cometido crime de responsabilidade nem estar envolvida em atos ilícitos. A presidenta também afirma que os decretos de crédito suplementar cumpriram o disposto na legislação. Nesta estratégia, o argumento se concentra no fato de que o regime presidencialista adotado no Brasil não admite a substituição do presidente por falta de apoio, mas somente por meio do sufrágio universal periódico. Ou seja, para Dilma, a tentativa de destitui-la se baseia em motivações políticas não legítimas e não legais que nada

---

<sup>107</sup> A crítica a esse modelo é que nem sempre o número de cadeiras obtidas pelo partido é proporcional à soma dos votos recebidos pelos candidatos que venceram e que não venceram nos seus distritos. Por exemplo, um determinado partido pode obter 20% dos votos dos eleitores, mas vencer em apenas 3 distritos. Logo, ele terá apenas 3 parlamentares eleitos e não 20% dos assentos do parlamento.

têm a ver com crime de responsabilidade. Essa formação discursiva não é nova. Em diversas outras ocasiões, a presidenta deixa isso claro – lembremos dos pronunciamentos em que Dilma descreve todas as manobras da oposição desde a divulgação do resultado do segundo turno em outubro de 2014 até o protocolo do pedido de *impeachment* na Câmara.

Há, obviamente, uma diferença. Quando a oposição pediu a recontagem de votos, a auditoria das urnas eletrônicas e a reprovação da prestação de contas da coligação Dilma-Temer, ela estava fazendo jogo político legítimo e legal. Conforme previsto na legislação eleitoral, qualquer partido ou coligação tem o direito de contestar o resultado, de constituir sistema próprio de fiscalização, apuração e totalização dos resultados inclusive pelo intermédio da contratação de empresas de auditoria de sistemas e de apontar irregularidades na prestação de contas de outra coligação ou partido. Porém, ao tentar a destituição de um presidente eleito por meio de um procedimento político que não é aplicável no presidencialismo, a manobra se torna ilegal, ilegítima e antidemocrática. Em síntese, esse é o fio condutor dos argumentos enunciados por Dilma na estratégia da deslegitimação.

#### g) A estratégia da união

A última estratégia identificada foi a da coalizão, pela qual Dilma busca apoio e união para enfrentar a crise econômica, política e institucional. Antes de o pedido ser protocolado na Câmara dos Deputados, eles se atêm mais ao contexto da crise econômica. A mensagem é de união para a superação dos efeitos mais nocivos e para a implementação de programas e projetos que melhorem a vida de todos os brasileiros.

Governos de coalizão, como é o caso do meu governo e de todos os governos que surgiram depois do processo de redemocratização e da Constituição de 1988, precisam de apoio do Congresso. É com o Congresso, eleito pelo povo brasileiro para representar, que meu governo igualmente legitimado pelo voto dos brasileiros, tem que dialogar em favor do nosso povo para aprovação de políticas de leis e de medidas provisórias que acelerem a saída da crise. O meu governo busca apoio no Congresso e a reforma faz parte também desse contexto para implementar os compromissos que assumi com a população, para fazer os ajustes que a crise nos impõe, para manter o Brasil na rota do desenvolvimento e criar mais e melhores empregos e oportunidades para todos os brasileiros e as brasileiras. (Declaração da Presidenta sobre a Reforma Administrativa do Governo Federal, 02 out. 2015).

Um governo tem de querer a unidade dos brasileiros. Um governo, governa para todos os brasileiros, não governa para uma parte, não governa para um pedaço da população. (Discurso durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais em Caxias do Sul/RS e entregas simultâneas; 07 mar. 2016).

Eu conto com vocês, o destemor de vocês diante da luta diária, é esse o destemor que nós unidos, juntos, iremos superar e vencer a crise. (Discurso na cerimônia de entrega de unidades habitacionais em Camaçari/BA e entregas simultâneas; 22 dez. 2015).

Nesse momento temos que estar juntos pelo Brasil: eu, Lula, nossa base política, nossa base social e mesmo os opositores que também querem o melhor para o País. Podemos todos agir em conjunto para superar a crise econômica e deixar para trás a paralisia causada pela crise política, sem que de ninguém se exija abdicar de ideias, convicções e anseios eleitorais. Estamos determinados a promover o reequilíbrio fiscal, a reduzir a inflação com o mesmo empenho que atuamos em favor da recuperação do emprego e da retomada do crescimento. (Discurso durante cerimônia de posse dos novos Ministros de Estado; 17 mar. 2016).

A estratégia de união é recorrente nos pronunciamentos de Dilma Rousseff e também a identificamos nos outros dois períodos discursivos. É preciso diferenciar que a noção de união é diferente da noção de coletividade. Nos pronunciamentos selecionados para a análise contextual, identificamos que a figura do “nós” se constrói com atributos que remetem à noção de coletividade. Quando Dilma utiliza a figura do “nós” para se referir à equipe de governo, aos brasileiros, às mulheres etc., incluindo-se nesses grupos, ela enuncia a noção de coletividade, calcada num sentimento de estar junto, o que poderíamos denominar de união fática. Porém, quando Dilma utiliza a voz do “nós” para cooptar adesão de indivíduos e grupos, ela enuncia a noção de que uma união é desejada. Isso se verifica na construção sintática de algumas orações dos excertos acima, cujos verbos exprimem ações futuras: “para implementar os compromissos que assumi com a população”, “para fazer os ajustes que a crise nos impõe”, “para manter o Brasil na rota do desenvolvimento”, “temos que estar juntos pelo Brasil”, “podemos todos agir em conjunto para superar”. É possível inferir, portanto, que essas ações futuras estão condicionadas à união pretendida entre ela e os segmentos da população e da sociedade.

Já no segundo momento, os pronunciamentos se concentram no contexto da crise institucional e se dirigem aos indivíduos que são contra o golpe e apoiam a presidenta. A mensagem dos pronunciamentos visa conclamar os cidadãos a lutar pela democracia:

Aos brasileiros que se opõem ao golpe, independentemente de posições partidárias, faço um chamado: se mantenham mobilizados, unidos e em paz. A luta pela democracia não tem data para terminar: é luta permanente, que exige de nós dedicação constante. A luta contra o golpe é longa. É uma luta que pode ser vencida e nós vamos vencer. Esta vitória depende de todos nós. Vamos mostrar ao mundo que há milhões de defensores da democracia em nosso País. (Declaração à imprensa após a votação da admissibilidade do processo de impeachment no Senado Federal; 12 mai. 2016).

Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia. (Discurso após votação do impeachment no Senado Federal; 31 ago. 2016).

Pela formação discursiva dos dois trechos acima, é possível inferir que Dilma supõe que esses indivíduos que ela conclama compõem sua base de apoio. Também podemos inferir

certa tentativa de agrupar esses indivíduos que parecem estar dispersos. Nota-se que Dilma os chama para uma ação em comum, a luta contra o golpe.

Os pronunciamentos com essa formação discursiva se tornam mais frequentes e intensos após o pedido de *impeachment* ter sido aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados. Por meio da materialidade dos enunciados, fica difícil inferir a real intenção deles. É preciso ter em mente que as construções sintáticas em que Dilma pede “aos brasileiros que se opõem ao golpe” que eles se “mantenham mobilizados” e lutem com ela pressupõem a presença de um interlocutor ouvinte e destinatário da enunciação. Isto é, assim como nos pronunciamentos dos quais extraímos os trechos acima, como em outros que possuem formações discursivas similares, Dilma se dirige a uma audiência que lhe apoia na luta contra o golpe e não a indivíduos em posição latente, que poderiam ser convencidos a aderir à sua causa. Logo, o objetivo desses pronunciamentos não era conquistar mais adesão. Por isso, inferimos que o objetivo desses pronunciamentos é congregar os indivíduos que lhe apoiam.

Conforme expusemos no preâmbulo deste tópico, decidimos analisar a construção das figuras do “eu”, do “nós” e do “ele/eles” após abordarmos as estratégias enunciativas, pois verificamos que neste período discursivo, estas são mais imbricadas umas às outras, fazendo com que o mesmo pronunciamento apresente duas, três ou quatro estratégias em parágrafos seguidos, bem como trazendo o mesmo sujeito nas ações verbais.

Se no primeiro e no segundo período discursivo havia predominância do “nós”, neste o “eu” assume a primazia. Também identificamos mudança na forma como essa figura é construída. Durante quase todo o primeiro mandato e a primeira metade do segundo, identificamos o uso frequente do “eu” retórico, em expressões como “eu gostaria de dizer”, “eu vou falar” etc., que nem sempre conferia algum peso discursivo. Em poucas ocasiões, era utilizada a expressão “meu governo”, que não chegava a conferir caráter personalista, pois vinha sempre acompanhada das marcas gramaticais do “nós” (por exemplo, “no meu governo, iremos...”). No terceiro período discursivo, o “eu” passa a ser sujeito das ações para efetuar alguns atos enunciativos, como denunciar o *impeachment* como um golpe de Estado, colocar-se como vítima e personalizar os pronunciamentos.

Desde o início do terceiro período, Dilma denunciou as manobras políticas da oposição. Embora nessas formações discursivas as marcas gramaticais sejam conectadas ao “ele/eles”, há o recrudescimento da figura do “eu” em razão da posição de enunciativa. É preciso lembrar que toda a nossa análise parte do pressuposto de que Dilma Rousseff é a responsável pelo dizer de todos os 900 pronunciamentos que compõem nosso *corpus* de pesquisa. Conforme já afirmamos anteriormente, nossa pesquisa não visa apontar marcas de

autoria de terceiros nos pronunciamentos. Isto é, interessa-nos a materialização desses pronunciamentos por Dilma Rousseff, ato enunciativo no qual ela assume a responsabilidade pelo dizer desses pronunciamentos. Esse enfoque é importante, pois, no terceiro período discursivo, ele se torna determinante para a construção da noção do “eu” nas formações discursivas. Nos dois períodos anteriores, identificamos que a figura do “eu” não foi tão frequente e intensa quanto a do “nós”. Isso leva ao fato de que, embora se atribua a responsabilidade pelo dizer a Dilma, a identidade contida nas formações discursivas remete ao “nós”, fazendo com que o ouvinte atribua o dizer à imagem de Dilma porta-voz de uma coletividade. No terceiro período, as marcas do “nós” diminuem consideravelmente e, quando presentes, cumprem outros papéis. Isso faz com que aumentem as formações discursivas em que não há a presença de uma das três figuras, como esta que trazemos a seguir:

Se ainda havia alguma dúvida sobre o golpe, a farsa e a traição em curso, não há mais. Se havia alguma dúvida sobre a minha denúncia de que há um golpe de Estado em andamento, não pode haver mais. (Discurso durante Encontro da Educação pela Democracia; 12 abr. 2016).

A inferência que realizamos aqui é a de que, na falta de uma figura atrelada à formação discursiva, o enunciado faz com que o ouvinte ou receptor o remeta a Dilma, que é a responsável por sua materialização. Essa inferência é importante, pois nos permite compreender os pronunciamentos na dinâmica da luta discursiva, que abordaremos à frente.

Em suma, a figura do “eu” ganha proeminência no terceiro período discursivo e cumpre as ações de personalizar os pronunciamentos em torno da identidade de Dilma Rousseff, atribuindo a ela o papel simbólico de representante do Brasil democrático que está sendo ameaçado pelos golpistas, e de congregar os indivíduos contrários ao *impeachment*, mobilizando-os para a luta.

A figura do “ele/eles” também se intensificou neste período. Lembremos que ela praticamente não ocorre no primeiro período discursivo e no segundo sua incidência é pequena. É também a figura que mais assume papéis específicos, com a mesma identidade. Quando personificada, refere-se a Eduardo Cunha e Michel Temer, na identidade de líderes do golpe, ou a Lula e Fernando Henrique Cardoso, na posição de presidentes que também editaram decretos de crédito suplementar e não foram responsabilizados por crime de responsabilidade. Quando coletivo, refere-se à oposição derrotada nas urnas e que articula o golpe, aos golpistas e à elite conservadora e à mídia, que dão apoio ao golpe. Menos frequente, o “eles” está

relacionado aos grupos que apoiam Dilma e o “ele” ao Ministério Público Federal – citado por Dilma para argumentar a inexistência de crime de responsabilidade na edição dos decretos.

Ao contrário do que identificamos nos períodos anteriores, a figura do “nós” perdeu intensidade nesse período. Sua construção também se refere a papéis ligeiramente diferentes. O papel mais frequente é o que agrupa as vítimas do golpe e os eleitores que escolheram o modelo de governo do PT. Identificamos ainda construções do “nós” entre Dilma e o ex-presidente Lula e entre Dilma e algumas minorias, como as mulheres e a população LGBTs.

No que toca à luta política, o terceiro período é marcado pelo embate entre o “eu” e o “ele/eles”. É importante destacar as posições de falantes assumidas pelas três figuras. Em todos os pronunciamentos desse período, o “ele/eles” assume a posição mais definida; a figura se porta como inimigo do “eu” e agente de todas as manobras. O “ele/eles” se funda na imagem do algoz, valorado negativamente por Dilma Rousseff, pois ele é o agente provocador de todas as ameaças e de todas as manobras ilegítimas contra o “eu” e o “nós”. Essas duas figuras assumem, discursivamente, a posição de vítima. Aqui reside um dado implícito. Em qualquer luta política, é esperado que atores antagônicos se confrontem, afinal o confronto, com vistas a conquistar a adesão dos indivíduos da instância cidadã, faz parte da essência do jogo político. Contudo, a imagem do algoz confere ao ator atributos de perversidade, assim como a da vítima, de vulnerabilidade e fraqueza. Na relação de forças entre eles, tem-se que o algoz é mais forte que a vítima, pois sempre consegue subjugar-la – se não conseguir, a vítima terá sido apenas alvo. Assim, fazemos a inferência de que Dilma assume posição mais enfraquecida, em desvantagem ante seus adversários. Além disso, ela também confere o *status* de vítima à figura do “nós”, fazendo com que a união entre esta e o “eu” também denote ser fraca.

No terceiro período discursivo também identificamos mudança na retórica presidencial: os pronunciamentos se tornaram mais personalistas e denunciadores. Os argumentos racionais, mais frequentes nos períodos anteriores, dão lugar aos emocionais, marcados pelo apelo a elementos simbólicos coletivos. A articulação do *impeachment* sempre foi abordada por Dilma Rousseff como uma ameaça à democracia, à soberania e aos direitos conquistados. Contudo, o argumento é construído por meio da estratégia de atrelar esses valores simbólicos aos programas e projetos do governo PT. Isto é, para Dilma o *impeachment* é uma ameaça aos direitos conquistados, não só porque fere a vontade dos cidadãos expressa nas urnas ou fere o Estado democrático de direito, mas porque colocaria em xeque as conquistas que os brasileiros obtiveram com programas como o Minha Casa, Minha Vida, o Pronatec, o Bolsa Família, o Prouni, o Luz para Todos, o Programa de Agricultura Familiar etc. Em suma, a ideia central dos pronunciamentos desse período é que os programas e projetos do governo PT



ampliaram o direito dos segmentos mais pobres da população por possibilitar a esses indivíduos o acesso a serviços públicos e à assistência social.

A fim de facilitar a compreensão dos dados obtidos com a análise da luta política nos três períodos discursivos estabelecidos, o Quadro 3, a seguir, sintetiza os achados desta etapa:

QUADRO 3 – SÍNTESE DA ANÁLISE DOS TRÊS PERÍODOS DISCURSIVOS

PERÍODO	ESTRATÉGIA	RELAÇÃO COM AS FIGURAS	INTERPRETAÇÃO
Crise econômica (jan. 11 – jun. 13)	Amenização e negação Responsabilização Prevenção Ação e comparação	O “nós” é forte no início do mandato de Dilma Rousseff e importante para consolidar as noções de união e coletividade. A baixa frequência do “eu” impede Dilma de articular melhor sua personalidade ao exercício do cargo que ocupa. A baixa presença do “ele/eles” confere aos pronunciamentos noções de prestação de contas e explicação.	Sob a figura do “nós”, Dilma, em seus pronunciamentos, ora nega a crise, ora ameniza seus efeitos, bem como assegura aos ouvintes que o país está preparado para lidar com qualquer problema que possa surgir devido à crise, como também vem tomando medidas para se fortalecer.
Crise política (jul. 13 – jul. 15)	Valorização e repressão Combate à corrupção Escuta e diálogo Ação e união Amenização, negação e refutação	A assunção de compromissos e responsabilidades para resolver as demandas das manifestações de 2013 fez com que o “eu” se tornasse mais intenso. Sob a figura do “eu”, Dilma se abre ao diálogo com os manifestantes e os demais cidadãos. O “nós”, representando a equipe de governo, é utilizado para referendar os compromissos assumidos pelo “eu” se compromete. Embora o “ele/eles” também se intensifique nesse período, não chega a assumir <i>status</i> muito relevantes.	Mais efetivo e simbólico, o “eu” enuncia convicções e experiências de Dilma ao conclamar os manifestantes a, com o governo, pensar soluções para os problemas apontados nas manifestações. O “eu” também se compromete a combater a corrupção, bem como valoriza o espírito democrático dos manifestantes. O “nós” assegura que a crise econômica não está afetando o país e, com o “eu” repreende os vândalos e os críticos do governo.
Crise institucional (ago. 15 – mai. 16)	Denúncia Acusação Inocência Comparação Vitimização e personalização Deslegitimação União	O “eu” se intensifica, passando a designar Dilma Rousseff enquanto presidenta e ator político. O “nós” diminui e visa cooptar apoio e união. O “ele/eles” também se intensificou referindo-se à oposição derrotada nas urnas que articula o golpe, aos golpistas, à elite conservadora e à mídia, que dão apoio ao golpe e a Eduardo Cunha e Michel Temer.	O “eu” passa a ser sujeito das ações para denunciar o <i>impeachment</i> como um golpe de Estado, colocar-se como vítima e personalizar o pronunciamento, e deslegitimar o processo. O “nós” é utilizado para conclamar união, enquanto o “ele/eles” figura como algoz, bem como serve para Dilma se comparar com outros presidentes a fim de deslegitimar o <i>impeachment</i> .

Fonte: O autor (2018).

Quanto à campanha permanente, não podemos afirmar que os pronunciamentos do terceiro período se enquadram nesse conceito uma vez que o objetivo da enunciação é vencer uma luta política e institucional que ocorre dentro da instância política. Lembremos que a campanha permanente está relacionada às estratégias utilizadas pelo político eleito para manter o apoio e o suporte popular, a fim de garantir os votos necessários para si ou seu sucessor nas próximas eleições. No contexto do terceiro período discursivo de Dilma Rousseff, as estratégias discursivas têm por objetivo enfrentar o *impeachment* e, embora a presidente busque cooptar apoio junto à instância cidadã, ela o faz para obter suporte para vencer a luta contra sua destituição. É importante frisar: a luta político-discursiva travada em torno da crise política não tem finalidade eleitoral.

Nos três tópicos anteriores, analisamos a luta política presente nos pronunciamentos de Dilma Rousseff dentro do contexto específico de cada período discursivo estabelecido. No entanto, entendemos que é necessário proceder à análise relacionando os três períodos entre si, a fim de entender como a luta política evolui ao longo dos quase seis anos e cinco meses de governo. Essa etapa cumprimos a seguir.

## 5.7 O PERCURSO TEMPORAL DA LUTA POLÍTICA NOS PRONUNCIAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF

Na discussão teórica desta tese, abordamos alguns conceitos em torno do discurso. A fim de compreender melhor a luta política presente nos pronunciamentos de Dilma Rousseff, faz-se necessário abordar um desses conceitos para embasar a discussão que realizaremos neste tópico. No Capítulo 2, trouxemos as ideias de Charaudeau (2008), para quem o discurso político é construído em razão do ouvinte. Para os teóricos da Análise Crítica de Discurso, o receptor/ouvinte também possui capacidade de remodelar e reestruturar as práticas discursivas, levando o enunciador a adaptar seu discurso conforme a prática e a ordem social. Quando observamos a prática discursiva de Dilma Rousseff ao longo de seu mandato, precisamos compreender o percurso temporal e o papel da audiência em nossa análise. No capítulo anterior, procedemos à análise classificatória e exploratória considerando a evolução discursiva semestralmente. Neste tópico, procederemos à análise do percurso temporal dos pronunciamentos selecionados para a análise contextual, tendo por base a divisão periódica estabelecida neste capítulo.

Os 285 pronunciamentos selecionados para a análise contextual se distribuem de forma irregular nos três períodos, o que nos impediu de extrair qualquer informação mais aprofundada quanto à proporcionalidade. Vale lembrar que a própria divisão periódica que estabelecemos se baseou em critérios contextuais, o que também torna a proporcionalidade mais complexa. A Tabela 16, abaixo, traz a quantidade de pronunciamentos por período.

TABELA 16 – QUANTIDADE DE PRONUNCIAMENTOS POR PERÍODO DISCURSIVO

<b>Período</b>	<b>N. DE MESES</b>	<b>N. DE DISCUSOS</b>
1º (jan. 11 – jun. 13)	30	162
2º (jul. 13 – jul. 15)	25	66
3º (ago. 15 – mai. 16)	10	57
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>285</b>

FONTE: O autor (2018).

Antes de interpretar os dados da Tabela 16, é necessário fazer uma ressalva. Consideramos o último mês de atividade discursiva de Dilma Rousseff como maio de 2016, quando o processo de *impeachment* é aceito pelo Senado Federal e ela é afastada do cargo, assumindo interinamente o governo o vice-presidente Michel Temer. Esse é o último mês em que Dilma participa de eventos oficiais e neles discursa. Contudo, incluímos no *corpus* de pesquisa dois outros pronunciamentos, um que Dilma profere em sua defesa no Senado Federal dias antes do julgamento do *impeachment* e uma declaração à imprensa proferida após a votação que culminou com sua destituição. As razões para a inclusão desses dois pronunciamentos foram expostas no capítulo metodológico desta tese.

A Tabela 16 nos permite compreender melhor a prática discursiva de Dilma Rousseff em torno do contexto das crises que ocorreram seu governo. Chama atenção que, embora o primeiro período tenha apenas cinco meses a mais que o segundo, o número de pronunciamentos proferidos naquele seja mais que o dobro deste. Além disso, a quantidade de pronunciamentos no segundo período é proporcionalmente menor ao número de meses de cada um. Nota-se que o terceiro período compreende menos que a metade de meses do segundo, contudo tem número de pronunciamentos relativamente próximo a este. Apesar do elevado número de pronunciamentos relativos à crise econômica, foi a crise institucional que recebeu mais atenção de Dilma. Proporcionalmente ao número de meses, a média de pronunciamentos acerca da crise institucional é de 5,7, contra 5,4 da crise econômica e 2,6 da política. Esse dado permite extrair a conclusão de que Dilma, de fato, luta discursivamente contra o *impeachment*.

Outro dado que necessita ser analisado com mais acuidade é o destinatário dos pronunciamentos de Dilma nos três períodos estabelecidos. A Tabela 17, abaixo, traz a frequência simples do número de pronunciamentos selecionados para a análise contextual conforme as categorias da variável Audiência.

TABELA 17 – AUDIÊNCIA DOS PRONUNCIAMENTOS SELECIONADOS POR PERÍODO DISCURSIVO

<b>AUDIÊNCIA</b>	<b>1 ° PERÍODO</b>	<b>2 ° PERÍODO</b>	<b>3 ° PERÍODO</b>	<b>TOTAL</b>
Diplomática	32	15	3	50
Econômica	31	13	7	51
Midiática	25	1	7	33
Militar	2	1	0	3
Política	36	17	8	61
Popular	35	19	32	81
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>66</b>	<b>57</b>	<b>285</b>

FONTE: O autor (2018).

Os dados da Tabela 17 nos permitem realizar algumas referências. A primeira é a de que Dilma, no primeiro período, se dirige de forma igualitária a todas as audiências. A exceção é a Militar, mas, além de haver apenas dois pronunciamentos sobre as crises destinados a esse público, eles se referem a eventos como formatura de oficiais militares e cumprimentos de natal e fim de ano. A frequência encontrada para as demais categorias nos leva a uma situação discursiva em que a crise econômica é abordada em quase todos os tipos de eventos. Conforme analisamos no tópico 5.4, a retórica da crise econômica pode ser sintetizada da seguinte maneira: a crise é um problema internacional que surgiu no exterior, afetou as economias dos chamados países desenvolvidos e trouxe problemas conjunturais para o Brasil, que, por sua vez, está preparado e possui solidez para enfrentar as adversidades sem sofrer grandes impactos. Daí a frequência de pronunciamentos para a audiência Diplomática, Econômica, Midiática, Política e Popular.

A segunda inferência, ainda relacionada aos resultados encontrados para o primeiro período, diz respeito à audiência Política. Embora não muito destoante da frequência das demais categorias, é significativo que o maior número de pronunciamentos tenha sido enunciado à instância política. Isso nos leva a inferir uma estratégia de articulação política em torno do tema da crise econômica, com vistas a assegurar a base de apoio de que o governo estava preparado para enfrentar a crise ou cooptar, convencer ou contradizer a oposição de que a crise não causaria problemas e prejuízos para a economia brasileira.

Nos pronunciamentos do primeiro período, identificamos a predominância da figura do “nós”, principalmente quando ela se refere ao coletivo “o governo”. O “nós” funciona como a base para a figura do “eu” para, eventualmente, assumir as posições de falante do “nós” ou legitimar a prática político-discursiva desta figura. Assim, a luta política é travada por Dilma, na posição de presidenta, enquanto chefe de uma equipe de governo, para convencer a sociedade brasileira, representada por seus segmentos (força produtiva, imprensa, políticos e populares), de que o Brasil está vencendo a crise.

A terceira inferência toca nos índices encontrados para o segundo período discursivo. A frequência encontrada segue o padrão do primeiro período: com exceção da audiência militar, a distribuição do número de pronunciamentos nas outras categorias é quase igualitária e, novamente, a audiência política recebeu o maior número de pronunciamentos. Contudo, a dinâmica entre as figuras do “eu”, do “nós” e do “eles” nos levam a outras inferências. A luta discursiva em torno da crise econômica se mantém sob as mesmas características. Já os pronunciamentos acerca das manifestações são enunciados em resposta a elas, fazendo com que a retórica discursiva adquira estilo responsivo e dialógico. A presença do “eles” confere a base necessária para a figura do “eu” falar aos manifestantes e clamar a figura do “nós” para a resolução do conflito. Nesse período, portanto, a luta política é travada por Dilma, na posição de presidenta, enquanto representante do Estado brasileiro, para cooptar os manifestantes a aderir às propostas e ações para vencer a crise política e, enquanto chefe da equipe de governo, para convencer os segmentos sociais da existência de fortalezas do país para superar a crise.

O último dado que extraímos dos dados da Tabela 17 está relacionado ao alto número de pronunciamentos enunciados à audiência Popular, no terceiro período discursivo, entre quatro e dez vezes mais que os destinados às demais categorias. A inferência que realizamos é a de que Dilma já não encontra espaço para se dirigir a outras audiências em razão da luta política em torno da crise institucional e do processo de *impeachment*. Algumas explicações são possíveis e plausíveis. O número de pronunciamentos para a audiência Diplomática diminui em razão da necessidade de a presidenta focar atenção nos problemas internos do Brasil. Diante da iminência e da crescente possibilidade de ser destituída do cargo, faz sentido que a presidenta dedique atenção às questões inerentes ao *impeachment*. Quando à audiência Econômica, inferimos que Dilma não a enxerga como um segmento que lhe oferece apoio, ainda mais diante do recrudescimento dos efeitos da crise na economia brasileira. Em relação à Midiática, também inferimos que Dilma não a compreende como uma audiência que lhe oferece apoio. Vale lembrar que ela chega a afirmar, em um dos pronunciamentos, que a mídia é uma das

responsáveis por construir o clima político necessário para o golpe<sup>108</sup>. Parte da audiência Política, por sua vez, é aquela que lhe retira o apoio, acompanhando a saída de alguns partidos da base de governo.

Desse modo, o baixo número de pronunciamentos destinado a cada uma dessas audiências é o indicativo de que os indivíduos e segmentos de cada uma são mais inclinados à saída de Dilma Rousseff da presidência que a apoiar sua permanência. Com base no conteúdo das formações discursivas deste período, temos segurança para afirmar que a única audiência que permanece como receptora de seus pronunciamentos é a Popular e é nela que Dilma encontra apoio e mobilização para a luta contra o golpe. O terceiro período é, em suma, marcado pela predominância do “eu” em confronto com o “eles”. O “eu” funciona como base para a figura do “nós” emergir como estratégia de união contra o *impeachment*. A luta política é travada por Dilma, atriz política, detentora de um cargo para o qual foi eleita pela maioria dos brasileiros e que simboliza a democracia e os direitos conquistados por aqueles que lhe delegaram o voto, contra a oposição política, sob a identidade do inimigo algoz, que ameaça a democracia, as conquistas e o povo brasileiro. Na relação de forças materializada nos pronunciamentos, verificamos duas figuras em ação de luta: o governo, que, relativamente forte, enfrenta as crises econômica e política, e que somente consegue se conectar com a audiência popular, o garante sua permanência no poder; e a atriz política, relativamente fraca, isolada, que enfrenta a crise institucional e é derrotada por um inimigo mais forte e perverso.

---

<sup>108</sup> Discurso de defesa no Senado Federal; 29 ago. 2016.

## 6 CONCLUSÃO

Na Introdução desta tese, discorremos acerca das razões que motivaram nossa pesquisa. Conforme expusemos, não nos parecia crível que as habilidades oratórias de Dilma Rousseff pudessem ser atestadas levando em conta apenas trechos fragmentados e descontextualizados que lhe conferiram, no senso comum, a imagem de má oradora. Era preciso mergulhar no conjunto de seus pronunciamentos, debruçando-se sobre o conteúdo integral das enunciações. Também discorremos sobre algumas características gerais das noções em torno do discurso político, principalmente aquelas relacionadas ao ato de governar e à luta política que esse ato materializa.

Ao final de nossa explanação inicial, estabelecemos três enfoques para analisar nosso objeto de pesquisa, a constituição do “eu”, do “nós” e do “ele/eles” nos pronunciamentos oficiais da presidenta, e formulamos o seguinte problema de pesquisa: como ocorre a constituição do “eu”, do “nós” e do “ele/eles” nos pronunciamentos presidencial de Dilma Rousseff, como elas mudam ao longo dos cinco anos e cinco meses de governo e como se articula a luta político-discursiva entre elas? Para respondê-lo, partimos da hipótese de que a constituição dessas figuras ocorre em três momentos-chaves do governo de Dilma Rousseff: no primeiro, que vai da posse até meados do primeiro mandato, o “eu” é construído sob a guarda do “nós”, marcado pela presença de Lula para conferir legitimidade a sua eleição com base no argumento da continuidade de governo, e o “eles” caracterizado pela oposição legítima derrotada nas urnas. O segundo momento tem início na metade do primeiro mandato e vai até a reeleição da presidenta e se caracteriza pela dissociação do “eu” em relação ao “nós”, na tentativa de estabelecer identidade própria e independente do governo de Dilma e o “eles” ganha reforço com a entrada de parte da sociedade que passa a contestar o governo devido à crise econômica pela qual passa o país. No terceiro momento, que inicia logo após a posse do segundo mandato e termina com a deposição de Dilma, o “eu” novamente se ampara no “nós”, desta vez incluindo o Partido dos Trabalhadores e os eleitores, que, ao eleger Dilma, teriam chancelado seu governo, enquanto o “eles” agrega tanto a oposição legítima como a oposição social que defende deposição da presidenta pelo *impeachment*.

Metodologicamente, submetemos nosso objeto empírico a uma Análise de Conteúdo, cujos resultados descrevemos nos capítulos 4 e 5. Na primeira etapa da AC, procedemos à leitura flutuante (p. 75 a 80) e à análise classificatória (p. 80 a 98) dos pronunciamentos de Dilma Rousseff. Por meio da primeira, pudemos extrair impressões gerais acerca do estilo enunciativo da presidenta: os pronunciamentos apresentam graus diferentes de formalidade que

variam conforme o evento no qual a presidenta enuncia. Quanto ao teor deles, identificamos pronunciamentos argumentativos, dialógicos e didáticos. O principal achado desse procedimento é o fato de que, excetuando-se os pronunciamentos de alta formalidade, os mais coloquiais trazem marcas da oralidade que retiram de Dilma a qualidade de boa oradora, tais como atos falhos, redundâncias, digressões, retórica vazia, falta de clareza, ruptura do fluxo de pensamento e gafes. É importante destacar que a leitura flutuante é uma etapa preliminar da AC que visa oferecer o contato inicial com o objeto de pesquisa, permitindo ao pesquisador traçar um panorama a respeito do *corpus*.

Por meio da Análise Classificatória completamos a primeira etapa da AC, sistematizando os pronunciamentos em razão de sete variáveis: Ano de Enunciação, Dimensão Temática, Temática Específica, Tipo de Audiência, Público e Local de Enunciação. Os achados desta análise apontaram para dados significativos. A maioria dos pronunciamentos de Dilma Rousseff pertencem à dimensão Social e se concentram em temáticas específicas relacionadas a ela – Saúde, Habitação, Educação, Políticas Sociais, Direitos Humanos etc. (Tabela 2). Esse achado vem confirmar o pressuposto de um governo orientado às questões sociais. Contudo, nos chamou atenção o número de pronunciamentos das dimensões Estado e Infraestrutura, que superaram os da Economia (*idem*). A explicação pode ser a tentativa de firmar um papel de liderança ou de destaque do Brasil nas questões internacionais, bem como a imagem de Dilma como Chefe de Estado, e o enfoque do governo nos assuntos relacionados a Mobilidade Urbana e Transporte, Petroquímica e Matriz Energética (Tabela 3).

A audiência dos pronunciamentos é predominantemente Popular, caracterizada por um público aberto, e Política, cujo público é semiaberto. A maior parte dos pronunciamentos enunciados no Brasil ocorreram em eventos no Distrito Federal (45,2%), onde se situa a sede de governo; 39,4% foram proferidos nos outros Estados da Federação. Apenas 15,4% deles ocorreram fora do país, sendo que quase um terço destes (5,4%) se concentraram na América Latina. Os dados relativos ao Local de Enunciação nos revelam uma inferência importante: a audiência dos pronunciamentos no exterior é exclusivamente a Diplomática, enquanto nos eventos realizados no Brasil identificamos pronunciamentos voltados a todas as categorias dessa variável (Conforme Tabelas 10 e 11).

Para a análise classificatória do objeto de pesquisa, decidimos considerar a evolução das variáveis semestralmente, a fim de compreender quais as mudanças nos pronunciamentos ao longo do mandato de Dilma. No primeiro mandato, identificamos maior atividade discursiva no segundo semestre de 2011, no segundo semestre de 2013 e no primeiro semestre de 2014. Quando cruzamos esses dados com a evolução da variável audiência, alguns dados importantes



se revelam. O segundo semestre de 2011 é o período de maior atividade enunciativa de Dilma, no qual o número de pronunciamentos de todas as categorias da Dimensão Temática aumentou. Por conseguinte, as categorias da variável Audiência também cresceram. Embora todas as dimensões, exceto Estado, tenham apresentado alto número de pronunciamentos, o que também ocorreu com as principais temáticas específicas (que trouxemos no Gráfico 2), nos períodos 2013-2 e 2014-1 a audiência que apresentou maior crescimento foi a Popular. Esses dois períodos antecederam as eleições de 2014, quando a lei eleitoral limitou a participação do governante candidato à reeleição. Assim, podemos inferir que a estratégia de antecipar os eventos da dimensão Social visa aproveitar os eventos oficiais do governo para finalidades também eleitorais.

A segunda etapa da AC foi realizada por meio de uma análise exploratória com o auxílio da interface Iramuteq. A análise estatística simples, realizada no conjunto total de pronunciamentos, retornou às formas ativas e suplementares usadas nos pronunciamentos e ao número de segmentos de textos identificados. Vale lembrar que esses dados são importantes, pois, a partir deles, a interface realiza a Análise Fatorial por Correspondência e a Classificação Hierárquica Descendente. O primeiro procedimento retorna como resultado a distribuição das formas em um plano cartesiano, alocando as palavras conforme o grau de afinidade entre elas. O segundo, as organiza em classes temáticas também levando em consideração a relação das formas umas com as outras. Os 900 pronunciamentos de Dilma Rousseff foram partilhados em 39.306 segmentos de textos e o Iramuteq identificou 16.201 formas ativas e suplementares, conforme Tabela 12.

Procedemos, então, à Classificação Hierárquica Descendente no conjunto semestral e total de pronunciamentos. A Análise Fatorial por Correspondência também foi realizada dessa maneira, porém a realizamos em função daquela, procedimento que retorna à distribuição das palavras no plano cartesiano conforme as unidades de contexto identificadas pela CHD. Desse modo, pudemos observar a distribuição tanto das formas como das classes. Comparando o resultado da CHD por semestre, podemos afirmar que parte das unidades de contexto se repetem em todos os períodos, enquanto outra parte varia. Em todos os semestres há uma espécie de classe temática que agrupa as formas ativas e suplementares que não se referem a um assunto específico e que ora é formada por valores simbólicos, como felicidade, orgulho, democracia, cidadania, paz, cooperação etc., ora por expressões vagas como dizer, queria, aqui, gente, falar, coisa, hoje, e ora por menção a outras pessoas, como governadores, prefeitos e deputados. As outras unidades de contexto presentes em todos os semestres são constituídas por formas relativas a Educação, Políticas Sociais (como Habitação e programas de combate à pobreza) e

Relações Internacionais. Esses dados podem ser conferidos nos Gráficos 5 a 26. A fim de sintetizar os achados desta etapa de análise, produzimos o Quadro 1 com os principais dados e inferências obtidas por meio da Classificação Hierárquica Descendente e da Análise Fatorial por Correspondência do Iramuteq.

Embora não se repita em todos os períodos, a classe relativa à Economia está presente em oito dos onze semestres. Desses oito, em cinco a forma “crise” aparece com significância. No que se refere a Infraestrutura e Educação, elas também se repetem mais frequentemente em seis e oito semestres, respectivamente. As unidades de contextos cujas formas tangem a Atos Oficiais, Investimentos e Saúde ocorrem em apenas dois semestres, e Meio Ambiente, Direitos Humanos e Esportes, em apenas um.

A distribuição semestral se valida com os resultados da CHD realizada no conjunto total de pronunciamentos (Gráficos 27 e 28). A interface identificou quatro unidades de contextos, que poderíamos considerar os grandes eixos temáticos dos pronunciamentos de Dilma Rousseff: o primeiro aborda valores simbólicos e questões ligadas às Relações Internacionais, o segundo se relaciona à Economia, no qual também há a presença da forma “crise”, o terceiro se organiza com formas de sentido vago e o quarto tange a questões sociais, como Saúde, Habitação, Educação, combate à pobreza etc.

A análise frequencial cumpriu a segunda etapa da AC, na qual o Iramuteq nos auxiliou na contagem frequencial das unidades de registro – isto é, as formas ativas e complementares – e na identificação das unidades de contexto – as classes temáticas obtidas pela CHD. Relacionando esta etapa com a anterior, pudemos compreender nosso objeto de pesquisa em suas características extrínsecas e intrínsecas. A primeira etapa da AC, na qual realizamos a leitura flutuante e a análise classificatória, se debruçou sobre os aspectos mais genéricos dos pronunciamentos, sem se aprofundar para o nível do conteúdo léxico-semântico e contextual. Poderíamos dizer que, nesse momento, olhamos para as características externas e explícitas dos pronunciamentos. Desse modo, obtivemos um panorama, que nos permitiu concluir como a presidenta fala, para quem fala, sobre quais assuntos e temas, em que lugares, com que duração e como esses elementos evoluíram ao longo do seu governo.

Na segunda fase da AC, concentramos nosso enfoque no conteúdo léxico dos pronunciamentos. Nesse momento, examinamos as características internas e explícitas dos pronunciamentos. Por esse procedimento, com o auxílio da ferramenta informatizada, sistematizamos a frequência das formas identificadas pela interface e a relação entre elas tendo por base unidades mínimas de sentido, denominadas de segmentos de texto. A partir dessas relações, a interface reagrupou os segmentos de texto retornando-nos *clusters* de sentido, que

nos possibilitaram inferir as classes temáticas dos pronunciamentos e como elas se articulam ao longo dos semestres. A diferença entre os dois procedimentos reside no fato de que a análise classificatória foi realizada no conteúdo geral dos pronunciamentos, enquanto a análise frequencial considera a frequência léxica. Na primeira, portanto, não considera se há assuntos secundários nos pronunciamentos, atendo-se apenas ao principal. Já o Iramuteq, por calcular a frequência das formas ativas, também inclui temas secundários. Além disso, a interface realiza uma análise global em um determinado conjunto de textos, fazendo com que os *clusters* sejam estruturados por formas presentes nos segmentos de textos de diferentes pronunciamentos que foram agrupados no conjunto.

Os achados a partir da leitura flutuante e da análise classificatória revelaram um dado significativo. Nos cinco anos e cinco meses de governo, Dilma Rousseff precisou se posicionar discursivamente acerca de diversas crises. No início do primeiro mandato, a presidenta ressaltou e enalteceu o fato de o país ter passado sem sofrer grandes dificuldades pela crise econômica que afetou a Europa e os Estados Unidos a partir de 2008. Ao término do primeiro mandato, a crise econômica começou a ser sentida no Brasil e os pronunciamentos abordam como o governo estava preparado para lidar com ela sem que ela gerasse prejuízos para a economia e para os brasileiros.

No período que antecede a eleição, o governo de Dilma Rousseff estava sendo atingido por uma crise político-social: os escândalos de corrupção envolvendo o PT desgastavam a imagem do governo de Dilma e parte da população promovia protestos contra sua gestão – manifestações estas que se iniciam em junho de 2013. No início do seu segundo mandato, o governo assume que a crise econômica se abateu no país, mas ainda continua sustentando o argumento de que possui condições para enfrentá-la. A crise política se agravou, com a oposição questionando a validade de sua reeleição, o que a fez se converter em uma crise institucional que culmina com o golpe do *impeachment*. Daí partimos para a terceira etapa da AC.

Por meio da busca das palavras “crise”, “manifestação”, “golpe” e “impeachment”, delimitamos nossa análise contextual apenas aos pronunciamentos em que as crises econômica, política e institucional foram abordadas. Para evitar possíveis erros na seleção desses pronunciamentos, comparamos o resultado da busca realizada com os segmentos de texto fornecidos pelo Iramuteq nos quais as quatro formas estavam presentes – ou seja, procedemos a uma espécie de prova e contra-prova. Obtivemos assim 285 pronunciamentos, nos quais analisamos a constituição das figuras do “eu”, do “nós” e do “ele/eles” e a luta política entre as três figuras, atingindo, de fato, o cerne de nossa pesquisa.

Desse modo, pudemos responder ao nosso problema de pesquisa. Relembrando, estabelecemos como problema para esta tese a seguinte pergunta: como ocorre a constituição do “eu”, do “nós” e do “eles” nos pronunciamentos presidencial de Dilma Rousseff, como eles mudam ao longo dos cinco anos e cinco meses de governo e como se articula a luta político-discursiva entre elas? Diante dos achados da análise contextual, concluímos que a figura do “eu” é construída por cinco tipos distintos: fiadora, retórico, gestora, chefe e presidente legitimamente eleita. Já o “nós” se constitui pelos tipos em que Dilma se posiciona junto aos brasileiros, aos manifestantes e a Lula e por aqueles que conferem a noção de coletividade, como o Brasil, no sentido de nação, os brasileiros e o governo. O “ele/eles” se forma por oito tipos: Lula, os manifestantes, por vezes qualificados de cidadãos, os críticos, a oposição e os golpistas, outros governantes que editaram decretos de crédito suplementar, Eduardo Cunha e Michel Temer. No Quadro 2 (p. 155) são sintetizados os achados desta etapa de análise.

Em relação à luta política, identificamos no primeiro período discursivo a predominância da figura do “nós”, principalmente quando ela se refere ao coletivo “o governo” ou “a equipe de governo”. O “nós” funciona como a base para a figura do “eu” eventualmente assumir suas posições de falante ou legitimar as práticas político-discursivas desta figura. Nesse período também verificamos a incidência de outros tipos da figura do “nós”, formados pela pessoa de Dilma em união com o ex-presidente Lula, com outros chefes de Estado e Governo, com os brasileiros e com os grupos minoritários que ou são alvo de algumas políticas e programas de governo ou compõem sua base de apoio. Já as formações relativas à figura do “ele/eles” são praticamente inexpressivas.

Nos pronunciamentos do segundo período o “eu” continuou vinculado à figura do “nós” e o “ele/eles” ganhou mais expressividade, passando a se referenciar ao grupo formado pelos manifestantes. Nas formações discursivas em torno dos protestos, verificou-se a tentativa de trazer esse tipo de “ele/eles” para o grupo do “nós”. Quando relativo aos vândalos ou aos pessimistas, percebe-se uma estratégia de exclusão deles da ordem dos pronunciamentos. A presença do “eles” confere a base necessária para a figura do “eu” falar aos manifestantes e clamar a figura do “nós” para a resolução do conflito. Já no terceiro período discursivo, constatamos a predominância do “eu” vitimizado em confronto com o “eles”, caracterizado como inimigo forte e perverso, enquanto o “nós” perde expressividade. O “eu” funciona como base para a figura do “nós” emergir como estratégia de união contra o *impeachment*. O Quadro 3 (p. 214) oferece uma síntese desta etapa de análise.

Em suma, no primeiro período a luta política é travada por Dilma, na posição de presidenta, enquanto chefe de uma equipe de governo, para convencer a sociedade brasileira,

representada por seus segmentos (força produtiva, imprensa, políticos e populares), de que o Brasil está vencendo a crise. No segundo, a luta política é travada por Dilma, na posição de presidenta, enquanto representante do Estado brasileiro, para cooptar os manifestantes levando-os a aderir às propostas e ações para vencer a crise política, e, enquanto chefe da equipe de governo, para convencer os segmentos sociais das fortalezas do país para superar a crise. E no terceiro, a luta política é travada por Dilma, atriz política, detentora de um cargo para o qual foi eleita pela maioria dos brasileiros, contra a oposição política, sob a identidade de algoz, que ameaça a democracia, as conquistas e o povo brasileiro.

A resposta ao nosso problema de pesquisa nos faz rever a hipótese com a qual trabalhamos. Relembrando, partimos da hipótese de que havia três momentos-chaves do governo de Dilma Rousseff: no primeiro, que vai da posse até meados do primeiro mandato; o segundo, que inicia na metade do primeiro mandato e vai até a reeleição da presidenta; e o terceiro momento teria início logo após a posse do segundo mandato e termina com a deposição de Dilma. Essa parte da nossa hipótese foi parcialmente confirmada. O primeiro momento discursivo, marcado pelo contexto da crise econômica, começa com a posse em 2011 e se encerra em junho de 2013, quando ocorrem as manifestações populares contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, a corrupção e os gastos públicos para a realização da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 (p. 156 a 168). O segundo período, caracterizado pelo contexto da crise política, inicia-se nas manifestações de junho de 2013 e termina em agosto de 2015, quando Dilma Rousseff, pela primeira vez, denuncia que a oposição estaria articulando o golpe do impeachment (p. 168 a 190). O terceiro período, no qual ocorre a crise do processo de impedimento, não se inicia com a posse do segundo mandato, como supomos, mas, sim, em agosto de 2015 e termina com a deposição da presidenta (p. 190 a 215).

Quanto à construção do “eu”, do “nós” e do “ele/eles”, delineamos em nossa hipótese que no primeiro período discursivo o “eu” seria construído sob a guarda do “nós”, marcado pela presença de Lula para conferir legitimidade à eleição de Dilma, e o “ele/eles” caracterizado pela oposição legítima derrotada nas urnas. No segundo período, haveria uma dissociação do “eu” em relação ao “nós”, na tentativa de estabelecer identidade própria à presidenta e o “eles” ganharia reforço com a entrada de parte da sociedade que passa a contestar o governo devido à crise econômica pela qual passa o país. No terceiro, o “eu” novamente se ampararia no “nós”, desta vez incluindo o Partido dos Trabalhadores e os eleitores, enquanto o “eles” agrega tanto a oposição legítima como a oposição social que defende deposição da presidenta pelo *impeachment*. Essa parte da hipótese foi quase totalmente refutada. Conforme já exposto, no primeiro período, de fato, o “eu” se constrói sob a guarda do “nós”, contudo a presença de Lula

é praticamente ínfima e não chega a conferir legitimidade à eleição de Dilma. No segundo, o “eu” não chega a se dissociar do “nós”, ele apenas se torna mais frequente e mais atrelado à crise política. No terceiro período, há uma tentativa de construir o “eu” amparado no “nós”, contudo concluímos que aquele se dissocia deste no enfrentamento contra o “ele/eles” que, por sua vez, faz referência aos políticos opositores de Dilma e aos golpistas articuladores do *impeachment* (Quadro 2).

Em síntese, a partir dos achados, verificamos como ocorreu a constituição e articulação do “eu”, do “nós” e do “eles” nos pronunciamentos presidencial de Dilma Rousseff e o que mudou ou manteve-se ao longo dos cinco anos e cinco meses de governo. Analisamos os pronunciamentos proferidos por Dilma Rousseff em razão do exercício da presidência da República, identificando como Dilma Rousseff se constitui como “eu” em seus pronunciamentos e quem Dilma Rousseff constitui como “nós” e como “eles”. Também foi possível analisar, pela materialidade discursiva, as relações entre as três figuras; e compreender as relações de poder e o jogo político que está por detrás dessas relações. Ou seja, os objetivos, geral e específicos, foram cumpridos.

O estudo que desenvolvemos nesta tese se mostrou importante para compreendermos o discurso político dentro do campo da Ciência Política, principalmente no espaço de interface com a Comunicação. Os conceitos oriundos da Linguística também nos permitem trazer à CP abordagens e enfoques que visem instaurar (possíveis) teorias para o discurso político. Obviamente, nosso objeto de pesquisa possui limitações; por isso, é importante deixar claro que esta tese não teve a presunção de fundar uma teoria política ao discurso político, mas, sim, de entendê-lo à luz dos fenômenos, estudos, métodos e abordagem teóricas da Ciência Política. Portanto, nosso objeto de pesquisa se enquadra nas ideias de van Dijk (1999), Charaudeau (2001) e Fairclough (2001), que discutimos no capítulo 2. Ou seja, os pronunciamentos de Dilma Rousseff são discursos realizados por um ator político, em uma determinada situação do campo da política (VAN DIJK, 1999), que articula coordenadas comunicativas situacionais de tempo e lugar entre a instância política e a cidadã (CHARAUDEAU, 2001, 2008) e se apresenta como prática social com vistas a organizar a distribuição e o exercício do poder, evidenciar os princípios de tomada de decisão e professar valores e ideologias políticas (FAIRCLOUGH, 2001). Ademais, inferimos que essa noção pode ser aplicada a outros tipos de discurso político, como os enunciados por outros atores das instituições do Estado (parlamentares, ministros, chefes de executivo, ex-governantes ou ex-parlamentares etc., quer da situação ou da oposição), bem como por atores das instituições políticas que buscam o poder.

O conceito de campanha permanente também trouxe contribuições para olharmos o objeto de pesquisa. Ao longo de seu governo, Dilma Rousseff utilizou dos eventos oficiais do governo para evidenciar os principais atos e feitos de seu governo. Nos cinco anos e quase cinco meses, foram aproximadamente 13 pronunciamentos por mês, o que nos leva a inferir as relações discursivas da presidente com suas audiências é intensa. Vale lembrar que nossa pesquisa se concentrou apenas nos pronunciamentos realizados em eventos oficiais, excluindo outras formas e meios pelos quais Dilma se relaciona com essas audiências (como por exemplo, as entrevistas, os programas Café com a Presidenta e Conversa com a Presidenta, etc.). Ou seja, os dados encontrados na nossa pesquisa nos permitem afirmar que Dilma Rousseff embute aos seus pronunciamentos o *modus operandi* da campanha permanente. Além disso, ao analisarmos a evolução da variável Audiência (Gráfico 4), verificamos que no segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014 os pronunciamentos enunciados para a audiência Popular atingem as maiores frequências na comparação semestral, o que nos leva a confirmar a estratégia de campanha permanente pelo governo de Dilma Rousseff. Vale lembrar que as terceira, quarta e quinta temáticas específicas em número de pronunciamentos – respectivamente, Mobilidade Urbana e Transporte, Educação e Habitação (Tabela 3) – se atrelam mais à dimensão Social, na qual a maior parte dos pronunciamentos são direcionados para a audiência Popular. O fato de a maioria desses pronunciamentos serem enunciados nos semestres que antecedem as eleições de 2014 evidencia a presença da presidenta junto de seus eleitores, utilizando os recursos do ofício com objetivo de garantir a continuidade no cargo. O mesmo se verificou nos pronunciamentos do segundo semestre de 2015 e do primeiro semestre de 2016, quando Dilma, isolada na luta do *impeachment*, sai do escritório da presidência para novamente estar junto de sua audiência.

Conforme afirmamos acima, nossa pesquisa possui limitações. Primeiro, o objeto de pesquisa escolhido é composto por pronunciamentos enunciados por apenas um ator político, o que não nos habilita a generalizar os achados desta tese – de fato, a impossibilidade de generalizações é característica da pesquisa descritiva qualitativa. No máximo, estamos capacitados para conjecturar que os conceitos de discurso e de discurso político circulantes na literatura consultada para nossa discussão teórica podem ser aplicados a outros objetos, mediante outras pesquisas, de modo que o campo acadêmico da Ciência Política organize gradativamente teorias próprias para o fenômeno do discurso político. Segundo, não compuseram nosso objeto de pesquisa pronunciamentos materializados sob outros formatos ou enunciados sob outras condições. Há a necessidade de discutir se imagens, *jingles*, entrevistas, notas oficiais, mensagens ao Congresso, postagens em perfil nas redes sociais etc., podem ser vistas como manifestações do discurso político. Terceiro, ao estudar as configurações do “eu”,

do “nós” e do “ele/eles” procedemos a uma espécie de recorte, no qual deixamos de fora outras possibilidades de pesquisa, como, por exemplo, a construção de *ethos*, a construção dos apelos emocionais, as questões de gênero, entre outras.

Essas limitações também se apresentam como possibilidades de pesquisas futuras. Antes de passarmos à análise contextual, afirmamos que os estudiosos consultados para a construção do referencial teórico não abordam a intensidade de luta política materializada nos pronunciamentos. Contudo, os procedimentos da leitura flutuante, da análise classificatória e da análise exploratória evidenciaram que há diferenças no grau de intensidade de luta política num conjunto de pronunciamentos enunciados pelo mesmo ator político. Tampouco identificamos na literatura disponível, pesquisas que visem propor uma forma de mensurar com mais rigor científico o grau de intensidade. Assim, soa-nos interessante estender a pesquisa desenvolvida nesta tese para esse viés, com vistas a estabelecer critérios pelos quais um pesquisador poderia apontar o nível de luta política em um discurso, quiçá por meio de um índice.

Utilizando nosso objeto de pesquisa, outras investigações poderão analisar as diferenças presentes em pronunciamentos da mesma Temática Específica enunciados para audiências diferentes (por exemplo, um pronunciamento sobre Habitação destinado à audiência Popular e Empresarial ou Política). Futuras pesquisas também poderão comparar os pronunciamentos presidenciais de Dilma Rousseff com outros presidentes. Vale lembrar que Dilma Rousseff construiu sua campanha à presidência em 2010 afirmando que daria continuidade ao modelo de governo de Lula, bem como ressaltou, tanto em 2010 como na campanha da reeleição em 2014, que esse modelo era diferente daquele proposto pelo PSDB. Uma pesquisa com essa abordagem poderá confirmar se discursivamente há diferenças entre os governos do PT e do PSDB e apontar quais são. No mesmo viés, pesquisa similar poderia comparar pronunciamentos de presidentes do Brasil com o de outros países, a fim de verificar proximidades e distanciamentos nos discursos de esquerda, centro e direita.

Por fim, é importante ressaltar que nossa pesquisa não teve como objetivo atestar se Dilma Rousseff é boa oradora ou não. Porém, após a leitura e análise de 900 pronunciamentos da presidenta podemos tecer algumas considerações. São características da oralidade certas marcas que a diferem da forma escrita: a linguagem é mais coloquial, prescinde de algumas regras gramaticais da norma culta, é mais repetitiva e elíptica. O falante, sob a ótica da comunicação interpessoal, deve transmitir a mensagem de forma que ela possa ser compreendida e assimilada pelo receptor. Por isso, recomenda-se ao orador que enuncie com clareza e que a mensagem seja coesa, coerente e objetiva. Se for necessário tratar de assuntos



diferentes, que sejam abordados de forma sucessiva para evitar que os pronunciamentos se tornem confusos e pouco compreensíveis. Embora parte dos pronunciamentos de Dilma tenham sido lidos – e isso é um pressuposto, pois em alguns eventos a presidenta falou que não iria se ater ao texto que foi escrito<sup>109</sup> –, é nas improvisações que os problemas aparecem, como descrevemos no início do Capítulo 4, quando abordamos o procedimento de leitura flutuante. Desse modo, podemos dizer que os atos falhos, redundâncias, digressões, retórica vazia, falta de clareza, ruptura do fluxo de pensamento, gafes, construções de sentido bizarro ou engraçado, de fato, conferem a Dilma inabilidade oratória.

---

<sup>109</sup> “Em parte eu vou ler e, em parte, eu vou improvisar o meu discurso, porque hoje é um dia que eu acho especial. Em alguns momentos a gente fala com a razão, e em outros a gente combina e fala com o coração” (Discurso durante cerimônia Nacional de Premiação da 9ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas; 07 mai. 2014). Além disso, algumas reportagens disponíveis na Internet falam sobre sua equipe de redação, como esta retirada do portal R7: CAITANO, Adriana. Mesmo com equipe para discursos, Dilma recorre ao improviso. Disponível em <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/mesmo-com-equipe-para-discursos-dilma-recorre-ao-improviso-20990414.html>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- ALONSO, S.; VOLKENS, A.; GÓMES, B. **Análisis de contenido de textos políticos** – un enfoque cuantitativo. Centro de Investigaciones Sociológicas: Madrid, 2012.
- ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERELSON, B. **Content Analysis in Communication Research**. New York: Free Press, 1952.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRADY, H. E. Political Participation. In: ROBINSON J. P., SHAVER, P. R, WRIGHTSMAN, L. S. (Eds.). **Measures of Political Attitudes**. San Diego: Academic Press, 1999, pp. 737-801.
- BRANDÃO, E. P. *et al.* Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CARVALHO, L. M. As armas e os varões: a educação política e sentimental de Dilma Rousseff. **Piauí**. São Paulo, ano 3, n. 31, p. 22-29, abr. 2009. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/as-armas-e-os-varoes/>>. Acesso em: 25 ago. 2011.
- CHAIA, V. Investigação sobre comunicação política no Brasil. **Revista ponto-e-vírgula**, n. 2, p. 160-177, 2007. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/pontoe-virgula/n2/index\\_n2.htm](http://www.pucsp.br/pontoe-virgula/n2/index_n2.htm)>. Acesso em: 12/4/2009.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. **Análise do discurso** – fundamentos e práticas. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001.
- CORSERIU, E.; LAMAS, Ó. **Linguagem e discurso**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- CORVAL, P. R. S. Democracia Representativa – Revisitando John Stuart Mill. **Rev. de Inf. Leg.**, Brasília, v. 52, n. 206, abr./jun., 2015. <Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/512458>>. Acesso em: 18 out. 2017.

CYRRE, M. R. L. Discurso político e mídia: o acontecimento político em análise. VII Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, 2008. **Anais...** Disponível em: <[http://www.celsul.org.br/Encontros/08/acontecimento\\_politico.pdf](http://www.celsul.org.br/Encontros/08/acontecimento_politico.pdf)>. Acesso em 10 mai. 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FERRARETTO, E. K.; FERRARETTO, L. A. **Assessoria de Imprensa: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2009.

FERRARETTO, L. A. **Rádio: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2014.

GALICIA, J. S. (Coord.). **Treinta claves para entender el poder – léxico para la nueva comunicación política**. Ciudad del Mexico: Piso 15 Editores, 2010.

GARCIA, G. Entenda a crise. **Empresa Brasil de Comunicação – Agência Brasil**. Economia. Disponível em: <<http://m.agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda-crise-economica>>. Acesso em 15 mai. 2016.

GOMES, W. **Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GUERRA, V. M. L. Reflexão sobre alguns conceitos da Análise do Discurso de linha francesa. **Ensaios e Ciência**, Campo Grande, v. 7, n.1, p. 217-232, 2003.

HECLO, H. (2000): Campaign and Governing: a Conspectus. In: ORNSTEIN, N. J.; MANN, T. E. (eds.): **The Permanent Campaign and Its Future**. Washington D.C.: American Enterprise Institute and The Brookings Institution, pp. 1-37.

HOFFMAN, D. R.; Howard, A. D. The Presidential Rhetoric of Hard Times. Artigo apresentado no **Annual Meeting of the American Political Science Association**, Washington, D.C., 2-5 set. 2010. Disponível em: <<https://scholar.dominican.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1005&context=all-faculty>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

HOWARTH, D.; STAVRAKAKIS, Y. Discourse. In: HOWARTH, D.; NORVAL A. J.; STAVRAKAKIS, Y. (Eds.). **Discourse Theory and Political Analysis**. Manchester; Manchester University Press, 2000. p. 1-37.

IÑIGUEZ, L. A análise do discurso nas Ciências Sociais: variedades, tradições e práticas. In: \_\_\_\_\_ (Coord.) **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

KRIEGER, G. É outra conversa. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 abr. 2008. Coluna Nas Entrelinhas. s/p. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=457804>>. Acesso em 28 dez. 2011.

KRIPPENDORFF, K. Content analysis. In: BARNOUW E. *et al.* (Eds.). **International encyclopedia of communication**. New York: Oxford University Press, 1989. Disponível em: <[http://repository.upenn.edu/asc\\_papers/226](http://repository.upenn.edu/asc_papers/226)>. Acesso em: 27 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Content analysis** – an introduction to its methodology. California: Sage, 1980.

LILLEKER, D. **Key concepts in political communication**. Bournemouth University. Sage, 2007.

LIM, E. T. Five Trends in Presidential Rhetoric: An Analysis of Rhetoric from George Washington to Bill Clinton. **Presidential Studies Quarterly**, Oxford, v. 32, n. 2, jun. 2002. Disponível em: <<http://elvinlim.com/5Trends.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.29, 1995.

MATOS, H. (Org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <[http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise\\_de\\_conteudo\\_moraes.html](http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html)>. Acesso em 27 jan. 2018.

NOGUERA, F. La campaña permanente. In: IZURIETA, R.; PERINA, R.; ARTERTON, C. (Ed.). **Estrategias de comunicación para gobiernos**. Buenos Aires: Ediciones La Crujía, 2009.

OLIVEIRA, L. A.; FERNANDES, A. B. Comunicação política: panorama e perspectivas da área. **E-Com – Rev. Cie. de Com. Soc. do Cen. Uni. de Belo Horizonte**, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/ecom/article/view/485>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**. Campinas: Pontes, 2000.

PANKE, L. **Lula do sindicalismo à reeleição**: um caso de comunicação, política e discurso. Guarapuava: Unicentro; São Paulo: Horizonte, 2010.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise, HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, 163-252

PEDROSO, E. M. K. A Ciência Política. In: PETERSEN, Á. (Org.). **Ciência Política**: Textos introdutórios. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1988.

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação** – a nova retórica. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

PINTO, C. R. J. Elementos para uma análise do discurso político. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 24, 2006, pp. 78-109. Disponível em: <<http://gajop.org.br/justicacitada/wp-content/uploads/analise-do-discurso.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2016.

POLITO, R. Quem fala melhor: Temer, Dilma ou Lula? **UOL Economia**, 2016. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2016/05/17/diferencas-na-comunicacao-de-lula-dilma-e-temer.htm?cmpid>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

REINERT, M. Alceste, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia de Gerard de Nerval. **Bulletin de Methodologie Sociologique**, v.26, p.24-54, 1990.

RUBIM, A. A. C. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker, 2000.

SEGALLA, A.; VILLAMÉA, L. **Dois eras em confronto** – parte 1 e 2. In: IstoÉ on-line. Eleições 2010. Disponível em: <[http://istoe.com.br/108279\\_DUAS+ERAS +EM+CONFRO NTO+PARTE+1/](http://istoe.com.br/108279_DUAS+ERAS +EM+CONFRO NTO+PARTE+1/)>. Acesso em: 29 mar. 2017.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro, LeYa, 2016.

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**. Informações sobre as eleições - Eleições 2014 (<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/eleicoes-2014>). Acesso em: 27, 28 e 29 mar. 2017.

VALA, J. Análise de conteúdo. In SILVA, A. S.; PINTO, J. M. (Eds.). **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Afrontamento, 1896. Disponível em: <[https://www.essr.net/~jafundo/mestrado\\_material\\_itgkhnld/Material%20Prof%20Ilidia/A%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo%20-%20Jorge%20vala.pdf](https://www.essr.net/~jafundo/mestrado_material_itgkhnld/Material%20Prof%20Ilidia/A%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo%20-%20Jorge%20vala.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2018.

VAN DIJK, T. A. What is political discourse analysis? Key-note address Congress Political Linguistics. Antwerp, 7-9 dez 1995. In: BLOMMAERT, J.; BULCAEN, C. (Eds.). **Political linguistics**. Amsterdam: Benjamins, 1999, p. 11-52.

VAN RULER, B.; VERCIC, D. Perspectivas europeias das relações públicas. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 24, n. 39, p. 155-172, 1o. sem. 2003.

WEBER, M. H. Imagem Pública. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EdUFBA, 2004.

WINDT JR., T. O. Presidential rhetoric: definition of a field of study. **Presidential Studies Quarterly**, 16, n. 1, 1986, p. 102-116.

ZAREFSKY, D. Presidential Rhetoric and the Power of Definition. **Presidential Studies Quarterly**, Oxford, v. 34, n. 3, set. 2002. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/227498604\\_Presidential\\_Rhetoric\\_and\\_the\\_Power\\_of\\_Definition](https://www.researchgate.net/publication/227498604_Presidential_Rhetoric_and_the_Power_of_Definition)>. Acesso em: 15 mar. 2017.